



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SORAIA MONTEIRO AFONSO

**ESPAÇOS DE ESPERANÇA? O PAPEL POLÍTICO DO
ESTADO BRASILEIRO SOBRE A RESERVA
EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS E OS CONFLITOS
TERRITORIAIS E AMBIENTAIS EM SEU ENTORNO**

SALVADOR

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SORAIA MONTEIRO AFONSO

**Espaços de Esperança? O Papel Político do Estado Brasileiro
sobre a Reserva Extrativista de Canavieiras e os Conflitos
Territoriais e Ambientais em seu Entorno**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catherine Prost

SALVADOR

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de
Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA.

A257 Afonso, Soraia Monteiro

Espaços de esperança? o papel político do estado brasileiro sobre a reserva extrativista de Canavieiras e os conflitos territoriais e ambientais em seu entorno/Soraia Monteiro Afonso. – Salvador, 2022.

190 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Catherine Prost

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2022.

1. Geografia. 2. Território – Estado. 3. Reservas florestais. I. Prost, Catherine. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

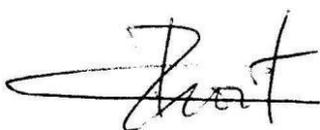
CDU 911

TERMO DE APROVAÇÃO

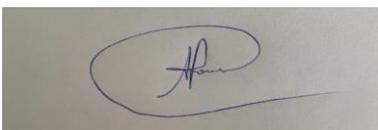
BANCA DE DEFESA-TESE

Espaços de esperança? O papel político do Estado brasileiro sobre a reserva extrativista de Canavieiras e conflitos territoriais e ambientais no seu entorno

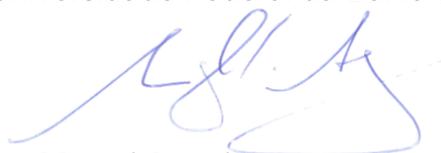
SORAIA MONTEIRO AFONSO



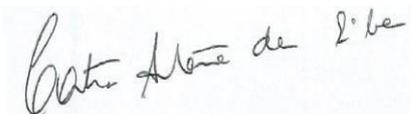
Drª. Catherine Prost (Orientadora/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr. Antônio Angelo Martins da Fonseca
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr. Miguel Accioly
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Drª. Catia Antonia da Silva
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)



Dr. Plínio Martins Falcão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Aprovada em Sessão Pública 04 de maio de 2022

Só a esperança constrói os fortes.

Para meu pai Antonio Carlos (in memoriam) que me ensinou a amar o mar.

AGRADECIMENTOS

Quando as estrelas se alinham... Foi exatamente esse alinhamento que esperei por tanto tempo. Escutei essa frase de uma pessoa especial e nunca mais esqueci. Achei bonita e guardei para usá-la neste momento, neste fechamento de ciclo. Minha mãe sempre diz que tudo na minha vida é com muita emoção. Nada é sereno, tudo vem como um furacão, com aquela intensidade que vem das profundezas da Terra. Então não seria agora que as coisas seriam diferentes. Desde a seleção do doutorado, as provas escritas - discursiva e de língua estrangeira -, a entrevista, a seleção de bolsa, tudo foi tão intenso; sem exageros. Neste exato momento, consigo me recordar de tantos detalhes e já sinto saudades. Sinto-me grata por ter completado esse ciclo de doutoramento, por ter conhecido tantas pessoas especiais que acreditaram em mim e mais ainda, por estudar em uma universidade pública. Sei que é um privilégio de poucos cursar e concluir o doutorado em uma instituição pública sobretudo em tempos tão sombrios; quando a educação e a ciência brasileira têm sido desacreditadas e atacadas. Tenho a sensação que este fechamento de ciclo tem um gostinho especial: apesar de tudo, mais uma vez, a utopia e a esperança floresceu. E com esse coração cheio de esperança quero tecer meus agradecimentos a todas as pessoas que de algum modo seguraram nas minhas mãos e não me deixaram desistir. Então, vamos a elas! Primeiro, quero deixar aqui registrado que esta tese é dedicada a meu pai Antônio Carlos (*in memoriam*), meu eterno amor. Aquela pessoa que me ensinou antes de tudo a ser um ser político, a amar o mar, a gostar do cheiro de maresia e ser viciada em pão. Pai, eu consegui, você tem uma filha doutora! À minha mãe Maria Cristina, pela família, por sua fortaleza e por sempre acreditar na educação. Mãe, o mundo é um moinho, obrigada! Às minhas irmãs Simone e Amanda, exemplos de mulheres fortes e resilientes, amo vocês! A meu cunhado Ricardo e a minha cunhada Lorena por trazerem leveza, amor e união para minha família. À minha orientadora Catherine Prost, amiga, confidente, mãe, irmã, mestra, parceira de utopias e onde a esperança se faz morada. Obrigada por você ter confiado e acreditado naquela menina que um dia, durante a aula de fotogrametria disse que queria fazer ciência. O tempo é rei! À minha banca generosa, agradeço com todo meu amor e carinho a gentileza com a qual os senhores conduziram todo processo. À professora Catia Antônia, obrigada pelo cuidado, pela atenção, pelas trocas e disponibilidade, a senhora é uma inspiração. Ao professor Plínio Falcão, obrigada pelo carinho, pelas observações, pela delicadeza, pelos áudios de *WhatsApp*, por me fazer rir e por sempre acreditar que no final, tudo daria certo. Ao professor Antonio Ângelo

Fonseca, obrigada por me apresentar tantas referências novas e interessantes, por estar sempre tão acessível e me fazer refletir sobre as questões sobre o Estado. Seu olhar criterioso e sua disponibilidade foram fundamentais para que este trabalho fosse concluído. Ao professor Miguel Accioly, obrigada por vibrar junto, por carregar a esperança no peito e transformar os espaços de natureza em um lugar mais justo e por tornar o espaço acadêmico um ambiente mais leve e generoso. Aos meus colegas de doutorado da turma 2016.1 Cleonice, Denilson, William, Luciel, Saulo e Lorena, obrigada por sonhar junto e tornar esse processo realidade. Às minhas melhores e grandes amigas Daniela Araujo, Gabriela Macedo, Aline de Hollanda, Camila Marchena e Diana Lima, vocês são mulheres incríveis e poderosas. Ao grupo de pesquisa Costeiros-UFBA, minha fonte, minha referência, minha casa, o lugar onde aprendi a fazer ciência, obrigada. À Carolina Sapucaia, por me acolher com tanto amor em sua casa durante a pesquisa de campo e por gentilmente me conceder uma entrevista preciosa, que fez toda diferença para esta pesquisa. A Bruno Marchena, por ser uma inspiração para muitos gestores de RESEX do ICMBio e por doar seu tempo e seu conhecimento, de modo a contribuir com a tese. Aos pescadores e marisqueiras da RESEX de Canavieiras, sobretudo a AMEX e a Rede de mulheres, em especial Carlinhos, Ernesto, seu João Barba, Geisiane, Luciene, Viviane, Tiago, Fábio, dona Maria do Caranguejo, seu Reginaldo e a Pedrina, obrigada por tudo! Vocês são a utopia! À Universidade Federal da Bahia e ao Instituto de Geociências (IGEO), por ser um espaço de troca e de aprendizado. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento e apoio a esta pesquisa. A Leonardo Dias Afonso pelos anos de andanças, de parcerias e de caminhadas. Obrigada pela orientação e pela elaboração cartográfica dos mapas. Seu olhar preciso e experiente ilustra a realidade sempre com muita clareza e objetividade. E por fim, quero agradecer a Raoní Faria pela troca cotidiana, pelo humor inteligente, pela paciência, pelo amor leve e sereno, pelo *abstract*, pelo violão de Tom, de Baden, de Aníbal e de Caymmi e por tornar tudo mais alegre e ensolarado.

RESUMO

As reservas extrativistas traduzem uma mudança de poder da organização espacial do território de conservação, a partir da luta social dos seringueiros. De fato, a transformação provocada pela institucionalização das primeiras RESEX florestais brasileiras produziu um movimento significativo para política ambiental brasileira, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Lei 9.985/2000. O modelo criado e demandado pelas populações extrativistas expandiu-se para diversas partes do país, assim como para ambientes marinhos e costeiros. Apesar dessas conquistas expressassem o quão importante a institucionalização do território de RESEX representou para a luta social, sobretudo para as populações de matriz tradicional, o modelo RESEX esbarra diretamente e ao mesmo tempo contrapõe a estrutura e organização do Estado territorial brasileiro. No Brasil, a questão fundiária nunca foi solucionada e produz conflitos territoriais muito graves que atingem os espaços de natureza. A natureza tem sido constantemente apropriada pelo capital privado, uma vez que a racionalidade do modo de produção capitalista pauta-se na exploração indiscriminada dos elementos/recursos naturais. No caso das RESEX marinhas, sobretudo a RESEX de Canavieiras, Bahia onde este estudo se atém, o conflito se instaura não só porque diferentes grupos sociais estabelecem relações distintas sobre o mesmo território, o da RESEX, mas porque o Estado muitas vezes se faz omissivo e corrobora com ações produzidas pelo capital privado. Embora o Estado tenha por obrigação e por princípio o dever de atender às necessidades e anseios indistintamente de todos os cidadãos, sabe-se que, na prática, segue-se a lógica estrutural de viabilizar recursos financeiros para os grupos hegemônicos, em muitos casos, seus parceiros comerciais. No Brasil, este tipo de prática produzida pelo Estado é bastante comum sobre os espaços de natureza, o que tem gerado tensões e conflitos territoriais à custo da pauperização dos mais pobres. Não diferente, no território da RESEX de Canavieiras, a tensão e os conflitos se dão pela expansão da carcicultura, pela presença de latifúndios, pelo monocultivo do eucalipto, pelo incentivo à projetos industriais por parte do Estado e pela sobreposição de áreas, ou seja, diferentes tipos de unidades de conservação ocupando o mesmo território. São conflitos que vão na contramão dos objetivos de uma RESEX marinha. Ainda que o modelo RESEX esteja engessado, pois o território é dinâmico, a RESEX é um espaço político importante para populações extrativistas. O Estado brasileiro está cada vez mais precarizado para as políticas públicas ambientais, mas ainda sim mantém a centralização

e a regulação do poder sobre os territórios de conservação. Ainda que o Estado tenha relegado a pauta ambiental e a todo momento desqualifique as conquistas sociais das populações de matriz tradicional, a RESEX de Canavieiras segue na vanguarda, exercita a utopia através do desejo de autonomia, porém sem a perda do acesso às políticas públicas produzidas pelo Estado brasileiro. São novas formas de gerir e organizar o território, mas também são novas formas de (re)existir e repensar o modelo RESEX a partir da lente, do olhar atento e cotidiano de seus usuários. É a liberdade de organizar o território para além do controle e dos limites do Estado. Afinal, só a esperança constrói os fortes.

Palavras-chave: território, estado, resex, esperança, autonomia.

ABSTRACT

The extractive reserves reflect a power shift in the spatial organization of the conservation territory, based on the social conflict of rubber tappers. In fact, the transformation caused by the institutionalization of the first Brazilian forest RESEX¹ produced a significant movement for Brazilian environmental policy, the creation of the National System of Nature Conservation Units – SNUC, Law 9,985/2000. The model created and demanded by extractive populations has expanded to different parts of the country, as well as to marine and coastal environments. Despite these achievements expressing how important the institutionalization of the RESEX territory was for the social struggle, especially for the populations of the traditional matrix, the Brazilian RESEX model directly clashes and at the same time contrasts the structure and organization of the Brazilian Territorial State. In Brazil, the land issue has never been resolved, as it produces very serious territorial conflicts that affect natural spaces. Nature has been constantly appropriated by private capital, since the rationality of the capitalist mode of production is based on the indiscriminate exploitation of nature's elements/resources. In the case of the marine RESEX, especially the RESEX of Canavieiras, Bahia, where this study is based, the conflict is established not only because different social groups establish different relationships over the same territory, that of the RESEX, but because the State is often omitted and corroborates with actions produced by private capital. Although the State has, as an obligation and as a principle, the duty to meet the needs and desires of all citizens without distinction, it is known that, in practice, it follows the structural logic of providing financial resources for hegemonic groups, in many cases, their business partners. In Brazil, this type of practice produced by the State is quite common in spaces of nature, which has generated tensions and territorial conflicts at the cost of the impoverishment of the poorest. Not different in the territory of the RESEX of Canavieiras, tension and conflicts are due to the expansion of shrimp farming, the presence of *latifundia*, the monoculture of eucalyptus, the incentives for industrial projects by the State and the overlapping of areas, that is, different types of conservation units occupying the same territory. These are conflicts that go against the objectives of a marine RESEX. Although the RESEX model is inert, as the territory is dynamic, the RESEX is indeed an important political space for extractive populations. The Brazilian State is increasingly

¹ *Acronym for extractive reserve*

precarious for environmental public policies, but still maintains the centralization and regulation of power over conservation territories. Even though the State has relegated the environmental agenda and at all times disqualifies the social achievements of the populations of traditional matrix, the RESEX of Canavieiras remains in the vanguard, exercising utopia through the desire for autonomy, but without losing access to public policies produced by the Brazilian State. They are new ways of managing and organizing the territory, but they are also new ways of (re)existing and rethinking the RESEX model from the lens, the attentive and everyday look of its users. It is the freedom to organize the territory beyond the control and limits of the State. After all, only hope builds the strong.

Keywords: territory, state, resex, hope, autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Localização Área de Estudo RESEX Canavieiras	141
Mapa 2: Destino da Venda de Camarão em Canavieiras	146
Mapa 3: Destino da Venda de Caranguejo em Canavieiras	147
Mapa 4: Fluxo de Pescados Beneficiados em Belmonte	148
Figura 1: A jangada	95
Figura 2: SR Resistência	124
Figura 3: Sede da AMEX: onde habita a utopia	138
Figura 4: Sede da AMEX: onde há esperança	139
Figura 5: Associação das marisqueiras e pescadores de Belmonte-BA	139
Figura 6: Embarcação	140
Figura 7: Dia de Pescaria	149
Figura 8: Beneficiamento dos Pescados	149
Figura 9: Algumas Conquistas da RESEX de Canavieiras	155
Figura 10: Ato Público dos Extrativistas	156
Figura 11: A Luta é Constante	156
Figura 12: RESEX para Sempre	157
Figura 13: Audiência Pública Assembleia Legislativa da Bahia	160
Figura 14: AMEX e Rede	169
Figura 15: Oficina de Comercialização	170
Figura 16: Oficina de Cerâmica	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Reservas Extrativistas Federais no Brasil	80
Quadro 2: Reservas Extrativistas Marinhas Baianas	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas da Reserva Extrativista de Canavieiras

APA - Área de Proteção Ambiental

CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

COFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas extrativistas

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CUT - Central Única dos Trabalhadores

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ISO - International Organization for Standardization

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PL - Projeto de Lei

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

RADAM - Radar na Amazônia

REM - Reserva Extrativista Marinha

RESEX - Reserva Extrativista

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico

SUMÁRIO

Introdução	15
MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL	29
Os Conceitos e suas Repercussões	30
1º CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS IDEIAS E DOS CONCEITOS DA TESE	52
1.1 A Tese	63
1.2 Metodologia	68
2º CAPÍTULO: A ESTRUTURA AMBIENTAL BRASILEIRA NOS SÉCULO XX E XXI	74
3º CAPÍTULO: AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL	97
3.1 As Unidades de Uso Sustentável: As Reservas Extrativistas Brasileiras, um breve contexto	107
3.2 O Contexto das Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil	113
3.3 As Reservas Extrativistas Marinhas Baianas	117
4º CAPÍTULO: ESTADO MODERNO E TERRITORIAL BRASILEIRO	125
Estado e Conflitos Ambientais Brasileiros	128
5º CAPÍTULO: O ESPAÇO DE ESPERANÇA: ONDE HABITA A UTOPIA	136
5.1 A Reserva Extrativista de Canavieiras: Um Espaço de Esperança?	141
5.2 Para Além do Estado Existe Vida	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE	187

INTRODUÇÃO

Definir um papel quando se assume uma pesquisa científica é sobretudo assumir quem somos, como agimos e quais escolhas fazemos sobre nossos papéis na sociedade. Sem dúvida, todos os seres sociais assumem distintas funções no território por meio das relações sociais. Através delas, podemos claramente identificar a manifestação dos usos sobre o território material e simbólico. Os sujeitos sociais sempre definem seu espaço político; isso diz muito respeito sobre a organização social e a concentração de renda dos espaços, especialmente do território, portanto é honesto afirmar que os processos produtivos não são neutros. O controle sobre o território é constantemente perturbado por conflitos, diferentes interesses e ideias que divergem entre si. É ingênuo acreditar que o equilíbrio irá pairar sobre os homens, a trajetória humana, ou seja, a história da humanidade prova todos os dias que cada grupo social tem suas próprias estratégias espaciais para impor sua existência e/ou resistência no território. Tudo que por ventura ameaça esse modo de existir gera competição e rupturas. Segundo Costa (2018, p.219), A ideia de existir e de inexistir perpassa por entrelaces entre a subjetividade, a consciência de si mesmo e a forma como a sociedade vê e percebe os sujeitos a partir das relações sociais.

Em geral, os grupos hegemônicos do modo de produção capitalista assumem maior poder no controle dos territórios, sua ideologia colonizante causa grande impacto sobre a natureza e a consciência humana. As formas de poder e controle do modo de produção capitalista são aparadas pelo uso do discurso. Muitos estudiosos debruçam-se a estudar a análise do discurso¹, arma infalível na disseminação de ideias, pensamentos e corolários, que ganham notoriedade nas políticas neoliberais do Estado brasileiro. Alimentadas pelo uso da linguagem, as ideias e as teorias sobre as benesses da privatização e da mercantilização da natureza, o avanço do crescimento econômico e a integração do mundo por meio da globalização são vendidos aos quatros ventos como a

¹Análise do discurso é um recurso metodológico da área da linguagem, que coloca em questão a relação do campo da língua, instrumento da Linguística, e o campo da sociedade, apreendida pela história e pela ideologia (GREGOLIN, 1995). Os processos discursivos refletem o contexto histórico das sociedades humanas, mas acima de tudo, a formação ideológica que cada grupo social possui. A linguagem, a representação e a língua são suportes abstratos para a construção do discurso. A análise do discurso é muito utilizada nas ciências sociais com forte influência da escola francesa de linguagem. Autores como Pêcheux e Foucault utilizaram os recursos discursivos em seus estudos.

oitava maravilha do mundo. No entanto, a humanidade nos prova o contrário: a globalização, embora, conecte virtualmente diversos povos no mundo, traz também consigo muita desigualdade, desumanidade e não alcança diretamente a todos. Quando o Estado neoliberal adota práticas privatistas, ele assume que uma orientação voltada para as demandas do mercado, adoção desta estratégica, desloca a obrigação do Estado em oferecer bem estar social e serviços públicos de qualidades para todos e coloca nas mãos do mercado a “solução” para os problemas que o Estado não tem como resolver. Esse discurso tem sido entoado, para que empresas estatais sejam compradas a preços modestos pelo mercado internacional e mais uma vez interfiram política e economicamente nas decisões e nas ações do poder estatal. A privatização dos serviços públicos no Brasil² não tem sido eficaz e já provou que não é capaz ou não está disposta a reduzir as distorções de acesso e uso de serviços básicos públicos como água, iluminação, saneamento, etc.

Não se pode negar sua importância em um mundo interconectado, no encurtamento do espaço-tempo, na possibilidades de conhecer o mundo por meio de um computador ligado a um sistema de internet, mas que na esteira do desenvolvimento desigual e combinado produz exclusão. A globalização assim como aproxima pessoas com a circulação de informações a todo instante, ela isola e desconecta aqueles que não possuem acesso. Seus estragos são visíveis quando compreende-se que o acesso à Internet³ é limitado para as populações mais pobres, como no Brasil. Ocorre que o pensamento dominante do modo de produção capitalista tem se tornado preposição universal enquanto princípio homogeneizador e norteador das sociedades modernas contemporâneas. Tudo que é diferente tem sido negado; a estratégia do pensamento colonizante é retirar a dignidade, menosprezar e em muitos casos, matar a (re)existência de outras formas de vida que nutrem uma forte relação com a natureza. Para a

²Segundo matéria publicada no site da BBC, de 21 de agosto de 2019, Na década de 1990, o país privatizou 119 estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receita, segundo o coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, Armando Castelar. Os valores, diz ele, fazem da privatização brasileira daquela época uma das maiores em todo o mundo, ao lado de países como México, Austrália e Reino Unido.

³Dados do IBGE afirmam que o percentual de pessoas de 10 anos ou mais que acessou à Internet através do celular aumentou de 94,6% (2016) para 97,0% (2017). Embora o aumento do acesso seja relevante, as disparidades regionais continuam latentes no país. A Região Norte ainda hoje tem menor acesso à internet em relação aos demais regiões do país. A pesquisa comprova que o percentual de domicílios com acesso à Internet através da banda larga fixa ficou em 48,8%, nível muito abaixo em relação às demais regiões, que foi de 74,2% (Nordeste) a 77,2% (Sul). Em relação aos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor percentual foi o da região Nordeste (63,8%) e os demais ficaram entre 78,6% (Sul) a 88,7% (Norte).

modernidade capitalista não cabe refletir sobre as diferentes possibilidades e modos de vida no planeta Terra; a proposta é usar a linguagem como instrumento orientador/doutrinador das práticas culturais do mundo moderno. Logo, as diferenças e as desigualdades são acentuadas e polarizadas, a ponto de desestabilizar o todo. O caminho para anular e confrontar o paradigma do pensamento de produção capitalista, aqui entendido como pensamento colonizante, é (re)existir. Segundo Harvey (2015), o corpo laborante é portanto um lugar de resistência que alcança uma dimensão política por meio da capacidade política que tem os indivíduos de atuar como agentes morais. O autor deixa evidente que cada grupo social possui suas estratégias para (re)existir no espaço político do território. As utopias que orientam os sujeitos no processo social no mundo material, ordenado e institucionalizado, tangem os ciclos, as contradições e os desafios das sociedades modernas enquanto transformadoras, apropriadoras e produtoras de uma segunda natureza.

As utopias buscam a emancipação ao visualizar um mundo baseado em ideias novas, negligenciadas ou rejeitadas. Sua confiança no futuro é o fundamento normativo que lhe garante eficácia ideológica. As distopias, por sua vez, buscam o assombro, ao acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade (JACOBY, 2007, apud HILÁRIO, 2013, p. 205).

O desafio é mediar os conflitos e analisar as grandes implicações sociais, políticas e econômicas que o modo de produção capitalista exerce sobre o mundo. O pensamento colonizante nega outras racionalidades de visão sobre a natureza, não enxerga para além, outras possibilidades que não sejam somente o paradigma dominante do crescimento econômico. Há muita pobreza, desigualdade e conflitos ao redor do mundo, ocasionados pelo modelo capitalista, que demonstra sinais claros de que seu modelo está em crise, precisa se reinventar ou estará cada vez mais próximo de um esgotamento, de um colapso. Com clara consciência, a lógica capitalista forja uma ideia de integração entre os sujeitos, de modo que indivíduos e sujeitos⁴ pensem ou acreditem que pertencem a um mesmo

⁴Nesta tese optou-se por utilizar e diferenciar os termos indivíduos e sujeitos, por entender que ambas as palavras possuem simbologias e significados distintos no processo de formação do Estado moderno. Nenhum autor utilizado neste referencial teórico fez explicitamente esta distinção em suas obras. Todavia, ao longo do processo de amadurecimento teórico desta tese, viu-se a necessidade em diferenciar o pensamento em relação ao acesso aos direitos, a arranjos espaciais e a formas de apropriações pelos distintos agentes do território. Fazer essa diferenciação entre os termos permite ao leitor compreender como o Estado moderno foi materializado, constituído e a quem ele serve. A escolha pela diferenciação dos termos foi necessária por acreditar que, por muito tempo, as sociedades de matriz tradicional foram negadas enquanto produtoras de saber, de conhecimentos, logo, submissas a um poder ratificado como hegemônico. Portanto é nesse sentido que o trabalho mostra que as populações de matriz tradicional são protagonistas da própria história, bem como são produtoras de saberes ancestrais que incessantemente têm sido negados e desqualificados pelo pensamento hegemônico (branco, racista, machista e colonizador). Desta forma, entende-se por indivíduos uma parcela da sociedade detentora de direitos políticos e econômicos que possui

mundo. Claro que cada grupo social irá existir e consumir no mundo de forma distinta. O capitalismo precisa destruir, se configurar e reconstruir, em constante ciclo que lembra passagens de Capra (1982) em seu livro *O Ponto de Mutação* sobre os processos e ciclos vivenciados pelas sociedades humanas. Em termos concretos, a natureza e a vida, é intrínseca a qualquer sujeito social; viver em harmonia, tendente ao equilíbrio e em convívio com as diferenças é uma utopia, mas também uma meta possível. Como afirma Hilário (2013, p. 204), o utopista é aquele cuja função é deslocar a fronteira daquilo que os contemporâneos julgam possível, no sentido positivo e emancipatório.

O mundo é o espaço da contradição. Os ricos contornam para si e suas famílias os males provocados pela exploração exacerbada dos elementos/recursos da natureza, de modo que a continuidade e reinvenção do modo de produção capitalista se perpetue. Ao mesmo tempo que este mesmo mundo possa ser o espaço da beleza e das infinitas descobertas. Portanto é preciso não apenas questionar, mas também, mostrar que o mundo enquanto campo de possibilidades, oferece outras formas de vida completamente conectadas com a natureza e destoantes do pragmatismo cronológico dos ditos “tempos modernos”. Por isso, é preciso reconhecer que há outras formas de vida que extraem da natureza seus elementos e produzem economicamente de maneira mais equilibrada, respeitosa e com sabedoria em relação ao todo.

É bem verdade que toda pesquisa nasce de uma inquietação, de uma crença posta em dúvida, de uma curiosidade angustiante por respostas que se impõem diante da realidade e das questões que o fenômeno apresenta. O pesquisador é o interlocutor científico da construção de ideias, de hipóteses e de muitas perguntas. Como um bom pragmatista da ciência, ele elabora questões na busca por respostas sobre os fenômenos históricos, mesmo que as que nem sempre cheguem ao seu contento. Muitas vezes, o papel de mensageiro de verdades, atribuído ao pesquisador terá sua função posta à prova, seja por uma descoberta científica, seja pela superação de uma teoria. Certamente suas inquietações serão questionadas até o momento que paradigmas científicos sejam rompidos para que o processo científico siga seu curso natural com novas verdades e a

suas próprias e independentes concepções sobre sua inserção no Estado, uma classe social que possui um *status* social que o diferencia economicamente das demais. Embora indivíduos e sujeitos tenham em si suas individualidades e subjetividades, enquanto seres existenciais no mundo, os valores e os sentidos que cada um atribui à natureza distingue claramente o sentido de mundo de cada um. Assim sendo, os sujeitos aqui são compreendidos como uma parcela da população que possui restrições e limites quanto ao acesso aos direitos providos pelo Estado. Em sua maioria, os sujeitos sociais causam um certo estranhamento e têm seu conhecimento ancestral a todo momento posto em dúvida e julgamento. É reforçar e reconhecer a importância destas identidades sociais na organização espacial do território e no seu direito de existir.

ciência em busca de superá-las. Essas palavras foram tecidas para dizer que a construção desta tese se deu por uma descrença, por uma falta de esperança⁵ que vela os olhos do pesquisador, quando o fenômeno é visto apenas como um objeto científico que precisa ser desconstruído e reconstruído para que o autor sacie e esgote todas as argumentações sobre o tema em questão e que seus leitores apreciem e tirem suas próprias conclusões. Esse jogo de ideias, de verdades científicas mista, um pouco do ego e da vaidade que habita cada pesquisador, que precisa do aval científico dos seus pares para validar as ideias construídas ao longo do processo de pesquisa. Justamente a vaidade que arrouba a ciência e o pesquisador, com a necessidade de provar algo para si e para seus pares, é a mesma que cega e que o aprisiona em um conjunto de corolários segmentados ao longo da jornada científica. A falta de esperança que habita os ombros cansados de um investigador que se limita a ir além das suas próprias crenças e das suas verdades paralisa o procedimento e o desenvolvimento científico, por alimentar-se da vaidade e da arrogância que o *status* da ciência valida os processos. Nenhuma verdade é absoluta, por isso é preciso enxergar o mundo, a ciência e as coisas com olhos de Poliana, como uma criança aberta e disposta a descobrir as possibilidades e as diferentes verdades que o mundo oferece. Neste florescer das possíveis situações, existem os desafios, os tropeços e os equívocos, justamente aqueles que vão pôr em questão as verdades cristalizadas da ciência arrogante. Certamente, por muitos momentos, o processo desta pesquisa foi tomado pela cristalização de uma ideia que não se permitia ir além nem dialogar com outras possíveis situações. Pouco a pouco a maturação dos conceitos e as leituras aprofundadas sobre o objeto de investigação permitiram que as reflexões fossem estruturadas, de modo que as razões explicativas para a cegueira latente dessem espaço a postura empirista que marca e que move o saber científico de uma pesquisa.

Entre as razões explicativas que motivaram o desenvolvimento desta análise, se deve a sua integração ao projeto de pesquisa Gestão Territorial e Conflitos Ambientais nas Reservas Marinhas (RESEX) do Estado da Bahia, UFBA/CNPq, coordenado pela professora Catherine Prost. Particularmente, como membro do grupo de pesquisa Costeiros/UFBA, fui escolhida pela professora Catherine, coordenadora do projeto para desenvolver uma pesquisa que envolvesse a Reserva Extrativista de Canavieiras, de forma

⁵ O entendimento de esperança neste trabalho foge um pouco do estatuto teórico apreendido pelo Cristianismo que trata a ideia de esperança sustentada pela fé e com a projeção futura de salvação e redenção. Aqui a ideia de esperança é compreendida como uma força que impulsiona os sujeitos a seguirem sempre em frente e também, um campo de possibilidades realizadas no presente e do futuro.

que o grupo Costeiros exercitasse a pesquisa e a extensão para RESEX baianas. Como em experiências anteriores, debruçadas em pesquisas sobre as reservas extrativistas marinhas da Baía do Iguape e do Corumbau, era importante para o encerramento de um ciclo formal e acadêmico, que é o processo de doutoramento ocorresse sobre a reserva extrativista baiana mais inspiradora e de referência para demais reservas extrativistas marinhas espalhadas pelo Brasil, vide seu processo de luta política para a permanência do território da RESEX em Canavieiras. O território é o espaço da prática. Inclui a apropriação de um espaço; implica a noção de limite. A territorialidade humana é a face vivida do poder (BECKER, 2014, p. 398).

Neste intuito, o processo para maturação desta pesquisa buscou organizar as visões pessoais de leitura da autora e da sua interpretação da realidade, das observações e das experiências anteriores sobre as reservas extrativistas marinhas do Estado da Bahia para fazer jus ao que fora proposto e ao que se acredita ser o dever de um cientista das ciências humanas: olhar atento, observador, crítico e propositor de possibilidades. As inquietações do dia a dia, as novas descobertas e um novo olhar sobre o fenômeno motivam o exercício científico que pode resultar em novos conhecimentos abstratos, imateriais e profundos, que muitas vezes fogem da dita ciência convencional sobre aquilo que se pesquisa, desde que o pesquisador esteja aberto a novas possibilidades de se fazer ciência. A ciência está tão aprisionada nos valores positivistas e cartesianos, que rejeita aquilo que não é formal, ou seja, justifica sua dificuldade em aceitar o conhecimento que não é mediado pela discussão e reflexão de um comitê científico.

Por isso a recepção de um saber comungado pela tradição⁶, pelo conhecimento oral que é passado entre gerações e que não é considerado ciência formal, e ainda hoje, sofre muita rejeição e estranhamento por parte dos pares científicos. É valioso fazer uma pesquisa científica sobre populações extrativistas⁷ por meio do trabalho de campo sem que o mesmo seja orientado por elas. Será muita arrogância e prepotência do pesquisador acreditar que somente o conhecimento científico formal tem todas as chaves e as respostas

⁶Entende-se a tradição como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. A tradição deve ser considerada dinâmica e não estática, uma orientação para o passado e uma maneira de organizar o mundo para o tempo futuro. A tradição coordena a ação que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade e é um elemento intrínseco e inseparável da mesma (LUVIZOTTO, 2010, p.65).

⁷População composta por pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras e agricultores e agricultoras familiares. Categoria definida pela prática social dos sujeitos. Extrativistas são sujeitos oriundos de populações de matriz tradicional, que (re)significam sua identidade através da existência. Embora a identidade seja fluída, se transforma no tempo e no espaço, ela nunca perde sua essência.

para os fenômenos da realidade. A reflexão intelectual precisa ser em conjunto (saber científico e saber tradicional) na tentativa de ler e interpretar a realidade como ela é, a partir das visões de mundo dos sujeitos sociais da reflexão em questão. Isso exige respeito, reconhecimento e preocupação em trazer questões, respostas e outras verdades a partir do objeto de estudo aliados ao campo filosófico e metodológico que darão suporte à investigação científica.

Ao deixar de lado crenças e pressupostos que deslocavam o olhar científico para realidade objetiva, o campo intelectual exige uma análise do conhecimento profunda sobre aquilo que se pesquisa. Por essas razões, que esta pesquisa, nascida e centrada no pensamento geográfico recorre a teorias, métodos, conceitos, categorias de análise, de modo que o escopo do conhecimento científico leia e interprete a realidade como ela é. Mesmo que seja custoso e que cause muitas divergências de opiniões sobre a imparcialidade ou a parcialidade da produção científica, deixamos claro que, ao nosso entender, a ciência tem ideologias, imaginários, representações, pois ela não está isenta de opiniões e posicionamento político do mundo que se vive.

Tecidas acima essas observações, reforçamos que esta tese resulta do aprofundamento e dos estudos sobre a realidade das reservas extrativistas marinhas do Estado da Bahia realizado pelo grupo de pesquisa Costeiros/UFBA há 15 anos. A tese em si, foca sobre o papel político do Estado brasileiro sobre a reserva extrativista de Canavieiras como um território de conservação e como um espaço de esperança perante sucateamento e desqualificação das políticas públicas ambientais do país. Essa esperança que se apresenta em infinitas possibilidades, é a mesma que mobiliza e potencializa os sujeitos. Segundo Rocha (2007), “Enquanto “paixão do possível”, a esperança é o que, em última análise, anima e impele a nossa alma peregrina, que constantemente nos faz ir adiante, impulsionando o nosso ser a caminhar pela simples alegria de caminhar e desbravar horizontes” (2007, p. 260).

Foi a partir deste olhar, no exercício do pensamento geográfico, do processo de 15 anos de pesquisa em RESEX marinhas do Estado da Bahia e a partir do conceito de território usado do professor Milton Santos, que se constrói a ideia e a utilização de um termo próprio para o território das RESEX marinhas, que aqui será chamado de território de conservação. Não que os conceitos de territórios na Geografia não completem as reflexões desta tese, mas é justamente por acreditar que a ideia do território de conservação, assim como o território usado, é um espaço produzido pelo uso e pela

historicização do território, que a RESEX é compreendida como o espaço da resistência, logo, o espaço da esperança daqueles que usam, constroem e produzem seus territórios alicerçados na relação do trabalho, do respeito e nos conhecimentos sobre a natureza. Parte-se da premissa que o território de conservação é um espaço político que vai além da institucionalização das RESEX pelo Estado brasileiro, uma vez que o espaço de natureza é onde habita a esperança e onde o ser-no-mundo é antes de tudo natureza. É no território de conservação que a realização da produção do trabalho, da geração e da divisão de riqueza entre os sujeitos sociais acontece. Não há mutilação dos sujeitos, há apenas a realização da vida cotidiana que se manifesta nos tempos da natureza. Por isso, o território de conservação é onde não há separação entre materialidade e imaterialidade do existir e do resistir àquilo que é imposto pelo pensamento hegemônico. Resistir é mostrar que a vida segue seu fluxo natural por meio da luta social, pois a esperança é aquilo que motiva os sujeitos a valorizarem sua história, sua cultura e suas memórias. Resistir é saber morrer e renascer, porque cada caminhada carrega consigo uma história. A esperança só se concebe enquanto sustenta o desejo de ir na direção de um objeto que não se tem e que se o tivéssemos, extinguiria o próprio élan da esperança (ROCHA, 2007, p.259).

Desse modo, a RESEX é o resultado da esperança que renasce em cada luta, logo, é espaço da natureza que clama pela justiça espacial e que questiona todas as desigualdades socioespaciais produzidas pela negação do Estado. É o território dos sujeitos subalternizados pelos modos de produção e pela colonização, onde se revelam as feridas de um país que esconde suas raízes, que nega outras formas de organização social e sobretudo, que aniquila aqueles que conflitem diretamente com o pensamento elitista (SILVA, 2015). O uso do território da RESEX é feito por aqueles que vivem na/da natureza e resistem.

Portanto o uso do território de conservação é realizado ao longo do processo histórico dos sujeitos sociais de direito, que constroem suas relações através do saber oral, ancestral e tradicional. Sem esquecer que a tradição é um processo dinâmico e que a todo momento é cabível a incorporação de novos saberes, pois os espaços de natureza⁸ se transformam sem deixar que a racionalidade e os valores das populações pesqueiras extrativistas artesanais sejam desrespeitados. O território de conservação não se restringe

⁸Aqui chamamos de espaços de natureza, as áreas territoriais de natureza, em que populações de matriz tradicional, a exemplo dos seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, indígenas, pescadores artesanais, etc. reproduzem geograficamente seu modo de existir.

estritamente aos limites físicos e geográficos definidos pela poligonal da RESEX, porque o espaço do pescador artesanal é definido pela dimensão do mar. A RESEX é o resultado significativo da luta social para proteção dos espaços de natureza das populações extrativistas, embora estes espaços sejam constantemente ameaçados por atividades econômicas incompatíveis com o disposto no plano de manejo da RESEX marinha, a exemplo da carcinicultura, da abertura de áreas de pastagens, monocultivo do eucalipto, incentivos à projetos industriais por parte do Estado, de exploração de madeira, do cercamento de áreas de manguezais, conflitos fundiários da especulação imobiliária, sobreposição de áreas (unidades de conservação), etc.

Por serem áreas de domínio público, mas concedidas às populações extrativistas de matriz tradicional, estes espaços de natureza sofrem muita pressão com a violência simbólica e coercitiva (BOURDIEU, 2017) dos setores políticos e econômicos, pois o valor atribuído à produção e ao trabalho de extração dos elementos da natureza⁹ são totalmente incompatíveis com exploração excessiva e em larga escala pregada, sobretudo, pelas elites no território e de seu entorno. Existe um respeito e um entendimento claro para as populações extrativistas marinhas sobre o que é ser natureza, portanto, se a produção do uso do território é feita por essa população, ela tem plena consciência que aquilo a pertence e, se a pertence, esse espaço é seu abrigo, sua morada.

Território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi (SANTOS, 2006b.p. 96).

A partir dessas observações, a pesquisa se baseia no pressuposto que na Geografia, pouco se aprofunda na estruturação e organização do Estado moderno brasileiro fundado na lógica desenvolvimentista e orientado por retóricas, imaginários, ideologias e conflitos de interesses, que indiretamente revelam a desigualdade racial presente no país. A pesquisa aborda essas questões, mas sem aprofundá-las, uma vez que estamos discutindo a função do território, a conservação da natureza e as populações de matriz tradicional, ou seja, neste caso, homens e mulheres pescadores(as) extrativistas marinhos. Segundo a professora Castro (1998), as populações tradicionais carregam em si, saberes, que a lógica cartesiana, pregada no modo de produção capitalista, insiste em não reconhecer. São

⁹Os rios, os lagos, os mares, o ar, o solo, etc.

saberes que fogem da compreensão formal e científica, mas que fazem todo sentido para aqueles que vivem diretamente da extração dos elementos da natureza. Portanto, esse estranhamento produzido pela contemporaneidade e pelo poder burocrático revela que os conflitos perpassam pelo controle, pelo acesso e pelos usos sobre e no território.

Saberes tradicionais, ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber, ao nível local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. No caso de comunidades marcadas por identidades étnicas, representadas como o “outro”, esses elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento (CASTRO, 1998, p. 6).

Nesta medida, a pesquisa tenta dialogar, confrontar, discutir e, sobretudo, aprender com diversos autores, de diferentes correntes epistemológicas e metodológicas conscientemente, por entender que para fazer ciência é preciso sair do seu lugar comum. Em muitas passagens, ressalta-se que certos autores não dialogam ou não seguem epistemologicamente a mesma linha de raciocínio ou corrente metodológica. Contudo, há nesta tese, uma tentativa de absorver as reflexões de autores de epistemes divergentes, mas que em alguns momentos são complementares e/ou necessárias para a construção do trabalho científico.

Por essas razões, a tese buscou meios para fazer essa reflexão a partir das reservas extrativistas, neste caso específico sobre a Reserva Extrativista de Canavieiras, como uma reserva territorial do Estado, ou seja, como um espaço de natureza, cuja função é resguardar espaço territorial e recursos naturais para serem explorados seguindo a lógica neoliberal. Pode parecer presunçoso ou até maquiavélico pensar que a máquina estatal se ocuparia de pensar estratégias para obter formas de controle sobre os territórios de conservação das RESEX, mas a bem verdade, o Estado brasileiro persiste em certos valores culturais incompatíveis com os princípios do modelo liberal-democrático¹⁰.

¹⁰Em um Estado onde prevalece o modelo liberal-democrático, áreas como meio ambiente são asseguradas pelo Estado. No caso do Brasil, que adota o modelo neoliberal, recursos para órgãos que cuidam de meio ambiente, saúde e educação tem sido constantemente sucateados para justificar o processo de privatização para mercados estrangeiros. Contudo no Brasil, as privatizações provam justamente o contrário. Segundo matéria dos jornais Diário do Comércio publicada em 14 de Março de 2018, Correio Braziliense publicada em 14 de 2018 e O Globo publicada em 10 de março de 2020, as privatizações de empresas de telefonia representam os maiores números de reclamações entre os consumidores, liderando o ranking de reclamações nos PROCONs (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor). Segundo matéria de O Globo, (CASEMIRO, 2020), as operadoras de telefonia e os bancos lideram a lista de reclamações. Outros exemplos confirmam que as privatizações podem representar grandes equívocos, vide o aumento de casos de desastres ambientais ligados à empresa Vale (DESIDÉRIO, 2019), como o desastre de Brumadinho

Prevalece no país um Estado neoliberal ineficaz, escasso e tímido na promoção de políticas públicas que atendam as demandas da população. A descontinuidade de práticas e hábitos democráticos, o favorecimento do desenvolvimentismo econômico de empresas estrangeiras, o entreguismo dos recursos naturais do país para nações estrangeiras e para o capital financeiro internacional, permitem a elaboração de uma construção subjetiva e de uma representação simbólica do redimensionamento do capital. Afinal, o capital sobrevive também das exceções e da reconfiguração dos interesses econômicos e sociais de indivíduos e dos grupos hegemônicos.

Todo esse movimento tem forte compactuação e influência das elites políticas do país, que adota decisões relativas às instituições políticas que fazem parte da sua base de apoio. Portanto entoar a retórica do progresso, do desenvolvimento econômico e do bem-estar material, da justiça socioeconômica e da democracia política apenas se restringe à esfera do imaginário, uma representação simbólica do que deveria ser uma democracia de fato. As falsas esperanças, o discurso padrão de uma cidadania que não se experimenta na prática é uma estratégia usual para aqueles que compactuam com a prática neoliberal. Esses antagonismos estão presentes no processo capitalista e ficam mais evidentes em governos neoliberais. As melhorias, as benesses, a partilha de lucros ficam com quem, afinal? Claro, que as minorias mais pobres só fazem parte deste montante no que diz respeito à exploração da sua força de trabalho, pois o lucro da riqueza produzida não muda de mãos, ela concentra-se entre os grupos hegemônicos. Essa lógica cruel permite que ciclos políticos e econômicos nunca se renovem, uma vez que o poder político e econômico se mantém entre as elites políticas, agrárias e financeiras do país. Esse exercício empírico é necessário para mostrar como o poder político e econômico do país é concentrado nas mãos dos mais ricos. Comumente valores ligados a justiça espacial¹¹, social e ambiental são descartados em prol de um progresso econômico que distância os homens e exaure a natureza em seus limites.

O pensamento neoliberal presente no Brasil age exatamente assim: exclui os sujeitos sociais de serem apenas sujeitos visando somente consumidores, eternamente reféns da sua força de trabalho para movimentar o consumo e de uma ascensão social distante quase impossível de ocorrer. O não exercício da cidadania em um Estado

(Fontes consultadas em matérias do site do Jornal espanhol El País publicada em 28 de janeiro de 2019 (CÂMPERA, 2019), da Revista EXAME em matéria publicada em 31 de janeiro de 2019, do site UOL publicada em 02 de fevereiro de 2020.

¹¹Ver em Revista Geotextos: Justiça espacial e comarcas no estado da Bahia (FONSECA; BARBOSA, 2017).

democrático de direito constrói cidadãos mutilados sobre seu real papel no mundo. O que fazem esses sujeitos? São homens livres e felizes ou são apenas consumidores? Consumir é apenas existir para o mundo do capital? Talvez para o mundo capitalista, a existência esteja atrelada ao quanto os sujeitos consomem no mundo, por isso, quando alguns grupos sociais rechaçam essa lógica ou seu olhar para mundo não está atrelado ao consumo, o capitalismo prontamente adota estratégias para sufocar e aniquilar a disseminação de racionalidades que veem o sujeito como ele é e não pelo o que consome.

A existência e a inexistência só se concretizam, só se tornam visíveis, palpáveis e perceptíveis por meio do corpo, que corporifica processos de exclusão e segregação, bem como relações hierarquizadas de dominação. O corpo é a condição existencial da vida e da vida social. Ele é socialmente construído e submerso em discursos, ideologias e processos de verticalização que definem sua existência ou inexistência. Ele personifica mundos, formas de vida e sua existência ou inexistência se dá em resultado ao espaço que lhe é socialmente destinado, às características corporais que trazem significados sociais e à sua materialidade, constituída pela forma como o corpo se apresenta (COSTA, 2018, p. 221-222).

Fica nítido perceber como o neoliberalismo produz cidadãos mutilados, pois quando as políticas públicas não atendem as necessidades básicas, previstas em lei para a maioria da população mais pobre do país é porque o direito a ser cidadão¹² foi violado. Para Sader (2013, p. 135), o neoliberalismo representa o projeto de realização máxima do capitalismo, na medida em que visa a mercantilização de todos os espaços das formações sociais. O grande equívoco para o Estado que se diz democrático é que na maioria da vezes, a adoção de medidas políticas e econômicas como empréstimos financeiros, reforma previdenciária, fragilização dos direitos trabalhistas da mão de obra trabalhadora, desconstrução das pautas ambientais, afrouxamento das leis ambientais são dos muitos exemplos vivenciados no país e que dão claros sinais que a política neoliberal empregada no Brasil precariza a vida dos sujeitos em detrimento da manutenção dos privilégios das minorias mais ricas do país¹³.

Por mais perturbador que pareça, a política neoliberal passou a se firmar no mundo sobretudo na América Latina. Os neoliberais alegavam que a regulamentação do Estado era um obstáculo ao crescimento econômico, logo, o controle estatal deveria ser reduzido,

¹²Em sua obra Espaço do Cidadão, o professor Milton Santos (2007) aborda como os indivíduos foram suprimidos dos direitos elementares de forma rápida e brutal, tornando-se meros consumidores.

¹³Segundo matéria do site UOL publicada em 19 de agosto de 2019, o Brasil lidera o ranking de concentração de renda global. A matéria do site traz a seguinte manchete: Super-ricos no Brasil lideram concentração de renda global. Entre os países democráticos, nenhum outro tem maior acúmulo de rendimentos no 1% do topo; na crise, a miséria voltou a subir, mas houve forte queda nos anos 2000.

de modo a favorecer o livre-comércio. Segundo Sader (2013), os paradigmas da política neoliberal brasileira iniciaram-se no governo Fernando Collor (1990-1992) com o corte de gastos públicos e o arrocho salarial dos servidores, mas só foi retomado tardiamente no governo Fernando Henrique Cardoso, (1994-1998); (1998-2002). Para o autor, o país vivenciou sua transição democrática sem ter democratizado o poder econômico no Brasil.

FHC revelava a consciência clara de que o Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado. Desregulamentou a economia, abriu o mercado interno, promoveu a precarização das relações de trabalho, privatizou o patrimônio público a preços mínimos, submeteu a política externa às orientações dos Estados Unidos. Depois da estabilidade monetária, o impulso de apoio ao programa neoliberal terminou e, após três crises, sempre com empréstimos e acordos de ajuste do FMI, a economia brasileira entrou em profunda e prolongada recessão, da qual só sairia no governo Lula. Fracassou o projeto que havia pregado que a estabilidade monetária, por si mesma, geraria modernização econômica e distribuição de renda. O neoliberalismo no Brasil promoveu dois fenômenos centrais, ambos negativos: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. A desregulamentação liberou os capitais dos seus entraves e eles buscaram no setor financeiro, maciçamente, as melhores formas de maximização dos lucros. Os investimentos especulativos se tornaram muito mais atraentes do que os produtivos, gerando uma brutal transferência de renda de uma esfera para a outra. O Estado se tornou refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento (SADER, 2013 137-138).

Isso é muito grave, pois percebe-se que o país tem sido gerido por governos cada vez mais elitistas, pouco republicanos e utópicos para aqueles que almejam e comungam pelos princípios democráticos de direito, como a cidadania. No Brasil, a privatização de serviços públicos, a exemplo da cobrança dos serviços de água, tem comprovado que esta medida não tem trazido soluções positivas para a população. Ao contrário, há muitos casos em que a mercantilização e a privatização destes serviços aumentou consideravelmente o número de reclamações pelos usuários.

A partir de algum tempo, uma das condições da concessão de empréstimos,^{8(sic)} bem como da renegociação de dívidas, é a privatização dos serviços de água. Percebe-se, assim, a crueldade com que esses organismos internacionais atuam, coagindo países pobres e sem condições de transacionar a assumirem obrigações que são contrárias aos interesses de suas populações, já que a água deveria ser tratada, em todas as partes do mundo, como um bem público, insuscetível de apropriação por particulares, e, em especial, por gigantescas corporações internacionais, pois, se a lógica do mercado se cristalizar em nível global, apenas àqueles que possuem condições financeiras estará garantido o acesso à água, e não para os pobres, que terão direitos fundamentais como a saúde, a vida e a dignidade da pessoa humana afetados letalmente (VIEGAS, 2005, p. 28).

A partir desta reflexão, pode-se analisar como o Estado brasileiro se comporta diante da dialética do entreguismo, geração de riqueza para os mais ricos e pobreza extrema da maioria da população do país. Esse jogo de poder é necessário para entender a necessidade e a importância da manutenção dos elementos da natureza e da existência espaços de natureza, que aqui são entendidos as como áreas verdes das UCs de proteção integral e de uso sustentável do país. É dessa exceção, ou seja, das reservas de natureza que ainda existem no país, que o Brasil imputa sua imagem de país zeloso do meio ambiente e atento às questões ambientais, o que na verdade não é. O jogo simbólico e representativo ligado às questões ambientais restringe-se ao campo teórico e discursivo pelas elites políticas, pois na verdade, a relação com a natureza é pautada na manutenção do modelo desenvolvimentista, subserviente e até entreguista. É a partir deste conflito, da fragilidade da RESEX de Canavieiras frente às pressões do capital, aos usos sobre o território, as possibilidades e os potenciais que os territórios de conservação se tornam espaços de esperança para as populações extrativistas. Aqui, nesta pesquisa e a partir do olhar atento de Harvey (2015), entende-se os espaços de esperança não só como um espaço territorial que expressa a vontade, os desejos pessoais dos sujeitos, mas também um sentimento de rebeldia, que impulsiona olhar a vida para além das fronteiras impostas pelo modo de produção capitalista.

Compreender esses conflitos é necessário sobretudo para entender como a dialética funciona e como ela está presente no espaço concreto, justamente porque este espaço é composto por grupos sociais com distintos, sobretudo porque possuem diferentes racionalidades sobre economia, política e cultura. Essas diferenças são partes integrantes da totalidade que se manifestam no território do Estado-Nação, portanto, o conflito existe porque a manifestação da tensão dialética presente entre os diferentes grupos revela quais os interesses e anseios que cada grupo busca para si. Isso faz todo sentido para compreender como o sistema político e a máquina estatal operam sobre as minorias e como tudo aquilo que é uma exceção, torna-se um ponto fundamental e significativo para permanência do ciclo do capitalismo. Afinal não se pode esquecer que o capitalismo vive ao mesmo tempo da exceção, do excêntrico, da exclusividade, do desejo inventado e visto como necessidade, da obsolescência planejada, que torna tudo volátil e com prazo de validade e de todas as formas que dê continuidade ao seu modelo. Nesse interim surge uma pesquisadora no mundo, surgem as reservas territoriais, os espaços de esperança e a utopia presente no coração dos sujeitos sociais de direito.

Desta forma, a tese se divide em 5 capítulos. O primeiro aborda a construção, a fundamentação das ideias e dos conceitos-chaves da tese, ao fazer uma discussão sobre o conceito de Estado e de território, assim como uma reflexão sobre o papel do Estado moderno e capitalista brasileiro. No segundo capítulo, há uma apresentação sobre a estrutura ambiental brasileira e como essa organização foi importante para a criação das áreas protegidas no país. O terceiro capítulo é feito uma discussão sobre as áreas protegidas no Brasil com a consequente implementação das unidades de conservação através da Lei 9.985 e a institucionalização das reservas extrativistas brasileiras e baianas. O quarto capítulo é feito uma discussão sobre o Estado moderno e territorial brasileiro e os conflitos presentes nos territórios de conservação. O quinto e último capítulo discute o território da RESEX, partindo do princípio da esperança, da utopia e da autonomia. Faz uma discussão sobre o sentido e a importância da esperança para a construção de novas utopias e como esta torna-se um portal para a conquista da autonomia. É neste capítulo, que também são feitas reflexões acerca da influência do Estado e do dinheiro no território da RESEX e de como a autonomia é a porta para a liberdade, para a concretização de utopias, mas necessária para a manutenção da esperança.

MARCO TEÓRICO–CONCEITUAL

A abordagem teórica da Geografia presente nesta tese centra-se na compreensão do papel político exercido pelo Estado brasileiro sobre os usos e conflitos territoriais na RESEX de Canavieiras. Para compreender esta realidade e com base nas concepções teóricas apontadas nesta pesquisa, o conceito de Estado e a categoria analítica Território são fundamentais para analisar os fenômenos de forma lúcida, crítica e como os mesmos se repercutem no espaço geográfico. O alicerce analítico do projeto utiliza uma revisão teórica sobre a formação do Estado moderno fundamentada pelas teorias de Estado de Platão, passando por Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Ratzel, Marx, Gramsci, Weber chegando aos mais contemporâneos como Lefebvre. O desafio colocado nesta tese é sistematizar e dialogar a discussão sobre a atuação e o direcionamento do Estado Moderno da realidade atual dos conflitos ambientais a partir das perspectivas de diferentes autores e de diferentes escolas e correntes metodológicas como Marx, Gramsci, Weber, Bresser-Pereira, Castoriadis, Raffestin, Giddens, Santos, Bourdieu, Poulantzas e Quijano sobre os usos e os conflitos sobre/no território, neste caso, o território da RESEX

de Canavieiras. Nesta pesquisa, ela é entendida como território de conservação a partir de autores como Harvey, Saquet, Gottman, Moraes, Silva e Capel. Nesse horizonte de leituras e análises, o ponto central dessa reflexão é contrastar o modelo de território pensado e desenvolvido pelo Estado brasileiro e o dos agentes hegemônicos dominantes, mercados financeiros e especulativos com o território de uso e de esperança das populações extrativistas tradicionais.

OS CONCEITOS E SUAS REPERCURSSÕES

Os conceitos não são formações estáticas e absolutas; são plásticos, possuem diversas definições e cada pesquisador/observador poderá defini-los cientificamente, a partir da sua visão de mundo. Os conceitos soam poéticos, denominam padrões de linguagem que traduzem e delimitam a construção de uma ideia, um fenômeno manifestado no espaço e no tempo. Deste modo, a elaboração de ideias, a abordagem dos fenômenos, ações e objetos são analisados, conceituados e valorados de acordo com a noção e a conotação que o pesquisador estabelece dentro do universo pesquisado. Embora Lefebvre (1983) seja um autor que não siga fielmente as correntes metodológicas utilizadas pelos autores centrais desta tese, sua análise sobre a construção dos conceitos é interessante e vale a pena ser ressaltada, pois reforça a importância do uso e a aplicação conceitual em uma pesquisa científica, ao dar compreensão, força e clareza ao fenômeno e ao objeto pesquisado.

Para o autor os conceitos emergem e são formulados em condições denominadas "historicais", isto é, devem-se muito à história geral da Europa e aos países centrais, uma vez que a história do conhecimento, da filosofia ou das tais ciências universais revela o período histórico no qual estão inseridos. Cada conceito esclarece as circunstâncias do seu nascimento e o seu contexto histórico (LEFEBVRE, 1983). Assim, cada pesquisador/observador, ao construir um conceito, conseqüentemente revela seu tempo histórico e a influência da sua compreensão sobre os fenômenos e objetos pesquisados.

Quase sempre as inquietações promovem, buscam respostas e novos entendimentos sobre o mundo e as sociedades humanas. O conceito cumpre essa função cognitiva de traduzir o contexto histórico da ideia, do objeto e do fenômeno a ser observado, segundo o ponto de vista daquele que o observa. A construção de uma ideia e

a compreensão de um fenômeno diz muito como cada sociedade pensa, se comporta a uma dada situação e em cada momento histórico. Cada grupo social tem sua noção de mundo, logo, possui uma organização própria, um conjunto de regras e valores sociais e morais que se diferem no tempo e no espaço. Assim, o entendimento de um conceito poderá variar, se impor e/ou ser compreendido por múltiplas formas, pois cada grupo social atribui valores, interpretações e significados distintos sobre o conteúdo social de um fenômeno.

Nesse sentido, as sociedades modernas ocidentais emergem com novas necessidades, novas demandas que respondam ou que ajudem a explicar e a compreender as transformações dos fenômenos, ou seja, a substituição de ideias provindas de ações passadas, por ações do tempo presente. As noções e os conceitos sobre Estado e Território apresentados e desenvolvidos nesta tese expressam a importância da transformação das ideias e dos fenômenos sobre a ação humana na vida política, no cotidiano e consequentemente sobre os usos do território. Assim, todo e qualquer conceito reflete o período histórico da sua construção e do desenvolvimento da sua ideia. Por não ser estático, ele acompanha as urgências, as etapas, as ações humanas, e essas transformações dialogam entre os tempos presentes e passados de modo a compreender a natureza das ações humanas e o propósito dos seus fins. Cada objeto técnico reflete a ação concreta humana, logo, ao construir e humanizar um conceito, a ideia e o fenômeno são materializados, dando sentido aos propósitos e objetivos da sua criação. Hoje, pode-se perceber como o sistema produtivo e o dos meios de produção influenciaram no processo de criação de ideias nas sociedades capitalistas.

Por mais que seja difícil negar ou admitir, muitos conceitos são constituídos para validar uma ideia já pré-concebida pelo sistema produtivo. A instrumentalização da reflexão de uma ideia transmite ao conceito um nível de abstração e de consenso dentro de um dado domínio. É nesse sentido que o valor da ideia, imbuído de juízo de valor, de noção, de sentido semântico da linguagem para a apreensão do fenômeno pode transformar, induzir e até mesmo moldar o comportamento social dos indivíduos, logo, os pensamentos, as ideias; aquilo que os indivíduos imaginam conceber já vem pré-estabelecido no ideal do sistema produtivo. É bem verdade que um conceito, ao ser constituído, pode ser extremamente importante para a produção dos comportamentos sociais, uma vez que ele é o procedimento abstrato da manifestação do fenômeno, cuja função é determinada por um dado contexto histórico. Em síntese a estruturação do

pensamento conceitual e a materialização de ideias foram rapidamente utilizadas pelo modo de produção capitalista e as elites dominantes, ao homogeneizar o comportamento dos indivíduos. Reforça-se a influência da padronização dos comportamentos e costumes sobre os indivíduos, porque acredita-se que os sujeitos sociais - aqui entendidos por sociedades de matriz tradicional - não absorvem tão facilmente racionalidades que impliquem na mutilação dos valores e saberes de seus antepassados. Esse processo tem sido decisivo na construção de racionalidades, muitas vezes favoráveis aos mercados e ao modo produção. O efeito ideológico das ideias produz a naturalização dos sentidos. Como em um efeito cascata, constrói-se um discurso de unicidade, de modo que a homogeneidade e a padronização sejam comportamentos vigentes nas sociedades ditas modernas. A repercussão desse processo também recai sobre a ciência, que também faz esse movimento, ao identificar um novo fato científico; por conseguinte, um novo fenômeno pode dar início a um novo conceito que influenciará e/ou transformará diferentes comportamentos sociais.

A conceituação de um fenômeno poderá ter infinitas possibilidades, compreensões e usos, a depender daquele que os utiliza. Nenhuma sociedade moderna dependeu tanto da compreensão e noção do conceito de Estado quanto as sociedades ocidentais. O desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e culturais nas sociedades ocidentais modernas foi desencadeado por um processo geral de racionalização produzida no cerne do Estado Moderno. Na modernidade, o Estado passou a direcionar a vida social dos indivíduos¹⁴. Torna-se um ente que assume o controle do convívio social e determina as regras para que tal existência comum entre os homens seja minimamente sadia.

[... Muitas teorias foram elaboradas para explicar o surgimento do Estado e as razões pelas quais os indivíduos acabam por se submeterem a uma autoridade que lhes dita regras e os pune quando necessário...] (MACHADO; SILVA, 2014, p.22).

¹⁴A ideia de indivíduo e de sociedade é relativamente nova; surge juntamente com a emergência do mundo moderno. No entanto, o conceito de indivíduo tem um passado mais longo, mas que só ganhou forma, como a concebida na atualidade, com o advento da sociedade capitalista [...] A noção de indivíduo foi se evidenciando no desenvolver da Idade Moderna, de modo muito mais complexo e ambíguo do que se poderia supor nos primórdios da modernidade. Essa dinâmica conceitual que representa a si mesma como resultado de uma verdadeira Revolução Científica não se faz sem as próprias modificações no âmbito social, político e econômico (CURADO, 2015, p. 9). Na idade moderna surge a concepção da liberdade como um dom natural concedido por Deus aos homens. Segundo Curado, a Igreja Católica e as primeiras Igrejas Protestantes, como as Luteranas e Calvinistas, articulam a crença entre seus fiéis em um Deus onipotente, com ênfase no livre-arbítrio, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade dos próprios atos (Idem, Ibidem, p. 7).

Portanto, o entendimento feito entre os indivíduos sobre a ideia ou a noção do Estado, enquanto instituição que coordena a vida e os valores em sociedade, mostra como a consciência do conceito foi ganhando novos contornos e entendimentos ao longo do tempo. O processo histórico é importante porque mostra o caminho percorrido das ideias para se chegar a uma consciência, que por muitas vezes torna-se universal. Embora as ideias sejam transformadas, superadas, ganhem novos sentidos e interpretações, a liberdade individual de pensamentos a cada dia passa a ser reduzida à reprodução e à racionalização do *modus operandi* do capital. Mesmo com todos estes fatos expostos, ainda assim, a presença das ideias mostra a capacidade dos homens em transformar constantemente sua compreensão sobre a ciência, sobre o espaço, sobre os usos do território e sua existência em sociedade. Essa inquietação que move os homens se reflete na paisagem e na combinação de vários tempos presentes suscetíveis a novas transformações.

Embora, as sociedades modernas sejam dinâmicas e seus processos estejam em constante movimento, a falta de clareza e de entendimento se reflete em alguns conceitos, causam confusões e diferentes interpretações. Por exemplo, a dimensão do espaço geográfico e, conseqüentemente, os usos do território: são conceitos muito ligados e utilizados nas esferas políticas do Estado, portanto, o Estado se apropria de muitos conceitos e os impõe para o restante da população. Veja-se os exemplos sobre a noção dos conceitos de bem público, de coletivo, do que é de todos e a serviço para todos, para o que é privado; há muita confusão sobre as dimensões fundamentais dos conceitos. Isso se repercute na forma como o Estado se impõe e como a democracia é exercida de fato. É bem verdade que quando um conceito é apropriado por alguns indivíduos e agentes hegemônicos da sociedade, o Estado toma posse. Essa construção de conceitos pelo Estado e pelos agentes hegemônicos da sociedade pode construir uma realidade que não condiz com os demais agentes sociais menos favorecidos economicamente. Logo, as representações dominantes em uma determinada classe com maior poder econômico dentro da sociedade não podem e não devem tornar-se um ponto de vista unilateral.

Essa confusão é claramente notada quando aquilo que é público vai perdendo sentido e os indivíduos não têm a dimensão do seu valor. Segundo Fioravanti (2013), o Público “[... tende a exorbitar e a violar arbitrariamente as esferas dos indivíduos, e o ponto para além do qual, na dimensão inversa, a extensão dos poderes dos privados tende a ameaçar a integridade da *res publica*]” (FIORAVANTI 2013, p. 9). O autor explicita

que essas duas dimensões, o público e o privado surgem do “modelo constitucional” que antecede a Constituição italiana de 1948. Para compreender a relação dessas dimensões:

É necessário, porém, ampliar a visão para além dos limites nacionais. E preciso compreender que o que estava acontecendo na Itália naqueles anos fazia parte de uma mudança geral mais objetiva que ia além da derrocada das soluções ditatoriais e totalitárias em seus respectivos solos nacionais. Em outras palavras, estavam se estabelecendo as bases para uma nova forma política, que hoje chamamos de democracia constitucional [...] A democracia constitucional de hoje – aquela que vem sendo definida historicamente sob nossos olhos – não é mais uma democracia puramente parlamentar ou puramente popular, no sentido de uma democracia da vontade geral, que se constrói substancialmente segundo a regra da maioria. Antes do povo que escolhe a sua maioria e os seus representantes, há um povo que estabeleceu na Constituição as regras fundamentais da sua existência. Antes da diretiva política de maioria há a diretiva constitucional. Pode-se dizer de um modo um pouco enfático: o povo da Constituição prevalece sobre o povo da maioria. A Constituição, portanto, precede todos os poderes constituídos, incluindo o do legislador representante do povo soberano. Esta simples ideia, da supremacia da Constituição, é antigüíssima e, ao mesmo tempo, atualíssima, porque renovada pelo movimento constituinte geral, e também italiano, ocorrido na metade do século passado, que a colocou na base da rejeição da guerra, do extermínio e do totalitarismo (FIORAVANTI 2013, p. 10-11).

Logo, o autor acredita que uma Constituição democrática requer a garantia de limites e a segurança que os direitos fundamentais e necessários para os indivíduos serão protegidos para o desenvolvimento de uma vida “livre e digna”. Fioravanti reforça a duplicidade das constituições italiana e europeia, sobre o princípio de indivisibilidade dos direitos fundamentais da pessoa, civis, políticos e sociais, visto que somente uma pessoa “livre” na própria esfera e dotada dos mínimos bens necessários (financeiros e influência na esfera estatal) pode se tornar um cidadão politicamente ativo nas esferas públicas e coletivas. Se transpor para realidade da Constituição brasileira atual, os princípios são bem semelhantes.

No século XIX, a igualdade de direitos era questionada por pensadores liberais, muitos entendiam que os direitos civis assegurados na Constituição poderiam prejudicar as necessidades dos mercados, uma vez que o liberalismo prega a redução da intervenção pública ao mínimo possível. Por conseguinte para os liberais, o “excesso” de direitos para os indivíduos soava como uma ameaça para as teorias e mercados econômicos. Embora todos os bens constitucionalmente protegidos possam ser ameaçados não apenas por uma autoridade pública, mas também por uma força econômica privada, é necessário ressaltar que ambos, o público e o privado, são limitados e dimensionados pela Constituição. Apesar de muitas vezes, o privado e as forças econômicas sobreporem o interesse do público e do coletivo, o Estado tem o controle e o dever de intervir pelo bem público do seu território.

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia (GOTTMAN, 1975 apud FARJADO; DUARTE, 2012, p.523).

Que fique claro que existe muitas definições para o conceito de território¹⁵, embora, esta por exemplo, traga uma visão clássica que evidencia a porção física do espaço geográfico e a ideia de estado-nação. Ao longo desta discussão, os leitores vão perceber que serão utilizadas outras noções conceituais para o conceito, de modo que todos compreendam que, assim como a ciência, os conceitos passam por muitas transformações.

Fioravanti (2013) chama atenção para nossa vivência histórica da noção de democracia, a que ele se refere a um novo tipo histórico de democracia:

A democracia constitucional, fundada sobre os direitos da pessoa, que, por sua vez, fundam-se na supremacia da Constituição. É uma luta dura porque a supremacia da Constituição tira poderes, reduz arbítrios, impõe obrigações e, sobretudo – como nós vimos – tende a impor-se a todos os poderes, públicos e privados. É compreensível, assim, que se trate de uma supremacia a que fortemente se opõe. [...] Esse dilema as democracias contemporâneas não podem se livrar, pelo menos até quando existir a Constituição. E, por outro lado, “sair da Constituição” significa realmente abandonar o modelo de relação entre Público e Privado por essa desenhado, e que limita ambos: o primeiro não pode mais se expressar com a linguagem do legislador onipotente, pensando que pode normatizar todos os aspectos da vida individual e das relações, e portanto, não pode arbitrariamente invadir a esfera dos cidadãos; mas também o segundo não pode ser terreno para o desenvolvimento de poderes desmedidos, sobretudo econômicos, incidentes de modo não menos perigoso sobre os direitos fundamentais da pessoa. A Constituição, em suma, não prega nenhuma virtude, nem do Estado, nem do mercado, simplesmente porque pensa que tanto um quanto o outro podem violar os direitos da pessoa [...] o modelo constitucional de relação entre Público e Privado é, em última análise, o da dupla limitação e, portanto, do duplo valor da Constituição, que se opõe sempre a um e a outro se ela mesma, e os direitos fundamentais nela consagrados, todas as vezes que as razões de um e de outro tornam-se imoderadas, sejam as razões de um Público que pretende invadir a esfera dos indivíduos, ou a de um Privado que, em razão de sua potência econômica, pretende dominar a cena pública (id., ibid. 2013, p. 21-22).

No Brasil, o Estado democrático de direito foi implantado com Constituição Federal de 1988. Em seu Art. 3º inciso IV, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Logo, o Estado Democrático brasileiro baseia-se no princípio da soberania popular, pelo qual o povo é titular do poder

¹⁵Essa ideia é bastante debatida no artigo “O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural”. SPÓSITO. Eliseu Savério.; SAQUET, Marcos Aurelio. 2016.

constituente, ou seja, é o ente que legitima todo o poder político. Configura-se, assim, a exigência que todas e cada uma das pessoas participem de forma ativa na vida política do país. A ideia, desde os tempos da Grécia Antiga, era que o povo governasse e executasse as tarefas administrativas do Estado, tendo plenos poderes para sua gestão. Contudo é preciso considerar que a participação dos indivíduos na vida política do Estado sempre foi restritiva, pois embora o poder emane do povo, desde o princípio do Estado Moderno, a categoria povo se limitou a uma determinada parcela da sociedade. Por isso não havia a participação de todos os membros do Estado, pois as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros não eram considerados cidadãos.

Entre os anos 427 a.C. a 348 a.C, Platão já afirmava que o Estado é o prolongamento da alma, entendendo o homem como um animal político (SANTOS, A., 2008). O Estado platônico condicionava a qualidade do Estado à dos seus cidadãos, ou seja, as qualidades do Estado significam as qualidades dos indivíduos que o compõem. Para Platão sua República buscava eliminar a distância entre o Estado e os muitos estados dos seus cidadãos, compreendendo que o Estado é e deve ser a composição dos estados individuais de cada cidadão. Segundo o Estado ideal platônico, o espaço era coletivo, pois nele, as desigualdades sociais se resolviam no conceito de propriedade comum, inclusive entre os cônjuges e os filhos. A propriedade individual, segundo Platão, era o germe do mal que contaminava paulatinamente os cidadãos, suas virtudes fundamentais, sem as quais era impossível a um Estado garantir o bem estar geral. Platão afirmava que tão logo um homem começasse a ficar mais rico que outros deveria exercitar suas virtudes, através das quais perceberia que sua riqueza não o faria um ser melhor. Ademais, as virtudes do Estado e as suas próprias seriam as primeiras a serem sepultadas sob sua riqueza nascente.

Platão aponta a propriedade individual como um mal para a relação entre os indivíduos, ou seja, o que hoje entende-se por propriedade privada gera diferenciação entre os homens (FIGUEIREDO, 2016). Embora essa diferenciação já existisse com outros contornos, segundo as análises de Aristóteles, os “indivíduos prudentes” usufruem e fazem parte do Estado, ou seja, estes indivíduos fazem parte de um grupo seletivo da sociedade. Deste modo, os anseios do Estado se restringem a uma parcela específica da sociedade. Diferente das ideias de Aristóteles, mas sustentando o argumento sobre a natureza dos homens no mundo moderno, Hobbes (1588-1679), ampara sua concepção de Estado de natureza ao afirmar que “*O homem é o lobo do homem*”. Segundo o autor, há em todo ser humano o anseio de destruição e de manutenção do domínio sobre seu

semelhante, estabelecendo assim uma competição constante e um estado de guerra (AGRIZZI, 2018). A ambição afasta os homens dos sentimentos de irmandade, de tolerância e de solidariedade. Deste modo, faz-se necessário a existência que o poder esteja acima das pessoas para que esse estado de guerra constante seja controlado. Segundo a teoria de Hobbes, o Estado surge como forma de controlar os “instintos de lobo” que existem no ser humano e, assim, garantir a preservação da vida. Esse Estado visaria a manutenção do respeito entre os homens através das leis e, em vista disso, constitui uma “sociedade justa” objetivando o bem comum. A sociedade “justa” no mundo moderno é compreendida para uma privilegiada parcela do povo e também com o controle do Estado na vida dos indivíduos.

Hobbes, assim como Locke, acredita no ser humano e no seu estado de natureza, embora os dois autores discordem e discorram sobre entendimentos distintos sobre o estado de natureza. Hobbes define o estado de natureza como um estado de guerra, insegurança e violência, enquanto Locke defende a tese que a humanidade é anterior à sociedade e ao Estado, portanto, o estado de natureza é algo real e a maioria dos seres humanos a vivenciou. O estado de natureza segundo Locke é um estado de paz e harmonia com homens dotados de razão e consumidores da liberdade e dos direitos naturais (RIBEIRO, 2017).

Enquanto o pensamento de Hobbes se aproxima do realismo, as ideias de Locke se avizinham do empirismo e do racionalismo. Locke sofreu forte influência dos valores tradicionais do século XVII, por isso seu racionalismo político perpassa pelos dogmas cristãos. Ele justificava suas teorias alegando que os homens eram dotados de razão e possuíam suas propriedades, a vida, a liberdade e os bens por causa de Deus. Dizia que a terra é um direito comum a todos, por ser uma doação de Deus e que somente o trabalho digno, do homem sob ela a tornaria sua propriedade privada. Assim, Locke justifica que Deus escolhe alguns indivíduos para receber a terra e que, quando esse direito é ameaçado, ou seja, quando a propriedade privada é ameaçada, o estado de guerra surge dentro dos homens. A teoria de Locke deixa evidente que a propriedade privada é restrita para os escolhidos por Deus e a insegurança, promovida pelos não escolhidos, justifica a criação de um contrato social, como uma maneira do Estado atuar em serviço dos cidadãos.

O Estado é basicamente um corpo político único, dotado de legislação e de força concentrada da comunidade para preservar a propriedade e proteger os indivíduos dos perigos internos e das invasões estrangeiras. Segundo a teoria: “o contrato direciona o

Estado no consentimento de todos, que desejavam criar um órgão para fazer justiça e manter a paz”. Desta forma em prol da paz e do controle social, os poderes individuais são transferidos para o Estado para o benefício comum dos indivíduos.

Assim como Thomas Hobbes e John Locke, Jean-Jacques Rousseau deu prosseguimento à doutrina contratualista no século XVIII. Durante o período iluminista pensadores contratualistas buscavam justificar reformas do Estado, minimizando o poder despótico dos monarcas absolutos. Para Rousseau a legitimação do poder de uma sociedade civil organizada se faz por meio de um contrato social. Dentre os princípios do seu pensamento está o direito natural e político capaz de transformar o indivíduo em um ser social. Sua compreensão sobre o estado de natureza dos homens é que todos são amorais. Nada mais são do que bons selvagens que não possuem conhecimento do que é bom ou mau. Os homens são iludidos pelo discurso dos homens ambiciosos e quando convencidos a abrirem mão da sua liberdade em troca do trabalho, ou seja, da servidão e da miséria, o pacto social torna-se injusto (ROUSSEAU, 1999).

Para Rousseau a propriedade privada é a raiz de todos os males. Os ricos e os poderosos dominam a sociedade em detrimento dos demais, ou seja, preserva-se o interesse de alguns e não os interesses de todos. Em vista disso, o Estado seria uma criação dos ricos para assegurar seu lugar na sociedade. Transportando a leitura de Rousseau para o século XXI, o contrato social demonstra dubiedade ao afirmar que a constituição seria unânime entre todos, baseado na igualdade dos homens, visto que apenas uma parcela dos indivíduos seria os tais “homens bons e livres” da sociedade. Se o Estado é criado para os ricos e somente alguns indivíduos participam do contrato social, então a igualdade entre homens não existe, uma vez que eles se diferenciam por meio do poder, dos bens, dos recursos financeiros e da propriedade privada. A teoria rousseauiana justifica o contrato social como reunião de forças individuais que se unem em prol de uma vontade comum capaz de proteger a todos os indivíduos contra aquilo que constitui uma ameaça contra a liberdade e a conservação dos particulares.

Rousseau assim como Hegel concorda que a particularidade e a universalidade devem conduzir uma relação de mútua satisfação dos indivíduos e por essa razão, Hegel, à diferença de Rousseau, alega que a efetivação da liberdade requer a inserção do indivíduo na comunidade política. Por ser o Estado uma instituição cuja existência não se condiciona pelo acordo unilateral dos particulares, Hegel afirma que o Estado é antes necessário e precedente à existência do indivíduo tomado em sua singularidade

(SCHÄFER, 2010). O Estado, portanto, seria reflexo das ações e condicionamento dos seus indivíduos.

Hegel discorda com a visão contratualista e refuta o postulado do indivíduo em sua singularidade. O Estado é uma instituição cuja existência não pode ser condicionada pelo acordo unilateral dos particulares, mas esse é antes necessário e precede a existência do indivíduo tomado em sua singularidade (SCHÄFER, 2010, p. 249).

Em sua visão, o uso das faculdades cognitivas é capaz de discernir o que é melhor para a prosperidade e a preservação da instituição estatal. O pensamento hegeliano acredita que o Estado não precisa depender da relação contratual estabelecida entre as individualidades, pois ele se realiza no desdobrar da razão imanente à história e com a inserção do indivíduo na comunidade política. Ao indivíduo não compete questionar a existência do Estado em si, mas averiguar o Estado existente com vistas a transformá-lo, conforme se expresse o *status quo* e desde que os interesses particulares sejam desconsiderados. A lógica hegeliana exige, antes de mais nada, a participação ativa das consciências particulares na comunidade política para que sejam protagonistas e façam uso de sua racionalidade para o bem comum (BRUHL, 2013).

Sob forte influência hegeliana, Ratzel, seu pupilo intelectual, pautou o Estado como um domínio geográfico, compreendido e centrado em um único núcleo de poder e na ideia de fixação em solo, como meio viável a exploração das potencialidades existentes nos “territórios conquistados”. Seu pensamento em Geografia foi utilizado para justificar o expansionismo alemão e legitimar o recém constituído Estado alemão. Pode-se dizer que esse pensamento foi crucial para se criar uma atmosfera de naturalidade para os indivíduos, de modo que o expansionismo europeu fosse urgente para a criação de novos territórios e de um novo mercado consumidor. Claro que a formação de novos impérios coloniais no continente asiático e africano tinha apenas uma visão unilateral, que era beneficiar as populações europeias, uma vez que o território é tratado como recurso e mais uma vez o colonizador marginaliza seu colonizado. A teoria expansionista também foi utilizada por Adolf Hitler, que pretendia criar um império colonial em África (II Guerra Mundial). Além disso, foi o autor que deu a significação espacial para o conceito de Estado e sua concepção foi amplamente utilizada na Geografia política. Contribuiu fortemente para as noções dos conceitos de fronteiras e hierarquias de níveis no território.

Assim como Ratzel, vários autores construíram seus postulados sobre a teoria de Estado. O século XX foi marcado pelo marxismo, teoria libertadora expressa em método

de análise, conhecido por materialismo histórico. A teoria marxista estabeleceu ao longo dos anos uma análise sobre a relação entre as forças produtivas e as relações de produção, confrontando diretamente a visão de realidade dos grupos dominantes sobre os grupos dominados. Para Marx, um dos precursores, a nova teoria rompia de vez com pensamento do século XIX, pois compreendia com clareza a atuação e influência dos indivíduos oriundos das classes dominantes sobre a formação e administração do Estado. Afirmava que a visão de mundo, os modelos de família, de religião, de leis e de ideias políticas eram centrados por aqueles que detinham poder e que, portanto, era necessário libertar a humanidade da exploração material e de tantas outras opressões de natureza simbólica.

Essa forma de pensar o mundo fez Marx compreender o Estado como uma instituição classista que não representa a sociedade em sua totalidade, pois está sempre a serviço de um grupo (classe dominante) enquanto relega os grupos menos favorecidos para fora a esfera de decisão política. Todavia o Estado não é o determinante da organização da sociedade, mas sim, a sociedade que, em suas relações de classe, determina a estrutura do Estado. Por isso aqueles que detêm “o poder político do Estado” representam e administram os interesses comuns da classe burguesa. Desse modo, Marx afirmava que a organização estatal é uma intuição puramente burguesa, organizada para garantir e atender os anseios dos grupos dominantes.

Embora Marx tenha exercido forte influência sobre muitos autores do século XX, muitos pontos de sua obra foram questionados por contemporâneos de sua época como Max Weber, um crítico mais ferrenho da teoria de classes¹⁶ marxista, e Antonio Gramsci, que discordava que o Estado fosse o único representante da classe burguesa. Weber propunha que as classes e o desenvolvimento capitalista deveriam ser analisados por meio de concepções abstratas, pois o tempo histórico não tem relação no desenvolvimento das características das sociedades europeias, confrontando completamente a existência do tempo histórico sobre o real e o concreto. Considerava a classe como uma existência objetiva, independentemente do tipo de consciência que os homens possuam, pois a consciência só existe para agir em defesa de interesses econômicos comuns. Segundo Weber a existência de classes não tem relação direta com a economia, pois a mobilidade dos indivíduos é realizada por outros meios. Rompe com ideia marxista de que o capitalismo leva à pauperização dos trabalhadores e também nega a existência de duas

¹⁶Para Marx o fenômeno de classes é produzido pelo processo econômico gerado no modo de produção capitalista e o conflito de classe é gerado pelos diferentes interesses materiais entre a classe burguesa e a classe operária.

classes homogêneas, capitalistas *versus* proletários. A relação de classes weberiana é mais diversa com quatro grupos de classes sociais distintas no capitalismo: classe operária manual, pequena burguesia, trabalhadores *white-collar*¹⁷ não proprietários (técnicos, vários tipos de empregados *white-collar*, servidores civis) e privilegiados oriundos da propriedade e da educação (GIDDENS, 1975). Além da diversidade de classes, o Estado weberiano é baseado na dominação que se constitui na instância de tempos, ou seja, o Estado é a própria dominação, pautada na violência física legítima justificada através do poder político e controle do Estado.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o “território”, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima [...] o Estado tem o poder de coerção sobre os indivíduos, e de formular leis para controlar a conduta da sociedade. Para o Estado existir, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores (WEBER, 1982, p. 98 apud BIANCHI, 2014, p.84).¹⁸

Diferente de Weber, para Gramsci (2000), embora concordasse na luta de classes entre dominados *versus* dominantes, a sociedade é uma organização constituída por instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico advém das lutas, conflitos e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam para manutenção da hegemonia dos grupos dominantes. Os grupos dominantes são os detentores do aparato estatal e, portanto, lutam para legitimar o governo, pois a legitimação e a acumulação do capital derivam do conflito entre as forças presentes na sociedade e dentro do próprio Estado/aparelho estatal.

Outro pensador do século XX e que também trouxe suas contribuições marxistas para teoria de Estado foi Lefebvre. Ele dizia que a teoria do Estado está no centro do pensamento marxista, embora acreditasse que a teoria estivesse esquecida e deformada (LEFEBVRE, 1969). O Estado seria pirâmide posta sobre sua base e que traz no seu ápice o chefe político. Essa centralidade de poder contida no Estado é uma abstração concreta, repleta de símbolos, intensa circulação de informações e mensagens, de trocas “espirituais”, de representações, de ideologias sempre ligadas ao poder. O espaço do Estado é proveniente da natureza e que hoje se opõe, histórica e politicamente a sua origem. Sua potente estrutura foi conduzida e transformada para satisfazer as necessidades dos homens. Os homens transformam o espaço geográfico de acordo as suas

¹⁷Também chamados em português de “colarinho branco”.

¹⁸Após a morte repentina de Antonio Gramsci, sua esposa Marianne, resolveu publicar seus escritos, ensaios e conferências.

vontades e desejos. Em cada período histórico, os recursos combinam-se e distribuem-se de maneira diferente. Por isso a combinação de lugares historicamente determinados e os recursos mediados para esse processo (capital, homem, infraestrutura, instituições, ecologia) definem e transformam a localização dos fenômenos no espaço geográfico (SANTOS, 2006a).

Nesse sentido o Estado é uma entidade capaz de ocupar o espaço mental das coisas por meio das representações. Seu perfil condiciona as teorias das representações¹⁹ produzidas no cerne do aparato estatal, uma vez que sua força transformadora condiciona e regula as relações sociais engendradas e manifestadas no território. Por isso a configuração consistente do território oferece ao Estado uma disposição legítima para o exercício de seus poderes soberanos” (GOTTMAN, 1975 apud FARJADO; DUARTE, 2012).

Nessa perspectiva ter acesso e poder sobre o território controlado pelos agentes contra hegemônicos não é algo visto com bons olhos pelos grupos dominantes, já que os conjuntos de instituições, de aparelhos e representações criados pelo aparato estatal garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado (RAFFESTIN,1993). Mais uma vez verifica-se que a perda de controle sobre os sujeitos e do território faz com que os agentes hegemônicos vejam os territórios sociais como uma ameaça ao sistema dominante.

Gottmam afirma que o território consiste em componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza, logo, seria ilusório pensar o território como uma dádiva divina, ou seja, um fenômeno puramente físico. A ação humana delimita e define por razões específicas os usos dos elementos naturais. Assim como os usos, as intenções são determinadas através de um processo político (GOTTMAN, 1975 apud FARJADO; DUARTE, 2012).

Os homens inverteram lógicas, quebraram paradigmas, impuseram novas racionalidades que por muitos séculos moveram a humanidade. Diante das

¹⁹Segundo Lefebvre (2008) a representação que o Estado produz sobre os espaços difere completamente da lógica e visão de como os sujeitos compreendem esses espaços. A representação do espaço é justamente o espaço concebido, produzido, planejado e constituído por meio de estratégias de racionalização do espaço. É o espaço das instituições, do Estado, em que as representações do espaço são construídas a partir pelas relações de poder, que se fundem e se sobrepõem aos espaços de representação enquanto o espaço de representação é o espaço prático, ou seja, é o espaço vivido e simbólico, vivo, dinâmico, imaginário, poético, mitológico e religioso. É o espaço da solidariedade, em que as relações do vivido são articuladas com as relações materiais. Além disso, o espaço da prática social transcende o espaço concebido (LEFEBVRE, 2008).

transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que os indivíduos e os sujeitos absorveram ao longo do tempo histórico, as influências das mudanças sociais sobre o espaço geográfico impactaram concretamente a ressignificação social e o modo de produção de diferentes grupos sociais. Desse modo não é surpreendente que o território realce o impacto e a influência dos fenômenos produzidos pelos homens no tempo e no espaço, pois não se pode desassociar o fenômeno do processo histórico. Santos afirma que o processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo (SANTOS, 2008, p.120). Assim como Santos (2008), Saquet (2007) também faz essa observação.

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos históricos e coexistente (multiescalar). (SAQUET, 2007, p.56).

Embora o território estatal seja delimitado por uma porção territorial do espaço controlado e delimitado por relações poder, serão os homens (indivíduos e sujeitos sociais) que irão estabelecer relações contraditórias de força para a manutenção ou a destituição do sistema hegemônico vigente.

El territorio es un espacio apropiado por los grupos sociales, para fijarse en él, asegurar su supervivencia, construir viviendas y rutas, explotar productos, delimitar dominios. También se producen procesos de expansión sobre territorios próximos o lejanos, para apropiarse de sus recursos, lo que puede generar diferentes conflictos (CAPEL, 2016, p.7-8).

Quando as teorias sobre Estado acima apresentadas são expostas, tem-se a dimensão do quanto um fenômeno pode ser pautado por diferentes definições. A força do conceito produzido pelos agentes hegemônicos, sobretudo o Estado, é decisiva sobre a representatividade dos fenômenos e a ideologia construída entre a dialética e a realidade social-material. Logo, a constituição do discurso ideológico estatal é feita a partir de uma mentalidade positivista, de uma linguagem que leva em consideração os mecanismos de dominação socioeconômicos sobre o imaginário da sociedade. Fato é que a construção deste imaginário não tem sido relativizada pelos agentes do Estado; ao contrário, ela é maniqueísta, vista como única fonte de significação para a realidade como ela é. Evidentemente este pensamento omite a essência e a existência daqueles que usam os espaços, mas não consomem o território como Estado e mercados capitalistas gostariam. Ao fugir da padronização racional dos mercados, populações de matriz tradicional, como as populações extrativistas, indígenas e quilombolas, transcendem os limites do

imaginário e as representações criadas pelo Estado brasileiro. Pode soar agressivo, mas o capitalismo reduz os indivíduos a objetos, coisas, consumidores, portanto, a construção do imaginário social julga e escolhe como e o que pensar sobre o outro, além de definir como o espaço geográfico deve ser consumido. Se assumir sujeito social exige coragem e resiliência, uma vez que a forma de compreender e consumir no mundo não se separa do uso social da natureza nem do território. Todas as relações são construídas no existir dos sujeitos sociais e no território, fugindo de qualquer padronização construída e instituída pelo pensamento cartesiano. Todavia, os comportamentos sociais são produzidos e reproduzidos pelo modo de produção capitalista; logo, essa retroalimentação organiza o espaço geográfico de modo que os processos, as formas e os conteúdos sejam vistos e lidos no imaginário popular como espontâneos, imprevisíveis e sujeitos a mutações aleatórias, próprios da dinâmica do sistema capitalista.

Conceito de território tem, necessariamente, passado por ressignificação entre os geógrafos e ampliado o seu sentido, para dar conta do mundo e do pensamento em movimento. Sem dúvida, os novos marcos legais, frutos das reivindicações dos movimentos sociais pelo direito ao território, fazem problematizar e complexizar os sentidos de poder e de território, para além da questão da soberania do Estado (SILVA, 2020, p.176).

Castoriadis (1995), embora muito crítico do marxismo e de marxistas como Marx e Gramsci, merece devida atenção, ao afirmar que existe uma grande dificuldade de atrelar e classificar o conceito de imaginário em conjunto com um paradigma ideológico, uma vez que ele revela uma infinidade de questões que vão além da base superestrutural do pensamento marxista: o social (estrutura de classes) e o econômico (mercados capitalistas). Para o autor o imaginário é a criação social-histórica e psicológica, em sua essência subdeterminada de figuras, formas e imagens pautadas na realidade e na racionalidade. Castoriadis quer dizer que o conceito situa historicamente a dimensão do imaginário no tempo e no espaço, no real e no fictício, na verdade e na mentira, ou seja, a essência das imagens é base para produção de um pensamento. Pensar a ideologia dissociada do imaginário, na opinião do autor é um equívoco, pois a sociedade é uma consequência do imaginário. Para o autor, o social, a história, a filosofia e a democracia não são fatos ocorridos espontaneamente, como a lógica determinista afirma, mas sim significados do imaginário social produzidos racionalmente.

As reflexões de Castoriadis são extremamente relevantes, pois permitem revelar como os conceitos e a sua noção emergem à luz da representação do imaginário das sociedades modernas. Nada surge por acaso, as reflexões são intencionalmente

instituídas para triunfar sobre as significações imaginárias hegemônicas, ou seja, a heteronomia prevalece sobre o processo de autonomia; logo, as práticas sociais e territoriais são alienadas e burocratizadas, de modo que a organização social não exista, ao tornar a heteronomia a única compreensão imaginária de mundo. Claro, esta visão é determinista e nega qualquer racionalidade que rompa e não compactue com a construção deste imaginário. Fato é que esse tipo de representação tem-se tornado efetivo pelo Estado brasileiro sobre a dimensão territorial dos espaços. O território pensado e organizado pelo Estado difere totalmente do território constituído e vivido pelos sujeitos sociais que estabelecem estreita relação com a natureza, como as populações de matriz tradicional, homens e mulheres pescadores extrativistas. O ponto de partida é entender que a ideologia não é neutra, que sempre segue a lógica de um grupo com maior poder e controle sobre os meios de produção, como afirma Poulantzas:

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais extensiva aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusivo a repressão, a força ou a violência “nua”, e, sim lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar o consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante (POULANTZAS, 1980, P.33).

Pensar essas questões é um caminho profícuo para os propósitos do imaginário na instituição de um conceito. A compreensão conceitual do território oferece condições para compreensão da sua concepção social e histórica, que sempre está associada à ideia da criação e recriação de formas, linguagens e imagens que representam a organização da sociedade.

As linguagens são e constituem relações sociais na interação dialética com os espaços em uma dada temporalidade. Importante observar também que, para além de serem instrumentos de dominação, as linguagens podem também servir para emancipação, na medida em que podem, dependendo da maneira como são aprendidas e usadas, auxiliar a romper com ideologias e representações sociais impostas no contexto das lutas de classes em torno da hegemonia (KATUTA, 2021, p. 212).

Essa concepção dominante produzida pelo Estado e pelos agentes hegemônicos institui normas, valores, hábitos, costumes, linguagens, símbolos numa pressuposta homogeneidade estrutural e processual da sociedade, negando qualquer racionalidade que

questione ou que venha transformar a organização territorial brasileira. Essa negação proposital parte da visão ocidental e eurocêntrica que dissimula a pluralidade dos territórios e dos sujeitos. Como se naturalmente, todos, fossem uma coisa.

Portanto a manifestação histórica das significações imaginárias atinentes à organização territorial do Brasil sustenta a lógica racional e identitária do consumo sobre os espaços, sobretudo o território. Ao seguir essa lógica, toda a imaginação e a criação produzidas pelos sujeitos sociais são oprimidas, anula-se qualquer tentativa de pensar outras formas de organizar o espaço geográfico, portanto, cria-se uma tensão de forma que a autonomia se torne cada vez mais distante, enquanto a heteronomia prevaleça sobre o discurso dominante.

O Estado juntamente aos agentes dominantes, os indivíduos ou os sujeitos sociais, todos sem exceção, possui suas próprias construções imaginárias que são partes do processo da formação identitária de um grupo social. Não se pode negar que a relação dialética sempre está presente no território; são essas diferentes dimensões ideológicas, significações, valores e atividades que organizam a vida no espaço geográfico.

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, como mencionamos em Saquet (2003/2001 e 2004) (SAQUET, 2007, p. 58).

O espaço territorial é dinâmico, à medida que sua dimensão é constituída pelo Estado, indivíduos ou sujeitos sociais, cada um a seu modo, manifesta sua força, poder, identidade, experiências, tensões e conflitos no cotidiano. A grande questão é que por ser instrumento de poder, o território apropriado materializa as representações, as necessidades e as relações que cada grupo social constrói sobre os fenômenos. Por isso o território social ameaça o Estado e os agentes hegemônicos na medida em que ele contrapõe uma falsa unidade territorial criada no Brasil. Harvey alerta como estes aspectos são construídos, difundidos e naturalizados no inconsciente social:

A formação de instituições e ambientes construídos capazes de mediar a dialética entre a particularidade e universalidade²⁰ tem crucial importância. Essas instituições tornam-se tipicamente centros da formação dos discursos dominantes, bem como centros de exercício do poder (Harvey, 2015, p. 318).

O território brasileiro foi claramente desenvolvido por meio de instituições sociais, econômicas e culturais pautadas por um processo geral de racionalização das estruturas

²⁰David Harvey, Espaços de Esperança (São Paulo: Edições Loyola, 2015.p.31).

hierárquicas de poder. O núcleo organizacional do Estado Brasileiro foi constituído por meio da introdução de um contínuo e instável sistema tributário, uma burocrática administração pública, uma estrutura militar (forças armadas) e o monopólio do uso da violência. Todo esse sistema cria uma ideia fantasiosa que o controle e o domínio do Estado sobre os sujeitos é necessário para permanência e coesão do território nacional. Ora quando o território é apropriado e controlado pelos grupos dominados, ou seja, por aqueles que não controlam os meios de produção no capitalismo, o uso da violência é justificado para a manutenção da estrutura de poder dos agentes dominantes. Portanto não é pelo bem comum que o Estado exerce seu domínio sobre a sociedade, mas pela continuidade de um sistema de controle que representa a visão ideológica dos grupos dominantes. Para Harvey (2015) aqueles que controlam o território continuam no poder para promover sua “missão revolucionária” em transformar e dinamizar os espaços; logo não cabe tradição nem valores ancestrais, muito menos modo de vida que confronte a racionalidade do modo de produção capitalista sobre os territórios, tudo é redefinido e reconfigurado a partir da natureza política e jurídica do Estado no controle do território.

É bom lembrar que o Estado moderno é por si só é um Estado territorial; ele vincula o poder político e a soberania na imagem do governante, logo, a sociedade e os limites do território estão sob seu domínio. Segundo Arroyo:

A união entre território e soberania surge, séculos mais tarde, como resultado da dissolução do regime feudal e da erosão do poder temporal da Igreja. Trata-se de um longo processo que se estende desde 1494 - quando da invasão das cidades-estado italianas pela França e depois pela Espanha - até o tratado de Wesfália em 1648, fim das pretensões de universalidade do império e do papado. É nesse período que se perfila a configuração dos Estados territoriais soberanos (ARROYO, 2004, p.50).

O Estado territorial tem a soberania como um princípio norteador da ordem, da dinâmica e das práticas sociais dos sujeitos. Ele usa a representação social para garantir a centralidade e a legitimidade do governante. O Estado moderno territorial ocidental retira a figura de Deus e o Cristianismo como eixos centrais de sua racionalidade, ou seja, a religião, a Igreja e Deus deixam de ter papéis determinantes para a soberania e política de Estado.

Esse raciocínio se perpetua no mundo moderno latente por mudanças em essência. A burguesia e a aristocracia decadente tinham em suas mãos o poder econômico, contrariando as crenças e os dogmas do Cristianismo. A constituição do Estado laico é uma prerrogativa para o distanciamento do sagrado, bem como uma justificativa para o fortalecimento do pensamento burguês no mundo ocidental. Exatamente por essas razões

ocorre o rompimento da Idade Clássica com Renascimento, logo, a separação do Estado com a Igreja foi fundamental para os Estados mercantilistas e imperialistas expandirem seus territórios. Essa nova racionalidade permite que as ações e as vontades humanas sejam conduzidas sob o ponto de vista do Estado, sem tanta influência do sagrado com relação à legitimidade e a soberania do Estado.

Nesta perspectiva a laicidade prescinde da religião de modo que a legitimidade do Estado seja pautada apenas na soberania popular. De fato, a teoria renascentista corroborou com o rompimento dos valores impostos pelo sagrado na condução política do Estado, como naturalização das práticas e da ideologia burguesa. Essa passagem é importante de ser frisada porque o Cristianismo²¹ ao mesmo tempo que nega os valores burgueses, foi fundamental para a apropriação e o domínio cultural dos territórios conquistados pelas nações imperialistas, assim como para o surgimento do Estado moderno. A língua e a cultura também foram utilizadas como instrumentos de controle e de doutrinação sobre os territórios colonizados²².

Pereira afirma que:

Enquanto os impérios antigos conquistavam colônias, mas não se interessavam em transferir para elas sua cultura superior, satisfazendo-se apenas em cobrar impostos, e mantendo relativamente intocados o idioma, os costumes e as práticas produtivas da colônia, os estados-nação intervêm ativamente nos seus setores periféricos para que se integrem em um todo nacional, usando como instrumento o compartilhamento de um idioma e de uma cultura. Eles promovem essa integração cultural e política através da educação pública, transferindo para todos o conceito e a prática da produtividade, que é essencial para o desenvolvimento econômico. Enquanto o império se supunha o único poder sobre a terra (ou sobre o mundo conhecido), o estado-nação sabe que convive e compete com outros estados-nação, e, para ser bem-sucedido nessa competição, precisa ser forte ou capaz (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 159).

O Estado brasileiro é um Estado territorial laico; segundo Weber todo Estado que possui autonomia funcional é conseqüentemente de base territorial. O território é o meio pelo qual o Estado exerce e delimita sua soberania. É a partir do espaço físico do território que são definidos os limites políticos, administrativos e jurisdicionais do Estado.

²¹A inclusão da Igreja nacional entre os componentes do aparelho do Estado é correta porque, quando surgiram os Estados modernos, a Igreja fazia parte integrante dele: não apenas do aparelho, mas também do sistema normativo e de valores que constituem a ordem jurídica (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 163).

²²Para estudiosos do expansionismo europeu, este movimento foi iniciado desde as primeiras expedições mercantilistas de nações europeias - portuguesas e espanholas. Segundo a teoria ratzeliana a legitimação do expansionismo bismarckiano (Otto von Bismarck -1815-1898) advém da necessidade de novos mercados para a sobrevivência dos Estados Nacionais. A revolução industrial e o advento da 1ª e 2ª guerras mundiais demandaram matérias primas com baixo custo, mão de obra, controle e domínio do território e de novos mercados consumidores.

Se pensarmos o "território" como um conceito que supõe o exercício do poder e que implica um processo de apropriação, de delimitação e de controle, estamos enfatizando, sem dúvida, sua dimensão política. E se, além disso, pensamos na legitimidade desse poder e, portanto, na ideia de soberania, estamos cada vez mais próximos de sua dimensão jurídica. Por sua vez, a dimensão político-jurídica do território está associada à existência do "Estado" como a instituição que detém o poder de soberania, ou seja, controle exclusivo de um âmbito geográfico definido. Chegamos, assim, à ideia de território do Estado ou de Estado territorial (ARROYO, 2004, p.49).

Para Moraes (2008), o conceito de território assume uma carga política, à medida que o espaço territorial se qualifica como figura central para a formação do Estado moderno. Segundo o autor, o sentido adotado pelo conceito sob a ótica das ciências geográficas e históricas foram fundamentais para a consolidação do Estado moderno. Tal fato se explica pela aplicação prático-política e a capacidade operativa qualificada do conceito; logo, o uso conceitual da ideia qualifica o sentido e a operacionalidade na compreensão de um fenômeno. O território divide espaços, limita as fronteiras e define o papel da soberania; é neste espaço que os fenômenos ocorrem e as contradições se manifestam. A questão crucial é ter a real noção sobre a racionalidade e a representação dos fenômenos a partir de uma inferência conceitual, pois cada abstração carrega em si uma história, uma da base teórico-metodológica, bem como um objetivo na constituição de uma ideia. Claramente, os primeiros conceitos sobre território na Geografia sofreram forte influência da escola alemã com a teoria ratzeliana. Somente no século XX, a geografia radical trouxe em si uma ideia mais política e geográfica para o conceito. Moraes (2008) deixa evidente que no século XIX o conceito esteve mais ligado ao caráter fisiográfico do espaço geográfico.

Nos países centrais, ao longo do século XIX, a geografia passa a ser (ao lado da história) uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, mediante o estudo do território. O levantamento das riquezas naturais nacionais, o conhecimento dos grandes acidentes geográficos, a noção da extensão do espaço pátrio, a exaltação da diversidade paisagística existente, tudo conduz ao enaltecimento do país e ao reforço do sentimento de que ele também pertencer (MORAES, 2008, p. 27).

Toda essa explanação é necessária para nortear a construção conceitual do território brasileiro. É difícil admitir, quando se tem um pensamento crítico sobre a formação territorial do país, mas é fato, que o Estado usou o discurso da modernidade análoga ao progresso socioespacial como meio necessário para a tão desejada unidade territorial brasileira. Insisto, ainda é difícil admitir, porque em pleno século XXI, o discurso, ou melhor, a retórica dominante é retomada, uma espécie de *déjà vu*, com toques de “progresso nacional”, “reformas econômicas”, “equidade social”, “transformação” e

“modernização” do território brasileiro, é promulgada aos quatro ventos por governantes das diversas esferas executivas e legislativas: federal, estadual e municipal. Claro, não se pode negar a presença e a importância da modernidade, mas deve-se questionar a que custo ela veio e como se impôs no território e sobre a vida dos sujeitos sociais.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes (GIDDENS, 1991, p.10).

O Brasil é um país que conserva até hoje o discurso dominante de outrora. Hoje, isso tem sido mais contundente em suas ações, vide condução e execução das políticas públicas econômicas, políticas, sociais, ambientais, de planejamento, etc. Outro grande problema, ou talvez uma estratégia de Estado, é o uso do espectro religioso: a figura de Deus permeia e justifica a política de Estado pela intersecção do divino, sobrepondo os sistemas peritos²³ e qualquer tentativa de questionamento, seja ela científica ou não. Nesta seara de acontecimentos, a territorialidade dos sujeitos sociais é sufocada, com claros sinais que a tensão e os conflitos são permanentes no território. Como parte integrante e fundamental do sistema é inexorável não perder de vista o papel político do Estado sobre o território e na vida social dos sujeitos, e mais, compreender como a ideologia dominante do Estado exerce estreita relação na reprodução de ideologia, bem como na reprodução e divisão do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Portanto a Igreja, a escola, os meios de comunicação, como rádio, televisão e as mídias sociais, e até mesmo a cultura exercem funções enquanto aparelhos ideológicos para o Estado. Então comprar ou absorver o discurso da neutralidade é omitir e até mesmo negar a influência da ideologia dominante na organização social e espacial no território.

O Estado tem papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico nas relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 1980, p. 33).

²³ São sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta "profissionais" — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Estes mecanismos de desconfiança em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais entre os sujeitos. Pautase na confiança, na fé e no risco que a excelência vem do conhecimento adquirido por aqueles que participam do sistema científico e de formação. Ver em: As Consequências da Modernidade (GIDDENS, 1991, p.30).

O que Poulantzas afirma precisa ser refletido, pois os direcionamentos (políticos, econômicos e sociais) adotados por um Estado têm grande influência na vida e no cotidiano dos indivíduos, sobretudo dos sujeitos sociais que sempre estão mais vulneráveis às políticas de Estado e ao dinamismo dos mercados econômicos capitalistas. Ora, nos países ditos em desenvolvimento, essa influência sobre os grupos sociais mais vulneráveis economicamente é largamente demonstrada por meio de políticas de austeridade fiscal²⁴, perda de direitos sociais, cortes em verbas destinadas à educação e à saúde, sucateamento das políticas ambientais, desvalorização e desqualificação da política cultural do país, dentre outros. Por isso o Estado é sim um ente dominante, um agente transformador, que controla e exerce forte poder sobre o território. Contudo, cabe uma reflexão necessária sobre o papel dos sujeitos sociais no território.

Na década de 1990, Raffestin (1988; 1993), tratando sobre a compreensão do poder, observa que este deve ser visto de forma relacional e, desse modo, o território ultrapassa os limites estruturais do poder do Estado, para pensar nos grupos sociais e nas relações de disputa pelo poder. Haesbaert (2006; 2014), sob a luz da realidade brasileira e considerando autores geógrafos e filósofos, avalia as ressignificações dos conceitos de território, de poder e das ações dos sujeitos, analisando a multidimensionalidade e a multiplicidade dos sujeitos e dos territórios nos conflitos sociais e na atualização das formas de dominação. As categorias territorialidade, multiterritorialidade, desterritorialidade e territorialização são ações, que consideram os confrontos e as lutas pela ordem vigente, pelos processos de modernização conservadora, pelo reconhecimento jurídico-político e pelas formas de apropriação simbólico-cultural do espaço na luta política e na disputa de sentidos políticos, ideológicos e econômicos. (SILVA, 2020, p. 176).

Superar os limites e o controle político, econômico e ideológico do Estado é transcender o estado das coisas, aquilo que foi instituído pelo Estado e dado como definitivo, portanto, é preciso superar essa crítica, buscar na justiça social e ambiental e na luta cotidiana dos sujeitos sociais a verdadeira essência dos espaços de esperança, sem perder a utopia e o senso crítico.

²⁴Ver no site do Jornal Brasil de Fato, matéria publicada em 10 de junho de 2019: Austeridade e cortes agravam os problemas que prometem resolver, analisa economista (DULCE, 2019).

1º CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS IDEIAS E DOS CONCEITOS DA TESE

A inevitabilidade de se interrogar as questões apresentadas no espaço estabelece quão profundas e significativas foram as mudanças sociais e político-econômicas no século XX. O capitalismo impôs uma série de sinais, marcas e transformações radicais na relação entre o tempo e o espaço, que a ideia de passado assola em um tempo fugaz e efêmero. A modernidade reduz o cotidiano a uma existência ordinária e banal, em que a velocidade das transformações do tempo se esbarra num padrão homogêneo de produção e consumo acelerado no espaço geográfico.

Nas palavras de Santos (2008), o espaço é uma instância social; enquanto categoria abstrata é uma totalidade em movimento que se impõe a tudo e a todos, logo, não pode ser produzido. Assim como a economia, a política e a cultura, o espaço geográfico se impõe pela historicização do uso, através da organização dos Estados-Nação ou das formações socioespaciais²⁵. Esse análogo padrão de aceleração do comportamento dos indivíduos e dos sujeitos¹ revela as diferentes dimensões de uso do espaço entre as empresas com a racionalidade pragmática e a elevada densidade técnica e tecnológica da informação sobre os meios de produção e entre as pessoas, pela viscosidade e pela rarefação e uso do território. A velocidade dos processos de circulação e consumo tem reduzido as particularidades dos sujeitos sociais a partir da fluidez e da espessura de densidade da sua tecnosfera, pois ao desconsiderar a pluralidade dos usos do espaço²⁶, nega-se por essência a existência de conflitos e tensões.

Tecnosfera e psicofera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contraracionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 2008, p. 256).

O espaço geográfico é do território do cidadão, das suas formas de produzir/se reproduzir socialmente. Quando o território é compreendido como recurso e compete analisar os usos a partir da lógica do modo de uso dos meios de produção nega-se a importância e a existência do território como abrigo. O território recurso usa a técnica e

²⁵Fala da profª Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza em vídeoaula: O espaço geográfico e o território usado. Minha leitura da obra de Milton Santos. Youtube, em 11 dez. 2018.

²⁶Ver em: SILVA, Catia Antonia. Método dialético e compreensão de espaço em Milton Santos: elementos para a reflexão da história social do território. SILVA. Catia Antonia, 2007.

os avanços da tecnologia em prol da materialidade concreta dos interesses particulares dos agentes hegemônicos.

Portanto a fragmentação do espaço geográfico a partir da tecnosfera cria uma hierarquização inconsciente entre indivíduos e sujeitos sociais, contudo, não existe território melhor ou mais importante que o outro; o que existe é uma criação, um domínio da psicosfera que reforça e naturaliza o consumo dos espaços, a aceleração da circulação de mercadorias, o afastamento dos sujeitos do território abrigo e que demoniza os diferentes tempos de existir na vida cotidiana.

Em síntese o capitalismo descarta os tempos lentos ao criar a perversidade difundida pelos tempos rápidos, que trazem consigo a competitividade, a concorrência e o acirramento das desigualdades socioespaciais.

Os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que se interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue (SANTOS, 2008, p. 257).

Para Harvey (2017) é necessário analisar essas transformações produzidas pelo capitalismo, uma vez que as mesmas traduzem perfeitamente a densidade e o dinamismo produzido pelo processo globalizatório. Portanto para o autor é prioritário se atentar para a relação entre o espaço e o tempo, pois nesta constância, neste movimento produzido no espaço é que se reverberam as mudanças ao longo do tempo histórico. Harvey é categórico ao afirmar que o tempo é central, pois ele não só quantifica como registra, conta novas formas e dimensiona novas grandezas que se encaixam em uma escala temporal objetiva. Harvey coloca que é impossível analisar o espaço sem a tríade: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional²⁷, pois juntos eles compõem a natureza específica do espaço.

²⁷ O espaço absoluto é fixo e onde são registrados ou planejados os eventos. É o espaço de Newton, Descartes e Euclides. Refere-se ao espaço do mapeamento cadastral, da localização e posição, da propriedade privada, das cidades, de um condomínio fechado, das fronteiras e barreiras físicas, de entidades delimitadas como o Estado ou uma unidade administrativa. Tem papel importante para a localização e representação através de mapas dos pontos fixos. O espaço relativo está ligado a Einstein e as geometrias não-euclidianas e se apresenta em dois sentidos: há múltiplas geometrias que podem ser escolhidas e o quadro espacial depende do que está sendo relativizado e por quem. O espaço relativo oferece uma multiplicidade de localizações e o autor cita que é possível fazer mapas completamente diferentes de localizações relativas em termos de custo, tempo, modo de transporte, etc. É o espaço da circulação e dos fluxos, das cartas temáticas, do movimento, da mobilidade, da aceleração e compressão do espaço-tempo. O espaço relacional está associado a Leibniz. A noção relacional implica a ideia de relações internas. Um evento não pode ser compreendido a partir de um único ponto, depende de tudo que ocorre ao seu redor. Nesta formulação, assim como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. É o espaço das sensações, desejos, frustrações, sonhos e vertigem. Também se refere ao ciberespaço, que está sendo cada vez mais objeto de estudo por parte dos geógrafos [COSTA, Rodrigues Fábio da. O conceito de espaço

É bem verdade que o tempo reflete as marcas históricas da humanidade, portanto, o tempo permite dimensionar como cada sociedade incide e/ou incidiu sobre o espaço geográfico, seja no estabelecimentos de normas, formas, condutas, costumes e valores sociais, seja pelas formas de acumulação de riquezas, pelo lucro e pelos modos de produção. De fato cada concepção espacial está diretamente ligada ao tipo de prática social, que pode ser de ordem econômica ou política.

O capitalismo no século XX produziu mudanças expressivas nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo, nas configurações geográficas e geopolíticas dos poderes e na prática do Estado (HARVEY, 2006). Harvey (2006) já alertava para o esgotamento do modelo fordista e a mudança de comportamento do Estado diante das novas formas de flexibilizar o capital, os produtos, os mercados, assim como os processos de trabalho. A produção flexível além de acelerar o ritmo da produção, da circulação, sem reduzir o tempo do consumo expõe o controle do capital sobre o Estado. Na prática, o Estado pode até intervir, se for de interesse do capital, todavia, o ordenamento financeiro dado pelo capital volátil e transnacional está diretamente ligado ao domínio do capital.

Esse processo fica tão evidente que o aumento e a aceleração dos fluxos financeiro estão voltados para a produção de lucros das empresas e do mercado financeiro, ou seja, o aumento do lucro para os grupos hegemônicos é o princípio norteador e organizador da vida econômica moderna. Convém afirmar que o capitalismo é conduzido por processos transitórios, em que o regime de acumulação e o modo de regulação social e política são associados. Portanto equivale dizer que a concretização do modelo capitalista visa garantir a unidade do processo em conjunto como esquema de reprodução do sistema vigente, a partir da padronização dos indivíduos e assegurada através das leis, normas e hábitos institucionalizados²⁸. A produção do uso do território e as relações estabelecidas entre os grupos hegemônicos forçam mimetismos, adaptações, redefinem situações de forma que a (re)produção do modo de produção vigente ocorra no espaço geográfico.

De modo mais coerente, pode-se dizer que a normatização dos comportamentos dos indivíduos é viável a um dado momento para o sistema capitalista altamente dinâmico

em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. Revista Percurso. NEMO. Maringá/PR, v.6, n.01].

²⁸Leis são aqui entendidas como um sistema social ideológico utilizado como fio condutor dos processos de homogeneização dos padrões de comportamento. O termo Lei pode ser aplicado e interpretado como meio próprio para controlar a fundamentação das decisões judiciais, proferidas pelos tribunais de segundo grau, com o escopo de uniformizar, em âmbito nacional, o entendimento das normas federais.

e instável. As instabilidades dos mercados capitalistas implicando riscos e afetando as categorias, o Estado torna-se o agente principal. Por isso pensar o capital privado como força inovadora é um mero discurso, posto que na origem dos investimentos mais audaciosos e arriscados, o Estado assume o risco e a verdadeira incerteza no financiamento das inovações tecnológicas, comportando-se como um agente marcado pelas características do empreendedorismo (MAZZUCATO, 2014).

Para assegurar de modo vital a dinâmica capitalista, é inescusável manter uma configuração entre os comportamentos dos indivíduos, fragmentando o trabalho e a força produtiva do trabalhador. Intervir em favor do bem público e das externalidades que o cotidiano das sociedades modernas demanda implica em um maior investimento em políticas públicas sociais como saúde e educação básica. Hoje, países como Brasil seguem práticas de Estado Mínimo²⁹ ao alegar que essas medidas são necessárias para conter os gastos estatais excessivos.

O Estado brasileiro tem se comportado como Estado entreguista para o capital privado e os mercados externos. Financia inovações que movimentam as ações dos mercados econômicos dinamizados, através da facilitação, flexibilização dos custos e acesso ao capital de modo a contribuir a sua perenidade. Desta forma, as ações do Estado são dirigidas e monitoradas em conjunto com capacidade suficiente e a disposição do empresariado, criando espaços e perspectivas de investimento e mercado. Na prática a dinâmica da economia de mercado requer um Estado extremamente forte, mas suas ações causem a impressão e a ideia de que ele está se retirando da cena (MORAES, 1996).

Na verdade, o atual Estado brasileiro é um Estado neoliberal. Ele não só atende as necessidades e demandas que o capital privado e os mercados externos exigem, como prontamente, ele reconfigura as políticas de Estado em prol do crescimento econômico de empresas e do mercado especulativo. Diferentemente de muitos países que se autointitulam neoliberais, embora extremamente protecionistas em suas políticas de Estado - vide o caso do Estados Unidos da América com subsídios na agricultura e no mercado de aviões³⁰, o Brasil tomou para si o discurso do neoliberalismo como prioridade

²⁹Para Adam Smith, o limite da atuação do Estado prevê três intervenções clássicas: financiar, através de gastos a força militar para proteger a sociedade contra a invasão estrangeira; proteger os membros da sociedade contra a injustiça ocasionada por outros membros da sociedade; manter instituições e obras públicas em prol da sociedade, mas que essas benfeitorias não ofereçam uma possibilidade de lucro que compense a atividade privada (MORAES, 1996).

³⁰A Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmou que os Estados Unidos ignoraram um pedido da entidade para cessarem subsídios na forma de isenções fiscais para a fabricante de aviões Boeing. Trata-se

na pauta política. Aquela falsa ideia de que o crescimento econômico gera mais empregos resulta na fórmula perfeita de progresso e felicidade social. Progresso para quem? Felicidade é um conceito vago e até hoje debatido por estudiosos da psicologia, os quais ainda não encontraram a solução para essa equação. Enquanto isso, o país não investe nas capacidades pessoais dos sujeitos, mas sim de grupos hegemônicos que controlam os mercados e influenciam diretamente as dinâmicas do Estado. Seguindo essa lógica, o Estado brasileiro desregula a economia, terceiriza funções estatais a empresas privadas com a justificativa que Estado não dá conta de tantas demandas, além de visar a produção do mercado interno para exportações. Segundo Sader o neoliberalismo:

“...diabolizou o Estado – acusado de ineficiente, corrupto, burocrático, excessivamente tributador, expropriador de liberdade dos indivíduos -, para melhor abate-lo, ou melhor, colocá-lo na situação de Estado mínimo, diante da promovida centralidade do mercado [...] Do que se tratava era de liquidar o caráter de regulação do mercado que o Estado havia assumido desde o fracasso espetacular do liberalismo na crise de 1929. A isso se dedicou o neoliberalismo nas últimas décadas do século passado e nas primeiras deste: liquidar o patrimônio estatal, terminar com as políticas sociais com que o Estado temperava a selvageria do mercado, acabar com a proteção dos mercados internos e com os Estados nacionais “. (SADER, 2019).

A lógica neoliberal é totalmente incompatível com as demandas e anseios das populações mais pobres, logo, o discurso da desestatização é empregado como atenuador das crises econômicas enfrentadas pelos mercados econômicos e financeiros e pelo Estado. Em períodos de recessão e estagnação econômica, medidas de correção econômica são adotadas em curto prazo como soluções para os anseios da sociedade civil, a exemplo da geração de empregos e circulação da economia. Trabalhadores desacreditados diante da falta de expectativa e a impopularidade de alguns governos transitórios permitem que esses discursos atenuem a falta de esperança que assola os trabalhadores em períodos de crise.

De fato, essa questão torna-se positiva apenas para o empregador que não altera sua relação capital e trabalho; mas para o trabalhador que continua vendendo sua força de trabalho, as condições tornam-se cada vez mais precárias, sobretudo quando envolve perdas sociais e trabalhistas. Essa descrença no Estado e no governo pelos trabalhadores permite que muitos destes trabalhadores levantem pautas que sustentam o ciclo capitalista neoliberal e a inserção de governos autoritários. Há um retrocesso nesse movimento, uma

de uma briga que já dura 15 anos. Matéria publicada no jornal O GLOBO no dia 28 de março de 2019, (REUTERS, 2019).

vez que o autoritarismo é vendido como mudança, como algo novo e atenuador dos momentos de crise enfrentados, sobretudo em países em desenvolvimento.

É bem verdade que desde maio de 1968, o mundo ocidental passou por transformação a partir da liberalização dos costumes sociais, ou seja, essas mudanças trouxeram novas formas de pensar e de agir entre os indivíduos e sujeitos. Certamente, essas mudanças sociais não ocorreram concomitantemente em todas as partes do Ocidente; afinal, tempo e espaço e o movimento desigual e combinado dos fenômenos permitem que as coisas se manifestam de formas diferentes no espaço e no território. Ao mesmo tempo que uma parte do mundo ocidental experimenta formas mais democráticas e liberais de conduzir os costumes sociais, o Estado incorpora a burocracia e a normatividade extrema na condução das políticas públicas, por isso as instituições estatais como a escola e a polícia são estratégicas na construção de imaginários sociais e no controle dos sujeitos. O Estado é por si só um ente social de coerção e de violência física e simbólica na construção dos imaginários sociais, uma vez que seus instrumentos de força visam o controle e a manipulação dos sujeitos.

Desse modo, o Estado capitalista utiliza-se dos imaginários simbólicos da violência, da força e do controle. Ao flexibilizar a destinação de recursos públicos financeiros para os mais ricos, ele anula as dimensões sociais e políticas da gestão pública, em detrimento de um processo administrativo mais lucrativo, associado aos propósitos de acumulação do capital das elites hegemônicas. Na prática, o papel mínimo do Estado³¹, ou seja, o objetivo de um Estado neoliberal³² no Brasil foge totalmente aos verdadeiros princípios teóricos do liberalismo como a manutenção dos setores não competitivos dos mercados. Na verdade, ele não é só não competitivo o suficiente como tem se tornado um ente cada vez mais intervencionista no cotidiano das pessoas. O Estado brasileiro regulamenta o território, as políticas públicas, legisla as leis, impõe regras, ou seja, o Estado regula a vida em sociedade.

³¹O Estado mínimo reside na liberdade individual dos indivíduos, sem interferência do poder estatal. Segundo a lógica do Estado mínimo, os indivíduos são capazes de direcionar seus interesses e produzir suas próprias riquezas sem a interferência do Estado. O Estado mínimo nasce da doutrina liberal, no início do Estado moderno no século XVIII após os regimes absolutistas. A doutrina liberal propagou o individualismo e a competição entre os indivíduos, ou seja, o Estado não interfere na vida social e econômica dos indivíduos. Tem como precursores Adam Smith, John Stuart Mill e Friedrich Hayek.

³²Estado liberal como o primeiro Estado de Direito mirava, todavia, dimensão política: a do controle das condutas humanas em liberdade para a garantia da harmonia social. Neste sentido, é marco jurídico resultante das revoluções liberais burguesas o Código Civil napoleônico, de 1804, a expressão máxima da intenção regulatória das condutas individuais (MAIA, 2012, p. 4130).

Na prática o Estado é máximo para as elites econômicas como se constata em tempos de crise: o Estado prioriza a liberação e transferência de recursos financeiros para grandes empresas e instituições financeiras, enquanto os mais pobres são preteridos em acesso e em recursos às políticas públicas para saúde, educação, dentro outras. Essas práticas econômicas e políticas são recorrentes do Estado neoliberal, pois incorporam o discurso da necessidade e da geração de riquezas para justificar a destinar investimentos financeiros milionários ao capital privado³³. A construção desse discurso é uma válvula motora para a manutenção e aceleração do crescimento econômico e da produção de riqueza, embora a distribuição da riqueza produzida esteja restrita apenas no plano da utopia. Claro que a distribuição de riquezas fica apenas no desejo utópico daqueles que acreditam que equidade social só se atinge quando se faz verdadeiras mudanças.

As crises econômicas produzem diversos fenômenos sobre o neoliberalismo. Quando um Estado neoliberal propõe um ajuste fiscal em consequência de colapsos econômicos e políticos, a política de austeridade é acionada, afetando, sobretudo as populações mais pobres. A pobreza, o desemprego, o desalento criam situações de desajuste social e a mutilação dos sujeitos. Essa lógica afeta diretamente os movimentos sociais, que sofrem com a crueldade de políticas econômicas que invisibilizam as populações mais pobres, conseqüentemente, as mais vulneráveis à instabilidade dos mercados. Como efeito dessa lógica, a única preocupação dos setores econômicos é que o faturamento das empresas seja assegurado e que as operações de risco sejam mantidas pelo Estado.

Portanto, o Estado neoliberal impulsiona o capital privado por meio do investimento estatal, enquanto as políticas públicas sociais para os mais pobres são relegadas à própria sorte. Logo, a política do Estado mínimo só ressalta que as demandas sociais não são prioridades para as políticas de Estado, por isso a redução de políticas públicas eficazes para as populações mais pobres e vulneráveis ao dinamismo dos mercados demonstram como a crueldade estatal pode acirrar as mazelas sociais. Manipulação da realidade, a construção de narrativas, a utilização da violência física e simbólica são algumas das muitas estratégias utilizadas pelo aparato estatal para sufocar os mais pobres. Isso mostra o quanto é conveniente o discurso do Estado mínimo para os

³³Eis um exemplo bem típico da crueldade das políticas de austeridade em um Estado Neoliberal. Em vez do Estado brasileiro priorizar a força produtiva da economia, ou seja, os trabalhadores que perderem seus empregos no período da pandemia do COVID-19, o Estado disponibiliza recursos a bancos e demais empresas financeiras. Segundo matéria publicada no dia 05 de abril de 2020 no jornal Estado de Minas, o Banco Central anunciava a liberação de R\$ 1,2 trilhão para as instituições financeiras.

mais pobres, restando-lhes apenas a resiliência dos tempos difíceis, enquanto a presença estatal em sua totalidade cria mecanismos que permitem a circulação de fluxos e recursos econômicos para as elites hegemônicas. Em resumo, para os mais pobres, só resta sobreviver.

Para muitos gestores governamentais o discurso da contenção de gastos públicos estatais tem sido utilizado como medida urgente para tempos de crises. Muitas vezes essa narrativa soa profética, uma vez que o tom alarmista adotado para se discutir os critérios preteridos em períodos de recessão econômica e financeira recai sobre a precarização do trabalho. Todo bom estudioso da política pública brasileira sabe que o trabalho produz riqueza e que o trabalhador é o eixo central para a circulação da economia, logo, o Estado deve ser forte e precisa estar presente nos setores mais fragilizados da economia. Porém, o que se vê a todo momento é o estrangulamento e a diminuição da assistência social aos cidadãos mutilados.

A grande questão é que o Estado brasileiro nega a importância do trabalhador no processo de movimentação da economia. Estrategicamente isso é bem típico de Estados neoliberais; parte-se do princípio que as empresas e as instituições financeiras precisam da transferência de crédito para circular a economia. A partir do pressuposto de que a economia faz as riquezas do país circular, a confiança dos investidores financeiros é resgatada. Toda essa falácia, que geógrafos e cientistas políticos bem conhecem chama-se especulação financeira. Esse jogo de interesses econômicos é comumente utilizado pelos mercados ao aproveitar momentos de fragilidades econômica e instabilidade política, frequente em países emergentes. Portanto, esse princípio costuma ser seguido pelas instituições que se baseiam na confiança dos mercados e do Estado, que destina recursos públicos financeiros para empresas, de modo que o ciclo seja perpetuado.

Quando o Estado adota medidas que não protegem os mais desvalidos, significa dizer que a instituição estatal destina e assegura investimentos financeiros para os mais ricos, de modo que o sistema não deixe de funcionar. Marx aborda a importância de se analisar as leis imanentes que regem o capitalismo e as contradições produzidas por este regime de produção (MORAES, 1996), pois capitalismo sobrevive da exceção e da seletividade cruel entre os mais pobres. Um exemplo a ser observado são as políticas ambientais - é correto afirmar, que sua presença se faz efetiva e necessária para tomada de decisões sobre o uso dos elementos da natureza -, contudo, por vezes os interesses são

contrários aos das populações envolvidas³⁴. Tal situação revela uma contradição em favor do capital privado já que este usufrui de um Estado presente para o desenvolvimento de seus interesses e cada vez mais ausente para as ações sociais. Esse posicionamento contraditório adotado pelo Estado brasileiro se justifica em prol da “ordem, progresso e do crescimento econômico” do país.

Em vista disso o papel político do Estado³⁵, embora por vezes abstrato, qualifica e financia a existência das transformações espaciais, na medida em que o poder e o valor de recursos financeiros angariados pelos bancos públicos funcionalizam e objetivam os interesses dos mercados econômicos. As políticas públicas voltadas para as instituições públicas de meio ambiente (órgãos federais e estaduais de meio ambiente) reforçam essa ideia de um Estado ausente para as agendas ambientais no país e para as demandas sociais, porém cada vez mais presente e em parceria em prol das demandas do capital privado.

A fragilidade para execução e implementação de políticas públicas ambientais no país demonstra que o Estado prioriza pautas que são do seu interesse em detrimento de outras. Se fosse do interesse do Estado, ele compreenderia a importância das existências materiais e imateriais do território usado³⁶ pelos sujeitos, mas no caso do Estado brasileiro, a prioridade está voltada pra a flexibilização do licenciamento ambiental e a celeridade das concessões florestais, a regulação das áreas de mineração em terras indígenas, a reforma tributária e administrativa, dentro outras. Para Santos (2005), o território usado é um todo complexo que comporta uma trama de relações complementares e conflitantes entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. Ousa-se afirmar que a falta de interesse por parte do Estado e dos governos locais em atender as demandas do coletivo³⁷ se deve ao poder e à força que o território usado exerce. O território é espaço político de controle e dominação sobre o lugar (RAFFESTIN, 1993). Embora o Estado o regule e o institucionalize, a força simbólica do território usado sobre os lugares e as identidades dos sujeitos sociais ameaça todo um sistema ideológico e hegemônico que controla e homogeneiza as formas de vida sociais e culturais dos indivíduos.

³⁴Algumas políticas públicas ambientais não atendem diretamente os interesses e anseios das populações que pleitearam sua existência e execução pelo Estado.

³⁵Compreendido pela execução das políticas públicas, sobretudo, as de ordem ambiental, que se sujeitam à função ordinária do capital, ou seja, obter lucro. Assim, o valor da qualificação geográfica de um espaço, de um objeto, de um produto e/ou de uma inovação ressignifica a manifestação do fenômeno social total. Desse modo, sua capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder.

³⁶O território usado é uma categoria de análise social sinônima de espaço geográfico (SANTOS, 2008).

³⁷O termo coletivo é adotado para referendar a sociedade como um todo e não um grupo de indivíduos imbuídos de privilégios.

Quando se analisa os avanços trazidos pela implementação de políticas públicas ambientais para o país, não se pode deixar de lado a importância da institucionalização de unidades de conservação (UCs), sobretudo as de uso sustentável, no país. Sua criação se fez e ainda se faz existir pela luta e pela conscientização das populações envolvidas sobre estes territórios³⁸. Logo esses territórios são produzidos pela dinâmica histórica dos sujeitos, suas materialidades e imaterialidades, em constante movimento, traduzindo a vida cotidiana e a dimensão social constituída no território, como enfatiza Gottman (1975).

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político (GOTTMAN, 1975apud FARJADO; DUARTE, 2012, p.523).

A existência de territórios destinados a UCs de uso sustentável, como o território das reservas extrativistas (RESEX) e marinhas, permite que seus limites espaciais sejam conservados e, assim, protegidos, além das diferentes possibilidades de vida, que em muitos casos, fogem da lógica econômica formal. A constituição destas unidades de conservação, portanto, territórios de RESEX, institucionalizados e regulados pelo Estado, conjuga aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza física e social do Brasil, pois sua criação reforça a mentalidade de um país que ainda necessita de leis, sejam federais, estaduais e municipais para assegurar, mesmo apenas institucionalmente, a conservação e/ou proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros. Soa até absurdo, mas é fato, que a criação e a institucionalização de novos territórios para o sistema administrativo político brasileiro não é algo visto com bons olhos pelos governos estaduais, uma vez que territórios institucionalizados e federalizados pelo Estado Brasileiro centralizam competências, pondo em questão a equidade de poderes entre o governo federal e governo estadual. Nota-se que a preocupação maior por parte de muitos governantes estaduais é a perda de controle e submissão à autonomia administrativa da União sobre os territórios de conservação demandados por populações de matriz tradicional.

A existência destes territórios de proteção ratifica a existência de conflitos sobre os usos e a exploração dos elementos da natureza, por isso a necessidade de limitar

³⁸Regidos por ações, normas, códigos próprios e limites geográficos que esbarram na regulação econômica e técnica imposta pelo modelo hegemônico. Os territórios de RESEX marinhas cada vez mais contestam a fragmentação da divisão do trabalho e o distanciamento da relação humanidade-natureza.

espaços por meio de leis institucionais asseguradas pelo Estado brasileiro sobre esses espaços territoriais revela a necessidade de resistir ao modelo hegemônico proposto e vendido como desenvolvimento. Na verdade, viver em um país onde a democracia e o republicanismo³⁹ não cumprem seus verdadeiros princípios, a criação das RESEX se fez e ainda se faz necessária, mas talvez não nos modelos atuais propostos pelo Estado brasileiro. Não há como negar que a implementação das unidades de conservação de uso sustentável trouxe muitos avanços e visibilidade para os conflitos territoriais existentes nestas unidades, contudo, a incorporação das RESEX no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) teve como consequência a perda de algumas de suas características principais, tais como a preponderância do saber tradicionalmente construído na definição de suas normas (CUNHA, 2010, p.21).

Ao mesmo tempo que se reconhece a conquista advinda dos movimentos seringueiros na região Norte do país, com a implementação e extensão deste modelo para as demais UCs no país, há de se admitir que os arquétipos engessam, aprisionam e limitam outras formas de vida que contradizem a racionalidade economicista e política presente no capitalismo. O modelo que um dia foi uma utopia e sem dúvidas uma conquista valiosa para as populações de matriz tradicional⁴⁰, hoje, pode não se adequar nem se enquadrar as exigências, as arbitrariedades e as negligências produzidas pelo Estado brasileiro sobre as políticas públicas ambientais nestas unidades. É de se pensar ou até mesmo questionar até que ponto as RESEX marinhas funcionam como espaços de esperança⁴¹ para suas populações.

É a esperança que dá sentido, motiva a luta dos sujeitos sociais pela permanência e manutenção dos territórios de RESEX. Estes territórios possuem dimensão política e social própria, refletem o conflito entre as temporalidades distintas do capital, manifestadas pelo Estado, pelas instituições hegemônicas (empresários do agronegócio e carcicultura, especuladores imobiliários, políticos, etc.) e pelos diferentes sujeitos/agentes sociais que ocupam e vivenciam estes espaços. Diante da atual gestão pública ambiental brasileira, em especial baiana, os contrastes, os conflitos, as mudanças efêmeras de gestão, as omissões sobretudo, as transformações de natureza social nestes

³⁹O republicanismo prega a renúncia das vantagens privadas em favor do bem comum e da coisa pública. O regime republicano prega a primazia do bem comum sobre qualquer desejo particular.

⁴⁰O Decreto 6440, de 23 de abril de 2008 promulga o acordo relativo à implementação da parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994.

⁴¹Termo Utilizado pelo autor David Harvey em sua obra *Space of Hope*, 1ª edição, 2000.

territórios põem em questão a ação do Estado sobre estes territórios, pois tanto o Estado quanto as instituições hegemônicas⁴² priorizam a mobilidade dos sistemas de produção, que urge por espaços, recursos, flexibilidade financeira e, sobretudo, apoio político.

Tendo em vista as diversidades apresentadas no espaço, sobretudo sobre os usos dos territórios das reservas extrativistas marinhas (REM) do Estado da Bahia, este estudo pretende analisar, a partir da Reserva Extrativista de Canavieiras, se as reservas extrativistas tornaram-se reservas territoriais do Estado em razão de sua fragilidade frente às pressões do capital, e quais são os potenciais para tornar esses territórios espaços de esperança.

1.1 A Tese

Há um bom tempo a literatura em Geografia não vem debruçando suas questões sobre a essência do Estado moderno atrelada aos usos do território brasileiro. Muitos estudos em Geografia têm direcionado sua produção acadêmica voltada para as bases técnicas, políticas e institucionais do Estado moderno. De fato, muitos estudos confundem as análises sobre a atuação da política pública do Estado com a ação governamental da política de governo, que exerce intensa relação com os mandatos eletivos, em sua maioria transitórios, sem questionar como os usos do território se configuram na dimensão espacial. Essa organização racional dos espaços é necessária para a compreensão sobre o movimento e a ação de cada agente público no espaço e sobre os territórios.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (SANTOS, 2005, p.255-256).

Portanto mostrar clareza sobre o papel do Estado, sua atuação e diferenciá-lo do comportamento dos governos é um princípio norteador para esta tese. Sem dúvida, reside uma carência e pouca análise crítica sobre a formação do Estado moderno no mundo

⁴²Entende-se por instituições hegemônicas aquelas que exercem o poder moral de condução da realização de indivíduos, ou seja, a hegemonia institucional funciona sob o poder de condução concedido pelos indivíduos em um certo período da história e da cultura. Esse grupo possui força para gerar conflitos e por meio destes legitimar sua existência e produzir a acumulação capital.

contemporâneo, seu alcance na atuação e ação dos governos. A Geografia quase não enfoca suas análises na essência da formação do Estado moderno, enquanto instituição que possui dimensão político-ideológica capaz de produzir ideologias, representações, hegemonias nos espaços, nos territórios e na vida em sociedade. Quaisquer medidas tomadas nas esferas públicas e privadas sempre perpassam pela anuência do Estado, logo, seus limites, suas decisões e suas hegemonias são fruto do próprio uso dos instrumentos públicos atrelados a uma parcela privilegiada da sociedade.

Sem dúvida o Estado é um agente direcionador e organizador da vida em sociedade, contudo, é preciso ter profundidade ao identificar e ao situar as instituições no tempo e no espaço, uma vez que descontinuidades temporais separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais:

As sociedades modernas (estados-nação), sob alguns aspectos, de qualquer maneira, têm uma limitação claramente definida. Mas todas estas sociedades são também entrelaçadas com conexões que perpassam o sistema sociopolítico do estado e a ordem cultural da "nação". Nenhuma das sociedades pré-modernas, virtualmente, era tão claramente limitada como os estados-nação modernos. As civilizações agrárias tinham "fronteiras", no sentido que os geógrafos atribuem ao termo, embora comunidades agrícolas menores e sociedades de caçadores e coletores normalmente se diluíssem em outros grupos em torno delas e não fossem territoriais no mesmo sentido que as sociedades baseadas no estado (GIDDENS, 1991, p.18-19).

Logo, o Estado moderno organiza os valores socialmente construídos de uso e de consumo sobre os indivíduos e os sujeitos sociais, ao criar uma atmosfera simbólica em torno do poder e controle do território. Segundo o pensamento aristotélico, o Estado é organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual e fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa de alguns indivíduos. Seguindo essa lógica, entre os anos 384 a.C. a 322 a.C. Aristóteles afirmava que o Estado está a serviço de alguns indivíduos, ou seja, para aqueles que possuem atitude dianoética⁴³ e que não sofrem demasiadas carências externas como a feiura, a pobreza, a miséria, as mortes, etc. (384 a.C. a 322 a.C. apud NOUGUÉ, 2009). Comungando com as ideias aristotélicas, em geral, o Estado sempre esteve à disposição dos indivíduos detentores de uma parcela de prestígio na sociedade como: a terra, o dinheiro e o pertencer a determinada classe na hierarquia social. Não muito diferente dos dias atuais, os privilégios sociais são destinados às classes econômicas abastadas, perpetuando-se no cerne do Estado moderno.

⁴³Também chamadas de virtudes intelectuais, as quais o indivíduo alcança através do ensinamento.

Estudos mais recentes relacionados à temática enfatizam resquícios desta mentalidade na constituição do Estado moderno, desde a burocracia, os privilégios a indivíduos específicos da hierarquia social até a pobreza condenada para alguns sujeitos, desprovidos de influência nas esferas decisivas do aparato estatal. Desta maneira, o Estado enquanto instituição imbuída de poder produz contradições, inquietações, provoca reflexões e caminhos de legitimação para suas ações. São essas questões eminentemente pragmáticas e ao mesmo tempo ideológicas que permitem ao pesquisador uma reflexão apurada sobre a dimensão simbólica do Estado sobre os usos do território e a vida em sociedade. O território é formado por lugares contíguos e lugares em rede que estabelecem uma contradição vivida entre o mundo e o lugar (SANTOS, 2005, p. 253).

O Estado é o meio pelo qual a casta detentora do poder político dita como o mundo social deve proceder e sob quais estruturas. Essa estruturação da ordem social, tanto objetiva quanto subjetiva, é presumível e está à disposição do tempo e dos recursos financeiros daqueles que vivem dentro dos limites⁴⁴ do Estado (BOURDIEU, 2017).

Assim ao analisar referências acadêmicas em Geografia, sobretudo na Geografia brasileira, sobre o conceito e o papel do Estado, verifica-se que poucos geógrafos debruçaram-se em realizar uma elaboração teórica sobre a essência e a concepção do Estado moderno. Coube aos filósofos e aos sociólogos a árdua função de debater a formação do Estado moderno e sua atuação no mundo moderno. Milton Santos (2006; 2008 e SANTOS; SILVEIRA, 2001) foi um dos poucos geógrafos brasileiros a discutir a essência do Estado moderno ao trabalhar o conceito de Estado-nação⁴⁵, utilizado atualmente por diversos cientistas sociais, em especial geógrafos, ao longo da história.

De acordo com as ideias de Santos (2005), o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço, ao adotar as ideologias de crescimento e modernização nos países em desenvolvimento, logo, o fenômeno se repercute no espaço, no território e na vida das pessoas.

O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 2005, p.255).

⁴⁴Segundo Bourdieu, os limites são entendidos como fronteiras produzidas dentro do Estado.

⁴⁵Para Santos o Estado-nação é compreendido como uma unidade, ou seja, uma totalidade geográfica advinda de uma formação social e econômica e de como a gestão pública, em sua maioria, é empobrecida e limitada à uma acumulação centralizadora dos recursos sociais e econômicos, produzindo uma visão distorcida da realidade. Todavia, é significativo o desinteresse sobre a contextualização política ou intencionalidades inscritas na produção do consumo e no nível das forças produtivas sobre os espaços.

Essa transformação do fenômeno, alega Mazzucato (2014), permite ao Estado assumir falhas e riscos com o capital público em favor do capital privado. Uma vez que a atuação do capital em um território tão difícil eleva as probabilidades de falha, consequentemente aumenta-se os riscos. Desse modo, o discurso do risco⁴⁶ permite que o aparelho estatal, empreendedor em sua raiz e agente público, por exemplo, tenha um risco muito diferente do capital de risco do setor privado. Em todo caso, o Estado arca e assume os riscos para o capital privado.

Por consequência as ações do Estado capitalista constroem seus modelos de circulação e acumulação do capital baseados no pressuposto de que a apropriação privada e o acúmulo de riqueza social⁴⁷ são legítimos e relevantes (HARVEY, 2016).

Tudo isso implica na construção de territórios historicamente produzidos sob as dinâmicas de acumulação capitalista; todo espaço que “foge” da lógica capitalista de produção está sujeito a expropriação, condição fundamental da acumulação do capital. Diante de tais fatos, a conscientização e a formação de sujeitos sociais e políticos é um meio capaz de transformar socialmente os espaços e garantir direitos para os grupos contra hegemônicos⁴⁸. A RESEX de Canavieiras resulta do processo de forças entre diferentes grupos, mas sobretudo comporta sujeitos que compreendem o território de conservação como espaço natureza de realização da vida social, que não possui valor de troca, mas sim, valor de uso. No território de conservação, existe uma relação equilibrada com a exploração dos elementos da natureza e com o consumo, pois não é o desejo que move a troca das mercadorias, mas a necessidade pelo uso.

Falar sobre isso muitas vezes pode passar a ideia ou a imagem romantizada do sujeito pescador ou marisqueira, embora, essa não seja a intenção. Apenas importa

⁴⁶Segundo o discurso do risco, o Estado se dispõe a investir em áreas com risco muito alto, ao mesmo tempo em que demonstra muito mais paciência e menos expectativas em relação aos retornos futuros, em prol do “dinamismo” e “modernização” dos espaços e territórios, deliberando que o capital de risco público e privado não podem ser são comparados.

⁴⁷Para Harvey a apropriação e a acumulação privada podem ocorrer de duas formas: por meio de atividades ilegais como roubo, assalto, fraude, corrupção, usura predação, violência e coerção, além de uma série de atividades suspeitas e duvidosas no mercado, como monopolização, manipulação, controle de mercado, fixação de preços, esquemas de Ponzi etc. [...] Em segundo lugar, as pessoas acumulam riqueza por meio de trocas legalmente sancionadas, sob condições não coercitivas de comércio e em mercados de funcionamento livre (HARVEY, 2016, p.59).

⁴⁸A hegemonia para Gramsci é um processo histórico adquirido e consolidada pela luta de classes. Ela não é uma correção pura e simples, mas uma conduta sobre a vida econômica, a organização política, ético-cultural, a representação dos saberes, práticas e modelos de autoridade que legitimam a sociedade e que são universalizados. As formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Um modelo hegemônico se impõe quando uma classe que chegar ao poder se torna Estado: o Estado serve-lhe tanto para ser dirigente quanto para ser dominante (MORAES, 2010).

ressaltar que para as populações extrativistas pesqueiras a relação do consumo está pautada no do uso daquilo que se consome e não no desejo compulsivo e insaciável do consumo. Felizmente existe sujeitos que não pautam suas vidas na realização do consumo descontrolado das mercadorias, mas sim no uso, nas utopias e na esperança que move a vida das pessoas. Embora exista contradições, conflitos, dentro e no entorno da RESEX, o bem particular vivido no território de conservação se reconstrói a cada dia através do coletivo e a coletividade, o que permite que os sujeitos tenham força e poder para dar visibilidade política às demandas do seu território.

Neste sentido, esta tese tem como questão principal analisar o papel político do Estado brasileiro, por meio da Reserva Extrativista de Canavieiras como um espaço de reserva para o aparato estatal e para o capital privado. E como a esperança move e conduz a vida dos sujeitos sociais.

Dentre tantas coisas, muitas inquietações foram motivadoras para que esta pesquisa de fato acontece. Na verdade, desde os estudos com a reserva extrativista marinha de Corumbau e que culminou com a realização da dissertação de mestrado em (2011-2013), um certo tema já chamara a atenção, o território como um espaço de reserva. Ao pesquisar os estudos de Becker (1982), a autora já tratava a preservação do domínio amazônico como um capital natural passível de no futuro, ser especulado e explorado pelos mercados econômicos e a com anuência do Estado brasileiro. Hoje, percebe-se que os estudos de Becker (1982) tão vanguardistas para época continuam atuais e se encaixam perfeitamente para outras realidades, como das RESEX marinhas.

O mundo globalizado compartimentou as distintas realidades em caixinhas, como se tudo fosse a mesma coisa e como se todos os indivíduos vivessem realidade única, pasteurizada, sem vida e sem cor. Essa crueza produzida pela globalização retira a humanidade daqueles que insistem apenas em (re)existir e a viver com o resto de dignidade que a vida lhes ofereça. Esses sujeitos dissociados da sua individualidade são mutilados pelo sistema produtivo que condiciona a vida a operação pragmática, que lhes arranca qualquer possibilidade de esperança. Todas essas angústias foram fundamentais para levantar questões sobre os fundamentos desta pesquisa, dentre elas: as estratégias adotadas pelos extrativistas marinhos de Canavieiras para tornar ou manter o seu território um espaço de esperança? Que mudanças teriam ocorrido nas relações entre Estado e as reservas extrativistas no Brasil diante da globalização neoliberal, já que estamos em país, que ao ver do mundo, demonstra uma ojeriza à conservação da natureza. Quais as

estratégias foram adotadas pelos extrativistas de Canavieiras para enfrentar esses desafios e buscar a justiça ambiental⁴⁹?

Seguindo o raciocínio das inquietações, a tese tem como principal objetivo analisar, através da Reserva Extrativista de Canavieiras, como as reservas extrativistas se tornaram reservas territoriais do Estado em razão de sua fragilidade frente às pressões do capital e quais são os potenciais para tornar esses territórios espaços de esperança. E dentre os objetivos específicos: discutir as matrizes discursivas do Estado sobre meio ambiente e natureza, assim como sobre desenvolvimento; identificar e analisar as ações concretas do Estado para fomentar o desenvolvimento econômico; analisar a RESEX de Canavieiras, os usos e seus conflitos territoriais e ambientais; evidenciar como os territórios de RESEX marinha representam espaços de reserva para Estado e analisar em que medida as RESEX marinhas podem constituir espaços de esperança. Essas questões são cruciais para delinear o papel do Estado brasileiro diante de tantas perdas na pauta ambiental e sua atuação na política neoliberal.

1.2 Metodologia

O estudo proposto nesta tese tenta se aproximar do método materialista histórico e dialético de modo a entender como os elementos do real e do concreto, presentes em cada fenômeno, se comportam e demarcam o espaço. A razão para compreender o real possibilita ver o mundo como resultado da práxis humana, marcada por relações de dominação, de controle, de poder, de apropriação, de representação simbólica das práticas sociais e espaciais, que operam entre os distintos grupos sociais.

Neste sentido, o pensamento dialético pressupõe revelar os elementos do real a partir das contradições históricas e sociais dos processos e como estes interferem na manifestação dos fenômenos. Cada elemento do real é parte integrante da totalidade. A

⁴⁹ É, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (ACSERALD, 2010, p.111). Segundo Acserald (2010, p.111)) a noção de “justiça ambiental” exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de ressignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda.

realidade dialética prova que as sociedades modernas produziram conflitos, lógicas e pensamentos que refletem as consequências da operacionalização do modo de produção capitalista. A violência sistemática, a intolerância religiosa, o totalitarismo, a apatia social, a produção descontrolada da tecnologia e da ciência, a destruição ambiental, a financeirização da economia que pauperiza os direitos dos mais pobres são consequências da modernidade. Sem radicalismos, pode-se inferir que a modernidade tem seus pontos positivos, como o desenvolvimento do processo científico e tecnológico, contudo, sua influência se repercute em frações do território. Cada território carrega em si valores e representações simbólicas, assim como os lugares, uma vez que eles são frutos daquilo que se concebe e se cria.

A modernidade ocidental e europeia trouxe muitos avanços tecnológicos e científicos para as sociedades ocidentais, contudo, adotar um modelo como único possível e realizável desconsidera qualquer forma de existência e racionalidade que não compactue com a hegemonia do pensar positivista, cartesiano, europeu e científico-formal. Limitar a produção de utopias é uma forma de controle social e político das ideias pelos grupos hegemônicos, pois restringe que os homens (indivíduos ou sujeitos sociais) busquem novas formas de ler e compreender a realidade. Este fato aponta indícios sobre os conflitos teóricos para responder a essa nova realidade, em que a humanidade caminha para apatia e insensibilidade com seu semelhante. Sem o controle dos meios de produção, as populações pobres tornam-se vulneráveis, reféns dos seus destinos perante ao trânsito de sentimentos que se diluem entre verdades concebidas e racionalidades estabelecidas na hegemonia vigente. É difícil responder quando não se sabe a diferença entre ser um sujeito social da própria história ou ser um cidadão mutilado e consumidor de ideias. Materializar essas questões é importante, pois quando se analisa sociedades tradicionais, como pescadores extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. tem-se a clareza que a noção de tempo, do espaço e do trabalho leva em consideração a utopia e o controle dos meios de produção, a exemplo do processo de extração em equilíbrio da natureza. Se o sujeito pescador é dono do seu tempo e da força do seu trabalho, logo, não precisa do controle nem das ordens de um patrão. Isso foge da lógica dita formal e do que é pregado pelo modo de produção capitalista.

Portanto utilizar o materialismo histórico e dialético para este estudo, evoca a capacidade do método em analisar os processos e as relações reais, sociais e históricas entre os homens, sejam eles indivíduos ou sujeitos sociais. Parte-se do entendimento que

os fenômenos socioespaciais são manifestações do real no real, ou seja, sob influências do passado e de processos que resultam do real como expressão da práxis social e histórica entre sujeitos sociais e indivíduos no espaço geográfico.

Assim como proposto por Hegel e Marx, a dialética permite pensar o mundo integrado às diferentes esferas contraditórias do real. É no real que as transformações sociais e espaciais dos fenômenos se manifestam e são nelas que se identifica quais foram as condições sociais e históricas favoráveis para que o processo de construção social se perpetue no espaço geográfico. A dialética permite compreender a influência da práxis social sobre os fenômenos e como essa relação se repercute na totalidade. Logo, definir o método de abordagem e os procedimentos adotados em uma pesquisa científica permite ao pesquisador assumir seu papel e sua visão do mundo. Tendo o alicerce metodológico pautado no materialismo histórico e dialético, a pesquisa tenta apreender a sucessão dos fatos no real.

Esse entendimento só é possível porque a dialética acredita que os objetos e os fenômenos não estão desligados e isolados uns dos outros, sem nenhuma relação de dependência entre si; ao contrário, os objetos e os fenômenos estão articulados, estão organicamente vinculados uns aos outros, se interdependem e se condicionam mutuamente. O processo dialético não concebe a sucessão dos fenômenos como movimentos cíclicos, ou seja, como uma simples repetição do caminho já percorrido. Ela entende que os fenômenos se transformam por meio de movimentos progressivos, sempre em direção ascensional, em plena transição do passado para presente e do presente para o futuro.

Para o desenvolvimento metodológico, o fio condutor desta pesquisa, de natureza qualitativa, contou com uma etapa de fundamentação teórica-conceitual e levantamento de informações empíricas através do estudo de campo, entrevistas e levantamento de informações indiretas — documentais e fotográficas. A pesquisa por si só tem caráter mais teórico; embora muitas reflexões têm sido construídas a partir das provocações e inquietações dos entrevistados. Durante o estudo foi discutida a formação do Estado moderno, sobretudo no Brasil, sua participação, seu papel político enquanto produtor e reproduzidor de realidades.

Além disso este estudo parte da premissa que os usos e os conflitos territoriais na Reserva Extrativista de Canavieiras são gerados, em virtude de um pensamento hegemônico que desconsidera ou nega a produção de conhecimento que não seja validado

sob o crivo acadêmico-científico. É importante reforçar que o estudo buscou entender as RESEX para além do Estado, mas sem perder de vista a possibilidade do Estado brasileiro destinar as áreas de RESEX como reservas territoriais. É cruel pensar assim, mas diante desta realidade vigente, é preciso pensar quais são os potenciais que tornarão os territórios de conservação das RESEX, espaços de esperança. Essa questão é crucial para entender como a apropriação do território gera muitos conflitos, como os expostos nesta pesquisa entre o Estado, os agentes dominantes (empresários, políticos, especuladores imobiliários e financeiros) e os extrativistas.

Em vista disso as idas a campo foram favoráveis e um suporte significativo para contextualização e compreensão da realidade estudada, embora a reflexão feita desta tese seja de cunho mais teórico. O trabalho de campo ajudou a elucidar muitas lacunas, dúvidas que só *in loco* o pesquisador consegue visualizar. Além disso, a pesquisa de campo auxiliou no processo de leitura da realidade, bem como para a leitura de documentos e referências bibliográficas que colaboram para o corpo do texto e para materialidade deste estudo. Foi realizado um trabalho de campo de sete dias, o que possibilitou um contato com os extrativistas da RESEX de Canavieiras, as lideranças, os analistas e os pesquisadores do ICMBio, de modo que a empiria derivasse da experiência cotidiana entre os diferentes sujeitos desta pesquisa, como reuniões na sede da RESEX, eventos oficiais do ICMBio e da prefeitura e confraternizações entre os extrativistas.

A pesquisa restringiu suas entrevistas às lideranças da Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras e aos técnicos, analistas e pesquisadores do ICMBio com o intuito de obter a pluralidade de olhares, visões e racionalidades: o olhar do sujeito pescador(a) e marisqueira(o) a partir da sua relação com o território da RESEX de Canavieiras e a visão sobre o Estado brasileiro; Bem como a ótica dos técnicos, analistas e pesquisadores do ICMBio sobre RESEX e os limites do Estado.

Para a execução da presente proposta de trabalho, foram desenvolvidas as seguintes etapas: fundamentação teórico-conceitual sobre o tema proposto, através de pesquisa bibliográfica e levantamento de publicações, artigos, revistas, boletins, teses, dissertações e livros sobre a temática de estudo, com a obtenção de dados relevantes através de instituições públicas ambientais como ICMBio e MMA, além de ONGs e lideranças da reserva extrativista de Canavieiras, dentre outros. A pesquisa de campo realizada durante o processo da pesquisa possibilitou uma experiência através da observação, da convivência e do acolhimento dos extrativistas com a pesquisadora. Entre

almoços e conversas informais na sede da RESEX de Canavieiras, foi possível realizar a coleta de dados e as entrevistas com as lideranças da RESEX.

Estava previsto na pesquisa, que a abordagem também seria realizada junto aos representantes dos órgãos oficiais, a destacar os gestores do ICMBio, entretanto, apesar das tentativas não foi possível a realização das entrevistas com os mesmos, uma vez que o gestor da RESEX havia solicitado remoção para outra unidade do órgão. Após a mudança foram enviados e-mails com as entrevistas para o novo gestor e seu substituto que não foram respondidos, o que impossibilitou analisar o Estado a partir do olhar de quem intermedia a gestão da RESEX com os extrativistas. Somente os analistas do ICMBio participaram das entrevistas, o que foi significativo e muito valioso para a realização desta pesquisa. Um outro fato importante de ressaltar é que estava previsto um trabalho de campo em Canavieiras para o mês de março de 2020, mas em que pese a pandemia da Covid-19, a atividade precisou ser suspensa. Com isso, a pesquisa foi realizada com os materiais disponíveis ao longo do processo de maturação acadêmica para o doutoramento, mas sem distorcer a realidade e os reflexos do mundo em pandemia.

Sempre é pertinente ressaltar que não existe ciência neutra e que o mesmo fenômeno tem manifestações distintas. É importante ter essa atenção, pois neutralidade na ciência permite que o pensamento hegemônico valide a produção científica, negando tudo aquilo que foi produzido sem o crivo da ciência vigente. Esse artifício é muito perigoso, pois esconde a realidade e as desigualdades produzidas na materialização do pensamento hegemônico. Seguindo este raciocínio, a pesquisa constata que tanto os sujeitos sociais quanto os indivíduos não são seres imparciais e providos de neutralidade, pois cada grupo social, sejam grupos detentores dos meios de produção, como sujeitos detentores de saber, de conhecimento e relação com a natureza e donos do seu tempo e do seu trabalho, também são movidos por ideologias, imaginários, crenças, valores, paixões e posicionamento político em suas relações. Embora alguns valores sejam cientificados enquanto outros são pautados pela oralidade e ancestralidade dos conhecimentos, cada grupo social carrega em si racionalidades de ler e conceber o mundo. É importante ter essa clareza, pois a retórica de cada grupo pesquisado revela sua parcialidade sobre questões, princípios que se repercutem nas escolhas e adoções no processo de gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável, a exemplo das RESEX marinhas. No caso específico da RESEX de Canavieiras, percebe-se um alinhamento no discurso e na construção de um diálogo horizontalizado que permite a

aproximação de esferas tão distintas quanto o Estado e os pescadores extrativistas. Tem sido importante reconhecer os caminhos de uma gestão horizontalizada, que busca autonomia e fortalece a luta e permanência dos territórios de RESEX.

No tocante às etapas do desenvolvimento da pesquisa, faz uma ressalva com relação ao desenvolvimento das atividades de campo, que foram menores do que o esperado para uma pesquisa que se propõe desenvolver uma observação-participante e que o grupo de pesquisa Costeiros-Estudos Socioespaciais tem como princípio a pesquisa e a extensão nas RESEX pesquisadas. O curto período para a realização do trabalho de campo se deu em virtude de problemas de saúde muitos graves, ligados à autora desta pesquisa. Durante os últimos dois anos da pesquisa de doutoramento da autora, seu companheiro desenvolveu uma doença neurológica chamada porfiria dos nervos inferiores, que por muito tempo a medicina não conseguia identificar. Durante muito tempo, hematologistas, neurologistas, ortopedias não chegavam ao consenso e o paciente tinha os sintomas da doença agravados.

Durante o processo, foi desenvolvida uma anemia aguda, uma perda de peso de quase doze quilos em menos de um mês e duas pneumonias, que quase o levaram à morte. Foram quase 5 meses de incertezas entre clínicas e internações hospitalares em busca de tratamento e de um diagnóstico para doença. Posteriormente, a este fato, a sogra da autora teve um câncer no intestino passando o período pós operatório em sua residência. Como se não bastasse tanta tragédia familiar, o pai da pesquisadora sofreu um infarto cardíaco. Ficou quatro dias na UTI e depois foi transferido para enfermaria, totalizando um mês de internação. Durante sua internação, foi descoberto que seu pai Antônio, um idoso hipertenso que sofria de insuficiência renal, teve seu câncer de garganta e língua reincidido, limitando a deglutição, o que o levou a fazer uso de uma sonda gástrica. Nesse interim de idas ao hospital e toda energia demandada aos cuidados de meu pai, eis que no dia 08 de junho de 2020, ele veio a falecer.

É importante ressaltar essas informações na metodologia, para que os senhores, professores pesquisadores e pares acadêmicos saibam e compreendem como um problema familiar impactou e afetou diretamente o processo e desenvolvimento da pesquisa. Embora a pesquisa tenha um caráter mais teórico, partindo da discussão do papel do Estado sobre o território de conservação da RESEX de Canavieiras, tem-se a clareza que o trabalho de campo enriqueceu e maturou as informações contidas nesta pesquisa. Por isso é em respeito aos senhores que se expõe detalhes íntimos e pessoais,

que justificam o motivo de um campo modesto e curto, diante a importância que o fenômeno apresenta. Neste sentido ressalta-se que, durante todo esse processo da pesquisa, a autora participou de atividades extracurriculares ligadas à temática de estudo, como seminários, reuniões e audiências públicas no município de Salvador-Bahia, de modo a aproximá-la com a realidade dos fatos do fenômeno estudado.

2º CAPÍTULO: A ESTRUTURA AMBIENTAL BRASILEIRA NOS SÉCULOS XX E XXI

A partir dos anos trinta do século XX, o Estado brasileiro, sob forte influência de pressões internacionais, passa a orientar suas políticas com viés na causa ambientalista. Neste período, o Brasil viveu intenso momento de transformações, quebrando um pouco a inércia das elites rurais brasileiras que se mantinham no poder desde a instituição da república. Este período de transição entre pré-república e república trouxe um momento novo para o país com o surgimento do primeiro Código Florestal Brasileiro instituído pelo Decreto 23793/1934, que definia as bases para proteção dos ecossistemas florestais e regulação da exploração dos recursos madeireiros. Assim, os movimentos ambientalistas que eclodiram em todo o mundo foram fundamentais para que o governo daquele período estabelecesse uma nova política ambiental que assegurasse a exploração dos recursos naturais⁵⁰, sobretudo, os recursos florestais do país.

A elaboração do primeiro Código Florestal Brasileiro foi um passo importante para a política ambiental no país, pois sua implantação impulsionou a criação de parques nacionais como o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, e os Parques Nacionais de Iguaçu e da Serra dos Órgãos, em 1938, entre outros. Contudo, a política ambiental brasileira limitou-se nos ideais preservacionistas, pautando suas ações, sobretudo, na criação de unidades de conservação de proteção integral. Nos anos subsequentes, o governo brasileiro concentrou seus esforços na industrialização e no desenvolvimento acelerado da economia. Essas transformações foram se consolidando ao longo da década de 1950, alterando o padrão de consumo e o comportamento de parte da população brasileira, especialmente, a que habitava os grandes centros urbanos.

⁵⁰ Sociedades capitalistas, sobretudo em países desenvolvidos reforçam a necessidade de pensar os usos e a exploração excessiva dos elementos da natureza, o que o capitalismo vem a chamar de recursos.

A política desenvolvimentista produziu novos cenários urbanos, a paisagem urbana se modernizou unificando a denominada sociedade urbano-industrial. O país estava tão direcionado para o fortalecimento da política desenvolvimentista no seu território, que as demandas ambientais só foram retomadas na década de 1960. A transformação espacial no país com crescimento industrial abriu novos precedentes em função das atividades produtivas, principalmente da poluição industrial. Esses novos precedentes foram importantes para o processo de instrumentalização da política ambiental brasileira; de uma certa forma, esses fenômenos pressionaram o país na sistematização de medidas que protegessem os recursos da natureza do território brasileiro. A influência destas transformações está ligada à configuração espacial que o país passou a adquirir; a trajetória possível da industrialização e a urbanização acelerada dos espaços rapidamente sobrecarregariam a natureza. Por isso, a elaboração do novo Código Florestal instituído pela Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, que visava especialmente a conservação dos recursos florestais brasileiros, chamou atenção para a necessidade em se proteger os espaços de natureza passíveis de exploração. Eis um exemplo concreto destas transformações: a partir do Código Florestal de 1965 (BRASIL, 1965) foram criadas novas tipologias de áreas protegidas como as Áreas de Preservação Permanente, que permaneceriam intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais e a Reserva Legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. Captar esse conjunto de transformações permite contextualizar historicamente os avanços e os limites estatais disponíveis daquele tempo. Pode-se dizer que foi uma tentativa de instrumentalizar a política ambiental do país adequada aos processos de transformações espaciais. Fenômenos como a industrialização, a urbanização e os movimentos migratórios para os centros urbanos das grandes cidades trouxeram conflitos e novas questões sobre os usos do território.

Essa reflexão é pertinente, pois mostra como a violência simbólica legítima (BOURDIEU, 2017) do Estado e das elites dominantes moldou as estruturas mentais nas sociedades modernas e contemporâneas. O discurso do mundo único, solidário e atento aos problemas ambientais chafurda quando se tem noção que o interesse na construção de uma política ambiental sólida está atrelado às ambições de nações soberanas sobre os territórios e recursos ambientais de nações emergentes. Este fato chama a atenção para o papel político das empresas e de Estados com economias sólidas de regular a vida social e política de países emergentes. Isso aconteceu no Brasil e ainda vem acontecendo, mas

é necessário desnudar o debate ambiental. De fato, muitos dos avanços ambientais advieram da luta dos movimentos sociais, como no caso dos seringueiros e as primeiras reservas florestais na região Norte do país, mas é prudente sair do plano do romantismo e encarar que nações ricas sempre viram o Brasil como uma potência em recursos de natureza. E até mesmo espaço de reserva territorial sobre os espaços de natureza, como já foi mencionado, o capitalismo sobrevive da excentricidade.

É importante ter isso em mente, pois a força econômica e simbólica dos mercados demandou do Brasil uma postura política e econômica em sintonia e contextualizada com os discursos dos mercados internacionais, ou seja, a pressão internacional de uma certa forma forçou um alinhamento dos instrumentos da política ambiental com as demandas do mundo em transformação. É notório que o governo brasileiro defendeu o desenvolvimento e a aceleração econômica do país a qualquer custo, ao convencer indivíduos e sujeitos sociais que a flexibilização do capital e dos mercados e a globalização trariam melhorias no bem-estar no mundo⁵¹ e maior conectividade entre as pessoas. A globalização moderna coloca uma lente de aumento para as desigualdades do mundo, ao potencializar a competição e o acirramento entre nações, trabalhadores e mercados. A globalização desigual e combinada reforça a aceleração entre reformas políticas, a desregulamentação, a flexibilização e uma maior abertura econômica dos mercados, sobretudo em países em desenvolvimento e economias de transição. O mundo que nos conecta e aproxima é o mesmo que nos separa das pessoas. É fantasioso acreditar que a globalização traria a justiça espacial para os territórios. Ela até pode proporcionar solidariedade por meio da comunicação entre as pessoas, contudo, o acirramento sobre os acessos aos meios técnicos de informação demonstra que o capitalismo cria novas formas de produzir desigualdades.

A década de 1970 realçou as mudanças do mundo globalizado. Diante das pressões internacionais intensificadas que criticavam e acusavam a política desenvolvimentista praticada no país, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, que orientava a conservação do meio ambiente a partir do uso racional dos recursos naturais. Essa Secretaria dividia as funções com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Logo, era uma ação

⁵¹O mundo no sentido filosófico é a totalidade das relações que constituem a consciência e dentro do qual a consciência opera, ou seja, o mundo é o conjunto dos laços possíveis a algo humano e a tudo que nos cerca. E dentro desse tudo, os homens vão se formando, se constituindo em quanto entes individuais, sociais, familiares, institucionais (HEIDEGGER, 1995).

emergente criar um projeto ambiental nacional que contribuísse para a redução dos impactos ambientais decorrentes do crescimento causado pela política desenvolvimentista.

A partir dessas ações, o Estado Brasileiro passa a internalizar políticas e instrumentos de regulação que assegurem de fato as políticas ambientais no Brasil. Um passo significativo foi a promulgação da Lei Nº 6938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), com o objetivo de preservar e recuperar a qualidade ambiental dos elementos e recursos da natureza do país. O PNMA adota como instrumento de planejamento para o desenvolvimento dos territórios, o Zoneamento Econômico Ecológico⁵² (ZEE) que dispõe de diretrizes legais para cada unidade territorial com informações sobre o meio físico, socioeconômico e jurídico-institucional (BRASIL, 1981). Este instrumento é um avanço para o país, ao reunir informações relevantes para construção de prognósticos e/ou intervenção de impactos ambientais. Essas ações atribuíram mudanças importantes para criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tornando-se os principais instrumentos de uma política ambiental orientada para ações descentralizadas.

Essa perspectiva recai sobre a Constituição de 1988, quando o Estado passa a criar instituições voltadas para a política ambiental brasileira como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989, com missão de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1992, cria-se o Ministério do Meio Ambiente, órgão de hierarquia superior que passa a ter a missão de formular a Política de Meio Ambiente no Brasil, tendo o IBAMA uma atuação mais voltada à fiscalização. Deste modo, a década de 1990 se inicia com o avanço na estrutura dos órgãos ambientais do Estado e também nas discussões sobre a necessidade de efetivação de um modelo de desenvolvimento ambiental e socialmente mais justo para o país.

Órgãos federais foram criados, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia em regime especial, criado dia 28 de agosto

⁵²É instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002. Tem sido utilizado pelo poder público para projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de planejamento ambiental territorial (MMA, 2019).

de 2007, pela Lei 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e a Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de efetivação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000. Isso constitui avanços na medida em que sensibiliza os governos locais e estaduais a encararem suas responsabilidades para um desenvolvimento sobre os recursos naturais mais equilibrado. De certa forma, as transições históricas desse período atraem grande atenção para as experiências ocorridas no país.

Em 2000 é criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Federal 9.985/2000) que reúne unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Divide 12 categorias de UCs que se diferenciam quanto ao modelo de proteção, usos e objetivos específicos. É bom frisar que as unidades de conservação de uso sustentável abrigam particularidades sobre a sua dimensão territorial quanto aos usos e reconhecimento dos seus usuários sobre esses territórios, em sua maioria sujeitos, oriundos de populações de matriz tradicional. O reconhecimento da existência destas populações enquanto sujeitos com estreita relação sobre os elementos da natureza⁵³ reforça a importância de desmistificar a ideia da integração nacional pregada pelo Estado brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2017). Assim, o termo populações de matriz tradicional surge como uma categoria política para ressignificar a existência e o direito legal (direito instituído em legislação federal) destes sujeitos sobre os territórios destinados a UCs de uso sustentável.

As Reservas extrativistas marinhas se enquadram em unidades de conservação de uso sustentável, todavia, esse modelo surge da luta de mulheres e homens seringueiros por seus territórios e para a reprodução social dos saberes tradicionais sobre a natureza e por conseguinte da própria reprodução dos grupos sociais. Diante deste movimento sobre os territórios dos seringais, é criado o projeto piloto para permitir que populações tradicionais, sejam indígenas, sejam extrativistas, possam contribuir com a proteção da natureza. As primeiras reservas extrativistas nascem do [...] Projeto Reservas Extrativistas que compunha o Subprograma Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais, que incluía projetos específicos para Terras Indígenas e formação de Corredores

⁵³ Autores como PORTO-GONÇALVES (2006) e CASTRO (1998) já utilizam o termo elementos da natureza para se referir a água, ao solo, as rochas, ao vento, etc. Ao utilizar o termo elemento da natureza no sentido de bem de uso, os autores os diferem do sentido de recurso, que dá uma ideia de monetização da natureza.

Ecológicos” (CUNHA, 2010, p. 171). Este modelo é reflexo do movimento seringueiro em respeito à sua relação e usos da natureza e a legalidade de seus territórios.

Nas décadas de 1970 - 1980, teve lugar, na Amazônia brasileira, um movimento liderado por sindicalistas e seringueiros que, mais do que a defesa da floresta, se contrapunha a um modelo de desenvolvimento que os excluía em suas formas de sobrevivência e cultura. Iniciava-se, assim, um processo de visibilização que lhes proporcionou a participação na definição de políticas públicas locais protagonizadas pelos sujeitos que ali estavam. O Movimento Seringueiro configurou-se na disputa entre diferentes apropriações da natureza: natureza como mercadoria, em que impera o valor de troca; e natureza como lugar de sobrevivência e reprodução social, na qual o valor de uso é determinante. Desta disputa, e envolvendo alianças e confrontos, surgiu a proposta conhecida como a “reforma agrária dos seringueiros”, que lhes daria a garantia da terra e seu usufruto (CUNHA, 2010, p. 20).

Modelo genuinamente brasileiro, as RESEX começaram a ser implantadas em várias partes do país, a começar nos estados do Acre com as reservas de Chico Mendes e Alto Juruá; Amapá com a reserva do Rio Cajari e Rondônia com a reserva do Rio Ouro Preto, em 1989. Em 1991, após a instituição das primeiras RESEX florestais amazônicas foi criada a primeira unidade costeiro-marinha e quatro unidades voltadas para o extrativismo das matas de babaçu. Em 2006, a proposta expandiu-se também para o Cerrado, com a criação de duas unidades no Estado de Goiás. Todas essas unidades de conservação preconizam o caráter central do conhecimento e saber das práticas tradicionais das populações locais na extração e na conservação dos recursos naturais.

Em 2000, é sancionada a Lei Federal 9.985 que institui a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil. No país existem hoje, 65 reservas extrativistas federais ao longo do território nacional, segundo a base de dados da Organização não governamental Instituto Socioambiental (ISA). Destas 65 unidades, 13 foram implantadas entre os anos de 1990 a 1999 e 52 unidades entre os anos os anos 2000 a 2018. Ver quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Reservas Extrativistas Federais no Brasil.

Categoria	Unidade de Conservação	Instância Responsável	Área (ha)	Ano de Criação
RESEX	Alto Juruá	Federal	506.186	1990
RESEX	Chico Mendes	Federal	970.570	1990
RESEX	Rio Cajari	Federal	532.397	1990
RESEX	Rio Ouro Preto	Federal	204.583	1990
RESEX	Ciriaco	Federal	8.084	1992
RESEX	Extremo Norte do Tocantins	Federal	9.280	1992
RESEX	Marinha do Pirajubaé	Federal	1.444	1992
RESEX	Mata Grande	Federal	10.450	1992
RESEX	Quilombo Frechal	Federal	9.542	1992
RESEX	Marinha do Arraial do Cabo	Federal	51.601	1997
RESEX	Médio Juruá	Federal	286.933	1997
RESEX	Tapajós-Arapiuns	Federal	647.611	1998
RESEX	Lago do Cuniã	Federal	55.850	1999
RESEX	Alto Tarauacá	Federal	151.200	2000
RESEX	Marinha da Baía do Iguape	Federal	10.074	2000
RESEX	Marinha do Corumbau	Federal	89.500	2000
RESEX	Marinha do Delta do Parnaíba	Federal	27.022	2000
RESEX	Marinha da Lagoa do Jequiá	Federal	10.204	2001
RESEX	Auatí-Paraná	Federal	146.950	2001
RESEX	Baixo Juruá	Federal	187.982	2001
RESEX	Barreiro das Antas	Federal	107.234	2001
RESEX	Marinha de Soure	Federal	27.464	2001
RESEX	Rio Cautário	Federal	73.818	2001
RESEX	Cazumbá-Iracema	Federal	750.795	2002
RESEX	Chocoaré - Mato Grosso	Federal	2.786	2002
RESEX	Mãe Grande de Curuçá	Federal	37.062	2002
RESEX	Mandira	Federal	1.176	2002
RESEX	Marinha do Maracanã	Federal	30.019	2002
RESEX	Rio Jutai	Federal	275.533	2002
RESEX	São João da Ponta	Federal	3.203	2002
RESEX	Batoque	Federal	602	2003
RESEX	Cururupu	Federal	185.046	2004
RESEX	Lago do Capanã Grande	Federal	304.146	2004
RESEX	Riozinho do Anfrísio	Federal	736.340	2004
RESEX	Verde para Sempre	Federal	1.288.717	2004
RESEX	Arióca Pruanã	Federal	83.445	2005
RESEX	Ipaú-Anilzinho	Federal	55.816	2005
RESEX	Mapuá	Federal	94.464	2005
RESEX	Marinha de Araí-Peroba	Federal	62.035	2005
RESEX	Marinha de Caeté-Taperaçu	Federal	41.807	2005
RESEX	Marinha de Gurupi-Piriá	Federal	74.081	2005
RESEX	Marinha de Tracuateua	Federal	27.154	2005
RESEX	Riozinho da Liberdade	Federal	325.603	2005

RESEX	Arapixi	Federal	133.637	2006
RESEX	Canavieiras	Federal	100.646	2006
RESEX	Gurupá-Melgaço	Federal	145.298	2006
RESEX	Lago do Cedro	Federal	17.338	2006
RESEX	Recanto das Araras de Terra Ronca	Federal	11.964	2006
RESEX	Rio Iriri	Federal	398.938	2006
RESEX	Rio Unini	Federal	833.352	2006
RESEX	Terra Grande-Pracuúba	Federal	194.695	2006
RESEX	Acaú-Goiana	Federal	6.678	2007
RESEX	Chapada Limpa	Federal	11.971	2007
RESEX	Ituxi	Federal	776.940	2008
RESEX	Médio Purus	Federal	604.209	2008
RESEX	Rio Xingu	Federal	303.841	2008
RESEX	Cassurubá	Federal	100.687	2009
RESEX	Marinha Prainha do Canto Verde	Federal	29.794	2009
RESEX	Renascer	Federal	211.741	2009
RESEX	Marinha Cuinarana	Federal	11.037	2014
RESEX	Marinha Mestre Lucindo	Federal	26.465	2014
RESEX	Marinha Mocapajuba	Federal	21.029	2014
RESEX	Arapiranga-Tromaí	Federal	186.908	2018
RESEX	Baía do Tubarão	Federal	223.917	2018
RESEX	Itapetininga	Federal	16.294	2018

Fonte: Instituto Socioambiental (2018).

Elaboração: Soraia Monteiro Afonso (2018).

O quadro acima reflete um pouco como a implantação das resex impulsionou na construção e na institucionalização de novas unidades em diversas partes do país. Contudo é sempre bom salientar que embora seja expressiva a implantação de novas reservas extrativistas federais no país, sobretudo nos anos 2000, o modelo desenvolvimentista prosseguiu em ritmo acelerado no Brasil. Segundo dados do instituto IMAZON, entre os anos de 1990 e 2010, foram derrubados 55 milhões de hectares de floresta no Brasil. Na Amazônia, 780 mil km² de vegetação nativa foram perdidas, O ritmo da destruição aumentou consideravelmente nas últimas décadas, o bioma da Mata Atlântica teve perdas maiores do que o período durante o Brasil-Colônia. A perda foi acelerada entre 1990 e 2000, com em média 18,6 mil km² desmatados por ano, e entre 2000 e 2010, com 19,1 mil km² perdidos anualmente e 6 mil km² entre 2012 e 2017. De acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), em 2019, a Amazônia perdeu 6.200 km² de vegetação, um aumento de 16% em comparação com o total desmatado em

2018. O desmatamento⁵⁴ prosseguiu dando continuidade ao projeto desenvolvimentista, enquanto que a criação de novas RESEX, sejam elas florestais ou marinho/costeiro ficou estagnado.

É interessante também observar uma interrupção na criação de reservas extrativistas durante o governo de Dilma Roussef, o qual rompeu essa interrupção apenas no final no mandato com a criação de três resex. Esse mesmo movimento se repetiu apenas em 2018 no governo de Michel Temer. Esse ritmo descompassado parece revelar um processo mais estimulado por motivos eleitorais do que pela preocupação em proteger os modos de vida tradicionais e o ambiente.

As RESEX buscam o manejo equilibrado dos recursos da natureza, assim como as reservas florestais, as RESEX marinhas lutam pelo fortalecimento, pela organização das populações locais e por melhorias das condições de vida das populações pesqueiras e extrativistas, o que conseqüentemente resulta na luta pela conservação dos recursos naturais em suas reservas.

As reservas extrativistas brasileiras são, sem dúvida nenhuma, uma conquista dos povos da floresta que se expandiu para todo país, inclusive, para as áreas que mais sofreram com a política expansionista de ocupação territorial brasileira, o litoral costeiro. Sejam elas florestais ou marinhas, as RESEX padecem de um problema em comum: a delimitação e a institucionalização de um território que assegure a proteção dos elementos da natureza e a permanência das populações extrativistas pesqueiras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas, ou seja, as populações que estabelecem estreita relação com os saberes e os elementos da natureza.

Sabe-se que para os povos de matriz tradicional é difícil definir onde começa e onde termina o território de natureza. Chega a ser constrangedor para estes sujeitos sociais definir ou delimitar o lugar de reprodução social, ou seja, seu território a partir de uma linha imaginária definida e institucionalizada pelo Estado. Estas populações sempre enxergaram a natureza como sua morada, portanto é revolucionário dizer que a terra, a natureza não precisa de cercas. É um exercício mental necessário e utópico pensar o território como um espaço coletivo, em tempos de valoração excessiva da propriedade

⁵⁴Segundo matéria do jornal Brasil de Fato publicada no dia 08 de setembro de 2020, o Brasil não tem priorizado a política ambiental do país. O número de fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) despencou de 1.311, em 2010, para 591, em 2019, uma redução de 55% (CARVALHO, 2020). Em 2020, houve a contratação de 103 funcionários para atuarem pelo órgão na fiscalização, chegando a 694 funcionários. Contudo esse número é 47% menor em relação ao início da última década.

privada individual. Soa como uma afronta para o modo de produção capitalista, pensar o espaço geográfico como um lugar de ação do coletivo. O efeito disso em um Estado moderno capitalista é apagar as temporalidades e fragmentar os saberes destes sujeitos sociais a partir do saber científico. São os indivíduos, homens e mulheres imbuídos de saber técnico e científico pertencentes a uma hierarquia social privilegiada que colaboram, com muitas ressalvas, no processo de delimitação destes territórios. O uso das ressalvas não é por desconfiança dos técnicos servidores ou dos consultores que estão a serviço do Estado neste processo, mas pela ação planejadora territorial do Estado brasileiro, que em muitos casos, passa a falsa ideia de que o processo sempre é democrático, construído a partir da participação coletiva da população, quando a verdade é que a população só absorveu uma ideia pré-estabelecida e elaborada dentro de gabinetes e escritórios. Em outras palavras, o saber técnico-científico é priorizado e hierarquizado em relação ao saber comum, coletivo e produzido a partir da solidariedade orgânica de base. Por vezes isso pode ocorrer, contudo não se pode afirmar que isto tenha acontecido com RESEX brasileiras, mas é crucial admitir que toda institucionalização tem suas perdas, a exemplo da autonomia.

O saber técnico-científico procura desqualificar e desvalorizar todos os outros saberes e práticas. Por isso, a validação a nível nacional e internacional, ainda que parcial, dos conhecimentos e inovações dos povos indígenas, de camponeses e de todas as populações tradicionais demonstra que eles têm um valor não redutível ao valor econômico. A existência dos recursos biológicos está diretamente vinculada a um sistema ancestral de coexistência sustentável entre os homens e o ambiente, razão pela qual esses recursos dependem da sobrevivência desse sistema. A destruição do habitat natural da comunidade será secundada pelo seu desaparecimento como sistema cultural e vice-versa, (sic) pois um sem o outro é insustentável (CASTRO, 1998, p.8).

Para que essas unidades fossem delimitadas foi necessário adequá-las à realidade da institucionalidade e aos limites de uma política de Estado. Sempre bom lembrar, que os territórios de conservação se tornaram um entrave para políticas neoliberais do Estado brasileiro. Como se sabe, o capital, seja ele financeiro ou especulativo, precisa de lucro acima de tudo e como essa necessidade demanda transformações; o capital precisa de consumidores, de um espaço territorial fértil e de preferência rico, rico mesmo, diverso em recursos naturais disponíveis, matéria prima barata e se possível, mas sem generalização, uma fragmentada política econômica e social de Estado, vulnerável às oscilações da economia de mercado. Não tente se espantar e não pense que é alarmismo ingênuo, mas essa “equação” sempre é aplicada em países em desenvolvimento, quase sempre sujeitos a algum tipo de crise econômica, que logo desencadeará em uma crise

social e política. Sim, um terreno fértil, ou melhor, um território estratégico para banqueiros, empresários, políticos, militares, agências de risco financeiro usarem e esgotarem todos os seus argumentos para a necessidade de reformas econômicas para a manutenção do equilíbrio fiscal destes países em desenvolvimento. Mas você leitor pode se perguntar o porquê desta explanação toda em um capítulo que tem o objetivo de contextualizar de forma suscita a estrutura ambiental do Brasil nos séculos XX e XXI? Vejam vocês: é impressionante, mas essas condições são impostas desde o primeiro Código Florestal brasileiro, em 1934, quando o país ensaiava os primeiros passos na política ambiental e até hoje isso se repete não só no Brasil, mas muita com frequência, em países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, na África Central e Subsaariana e nos países asiáticos mais pobres. Pode parecer estranho, mas indubitavelmente, os padrões de desenvolvimento geográfico e desigual dos espaços estão estreitamente ligados ao comportamento do capital nos territórios (SANTOS, 2008). Não é nenhuma receita de bolo, mas é um fato, a história da humanidade é feita de ciclos das sociedades modernas, reconstrução-destruição-construção⁵⁵. O próprio ser humano é um ser em movimento, movido por impulsos, desejos e ambições, portanto, esse movimento faz com que as coisas saiam da sua inércia. Por sua vez, o território é uma dimensão física e geográfica do espaço, logo, os indivíduos e os sujeitos sociais também exercitam seus anseios, conflitos e questões no espaço político territorial. Muitas vezes cai-se no equívoco de pensar as instituições desprovidas de humanidade, do imaginário simbólico que assumem e das intencionalidades que exercem. O Estado, assim como o território, traz em si subjetividades, a diferença é que o Estado enquanto instituição controla, organiza e administra a nação e o espaço geográfico do território. Já o território é onde ocorrem os sentidos, o vivido, os valores de uso, das as marcas históricas, as intencionalidades ideológicas o pragmatismo e a soberania frente a outros territórios. Um está atrelado ao outro, embora, muitas vezes o território é quem mais se rebelde e questione novos sentidos que colocam em voga o estado das coisas instituídas.

O Brasil traz como herança o discurso do desenvolvimento. De alguma forma habita no imaginário político do país, seja em governos passados ou atuais, a ideia que um dia o Brasil alcançará o nível de desenvolvimento das nações ricas europeias ou dos Estados Unidos da América. A utopia é necessária para que as mudanças ocorram, embora este não seja o caso do país. A utopia que move a transformação, o desejo por mudanças

⁵⁵Capra, Fritjof. O Ponto de Mutação, 1982.

pode ser tudo, menos o projeto político do Estado brasileiro e dos seus governos transitórios. A reprodução de modelos econômicos de consumo e de planejamento externos à realidade brasileira não dialoga com a necessidades reais do país. O discurso desenvolvimentista foi apropriado por diversos governos e nenhum governante ousou questionar as consequências das políticas de Estado neoliberalistas sobre as políticas públicas ambientais. A cobiçada justiça social continua apenas cobiçada e no plano da utopia. Não se trata de generalização, nem injustiça política, muito menos amnésia quanto aos feitos do Estado brasileiro e de alguns governos transitórios⁵⁶ sobre as conquistas alcançadas na política pública ambiental brasileira. No entanto é bom recordar que essa materialidade só foi alcançada pela luta social das populações envolvidas, a exemplo dos seringueiros da região Norte do país e a reservas extrativistas florestais.

A grande questão é que o Brasil assumiu para sua agenda política administrativa a pauta ambiental, em função das exigências e das pressões de nações estrangeiras sobre a conservação da biodiversidade e a proteção de habitats naturais presentes em território brasileiro, em especial o bioma amazônico. Portanto não foi por preocupação pela causa ambiental ou pela seguridade dos recursos naturais renováveis e não-renováveis existentes em território nacional, mas por pressões internacionais de mercado que impuseram países em desenvolvimento, como o Brasil, uma adequação no seu discurso e na condução das políticas de Estado em relação à questão ambiental. Segundo Porto-Gonçalves a questão ambiental se forjou a partir de uma dura crítica a essa rede discursiva que instituiu o mundo moderno-colonial (Ciência-Técnica-Progresso/Desenvolvimento-Dominação da Natureza) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 76).

O século XX foi marcado por mudanças e as sociedades ditas modernas, como de rito de passagem em todos os séculos desconstruiu muitos paradigmas sociais. Em plena transformação, o mundo passou a questionar a relação entre os limites de crescimento da população humana e a demanda por recursos naturais⁵⁷, debate que tomou uma dimensão global. É bem verdade que esse despertar nasceu com o Clube de Roma, composto por pesquisadores e ambientalistas pertencentes a uma elite intelectual mundial juntamente às nações hegemônicas mais ricas que puseram em voga problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade. Essa crise de valores sociais entre a exploração dos

⁵⁶Durante sua gestão como presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso implantou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza/SNUC (Lei 9.985/2000), que reforçou a capacidade de atuação do IBAMA no gerenciamento e proteção dos parques, estações biológicas e reservas ambientais.

⁵⁷Ver em DIAS, 2002.

recursos naturais e o consumismo - o que nos estudos de (PORTO-GONÇALVES, 2006), entende-se por valor uso e valor de troca - acentua a discussão e o dilema sobre os padrões de vida e de consumo das sociedades modernas. Esse padrão de consumo difundido globalmente tem trazido muitos malefícios para a organização do território; aqueles que não se adequam sentem-se desamparados e excluídos do processo. Como um padrão a ser atingindo, esse modelo se espalha pelos territórios de maneira perversa, o rural e o urbano se confundem, o tradicional é visto como atraso e aqueles que não se submetem a ser apenas consumidores - a exemplo das populações de matriz tradicional - são considerados um atraso à reprodução do modo de produção capitalista, ou seja, ao desenvolvimento econômico dos grupos hegemônicos. É sabido que o capitalismo também sobrevive às exceções, a exemplo da folclorização ou da romantização do que é considerado tradicional para o mercado capitalista; vide o tratamento dado ao modo de vida do sujeito pescador ou do sujeito indígena, assim como às reservas de espaço verde, a exemplo das estações e parques ecológicos ou parques urbanos, como refúgio verde de áreas urbanas extremamente adensadas. É assim que o capitalismo sobrevive às exceções, contradições e conflitos, por isso o dilema evolutivo sobre a espécie humana entra em ebulição. A permanente lógica capitalista em países em desenvolvimento é o encolhimento das funções políticas e sociais do Estado (políticas neoliberais), causando conseqüentemente crescimento da pobreza dos mais pobres e ampliação da influência política das empresas na regulação na vida social dos sujeitos (SANTOS, 2006a).

Cada vez mais controlados e alijados do processo hegemônico dos mercados, os sujeitos sociais lutam por seus territórios, lutam para não perderem a essência, porque a esperança é a única saída para a vida. Em realidade, as sociedades modernas mediarão sua relação com a natureza a partir da técnica, negando qualquer outro conhecimento que não seja tecnocêntrico ou científico, esse raciocínio pauta o progresso da humanidade através do saber técnico. O afastamento da natureza, a monetarização dos recursos naturais e a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso conduzem indivíduos obcecados pelo controle dos modos de produção, pela apropriação e pelo domínio da natureza. Portanto, o discurso ambiental também foi e é apropriado pelo capitalismo, não por bondade daqueles que controlam os meios de produção, mas por uma necessidade permanente de reprodução do modo de produção capitalista.

A ideia de dominação da natureza é a tentativa continuada e, sucessivamente frustrada, de dominar a morte. Na sociedade ocidental, cada vez mais, a morte deixa de ser cultuada, sendo mesmo afastada do cotidiano - morre-se em hospitais, se é velado em ambientes próprios, isolados, e não mais em casa,

como até muito recentemente ocorria, mesmo no ambiente urbano (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 176).

Na tentativa de controlar a natureza e a vida dos sujeitos, os grupos hegemônicos organizam o território a partir da lógica do controle, da exploração e da violência simbólica produzida pela colonialidade⁵⁸, como via única possível e legítima de concepção de mundo. Essa violência simbólica contida nos instrumentos de controle dos meios de produção e do aparato estatal torna os sujeitos históricos reféns das construções representativas e simbólicas que o poder hegemônico idealiza como verdade. É frustrante pois, essas construções simbólicas e representativas alteram o sentido subjetivo de mundo para muitas pessoas, as quais têm suas vidas mutiladas pelo consumo e pela violência cotidiana das grandes cidades e centro urbanos. Essa alteração de sentido é muito grave, pois ela constrói sentidos e valores hegemônicos para as coisas e para a vida dos indivíduos e sujeitos. Se a riqueza da natureza parte da compreensão coletiva e solidária entre os sujeitos que o todo (natureza) é de todos e para todos, logo, o uso e a exploração dos elementos da natureza será equilibrado, pois a ação coletiva deve ser em benefício do todo. Contudo, se a ação parte da concepção hegemônica, daqueles que controlam os sistemas de produção e reprodução do capital, a riqueza será associada à ação individualizada do indivíduo e a seu poder de consumo. Portanto, a exploração excessiva da natureza (recurso) torna-se o meio necessário e mantenedor do padrão de consumo construído pelo pensamento hegemônico. Seguindo esse raciocínio, o valor de uso da natureza passa a ser subjugado, perdendo total sentido do uso coletivo em detrimento da monetarização do valor de troca dos recursos da natureza, uma vez que a natureza passa a ser apenas um meio para a riqueza, ausente de relação e pertencimento. Diante dessa alienação forçada, violenta e produzida pelos agentes dominantes, os sujeitos históricos buscam dentro de si a sabedoria produzida no território através da coletividade. O pensar coletivo e de mãos dadas é também a manifestação do pensar estratégico e de luta social, contra as imposições do Estado e dos instrumentos de controle dos grupos dominantes.

Nesse sentido, o pensamento dominante dos grupos hegemônicos é legitimado, uma vez que o desenvolvimento econômico precisa ser mantido atrelado ao discurso ambiental, que neste caso, vem travestido de sustentabilidade, o tal desenvolvimento

⁵⁸ Leitura do mundo feita a partir da concepção eurocêntrica. Ver mais em Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo, et al (2017).

sustentável⁵⁹. Não há mudanças efetivas de comportamentos, mas sim, uma clara adaptação dos mercados à nova preocupação mundial: o meio ambiente e a questão ambiental. Em um passe de mágica - porque é assim que a globalização dissemina suas ideias e valores -, os mercados globalmente se transformam e se reinventam para a manutenção do sistema. A globalização é perversa, cruel e excludente. Ao mesmo tempo que ela conecta pessoas, difunde conhecimento e encurta o espaço-tempo, ela alija aqueles não participam desse processo; isso vale para os indivíduos e os sujeitos como para as empresas. Desta forma, para aqueles controlam os mercados econômicos e podem se adequar às novas realidades e pressões econômicas, a manutenção do desenvolvimento econômico dos mercados está garantida. A criação de ISOs⁶⁰ (*International Organization for Standardization*) e os selos verdes, assim como a agenda 21⁶¹ demonstram claramente a mudança de discurso dos mercados econômicos. Com frequência, não é a mudança de racionalidade que importa, mas a adequação de um discurso favorável à imagem da empresa e aos anseios dos mercados. Dito isso, é bom lembrar que poucos estão dispostos à mudança; no fundo a normalidade para o mercado é a geração de riqueza e o aumento de lucros. Ao adotar o selo verde e a pauta ambiental, as empresas emprestam a imagem para o mundo que estão preocupadas com os recursos de natureza e com as futuras gerações, mas ninguém reponde como resolver os problemas das periferias do mundo ou como a exploração excessiva dos recursos da natureza tem gerado mais pobreza ou o quanto sociedades de matriz tradicional têm seus territórios ameaçados porque sua racionalidade contradiz a lógica do sistema capitalista. São fatores importantes para serem analisados para não cair na falácia que o discurso verde veio para salvar o mundo.

As sociedades modernas traduzem estilos de vidas moldados pelo consumismo e em ambientes cada vez mais urbanos, logo, a pressão e a demanda destes modos de vida sobrecarregam os recursos naturais, totalmente incompatíveis com o processo de regeneração natural da natureza. Essa passagem é surpreendente quando falamos de

⁵⁹Definição criada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de manter o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Definição não acadêmica e que sofre duras críticas por não combater de fato a lógica desenvolvimentista.

⁶⁰O ISO é uma Organização Internacional de Padronização. Segundo as normas da ABNT, um ISO tem o objetivo principal especificar os requisitos e padrões para a implementação de um sistema de gestão ambiental para todas as organizações, a exemplo de indústrias e empresas, garantindo o equilíbrio e a prática sustentável em seus negócios. Essa certificação tem o intuito de prevenir potenciais problemas ambientais que estas organizações, por ventura possam trazer para a sociedade e para a economia. Existem os ISOs 9000, 9001, 1400 e 1401.

⁶¹Instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA, 2019).

Brasil, pois o país tentou abraçar a causa ambiental, contudo, sem enfrentá-la de verdade, sem atacar a raiz do problema. Nenhum governo transitório brasileiro fez o *mea culpa* sobre a execução das políticas ambientais no país; apenas institucionalizaram o pensamento hegemônico do dito mundo desenvolvido em suas gestões. O que se pode ver é o quão carregado de colonialismo está impregnado o processo desenvolvimentista do país; o sonhado progresso brasileiro, restringe-se na manipulação de uma ideia de justiça socioespacial, que está longe de acontecer. Um dos traços marcantes são os direcionamentos dados às ações políticas voltadas para o meio ambiente, no Brasil, as medidas são sempre imediatistas, nunca se foca no processo, na construção de olhares, na troca de saberes, científico e tradicional. Pode até existir o esforço e tentativas isoladas de alguns técnicos e pesquisadores, mas o Estado e os governos transitórios não colocam a pauta ambiental como prioridade, ao contrário, muitos a enxergam com descaso, ou seja, um atraso.

Hoje mais do que nunca o Brasil vivencia um dos piores momentos no que diz respeito à fragilidade da política ambiental. O sucateamento recorrente das instituições públicas de meio ambiente transmite para o país e para o mundo, um descaso total da proteção da natureza, uma vez que a pauta ambiental não é assunto de primeira ordem para o governo atual⁶². Essa sensação de *déjà-vu* tem sido frequentemente reativada, pois a temática ambiental nunca foi uma prioridade nas políticas públicas de Estado nem de governo. Como já mencionado, o alinhamento do discurso ambiental sempre esteve voltado às pressões dos mercados internacionais, apoiados pelos Estados. Não foi por bondade nem muito menos por preocupação que governantes do Estado brasileiro assumiram para si a responsabilidade em proteger os recursos e os territórios de natureza. O mundo globalizado, fragmentado, multifacetado e disposto por técnicas de informação evocava mudanças, partes do mundo foram preteridas pelo sistema capitalista enquanto outras relegadas as desigualdades, miséria e pobreza. “É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2006b, p. 39).

Portanto sempre é bom desconfiar do excesso de “bondade” e filantropia dos mais ricas, uma vez que o modo de produção vive sob pressão e ditames dos mercados

⁶²A República Federativa do Brasil passou a ser governada no dia 01 de janeiro de 2019 pelo presidente, o senhor Jair Messias Bolsonaro, 38º presidente do país.

financeiros internacionais. A doação de fortunas bilionárias de grandes empresas e incorporações tem que ser vista com cautela e até mesmo com certa desconfiança, pois essas “boas” ações têm um custo alto, sobretudo no que diz respeito à influência e ao controle das empresas sobre os ditames das políticas de Estado, no dinamismo dos mercados e no comportamento dos indivíduos. Em outras palavras, a filantropia de fortunas bilionárias⁶³ de grandes empresas com a doação de auxílios financeiros para causas sociais e de saúde pública mundial tem sido uma prática comum entre os bilionários mais influentes do mundo. Por ser uma ação extremamente rentável para seus filantropos e gerar lucros bilionários a partir dos investimentos, essas empresas passam a exercer influência direta na política econômica dos países em desenvolvimento.

Isso é preocupante, uma vez que a vida e o comportamento dos indivíduos e sujeitos ficam à mercê dos anseios dos mercados. Como a vontade e os anseios dos mercados são subjetivados a partir da lógica econômica mundial, os meios de produção agem na lógica mercadológica, o que contribui no acirramento das desigualdades sociais e raciais. Portanto não naturalizar essas ações permite obter maior atenção sobre o comportamento das empresas e das forças exercidas pelo capital financeiro na vida e no cotidiano dos indivíduos e sujeitos. Não se pode esquecer que ações filantrópicas de empresas bilionárias são rentáveis não só pela imagem que o ato filantropo ressoa nos indivíduos e sujeitos, mas dos lucros gerados a partir da influência política e econômica que a inserção destas fortunas em causas de demandam do Estado se repercutem na organização do espaço geográfico mundial.

O controle permitido às empresas, sobretudo em países em desenvolvimento e com democracias extremamente frágeis, é muito perigoso, pois desvia a responsabilidade oficial dos governos às empresas, logo, as empresas adquirem influência política e econômica e passam a ser decisivas sobre a vida dos indivíduos e sujeitos. Esse tipo de sujeição coloca os grupos sociais mais vulneráveis, como as populações mais pobres e as populações de matriz tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, etc.) em total situação de precariedade social, com sua força de trabalho cada vez mais fragilizada. Isso só reforça a urgência para o fortalecimento dos movimentos

⁶³Em matéria da Revista Forbes de 18 de março de 2020, cuja manchete intitulada, Bilionários: o que os mais ricos estão fazendo em resposta à pandemia do coronavírus, o bilionário Bill Ackman fundador da Pershing Square investiu em um Hedge e obteve US\$ 2,6 bilhões de um investimento de US\$ 27 milhões. Segundo a reportagem, seu fundo de investimentos está financiando uma empresa chamada Covax, que está desenvolvendo kits de anticorpos para o coronavírus.

sociais para instrumentalizar os sujeitos quanto ao direito de (re)existir⁶⁴ aos artifícios e estratégias adotadas pelo capital financeiro especulativo e do Estado.

O Estado não é mero anotador dessa realidade econômico-social; é fator constitutivo da organização da divisão social do trabalho, produzindo permanentemente fracionamento-individualização social. Isso faz-se também pelos procedimentos ideológicos: o Estado consagra e institucionaliza a individualização pela constituição de mônadas econômicas-sociais em indivíduos-pessoas-sujeitos jurídicos e políticos. Não me refiro aqui ao discurso oficial da filosofia política, nem ao simples sistema jurídico, mas ao conjunto das práticas materiais do Estado (a ideologia não está apenas nas ideias) e suas consequências (sic) na esfera econômica-social. Ideologia de individualização que não tem por finalidade apenas mascarar e ocultar as relações de classe (o Estado capitalista jamais se apresenta como Estado de classe), mas também a de contribuir ativamente para as divisões e isolamento (individualização) das massas populares (POULANTZAS, 1980, P. 73-74).

O Estado enquanto detentor da violência física e simbólica legítima a todo tempo seu poder por meio da força, ao tentar controlar a vida dos indivíduos e sujeitos, seja por meios dos instrumentos legais do aparato estatal que silencia aqueles que ousam discordar, seja pela construção de um discurso que evidencia e justifica a necessidade de suas ações e fins em prol do “bem comum”⁶⁵, mesmo que estes atos neguem, apaguem e/ou desqualifiquem os modos de (re)existir dos sujeitos, como no caso das populações de matriz tradicional.

A especialização e centralização do Estado capitalista, seu funcionamento hierárquico-burocrático e suas instituições eletivas implicam uma atomização e parcelarização do corpo político nisso que se designa de “indivíduos”, pessoas jurídico-políticas, e de sujeitos das liberdades. Esse Estado supõe necessariamente uma organização particular do espaço político sobre o qual exerce o poder. O Estado (centralizado, burocratizado, etc.) *instaura* essa atomização e *representa* (Estado representativo) a unidade do corpo (povoação), *fracionando-o* em mônadas formalmente equivalentes (soberania nacional, vontade popular). A materialidade desse Estado é, sob certos aspectos, constituída como se devendo aplicar-se, atuar e agir sobre um corpo social fracionado, homogêneo em sua divisão, uniforme no isolamento de seus elementos, contínuo em sua atomização, desde o exército moderno à administração, à justiça, à prisão, à escola, às mídias, etc.---- a lista seria imensa (POULANTZAS, 1980, p. 70-71).

Para compreender a configuração do Estado brasileiro, é preciso analisar a organização espacial do território brasileiro e como as populações de matriz tradicional

⁶⁴Referência a um termo utilizado por SILVA; CAMPOS; D’ÁVILA, (2014) no livro Por uma geografia das existências: Movimentos, ação social e produção do espaço.

⁶⁵Utiliza-se o sinal gráfico aspas para o termo bem comum, pois o sentido de bem comum praticado pelas populações de matriz tradicional em nada condiz com o sentido usurpado da palavra entoado em discursos estatais, sobretudo do Estado brasileiro. O bem comum se faz a partir da prática de gestão comunitária que permite cuidar daquele elemento e, ao mesmo tempo, reproduzir e enriquecer suas formas de organização social (AGUITON, 2019, p. 85).

tiveram seus territórios violados a partir da lógica da negação, do apagamento das suas histórias e saberes ancestrais. A arrogância das elites políticas e econômicas, juntamente à anuência do Estado brasileiro, aperfeiçoou discursos, de modo a garantir as condições ideais para representações simbólicas de valoração das necessidades individuais e não coletivas, mas que reforçassem o ideal de mundo ocidental e eurocêntrico. Essa tentativa de enfraquecer os saberes coletivos e o espaço político das populações de matriz tradicional revela um país que preconizou a prática dos latifúndios nas mãos das elites agrárias brasileiras.

Essa prática recorrente no Brasil iniciou-se no século XVI com a ocupação do território por exploradores portugueses e a expulsão das populações nativas dos seus espaços de existência e reprodução social tem reflexos até hoje, no século XXI. Estudos de Germani (2010) apontam para as disparidades territoriais presente na estrutura fundiária brasileira, que retratam a violência simbólica por meio da apropriação privada da natureza pelo modo de produção capitalista. A prova disso é que segundo o censo agropecuário de 2006, demonstrava que a estrutura fundiária brasileira apresentou pouca mobilidade.

Os estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1.000ha, numa série histórica dos Censos de 1920 a 2006, para o Brasil e indica que por 86 anos – mais de três quartos de século –, quase metade das terras do País estão concentradas nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 ha. Se os dados de 2006 indicam uma pequena diminuição nesta proporção em relação aos dados de 1996, ainda assim tem-se que 0,91% dos estabelecimentos detêm 44,42% da área (GERMANI, 2010, p. 273).

Claramente pode-se afirmar a partir das revelações destes estudos - outros reforçam este fato - que a organização do território brasileiro foi pautada na violência física e simbólica, usando os termos de Bourdieu (2017), e na violência colonial e ocidentalizada, segundo as reflexões de Fanon (1961). É importante analisar o território brasileiro a partir do conceito de violência, tendo em vista muitas perspectivas, contudo, neste caso escolheu-se dois olhares, o de Bourdieu (2017), um homem branco francês e o de Fanon (1961), um homem negro nascido na Martinica, território ultramarino francês, por entender que ambas reflexões são complementares ao compreender que a prática da violência detém as massas, silencia os sujeitos e naturaliza a coerção como método perpetuador do *status quo*. Estados neoliberais e entreguistas, a exemplo do Brasil, utilizam medo como recurso coercitivo, assim como teorias, representações simbólicas

de modo que o existir dos sujeitos seja constituído sob a ótica ocidental dos dogmas do cristianismo.

O Estado contribui para fabricar essa individualidade por um conjunto de técnicas de saber (ciência) e de práticas de poder, a que Foucault chamou de disciplinas (“que se pode caracterizar em poucas palavras dizendo que são uma modalidade do poder para o qual a diferença individual é pertinente”), procedimento designado pelo termo normalização: “Como a vigilância, a normalização torna-se um dos maiores instrumentos do poder no fim da era clássica. As marcas que significam status, privilégios, filiações – tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas, de um conjunto de graus de normalidade que são sinais de filiação em um corpo social homogêneo, mas que têm (sic) em si um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição dos lugares (POULANTZAS, 1980, P.74).

Essa violência física e simbólica, pautada nos valores ocidentais, que homogeneiza e hierarquiza os sujeitos, viola qualquer tentativa de leitura do mundo sob outros espectros, uma vez que a sociedade é elaborada e organizada sob a perspectiva daqueles que controlam meios de produção. A violência é uma manifestação da insegurança a partir do medo, pois silencia e nega o direito de (re)existir daqueles que são excluídos dos sistemas de poder provenientes do Estado, seja as maiorias mais pobres do país, seja as populações nativas dos territórios de conservação. As elites agrárias e políticas temem a força de organização dos excluídos dos meios de produção – a começar pela terra -, pois sabem da potência dos sujeitos de direitos quando organizados. Como diria Fanon (1961):

O estandarte da rebelião manifesta-se, ressurgem então as velhas tradições guerreiras, as mulheres aplaudem, os homens organizam-se e tomam posição nas montanhas, começam as guerrilhas. Espontaneamente, (sic) os camponeses criam a insegurança generalizada, o colonialismo assusta-se, empreende a guerra ou transige (p.119).

Não é só uma questão de classe social, mas de gênero e de raça⁶⁶, fato é, o ódio acumulado, exacerbado, estala Fanon (1961). As populações de matriz tradicionais se insurgem e lutam, conscientes do seu direito de existir em seus territórios. Nesse movimento de insurgência, os sujeitos sociais e históricos buscam a politização das suas

⁶⁶ Autoras negras brasileiras como Lélia Gonzalez (1935-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1945) já abordavam a importância de se discutir classe social levando em consideração o gênero e a raça (RATTS, 2006). Essas autoras trouxeram o debate racial para a discussão de classe. Na obra Primavera para rosas negras, Gonzalez (2018) desconstrói a falsa ideia de democracia racial brasileira, ao revelar a opressão racial vivenciada por mulheres negras pobres no país. Além disso, nesta obra, Gonzalez traz à tona a problemática do movimento feminista de esquerda, que por muitos anos negligenciou a situação das mulheres negras, sem questionar a falta de equivalência em oportunidades entre mulheres brancas e negras, como inserção no mercado de trabalho, baixa escolaridade, preconceito, discriminação, opressão e violência, etc. Essa discussão também teve reforço da autora americana, Angela Davis que, em sua obra Mulheres, raça e classe (2016), reafirma que as categorias estruturais raça, gênero e classe não devem ser vistas de forma dissociadas.

massas, pois no aclarar da consciência política e social, o sujeito de direito luta por justiça espacial. Afinal, o território é o lugar da existência no mundo e a dialética do conflito instaurada traz para o âmago do dominados o sentido mais genuíno que a palavra força assente, a compreensão subjetiva do coletivo. Segundo Saquet (2007), os processos sociais e naturais efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana, pois o acontecer da vida se concretiza a territorialidade.

O pensamento dominante construiu estratégias representativas para negar toda a insurgência e todo modo de viver que não cabe dentro do “paraíso mágico” do consumo. Não existe aqui, uma ingenuidade em achar que as pessoas não tenham necessidade de consumir, mas é importante avaliar em que medida o consumir sobrepõe a existência do outro, visto que aqueles que não se inserem na lógica do consumo padrão são subvalorizados, têm seus saberes inferiorizados, passando a ter sua existência desqualificada e quase sempre negada.

Para Fanon (2018) há uma sistematização da opressão por meio da desvalorização, da destruição dos valores culturais, das modalidades de existência, da linguagem, do vestuário, das técnicas de modo que o opressor hierarquize os sujeitos a partir dos valores ocidentais; é o que o autor vai chamar de racismo cultural⁶⁷. Essa desconstrução dos sujeitos a partir do discurso e da representação simbólica criada pelos grupos dominantes, que controlam os meios de produção, inegavelmente perpassa pela raça, pelo gênero e pela classe social.

A raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura de classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalistas – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (...), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não brancos dentro das relações de produção e distribuição (GONZALEZ, 2018, p. 42).

Pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, entre outros, no Brasil, em sua maioria são mulheres e homens negros, pardos e/ou indígenas, logo, fazem parte dos grupos sociais que frequentemente sofrem com as violências simbólicas produzidas a partir do pensamento dominante, que desqualifica e hierarquiza

⁶⁷Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é a humanidade em particular, mas uma certa forma de existir. Os “valores ocidentais” reúnem-se singularmente ao já célebre apelo à luta da “cruz contra o crescente” (FANON, 2018, p. 79).

o trabalho manual, artesanal e com temporalidade distinta da produção industrial. O sujeito pescador artesanal comanda seu próprio destino ao ter o controle da sua força de trabalho, por isso ele ocupa um lugar no mundo, que destoa com a volatilidade do mundo fluido⁶⁸, onde o que vale é o hoje e o agora. O exercício do trabalho da pesca artesanal é particular, pois penetra na construção do saber coletivo e ancestral passado entre gerações. A figura 1 traz a jangada como um legado ancestral da cultura de pesca.

Figura 1: A jangada



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2018.

Não sou eu quem me navega, / Quem me navega é o mar
 Não sou eu quem me navega, / Quem me navega é o mar
 É ele quem me carrega, / Como nem fosse levar
 É ele quem me carrega, / Como nem fosse levar (VIOLA; CARVALHO, 1996).

Portanto não é só a função social que estes sujeitos exercem e ocupam no mundo que tem incomodado e esbarrado de frente com o modo de produção capitalista, mas o entendimento de riqueza que este grupo social construiu para si. É a riqueza imaterial produzida e advinda do saber ancestral por várias gerações das populações de matriz tradicional, que diferencia e destoa da ideia de riqueza objetificada e materializada no modo de produção capitalista. Aqueles que não comungam destas ideias são

⁶⁸Ver em Modernidade Líquida. BAUMAN, Zygmunt (2001).

sumariamente descartados, ou pelo menos é isso que os grupos hegemônicos tentam fazer: liquidar tudo aquilo que finque raízes e crie laços no território. Não se deve esquecer que o modo de produção capitalista é pautado em efemeridades e liquidez das relações. Diferentemente deste raciocínio, o pescador tradicional traz consigo a referência do ofício artesanal e do trabalho da pesca, da sua função no mundo e do que ela representa enquanto atividade econômica produtiva.

A construção social do sujeito pescador é feita a partir da singularidade da vivência, do contexto social e da significação que cada grupo social constrói a partir da sua existência, logo, a liberdade da existência perpassa pelo controle da sua força de trabalho. O pescador artesanal exerce seu ofício no tempo da natureza e não no tempo escalar da produção. Isso é o suficiente ou talvez o bastante para que a lógica hegemônica tente apagá-lo da história, pois o sujeito pescador é o fruto concreto da sua abstração, constituída por meio da cultura⁶⁹, da tradição, do saber ancestral e do trabalho da pesca.

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, vividas por homens determinados, no quadro de áreas geográficas precisas que num dado momento sofreram o assalto direto e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim aparecido autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização econômica e mesmo biológica (FANON, 2018, p.78).

Ser dono da sua própria força de trabalho permite uma certa liberdade ao sujeito pescador/marisqueiro, algo que hoje é cada vez mais escasso, pois milhões de trabalhadores ao redor do mundo são reféns daqueles que controlam os meios de produção, a exemplo dos trabalhadores da pesca industrial. Embora estes sejam considerados pescadores, respondem a um regime de trabalho que controla e direciona sua atividade produtiva. Todavia, a liberdade do sujeito pescador artesanal vive em eterno conflito com a figura do atravessador ou intermediário, que precifica, lucra e revende os pescados para regiões do entorno e outros Estados. Essa figura conflituosa, “necessária” e presente no ciclo econômico da pesca artesanal será discutida mais à frente.

No pensamento de Fanon (1980) a dominação colonial se estabelece em um quadro de áreas geográficas determinadas e é, em sua forma mais simplificada, o assalto direto e brutal conduzido por culturas diferentes que possuíam um desenvolvimento técnico elevado, o que permitiu levar adiante essa dominação. Esse processo gera uma desculturação por parte dos nativos, consequência do estabelecimento da escravização da economia e dos corpos colonizados. Nesse

⁶⁹Segundo as reflexões de FANON (2018) cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro da humanidade com a natureza, que se mantém viva e aberta ao futuro, contudo, fechada, aprisionada no estatuto colonial e estrangulada pela opressão do pensamento colonial.

contexto, o racismo aparece não como a totalidade do sistema colonial, mas como o elemento estruturante mais visível e grosseiro da opressão sistematizada de um povo sobre outro que age destruindo seus valores culturais, seus sistemas de referência do mundo e suas modalidades simbólicas de concepção de existência — procedimento realizado através da lógica da violência que possibilita a imposição da cultura europeia. Portanto, o racismo é o elemento cultural que legitima esse processo de alienação colonial: a autoridade do opressor, conquistada a partir da violência brutal, impõe ao oprimido uma forma pejorativa de ver sua cultura tradicional e original (GODOY, 2021, p. 392).

Por mais difícil que seja tocar nesta questão, os sujeitos da pesca têm a natureza dos seus trabalhos inferiorizada, em que pese a monopolização do pensamento dominante, que coloca o saber ancestral, assim como o trabalho manual, em um lugar menor e de pouca visibilização. Mesmo que isso ocorra, esses sujeitos sociais de direito darão sinais de que a luta não se encerra facilmente. Lutar por seus direitos também é uma forma de existir no e resistir ao mundo. Não que isso seja apenas um exercício da resiliência, mas um exercício de sobrevivência. A sobrevivência de um povo de mãos dadas e que tem clara compreensão do sentido da solidariedade coletiva.

3º CAPÍTULO: AS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

Segundo levantamentos históricos sobre o período colonial no Brasil, as primeiras referências legais do Direito Português datam de 1542, com a instituição da Carta Régia que impunha normas para o corte e uso do pau-brasil, o que garantia o controle da exploração restrito aos portugueses (HENDGENS, 2016). Segundo Medeiros (2006), a Carta Régia era um instrumento utilizado para coibir o corte não autorizado pela coroa portuguesa de determinadas espécies de árvores cuja madeira era considerada nobre (cedro, mogno, entre outras) e por representar um importante recurso de controle da metrópole. Nota-se que desde o período colonial existia uma preocupação em criar normas de controle sobre a exploração de recursos naturais encontrados em território brasileiro. Contudo não se pode perder de vista que este tipo de controle em nada tem relação com os modelos de unidades de conservação instituídas no Brasil desde a década de 1980. O colonialismo brasileiro tinha sua linha estrutural pautada através da dominação, do controle e da ocupação territorial baseada no modelo de capitânicas hereditárias e no regime das Sesmarias, além da expansão da monocultura da cana de açúcar e do algodão nas áreas litorâneas do país.

[...todos os instrumentos adotados tanto pela metrópole portuguesa quanto, mais tarde, pelo Império, tinham seu foco de proteção essencialmente centrado em determinados recursos naturais sem necessariamente haver a demarcação de áreas ou territórios específicos – característica essa que confere sentido e significado ao termo "área protegida". Essa noção só começou a ser modificada e praticada, não apenas no Brasil, à medida que os efeitos oriundos dos impactos decorrentes da devastação de extensas áreas, seja pela exploração e corte da madeira, seja pelo empobrecimento dos solos, fizeram-se mais evidentes] (MEDEIROS, 2006, p.44).

Isso significa afirmar que o desenvolvimento histórico e territorial do Brasil sempre esteve pautado em determinações colonialistas baseadas na exploração, no domínio, na apropriação de terras e na conquista dos espaços territoriais, construídos a partir da noção de identidade e coesão social (MORAES, 2005). Assim, a formação territorial brasileira seguiu o modelo de aquisição espacial de vastos territórios ligados à prática de um plano nacional que agregasse os interesses das elites locais ao projeto de um Brasil moderno e desenvolvido. Nota-se que desde o modelo das capitanias hereditárias e do regime das Sesmarias, o uso e a ocupação do território brasileiro condicionados a uma restrita parcela da sociedade, logo, o controle sobre a terra era limitado aos capitães donatários, homens ligados à corte portuguesa. Os capitães donatários eram os tais “homens bons”, indivíduos ligados à coroa portuguesa, enriquecidos pela expansão mercantilista e com a determinação feita pela metrópole lusitana em ocupar e proteger o vasto território brasileiro das invasões estrangeiras. Soa até irônico o pensamento da corte portuguesa em proteger um território apossado das nações indígenas que viviam no Brasil entre os séculos XV e XVI. Infelizmente a lei, se assim podemos dizer, adotada pelas nações supremacistas constrói retóricas e fortalece a ideia de poder e controle sobre o outro. Portanto não é estranho que este comportamento tenha sido adotado repetidas vezes em colônias de exploração nas Américas e no continente africano. Desta forma, o controle do territorial do Brasil, colônia de exploração, foi constituído através da ocupação e da exploração dos recursos naturais, a fim de garantir riqueza e lucro para a metrópole portuguesa aliada à proteção do território conquistado, ou melhor, invadido, uma vez que as terras brasileiras já pertenciam a diversas nações indígenas. Mas isso é uma outra discussão, portanto, pautaremos a questão sobre o controle e uso do território brasileiro.

Um dos principais argumentos que legitimam a perpetuação do controle, do uso e da exploração do território brasileiro é que os espaços territoriais foram apropriados e valorizados segundo a lógica da modernização e do desenvolvimentismo, emergidos do

projeto civilizatório dos territórios no Brasil e perseguido pelos governos Vargas, Kubitschek e pelos governos militares. Novamente a lógica de ocupação e do acesso à terra limitava-se às elites fundiárias locais e era inacessível para as populações mais pobres, como visto a Lei de Terras de 1850:

A lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, amplamente conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Esse ato determinou que a única forma de acesso às terras devolutas da nação fosse através da compra ao Estado em hasta pública, garantindo, entretanto, a revalidação das antigas sesmarias, que era até então a forma de doação da terra por parte do Estado à iniciativa particular – prática existente desde os tempos coloniais – e das posses realizadas até aquele momento, desde que estas tivessem sido feitas de forma mansa e pacífica. As terras localizadas nas fronteiras seriam exceção a essa regra, permitindo-se a cessão gratuita por parte do Estado em uma área até dez léguas da fronteira. Ficava ainda estabelecido um prazo para que os proprietários – posseiros ou sesmeiros – demarcassem e registrassem suas terras, de forma que garantissem, assim, os necessários títulos de suas propriedades, sem os quais não poderiam hipotecar, vender ou alienar de qualquer outra forma. A lei definiu também penas para aqueles que se apossassem indevidamente de terrenos públicos ou privados e neles pusessem fogo ou derrubassem mato, sendo estes casos sujeitos a expulsão, prisão de seis meses a dois anos, e multa de 100\$ (BRASIL, 2019).

Para Moraes (2005), o Estado brasileiro adotou a ideia civilizatória de ocupação dos espaços para manter o controle sobre o território, mas deixou de lado a coesão social da população, ao representar apenas os anseios das elites locais e fundiárias e do Estado. Assim a sequência histórica do processo de ocupação territorial brasileira se deu por meio das elites fundiárias locais que apenas visavam a ocupação e a exploração do vasto território do país. Essa racionalidade seguiu os anseios do desenvolvimentismo, das noções de modernização e do projeto de integração do território nacional. Vale lembrar que o projeto de integração nacional ganhou mais força nos governos de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954) e nos períodos da ditadura militar (1964 a 1985). Este fato remete às análises de Bresser-Pereira a respeito do estado desenvolvimentista assumido no Brasil. Para o autor, o desenvolvimentismo está associado a:

“... coalizão de classes formada por Getúlio Vargas incluía a burguesia industrial, os trabalhadores urbanos, a burocracia pública moderna que então surgia, e setores da velha oligarquia proprietária de terras que não exportava mas fornecia para o mercado interno [...] Foram autoritárias, porque o Estado era absoluto; foram nacionalistas, porque transformaram povos relativamente heterogêneos em nações soberanas; e foram desenvolvimentistas, porque além de nacionalistas implicavam a intervenção moderada do Estado no mercado para promover o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 3).

Bresser-Pereira (2016) não descarta a importância do Estado para o desenvolvimento econômico do país, mas reforça que o desenvolvimentismo praticado

em um Estado estatista e liberal não deve negligenciar os setores não competitivos da economia. É importante enfatizar que o autor foca no liberalismo dos mercados, mas defende que o Estado deva construir uma política macroeconômica ativa incluindo uma política cambial promotora da diminuição das desigualdades econômicas, protetora do meio ambiente e de todas atividades que o mercado não tem condições de realizar. Seja como for, concordando ou não com a prática desenvolvimentista e com as ideias do autor, é um fato: os princípios do liberalismo econômico têm sido reinterpretados a partir da conveniência e dos interesses dos mercados. O que parece característico é que aqueles que acreditam em e pregam Estados neoliberais não descartem a importância do Estado para o desenvolvimento dos mercados. Embora muitos autores não assumam declaradamente que o Estado financia interesses privados dos grupos hegemônicos e que controlam os mercados, aqueles que pregam o Estado neoliberal, a não intervenção do Estado e o Estado mínimo pregam ou acreditam realmente na separação entre sujeitos civis e sujeitos jurídicos? Paira a dúvida. O que se vê são sujeitos civis com acesso ao Estado cada vez mais restrito, enquanto o Estado intervencionista neoliberal age e reanima a economia para os sujeitos jurídicos, ou seja, para os grupos hegemônicos. Logo, o discurso do desenvolvimento econômico tem sido declarado como necessário para a movimentação e circulação da economia. Vemos mudanças, transformações do Estado no tempo e no espaço, vemos que estas mudanças estão ligadas aos processos das relações de produção capitalista que induzem as transformações (POULANTZAS, 1980), espaciais e geográficas, vemos também que nada é inerte nem imune ao tempo.

As transformações espaço-temporais modificam o estado das coisas, os fenômenos históricos expressam a ruptura de um modelo ou de uma ideia em um dado momento. Se por um período o Estado patrimonialista caracterizou a política brasileira na década de 1930, sua superação a partir da prática desenvolvimentista tornou os mercados mais competitivos e diversos em todo país. A verdade é que o desenvolvimentismo brasileiro vem de uma necessidade histórica em superar o dito atraso econômico de um modelo estritamente agrário, ligado às *commodities* sem promover o básico para a população, a dignidade social. Aqui entendemos a dignidade social a partir do respeito ao sujeito social de direito que tem seus direitos republicanos, democráticos e de cidadão assegurados. Contudo, o exercício da cidadania não foi e nem tem sido praticado no Brasil, o desenvolvimento perpetrado em terras brasileiras e em países em desenvolvimento foi estritamente econômico, logo, concorda-se com os autores críticos

do desenvolvimentismo por entendê-lo como sinônimo. Não é de se estranhar que a palavra desenvolvimentismo tenha adquirido um sentido positivo, otimista e amplamente divulgado pelos governos. Objetivo sempre foi associá-lo à ideia prosperidade social, embora seja sabido que seu sinônimo está muito mais atrelado ao sentido de irresponsabilidade, crescimento econômico e populismo fiscal para atração de empresas às custas do empobrecimento da população. A ideia desenvolvimentista foi e ainda hoje tem sido fortemente usada por diversos governos de diferentes correntes ideológicas e partidárias. Seu discurso tem sido construído a partir da salvação, da liberdade econômica dos mercados em países em desenvolvimento ou emergentes, porém a utópica e sonhada equidade social (econômica e política) não chega à maioria da população, ou seja, aos mais pobres. As benesses do desenvolvimento econômico são apenas promessas políticas não cumpridas dos Estados neoliberais sobretudo em Estados periféricos como no caso do Brasil de (2019-), gestão do presidente da república do Brasil Jair Messias Bolsonaro.

Somente para situar e esclarecer aos leitores que existe uma diferença clara entre um Estado neoliberal desenvolvimentista e um Estado periférico com economia em transição. Embora a lógica do Estado neoliberal proponha em teoria a redução do intervencionismo estatal e da influência política e pregue a liberalização econômica de modo que os mercados promovam o “bem-estar e a prosperidade social”, é sabido que essa regra, ou melhor, esse discurso só vale mesmo para as economias em transição. Na verdade, em países ricos o Estado não só protege sua economia de mercado como favorece a inclusão de políticas sociais que assegurem a dignidade social, portanto, a internacionalização deste modelo hegemônico de produção social globaliza a pobreza, pois alarga e distancia pobres e ricos. De fato, as políticas neoliberais em países periféricos se traduzem pelo entreguismo, uma vez que são guiadas pela lógica do mercado financeiro. Vejam que o Brasil já experienciou governos⁷⁰ que impulsionaram o desenvolvimentismo econômico do país sem adotar o entreguismo ou produzir o desmonte completo do Estado. Portanto, o sucateamento e a venda de empresas estatais, a desvalorização do funcionalismo público, o descaso com as políticas de saúde pública são características presentes de governos que adotam como método o “não projeto político” e o entreguismo das fontes de riqueza do país. O desenvolvimento econômico prega o crescimento da economia, o neoliberalismo prega o encolhimento do Estado e o

⁷⁰Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011); Governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016).

entreguismo prega o desmonte do aparato estatal e a destruição das conquistas políticas e sociais, portanto não dá para juntar tudo como se fosse uma coisa só. Em nenhum momento a discussão teve o intuito de defender o desenvolvimento econômico como um modelo ideal, uma vez que a hierarquização global dos grupos só acentua ainda mais a pobreza no mundo, mas de fato, os métodos adotados pelo entreguismo político são altamente custosos e prejudiciais aos mais pobres.

É claro que toda economia precisa crescer, mas a qual custo? A letargia do crescimento econômico, a alta instabilidade financeira, o acirramento das desigualdades sociais comprovam que o modelo desenvolvimentista não atende as expectativas das parcelas mais pobres da população. Embora Bresser-Pereira (2016) cite exemplos positivos, de países na América Latina⁷¹ e de países asiáticos⁷², que adotaram a estratégia desenvolvimentista apoiada na combinação da teoria estruturalista do desenvolvimento com a macro economia keynesiana e intervenção do Estado, o Brasil, em sua política neoliberal deturpada isenta-se dos reais deveres e princípios do estado liberal. A teoria construída por Smith (1723 -1790) sofreu diversas interpretações. Se formos a fundo na questão, o conceito de Estado Mínimo a partir do estado estadista e liberal já não se explica a realidade brasileira, sobretudo a atual, uma vez que mercados econômicos e financeiros ditam e controlam os setores não competitivos da sociedade, como saúde, educação, meio ambiente etc. Segundo Maia (2012, p. 4132-4133):

Estado Liberal, por sua vez, caracteriza-se como um modelo de Estado que adote garantias individuais (direitos de liberdade), e um sistema de controle de poder estatal, tradicionalmente identificado no mecanismo da separação de poderes como princípio estruturante do Estado. Possui sim um amplo conjunto de prescrições legais, que têm por objeto a normatização das condutas intersubjetivas. Mas é estranho aos problemas sociais e, conseqüentemente, a qualquer intervenção na ordem econômica, nisso fazendo referência ao liberalismo econômico clássico. Como produto histórico, o Estado Liberal vai enfrentar os questionamentos antiliberais do sec. XIX, das investidas teóricas à própria crise socioeconômica. O limiar do sec. XX leva as Nações à construção da legislação social e ao abandono do liberalismo clássico como doutrina econômica.

Não resta dúvidas que há um campo de lutas e de interesses que se diferenciam entre o poder e o controle dos meios de produção. O Estado, além de aparelho representativo, dá suporte material para as elites financeiras e especulativas interferirem na dinâmica política do aparato estatal. A influência política das elites agrárias,

⁷¹Em particular, o México (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.2).

⁷²Coreia do Sul, Taiwan e Singapura (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.2).

financeiras, especulativas expressam como lógica dos grupos hegemônicos está intrínseca na dinâmica e no cotidiano do Estado brasileiro.

Neste sentido, para abordar as questões ambientais que envolvem, sobretudo, a institucionalização das unidades de conservação, em especial as de uso sustentável no Brasil, foi necessário delinear como o pensamento desenvolvimentista foi construído no país, como ele influi na construção de retóricas, imaginários, representações, a quem ele atende e os motivos que levam governos transitórios a construírem falas, projetos políticos em cima desta pauta. É necessário reforçar e questionar porque o Brasil insiste em um desenvolvimento que não distribuiu riqueza para todos e os lucros gerados se restringem aos mais ricos. Essas questões precisam ser levantadas, pois, a instituição das UCs no Brasil esbarra em conflitos de interesse, questões ligadas a limites territoriais, ou seja, à terra e a propriedade privada, à proteção da natureza e a perda de controle das elites fundiárias e políticas sobre extensas áreas de terra. Esse conflito de interesse diz muito como o gerenciamento da terra, sobretudo das áreas protegidas, é vista como empecilho, como um entrave para os projetos desenvolvimentistas das elites fundiárias e agrárias do país. Além disso é preciso ressaltar a luta das populações extrativistas pela institucionalização dos territórios de conservação, aqui entendidos como RESEX. Foi urgente para a conservação de ecossistemas terrestres e marinhos e para a ressignificação da cultura e dos modos de vida das populações de matriz tradicional. A existência destes territórios e a simples permanência destas populações nestas unidades de conservação são suficientes para causar estranhamento e muito incômodo às elites fundiárias, viciosas pelo poder e pelo controle sobre os usos da terra. A permanência de uma unidade de conservação no Brasil é, sim, uma prova de resistência, de muita luta e não de uma bonificação por parte do Estado a estas populações e nem porque a conservação da natureza seja uma pauta prioritária das políticas públicas brasileiras.

É bem verdade que o Brasil foi fortemente pressionado por nações estrangeiras para dar maior atenção à questão ambiental, uma vez que o mesmo foi um dos países que mais tardiamente cedeu à onda internacional de criação de Parques e reservas ecológicas. A iniciativa americana de 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, despertou no mundo a necessidade em reservar espaços de natureza protegidos da exploração excessiva dos recursos da natureza. A ideia inicial sobre a criação de parques e reservas ecológicas nascem como um atenuador do modo de vida das sociedades modernas urbanas e capitalistas, mas é fato, o consumismo em sociedades capitalistas tem

adquirido uma equivocada valoração social, ao abusar da capacidade de suporte e de regeneração dos recursos da natureza.

O MODELO de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem sofreu críticas tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos, e parte das internas partiu dos preservacionistas puros. Rodman (1973) afirma que a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido. A ideia de que a natureza tem um valor em si mesma provém basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da utilidade que possa ter para o homem (Nash, 1989; Fox, 1990; Serres, 1990). Ainda para Rodman (1973), esse modo de preservação por meio de áreas naturais protegidas é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como as florestas, grandes rios, *cânions*, discriminando áreas naturais menos "nobres", como pântanos, brejos etc, ainda que estas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas. Ademais, segundo Ekersley (1992), considerar as unidades de conservação como "ilhas" e colocar de lado pedaços de áreas selvagens, ignorando os problemas crescentes de superpopulação e poluição que, paulatinamente, apresentarão impactos negativos sobre as áreas naturais remanescentes, representa, de um ponto de vista ecológico, uma atitude derrotista (DIEGUES, 2001, p35).

Muitos parques foram criados em cima de territórios de populações tradicionais mundo afora, embora exista outros parques e reservas que servem efetivamente à proteção de espaços superexplorados. A lógica do naturalismo e do preservacionismo promoveram a expulsão de milhares de populações que tinham nestes territórios uma relação comunal com os espaços de natureza.

O MODELO de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham "ilhas" de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos. A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores, entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. Existe nesses países grande diversidade sociocultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica. A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos "comunitários" e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das

atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas (DIEGUES, 2001, p. 11).

Contudo é no século XX que a natureza, antes fruto da imaginação e contemplação dos indivíduos e dos sujeitos, atrela-se à ideia de mito da natureza intocada (DIEGUES, 2001). As mudanças na relação humanidade-natureza ganharam novos significados. Com o surgimento do paradigma do progresso e do desenvolvimentismo, a humanidade passa acreditar que pode controlar e dominar a natureza. Vista como recurso, a natureza dialeticamente torna-se mercadoria, pois adquire valoração econômica, e como monumento, de espaço intocado que precisa ser preservado como espaço de exceção, de reserva. A natureza fruto do imaginário simbólico do uso e da vivência torna-se recurso estratégico e essencial para manutenção do modo de produção capitalista. Essa compreensão toma novos sentidos, uma vez que os elementos da natureza como os ecossistemas, a fauna e a flora tornam-se vulneráveis à exploração incessante e aos apelos do mercado capitalista e financeiro.

A criação de áreas de proteção no país é recente, uma vez que a preocupação com a proteção dos ambientes naturais no mundo pode ser constatada desde a segunda metade do século XIX, principalmente nas cidades com a construção de parques e jardins, sendo enfatizada, porém no século XX (AFONSO, 2013, p. 22).

No Brasil, os primeiros parques ecológicos nasceram timidamente, a partir do século XIX, após a proclamação da República. Segundo Medeiros, a criação do Parque Estadual de São Paulo, em 1896, foi um passo pioneiro e muito importante nesta direção (MEDEIROS *et al*, 2004 apud MEDEIROS, 2006). Embora a criação de parques seja um avanço emblemático para o país, o mito da natureza intocada, sem pessoas, sem uso ou exploração, prevaleceu no imaginário das políticas públicas ambientais brasileiras. Não se trata aqui em desmerecer a existência ou a criação dos parques ecológicos, mas o surgimento das unidades de uso sustentável, sobretudo as reservas extrativistas, sofreu muita resistência por parte do Estado e dos governos transitórios locais, uma vez que estas unidades concebem dentro dos territórios de conservação a presença de usuários, neste caso, as populações extrativistas, como seringueiros, pescadores artesanais e marisqueiras, ribeirinhos, quilombolas, caiçaras, etc.

Isso significa afirmar que as RESEX brasileiras são resultado da luta social das populações seringueiras, primeiro grupo social a ser contemplado com esta conquista e que se repercutiu geograficamente, com a disseminação e a institucionalização do modelo

RESEX para diversas partes do país. Embora este modelo tenha sido um avanço para a permanência das populações de matriz tradicional em seus territórios de conservação, estes espaços resistem arduamente à dinâmica do capitalismo, que a todo momento tenta fragilizar estes territórios por meio de práticas que favorecem a especulação imobiliária, a abertura de terrenos para pastagens, a carcinicultura, por meio da construção de discursos que acirrem o conflito entre extrativistas e não extrativistas. As sucessivas tentativas de desqualificar a importância da RESEX para a proteção dos recursos pesqueiros, biológicos e culturais das populações extrativistas – incluindo os pescadores artesanais -, mostra o quão agressivo é a lógica capitalista. Porto-Gonçalves (2006) já vem chamando atenção para este tipo de estratégia adotada pelos grupos hegemônicos. Segundo o autor, ocorre nestes espaços uma promoção da homogeneização dos processos banais e cotidianos dos sujeitos, como a domesticação das plantas e dos animais, bem como a expansão de agrossistemas monocultores em áreas ricas em diversidade biológica. Essa transformação tem trazido graves consequências para estes territórios, visto que as áreas de entorno frequentemente são assediadas pelo capital especulativo e quase sempre, com anuência do Estado. Por isso as UCs de uso sustentável como as RESEX são vistas como um empecilho à expansão fundiária, à criação de áreas de pastagens, ao agronegócio, à carcinicultura e até mesmo, ao mercado financeiro, uma vez que muitas agroindústrias possuem ações e investimentos no mercado de bolsas de valores.

Neste sentido as políticas públicas ambientais devem ser pensadas e estruturadas de modo a confrontar os modelos impostos pelo Estado e das elites fundiárias locais. Não é cabível que projetos e políticas públicas sejam concebidas e pré-estabelecidas, somente por um corpo técnico ligado ao Estado. É necessário pensar o território e sua territorialidade conectada a quem de fato vivencia o cotidiano no território. Parece clichê repetir essa argumentação sobre a importância em realizar políticas participativas, mas podem acreditar, ainda hoje, muitos projetos e políticas públicas são pensados, construídos e estruturados dentro de escritórios e sob um regime burocrático do Estado, sem envolvimento da população a ser atendida diretamente por esses instrumentos. Há no Brasil uma ideia muito forte que o pensamento científico, hierárquico e autoritário prevalece sobre outras formas do saber. Crer isso como verdade absoluta emburrece, paralisa e limita qualquer possibilidade de aprender a partir e/ou junto ao saber e conhecimento do outro. Esse é o grande equívoco, ou talvez a estratégia utilizada pelo Estado e pelos grupos dominantes: pensar o espaço geográfico apenas sob a ótica estatal

e seus aliados, alijando o restante da população, sobretudo os mais pobres, de qualquer processo em que a sua voz seja ecoada. Sufocar, suprimir, diminuir, desqualificar, negar... Palavras utilizadas no infinitivo, mas que fazem todo sentido, quando a existência do sujeito é posta em questão.

3.1 As Unidades de Uso Sustentável: As Reservas Extrativistas Brasileiras, um breve contexto

Desde a década de 1930, o Brasil sucedeu diversas transformações sociais e políticas que confrontaram a manutenção e o poder das elites rurais brasileiras. O período de transição entre o antes da proclamação da república e o período republicano trouxeram preocupações significativas com as questões ambientais através do estabelecimento de alguns órgãos e legislação específica. Fato é que os resultados dessas mudanças ainda eram limitados, uma vez que o Estado não tinha mecanismos efetivos de controle e fiscalização que assegurasse proteção para ecossistemas costeiros e marinhos. Não se pode negar, que o Brasil tinha necessidade de conhecer melhor a dimensão territorial do seu território e de seus recursos naturais. Além disso, por influência os movimentos ambientalistas que eclodiram em todo o mundo, era necessário estabelecer uma nova política ambiental que assegurasse a exploração florestal no país, de modo mais sustentável, ou seja, uma extração que respeitasse a dinâmica da natureza.

Em 1966, foi iniciada uma nova fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da região amazônica. O foco do planejamento de desenvolvimento regional foi deslocado para a região relativamente isolada do norte do país. O órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi restabelecido depois de tentativas falhas do seu precursor, SPVEA, em implementar os objetivos econômicos do governo militar, fixados no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico. A nova região de planejamento, a "Amazônia legal", com cerca de 5 milhões de km², consiste nas florestas tropicais da planície amazônica e da encosta do Brasil central, região que representa 59% da área total do país. A "Operação Amazônia", organizada como tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência-líder do "terceiro mundo" por meio de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico (Kohlhepp, 1978), mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos[...] O rápido aumento de tensões sociais no nordeste brasileiro, causado pela negligência à urgente e necessária reforma agrária, tornou-se ainda maior depois da desastrosa seca, levando em 1970 a um acordo de estratégia geopolítica que combinava programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra. A região amazônica era vista como escape espacial para os conflitos sociais não-solucionados. Novas terras na

Amazônia foram colocadas à disposição, como a chamada "alternativa para a reforma agrária" (KOHLHEPP, 2002).

As Reservas Extrativistas (RESEX) são resultado de uma luta histórica pela posse da terra pelos seringueiros amazônicos com o objetivo de utilizar recursos florestais de maneira sustentável, buscando promover justiça social e proteção ambiental (DIEGUES, 2001 apud SANTOS & SCHIAVETTI, 2013.p 481). Logo, a RESEX representa para os seringueiros o instrumento de proteção da floresta, mas também o da sua existência, enquanto sujeitos históricos, trabalhadores extrativistas da cadeia de produção da borracha⁷³. Conforme Almeida (ALMEIDA, 2004 apud SANTOS & SCHIAVETTI, 2013.p 481), a organização social dos seringueiros é oriunda da década de 1970 e contou com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e da ala progressista da Igreja Católica.

Reservas Extrativistas (RESEX), categoria, como indica BECKER (2004:107), “fruto da luta dos seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do INCRA”. Este é um típico projeto estruturado a partir da base, cuja organização e pressão fez com que as primeiras Reservas Extrativistas criadas em 1989, no estado do Acre, fossem legitimadas e reconhecidas oficialmente pelo governo federal através do SNUC. (BECKER, 2004 apud MEDEIROS, 2004, p. 58).

O modelo RESEX surge como meio de frear a prática predatória e desenvolvimentista adotada pelo Estado brasileiro, que sempre priorizou no processo econômico do país, a pecuária de extensão e a produção de monoculturas. A produção de *commodities* agrícolas revela a prática do Brasil agrário, em que os governos, independentemente da orientação ideológica e partidária, priorizaram a produção agrícola basicamente destinada à exportação. Essa prática econômica altamente prejudicial e nociva para manutenção da diversidade biológica das florestas resultou no aumento do desmatamento para a abertura de áreas de pastagens e no esgotamento pedológico dos solos, o que trouxe sérias consequências ambientais para as populações da floresta (seringueiros, ribeirinhos, indígenas, caboclos, etc.), sobretudo, pondo sob ameaça seu modo de vida.

No Brasil, como se sabe, essa prática se inicia no século XVI com o monocultivo da cana-de-açúcar para fabricação e exportação em larga escala do açúcar para países da Europa. Se seguiram outras monoculturas como o cacau e o café. As duas sucumbiram ante problemas ambientais: doença no cacau (vassoura de bruxa) e erosão e esgotamento dos solos no caso do café (vide Vale do Paraíba e Zona da Mata mineira). A monocultura da cana

⁷³A borracha é um produto natural resultante da coagulação do leite da seringueira (látex).

sobreviveu, decrescendo na Zona da Mata nordestina, se consolidando em São Paulo e migrando, mais recentemente para outras regiões (inclusive o Triângulo Mineiro), ganhando agora novo fôlego com o advento dos agrocombustíveis (MAZZETTO, 2011, p. 3).

Como se sabe, a produção de monoculturas no Brasil excluiu outras formas de existir, que não seguem a linha pragmática da produção em larga escala, ou seja, que não se adequam à lógica e à prática desenvolvimentista. Logo construir um modelo que assegurasse a permanência das populações da floresta, sobretudo os seringueiros, era uma tarefa urgente. Pois a exploração descontrolada dos recursos da floresta abriu estradas e criou áreas de pastagens para a manutenção de um sistema que em nenhum momento beneficiou as populações da floresta; ao contrário, as excluiu e as expulsou dos espaços de natureza. Além disso, o governo brasileiro daquele período⁷⁴ promoveu o discurso da integração nacional do vasto território brasileiro por meio de projetos de colonização e assentamentos rurais para as populações oriundas da região Sul do país, ao prometer lotes individuais para os futuros colonos, de modo que estas famílias ocupassem a região Norte⁷⁵, ainda hoje, uma região geográfica com baixo índice de densidade demográfica. Na verdade, o governo prometeu mais do que ofereceu. O lema da época era “oferecer homens sem-terra, a terras sem homens”, propagando um discurso de “vazio” demográfico. Isso denota claramente o interesse do Estado em ocupar a qualquer custo o território amazônico. Segundo Becker (1982), as migrações nunca foram para fixar ninguém no território, mas sim para atrair mão de obra para grandes projetos instalados na região.

Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional [...] O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária, em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Ao nível continental, duas preocupações se apresentavam: a migração nos países vizinhos para suas respectivas Amazônias, que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximo dos seus centros vitais; e, a construção da Carretera Bolivariana

⁷⁴O Brasil foi governado sob o regime ditatorial pelo período de 1964-1985.

⁷⁵ As extensões territoriais de densidades demográficas mais baixas (até 1 hab/km²) abrangem os estados da região Norte e Centro-Oeste, além de áreas do interior nordestino, como o oeste baiano e o sul do Maranhão e Piauí. Áreas contíguas a essa mancha nordestina, situadas no noroeste mineiro, e manchas descontínuas situadas no sudoeste mineiro e nos Pampas gaúchos, de tradição pastoril, também estão dentre as áreas de menor povoamento (IBGE CENSO, 2010).

Marginal de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente. Finalmente, ao nível internacional, vale lembrar a proposta do Instituto Hudson, de transformar a Amazônia num grande lago para facilitar a circulação e a exploração de recursos, o que certamente não interessava ao projeto nacional (BECKER, 1982; 1990 apud BECKER, 2001, p. 136-137).

Como era de se esperar, algo que foi feito sem diálogo, sem troca e sem convivência com as populações nativas da região revelou-se desastrosa. As dificuldades de adaptação eram enormes, muitos colonos ficaram à mercê do Estado e muitas famílias se depararam com a solidão, a indiferença e com um estranhamento de uma terra da qual não estavam acostumados, sem contar que os solos da região amazônica apresentam limitações para a produção agrícola, o que agravava ainda mais a situação.

Em especial, material de origem, o relevo e o clima, os solos formados apresentam as seguintes características: extrema pobreza em fósforo; acidez elevada; saturação por alumínio alta; baixa CTC; pobreza em macro e micronutrientes; reduzida fixação de fósforo; lençol freático elevado na grande maioria dos solos; densidade do solo elevada; adensamento e susceptibilidade à compactação; susceptibilidade a erosão nos solos de relevo movimentado e erosão laminar ligeira nas áreas de Savana em Roraima. Em geral os solos da Amazônia concentra-se na superfície, tornando-se um dos grandes fatores limitantes à produção agrícola, sendo associada a sua baixa mobilidade, a natureza ácida dos solos e a pobreza química do material de origem, uma vez que parte do P encontra-se na biomassa vegetal (VALE JUNIOR *et al.*, p. 159, 2011).

Embora os colonos continuassem desassistidos pelo Estado, o governo brasileiro seguiu seu projeto desenvolvimentista com abertura de estradas, a exemplo a estrada Transamazônica e ampliação de áreas para a pecuária de extensão para a expansão do agronegócio.

A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas e, por conseguinte, a sustentabilidade foi avaliada de maneira muito positiva (Mahar, 1988). Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da *agrovila*, de assentamentos centrais, falhou. Todavia, o slogan do governo, "Há terra para todos na Amazônia", deu impulso à migração de massa para o norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade dos anos 1970. A fronteira agrícola avançou rapidamente ao longo de uma série de frentes pioneiras, estendendo-se adentro das florestas tropicais (KOHLHEPP, 2002).

Esse desconhecimento das condições ecológicas se entende bem, uma vez que o Estado brasileiro lança o projeto RADAM apenas em 1970. O fluxo migratório para a Região Norte do Brasil e o projeto de colonização de assentamentos agrícolas demonstram

que, em nenhum momento, o governo brasileiro se ateuve a criar um projeto que integrasse de fato os novos migrantes, muito menos assegurasse o saber tradicional dos seringueiros. Com isso, os conflitos fundiários se expandiram na Região Norte, não apenas referentes aos grandes projetos impulsionados pelo Estado, mas também com os migrantes do Nordeste e do Sul-Sudeste. Nesse contexto, na década de 1980 a RESEX tornou-se uma medida alternativa urgente para assegurar o território de conservação e autossustentável dos recursos da floresta. Os estudos de Kohlhepp (2002) deixam claro o objetivo do governo brasileiro era assentar em larga escala e ocupar um território com baixa densidade demográfica, sem ao menos resolver questões cruciais para as populações mais pobres, como os problemas com a seca nordestina, a desigualdade social crescente e os conflitos fundiários com as populações da floresta, que começam a ficar mais evidentes com a entrada de migrantes da Região Sul do país. A diferença de perspectiva e de relação com a natureza potencializou a insurgência de graves conflitos fundiários no país; nos dias atuais, estão longe de serem solucionados. De fato, eles nunca foram resolvidos, apenas alastraram-se no território. Becker (2001) alertava em seus estudos sobre os diferentes conflitos presentes no território amazônico e dos que estariam por vir:

O risco da veloz expansão competitiva da soja decorre de vários fatores reveladores de que os conflitos quanto ao futuro da Amazônia não são apenas domésticos, mas também internacionais. Enquanto o G7 e a União Europeia por um lado fazem doações para proteger a floresta através do PPG7 e outras iniciativas, por outro lado, na Organização Mundial do Comércio, estimulam a expansão da soja no Brasil para alimentar seus rebanhos suíno e bovino, na medida em que subsidiam seus produtores – sua base política – para não efetuar essa produção extensiva. Da mesma forma o Japão, participando do PP-G7, para ele pouco contribui, embora seja um dos principais suportes financeiros para a expansão da soja nos cerrados brasileiros (BECKER, 2001, p.152).

Ao trazer o histórico da exploração econômica da região amazônica, vê-se como a criação das primeiras RESEX florestais foram necessárias para garantir o modo de existir dos seringueiros e demais povos da floresta, pois elas asseguraram a permanência dos seringueiros nos territórios de conservação. Mas é também evidente que a institucionalização, seja dos instrumentos de proteção, seja dos territórios de conservação, engessa, limita os processos de autonomia das populações envolvidas (seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, indígenas, quilombolas, pescadores extrativistas, etc.) e que ainda resistem à expropriação dos seus territórios. Além disso, a existência das primeiras RESEX florestais não inibiu o assédio, muito menos a especulação imobiliária sobre os espaços de natureza.

Bourdieu (2017) afirma que o Estado é o lugar da acumulação do poder simbólico e legítimo, pois sua força política articula, dinamiza e transforma o espaço geográfico. Os territórios de conservação, aqui entendidos como espaços de natureza das reservas extrativistas, foram institucionalizados pelo Estado brasileiro, portanto, não se pode negar que a influência estatal está presente na configuração espacial das unidades de conservação, seja na mediação dos conflitos para a delimitação de suas poligonais, seja na presença de um órgão ambiental federal na composição do conselho gestor. A autonomia é algo palpável e possível, mas nos moldes como o Estado brasileiro vem atuando, com o desmonte das conquistas trabalhistas, desmantelamento dos direitos sociais e das políticas públicas ambientais, a autogestão, embora seja algo ansiado por todos, tem ficado mais concentrada no plano das utopias. A autogestão que deve ser alcançada à luz de um processo autônomo é construída a partir de libertários e subsidia a dimensão espacial do território, a luta e a organização das populações extrativistas em seu território de conservação.

Muito mais que uma forma de gestão funcional ou administração, a autogestão se fundamenta, na ótica anarquista, como princípio social para a ruptura como as formas autoritárias de governo, em diferentes escalas. Essa ruptura se materializa na organização coletiva de sujeitos com princípios e objetivos comuns, de forma livre e sem exploração do trabalho ou qualquer opressão realizada através do homem pelo homem (SILVEIRA, R., 2011, p 6).

Embora esta tese siga os princípios do materialismo histórico-dialético, não se deve permitir que a vaidade de crenças, de verdades e do método não possibilite ver os fenômenos à luz dos processos e dos caminhos possíveis ou dos caminhos já trilhados pelos sujeitos históricos envolvidos nos processos de pesquisa. Sair desse aprisionamento científico e acadêmico permite compreender os sujeitos históricos a partir do seu existir. Embora o Estado ainda seja um agente necessário no processo de estruturação e institucionalização das RESEX, que fique claro: em nenhum momento há um desmerecimento sobre a luta dos seringueiros⁷⁶. Afinal, foi através da luta de lideranças como Chico Mendes⁷⁷ e Marina Silva⁷⁸ que, a criação das primeiras RESEX florestais,

⁷⁶Ver em Reservas Extrativistas: Institucionalização e Implementação no Estado Brasileiro dos Anos 1990 (CUNHA, 2010).

⁷⁷Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), mais conhecido como Chico Mendes, foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental, reconhecido internacionalmente pela sua luta pela preservação da Floresta Amazônica. Foi assassinado em 22 de dezembro de 1988.

⁷⁸Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima é formada em História. Participou das Comunidades Eclesiais de Base, de movimentos de bairro e do movimento dos seringueiros. Em 1984 foi fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre. Chico Mendes foi o primeiro coordenador da entidade e Marina, a vice-coordenadora.

saiu do plano das utopias ao tornar-se um símbolo de luta, organização social e proteção aos espaços de natureza. Todos sabem que sem pressão dos movimentos sociais na luta pela conservação da floresta amazônica - que por consequência, chamou a atenção dos movimentos ambientalistas internacionais ao fazer pressão sobre o Estado brasileiro -, nada sairia do *status quo*. O Estado brasileiro foi praticamente obrigado a responder a pressões internacionais, uma vez que a proteção da floresta amazônica deixou de ser uma preocupação restrita a ambientalistas brasileiros, para se tornar uma dimensão geopolítica no cenário internacional.

Por isso é necessário mostrar que muitos conflitos socioespaciais foram criados e gerados a partir da intervenção do Estado, por meio da sua omissão, procrastinação e interesses em não resolver conflitos ligados a disputas de terra, que só aumentam a tensão social entre grupos sociais distintos. Fato é, o acúmulo de conflitos, a repercussão por meio das pressões externas de movimentos ambientalistas e a luta dos seringueiros deixaram o Estado brasileiro, como diria no dito popular, “de calças curtas” para que a delimitação do território das RESEX florestais saísse do papel e se tornasse um instrumento de ordem legal de proteção para os seringais. É importante ter essa clareza sobre o poder exercido pelo Estado, pois os horizontes temporais futuros trazem consigo forte influência de ações realizadas no passado e que, conseqüentemente, terão repercussões em ações do/no presente.

3.2 O Contexto das Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil

As primeiras reservas extrativistas representam um marco legal do processo de luta social para a criação e o reconhecimento das áreas territoriais de domínio público, com o direito de uso concedido às populações extrativistas de matriz tradicional. Esse processo foi importante para que o Estado brasileiro institucionalize os territórios de conservação, de modo que os espaços de natureza fossem usados e protegidos por seus usuários, sujeitos históricos que estabelecem estreita relação com a natureza.

O processo de institucionalização, hoje, requer muita discussão, uma vez que a perda de autonomia nos processos de gestão ainda é um fato presente em muitas UCs de uso sustentável, como as RESEX. Isso redefine a concepção do modelo de institucionalização das RESEX empregado no Brasil, que no primeiro momento era algo urgente e necessário para a proteção dos territórios de natureza, em especial, os seringais.

Mas hoje, recai na contenção social estratégica do controle e da cooptação dos usuários extrativistas, de modo a coibir formas de resistência empregadas e produzidas pelo Estado brasileiro. O tal mal necessário quase sempre é uma manifestação do controle e do poder que o Estado possui e utiliza simbolicamente para estabelecer a ordem, ao suprimir qualquer tentativa ou comportamento que ponha em risco o poder estatal. Logo, se o Estado controla, delimita, fiscaliza por meio de leis, fica evidente que a institucionalização é um meio para o controle estatal interferir nos processos de gestão das RESEX.

As Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-Mar) surgiram a partir da transferência de um modelo de manejo originário da Amazônia, que deu origem às primeiras Reservas Extrativistas (RESEX) (DIEGUES, 2008). No entanto, uma importante questão legal diferencia as RESEX marinhas das terrestres: as RESEX-Mar lidam com a gestão de recursos que pertencem à coletividade – o meio costeiro/marinho. Assim, os beneficiários das RESEX-Mar se apropriam de um recurso comum do povo, sob a tutela do Estado. Neste sentido, a legislação brasileira não é clara quando trata da responsabilidade da gestão neste ambiente, uma vez que há diferentes definições de ordem legal provenientes de diferentes conjuntos de normas jurídicas (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002). Estas diferentes definições geram dubiedade com relação à clareza da legislação que embasa a aplicação do modelo RESEX para ambientes costeiros e marinhos (SANTOS & SCHIAVETTI 2013, p.480).

É obvio que a institucionalização trouxe certa segurança e proteção com a delimitação geográfica dos territórios de natureza, a exemplo das RESEX, contudo, o Estado criou estratégias de controle, de modo que as UCs de uso sustentável sejam chefiadas e administradas por um servidor público federal, que em nome do poder estatal mantem a ordem e o controle destas unidades.

A gestão das RESEX deve contar com um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável pela sua administração – atualmente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – e constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, entre outros atores sociais. O Conselho Deliberativo tem poderes para decidir sobre as questões pertinentes à área e os representantes das populações tradicionais possuem maioria no mesmo (metade + 1), conforme Instrução Normativa Nº 2/2007, do ICMBio (BRASIL, 2007). Entretanto, com o SNUC ocorre um deslocamento da administração da RESEX para a esfera do órgão governamental, minimizando a ideia de autogestão presente na criação das primeiras RESEX. Isso porque o IBAMA deveria apenas supervisionar a área para o cumprimento do contrato de concessão assinado com a associação representativa, mediante um plano de utilização elaborado pelas comunidades e aprovado pelo órgão governamental (CUNHA e LOUREIRO, 2009 apud SANTOS & SCHIAVETTI 2013, p.481).

Em alguns casos, essa estratégia pode ser perigosa e muitas vezes cruel para os usuários extrativistas, pois se o chefe de alguma destas unidades, a exemplo do chefe de

RESEX⁷⁹, não seja um parceiro sensível à realidade local e às demandas das populações extrativistas, o processo pode ser desastroso, caso a unidade direta do Estado, investida na figura do servidor federal possa criar empecilhos e/ou dificulte o processo de construção da autonomia e da autogestão da UC. Não se deve esquecer que muitas áreas destinadas à criação de UCs de uso sustentável no Brasil estão sob forte tensão, conflito territorial e especulação imobiliária, por se tratar de terras que foram desapropriadas pelo Estado brasileiro, incluindo áreas particulares, que são de domínio público⁸⁰ e com o direito de uso concedido às populações tradicionais. Este fato em si já uma questão delicada, pois a todo momento, fazendeiros, políticos e empresários reivindicam essas terras para pastagem e criação de gado de corte, dentre outras atividades econômicas.

Outro problema comumente enfrentado pelas RESEX marinhas diz respeito à delimitação geográfica de suas unidades, com definição de poligonais definida, apenas, sob o território marinho, não incluindo território terrestre, sendo este portanto excluído no Plano de Manejo. A ausência de um território terrestre tem acirrado muitos conflitos no entorno das RESEX, uma vez que grande parte dos pescadores artesanais complementa sua alimentação, pratica o escambo por meio da agricultura de subsistência ou ainda vende parte de sua produção para aquisição de bens que eles não produzem. O Estado, ao não incluir o território terrestre nestas unidades, não só nega a existência de uma particularidade tão vital para a vida cotidiana dos pescadores artesanais extrativistas como contribui para o processo de segregação, uma vez que quem produz e controla os meios de produção condiciona o que será consumido a partir dos seus interesses. Deste modo, quem controla e domina o território, além de assumir o poder, definirá limites de uso e acesso sobre os meios. Para Castells (1983), a estratégia utilizada pela segregação⁸¹ social é a reprodução da força-de-trabalho interligada e articulada na estrutura social. Ao assumir o controle do território, os grupos dominantes tendem a reproduzir a lógica contumaz da diferenciação, da hierarquia, do poder, da negação e do controle sob os grupos dominados.

⁷⁹No país existe muitos e bons exemplos de servidores federais do ICMBio, chefes de RESEX, que durante seu processo de gestão somaram significativamente na construção social e política dos usuários extrativistas em prol da autonomia e da autogestão.

⁸⁰Poder político ao qual o Estado submete sua soberania e controle sobre os bens de patrimônio público e os bens de patrimônio privado (bens particulares de interesse público) e sobre os bens inapropriáveis individualmente em prol do interesse público, ou seja, da coletividade.

⁸¹Segundo Vasconcelos (2004) na Geografia, um dos primeiros autores a utilizar o conceito de segregação foi Robert Dickinson, no seu livro de 1947, quando examina esse conceito juntamente com os de invasão e sucessão.

Para as populações tradicionais, a natureza não representa apenas um amontoado de recursos, mas também um abrigo, por ser um local de moradia, um local onde se exercem relações de solidariedade orgânica e que contém valores simbólicos que contribuem para forjar uma identidade local (PROST, 2010, p.52).

Fica evidente que, mesmo o Estado atuando na institucionalização das RESEX marinhas, há muito que avançar, sobretudo na elaboração e na readequação do Plano de Manejo para que conflitos futuros não surjam a partir destas demandas. É sabido que as RESEX marinhas estão localizadas em ambientes marinhos sensíveis e que despertam grande interesse da especulação imobiliária. Até o ano de 2012 o Brasil possuía 22 RESEXMar, com seus limites parcial ou totalmente dentro do ambiente marinho. Estas áreas protegidas ocupam uma variedade de ambientes, como estuários, manguezais, restingas e dunas (SANTOS & SCHIAVETTI, 2013).

O fenômeno da especulação é muito grave e tem sido frequente nas áreas de entorno das RESEX. Uma vez que o mercado imobiliário cria interesse nestas áreas, ele passa a regular o valor da terra a partir de um empreendimento privado futuro com taxaço do preço do solo, a partir do valor do solo urbano. Essa prática cruel, frequente nos centros urbanos das grandes cidades, chamada de gentrificação⁸² tem migrado para áreas rurais e costeiras sob anuência do Estado e dos governos locais. A reverberação deste fenômeno também chegou nas áreas costeiras e marinhas, ao expulsar famílias das áreas mais próximas ao mar, para áreas mais distantes, o que descaracteriza os espaços de pesca e nega o existir e as diferentes apropriações do espaço pelas populações pesqueiras extrativistas. Essa realidade tem sido bastante presente no entorno da RESEX de Corumbau⁸³, em que muitas famílias de pescadores artesanais têm vendido suas terras, próxima à linha de costa para família, em sua maioria, vindas de outros estados, como Espírito Santo, Minas Gerais, Brasília, dentre outros. Esse fenômeno não é um caso isolado na Bahia, mas demonstra claramente, como as UCs de uso sustentável, embora, sejam ambientes institucionalizados e protegidos em Lei exercem grande atração para o mercado especulativo como reserva de valor.

⁸²Processo de produção de um espaço sofisticado e homogêneo a partir de um espaço urbano originalmente degradado (seja ele habitado ou não), o qual, desde então, apresenta transformações no seu aspecto exterior pela renovação das edificações existentes (conservando ou transformando a função original dos edifícios) ou pela construção de novos edifícios, e que se assenta sobre uma mobilidade residencial que ocorre pela instalação de uma nova população, e, se for o caso, pela partida da população previamente existente, mais ou menos forçada por diferentes tipos de pressão. (CRIEKINGEN, 2006, p. 100 apud RIBEIRO, D. 2014).

⁸³Ver dissertação de mestrado Políticas Ambientais nas Unidades de Conservação do Litoral Baiano: A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. (AFONSO, 2013).

3.3 As Reservas Extrativistas Marinhas Baianas

Como abordado no tópico anterior, o processo de gentrificação⁸⁴ tem chegado no espaço costeiro e marinho, o que acarreta grandes mudanças, sobretudo nas áreas de entorno das RESEX marinhas e que afeta diretamente o território pesqueiro. Segundo Rios (2017), o território pesqueiro, portanto, deve ser compreendido como uma articulação de vários territórios – materiais e imateriais – cujos pescadores necessitam do livre acesso e das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de pesca e de vida. Logo, o exercício da pesca apropria-se do espaço com diferentes formas, temporalidades e territorialidade⁸⁵ própria. Essas diferentes formas de apropriação esbarram de frente com a lógica de produção do pensamento capitalista, que usa os espaços de natureza a partir do valor de troca, com base na exploração da ideia de natureza.

A Bahia possui 4 reservas extrativistas do tipo marinho/costeiro, a RESEX marinha da Baía do Iguape criada em 2000, a RESEX marinha do Corumbau em 2000, a RESEX de Canavieiras em 2006 e a RESEX marinha de Cassurubá em 2009. Todas as unidades enfrentam problemas ligados a disputas e conflitos de terras, sobretudo, as resex que têm seus territórios definidos somente em áreas marinhas. Afonso (2013) reforça sobre a importância destas áreas levarem em consideração, que atividade pesqueira não se resume a vida no mar. Os conflitos fundiários presentes na resex marinha de Corumbau e na resex marinha Baía do Iguape são exemplos de que áreas terrestres são necessárias para reprodução da social da vida. Prost; Cerqueira (2011, p.7).

Uma das dificuldades sentidas pelas populações pesqueiras locais se refere ao fato que, além das áreas de águas e manguezais serem sujeitas a impactos por atividades econômicas do entorno da UC, estas não garantem o acesso dos pescadores visto que o território da resex não compreende áreas terrestres, no entanto imprescindíveis para fins de moradia, de exercício de demais atividades de uso de recursos naturais (agricultura e/ou extrativismo vegetal) ou simplesmente de acesso aos manguezais e às águas.

Portanto a ausência de áreas terrestres acirra tensões e contribuem para o aumento de conflitos territoriais, uma vez que a imposição de um novo ordenamento territorial sobrepõe territorialidades historicamente construídas pela populações pesqueiras locais.

⁸⁴O fenômeno da gentrificação já chegou nas áreas de entorno da RESEX Marinha de Corumbau, como aponta o estudo de Afonso (2013).

⁸⁵Para Raffestin (1993) a territorialidade dimensiona a vida social e produtiva dos sujeitos no tempo e no espaço, sendo esta relação, um conjunto de forças complexas e dinâmicas que se modificam por meio do poder e do controle.

Este fato torna relevante a atenção de como são criadas as UCs de uso sustentável, para que os espaços de natureza não sejam passíveis de exploração, a exemplo dos espaços de reserva, ideais para a manutenção do mercado especulativo. A perpetuação dessa lógica é preocupante, uma vez que as reservas extrativistas marinhas na Bahia têm sofrido muitos ataques com relação a seus territórios por estes estarem localizados em áreas de grande interesse do mercado imobiliário e especulativo. A venda da paisagem “selvagem”, bucólica e paradisíaca tem sido um trunfo para o mercado imobiliário de luxo, que concebe a ideia de natureza a partir do consumo seletivo dos espaços. Afinal, quem pode pagar para ter uma vista exclusiva do mar com o direito a pôr do sol não se preocupa com justiça espacial, muito menos com que de fato tem estreita relação com os espaços de natureza. Logo, sempre é bom ter atenção sobre os espaços de reserva produzidos em cima dessa lógica de segregação, negação e desumanização dos sujeitos nativos destes espaços, pois esse tipo de prática, que se realiza através da acumulação de riqueza ocorre na maioria das vezes sob a penalização ambiental dos mais pobres. Segundo Acserald (2010, p.110) a operação dessa lógica estaria associada ao funcionamento do mercado de terras, cuja “ação de coordenação” faz que práticas danosas se situem em áreas desvalorizadas, assim como à ausência de políticas que limitem a ação desse mercado. Embora o professor Acserald acredite que muitas destas práticas possam ocorrer com maior frequência em áreas desvalorizadas, entende-se que esse efeito possa ser proposital uma vez que a especulação de terras, ou seja, a compra e venda de terras à preços baixos alimenta e dinamiza o mercado imobiliário.

Nos capítulos posteriores, será discutida a função os espaços de reserva. A seguir, o quadro 2 expõe informações sobre as RESEX baianas.

Quadro 2: Reservas Extrativistas Marinhas Baianas

RESEX	Reserva Extrativista Marinha do Corumbau	Reserva Extrativista de Canavieiras	Reserva Extrativista de Cassurubá	Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape
DECRETO	Cria a Resex do Corumbau, nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, compreendendo o cinturão pesqueiro entre a Ponta do Espelho, Praia de Coruípe e a Barra do Rio das Ostras. Praia de Cumuruxatiba, incluindo a faixa marinha de oito milhas náuticas paralela à Costa do Descobrimento, com uma área aproximada de 895 Km ² (oitocentos e noventa e cinco quilômetros quadrados) de águas territoriais brasileiras, tendo por base as cartas topográficas planimétricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.	Reserva Extrativista de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, com uma área aproximada de 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares	Cria a Resex de Cassurubá, nos Municípios de Caravelas, Alcobça e Nova Viçosa, no Estado da Bahia, com uma área aproximada de cem mil, seiscentos e oitenta e sete hectares e vinte e cinco ares.	Cria a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape, nos municípios de Maragojipe e Cachoeira, estado da Bahia, uma área aproximada de 8.117,53 hectares, sendo 2.831,24 hectares em terrenos de manguezais e 5.286,29 hectares de águas internas brasileiras.
BIOMA	Marinho/Costeiro	Marinho/Costeiro	Marinho/Costeiro	Mata Atlântica
DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO:	Dec s/nº de 21 de setembro de 2000	Dec s/nº de 05 de junho de 2006	Dec s/nº de 05 de junho de 2009	Dec s/nº de 11 de agosto de 2000 / Lei nº 12.058 de 13 de outubro de 2009
ÁREA	89.996,76 hectares	100.726,36 hectares	100.578,378 hectares	10.082,45 hectares

Fonte: BRASIL (2007) e Instituto Socioambiental (2018).

Elaboração: Soraia Monteiro Afonso (2020).

Em sua maioria, as RESEX marinhas na Bahia estão localizadas geograficamente em áreas estratégicas para a exploração dos recursos marinhos e costeiros, logo, são áreas ideais para a extração de recursos e circulação de mercadorias. Em uma configuração territorial como a brasileira, em que as ferrovias não chegaram a ser concebidas como uma rede de integração nacional, a localização costeira conserva um alto valor estratégico nos fluxos nacionais de circulação, além do forte peso dos internacionais (PROST, 2010).

Neste sentido, a criação de uma UCs de uso sustentável, a exemplo das RESEX marinhas, contraria diretamente os interesses da lógica desenvolvimentista, uma vez que os espaços de natureza são vistos como empecilho para o progresso econômico e para o desenvolvimento local. A visão desenvolvimentista distorce o real objetivo e função de uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, a proteção e o controle dos usos da natureza. Logo, a criação RESEX marinhas não só assegura a reprodução social e espacial das populações pesqueiras extrativistas no território, como contribui para a

conservação da biodiversidade marinha, tão vulnerável à exploração descontrolada e irregular. As RESEX marinhas brasileiras possuem diversos exemplos positivos de que sua implementação foi fundamental para a preservação de ecossistemas marinhos, bem como para o fortalecimento social e na organização espacial das populações pesqueiras extrativistas no território. A grande questão é: até que ponto o Estado está comprometido para que as RESEX se fortaleçam e alcancem a sonhada autonomia? Porque ações contraditórias à manutenção destas unidades são frequentes por parte do poder público local, do próprio Estado e dos agentes privados, logo, entende-se que esses espaços não são tratados ou vistos como deveriam. Chega-se a se pensar, meu caro leitor, que estes espaços são os tais espaços de reserva, aquela exceção que o capitalismo se apropria e reproduz para que a lógica se reinvente e permaneça o *status quo*.

Na Bahia, a experiência das Resex baianas demonstra que essas unidades em muitos momentos foram tratadas de forma negligente por parte do próprio Estado e dos governos locais, com exemplos concretos que ressoam no cotidiano dos seus usuários. A Resex marinha Baía do Iguape, até hoje, convive com os dissabores e os conflitos sociais ocasionados com a instalação do estaleiro, o polo naval Enseada do Paraguaçu. A instalação do estaleiro provocou uma alteração nos limites geográficos da poligonal da Resex, deixando claro não só para os usuários, mas para todos, que os interesses políticos e econômicos sempre falam mais alto.

Os estudos de Prost (2010) apontam que a RESEX da Baía do Iguape já vivencia uma relação conflituosa com a Votorantim, gerada pela falta de padrão com relação à liberação da vazão de água da usina hidrelétrica de Pedra do Cavalo, a qual altera a salinidade da água, afugentando peixes e mariscos e em muitos casos, provocando a morte de algumas espécies. A autora reforça que o assédio sobre os usuários da RESEX da Baía do Iguape foi intenso, uma vez que a instalação do polo naval veio acompanhada da promessa milagrosa de geração de emprego e renda e dinamismo econômico para região. Claro, este projeto destoou completamente da realidade local, uma vez que os altos cargos de um estaleiro demandam uma qualificação profissional específica, ou seja, os cargos oferecidos não condizem com a realidade de um pescador artesanal ou de uma marisqueira, e por isso são ocupados por pessoas de outras partes do Estado e do país. O fato é que estes fenômenos provocam alteração sociais e espaciais que acirram os conflitos sobre o uso e acesso ao território da RESEX. Esse caso ilustra que o Estado, que

seria o agente intermediador dos conflitos, não só participa e como influencia nos processos de tomada de decisão.

Vejam vocês que os conflitos podem ser acirrados e com a conveniência do Estado, mas eles existem. Em outro exemplo, a RESEX marinha de Cassurubá enfrenta problemas com a sobrepesca e o cercamento dos manguezais, assim como a RESEX marinha do Corumbau. Além da sobrepesca com a presença de barcos de outras partes do país que praticam a pesca industrial e do turismo em massa, a RESEX marinha do Corumbau sofre com o fenômeno da gentrificação, que provoca não só a remodelação do lugar com a expulsão das famílias de pescadores artesanais, como impacta diretamente na valorização e na elitização imobiliária dos espaços. Notem que se trata de espaços destinados à proteção da natureza, mas mesmo assim, estes espaços sofrem cotidianamente e precisam reafirmar a existência do território de conservação. A perda de poder sobre a organização do espaço não só fragiliza as populações extrativistas como abre espaço para implementação de projetos que preconizam a carcinicultura e a pesca industrial.

Por isso os espaços de natureza são vitais para a manutenção da biodiversidade marinha, bem como para a manutenção da existência do sujeito pescador/marisqueiro. A privatização dos espaços de natureza não só atinge os espaços de pesca, que sofrem diretamente com as limitações do uso e do acesso à maré pelos extrativistas, como reflete sobre o existir de um saber tradicional, que a todo momento tem sido descredibilizado pela lógica desenvolvimentista. Um exemplo bastante comum e frequente nas áreas de entorno das RESEX são os cercamentos das áreas de pesca. As cercas impedem o acesso de pescadores artesanais e marisqueiras ao mar. Mas ainda, a colocação de tanques para criação da carcinicultura ou a construção de condomínios fechados limitam o acesso à praia e à maré. Em casos mais graves, a presença de segurança armada visa inibir a presença de pescadores artesanais e marisqueiras destes locais. Todos esses processos afetam a vida cotidiana destes sujeitos históricos, que reproduzem o seu existir a partir do saber ancestral, da identidade cultural, do exercício do trabalho artesanal, da identificação e respeito com a natureza.

É bem comum o mercado imobiliário assediado as populações locais, com a compra e venda das áreas de entorno a preços muito abaixo da tabela de mercado. Segundo estudiosos como Henrique (2006), esses espaços anteriormente são vendidos como refúgio para famílias com maior poder aquisitivo, exauridas da dinâmica e do cotidiano

das grandes cidades. É exatamente com esse *modus operandi* que mercado imobiliário, empresários, políticos, governos locais e Estado atuam no processo de desconstrução das áreas destinadas às RESEX marinhas. Ao enfraquecer a importância dessas RESEX para as populações extrativistas, os agentes dominantes acirram disputas e conflitos territoriais, a exemplo da RESEX de Canavieiras. Ali, o governo local corroborou na construção do discurso da não existência da RESEX, incitando a população local contra os usuários da RESEX, ao criar a campanha APA sim, RESEX não, tema que será abordado nos próximos capítulos.

Essa reflexão mostra como os espaços de natureza são constantemente assediados e ameaçados pela utilização da natureza como moeda de troca e claro, como uma novidade atraente e atrativa para o mercado imobiliário. Henrique (2006) explicita esse tipo de apropriação em seus estudos:

A maneira de apropriação indireta da natureza dá-se na forma de sua utilização para a venda de produtos. Segundo Reclus (1886), prédios horrorosos, moinhos, oficinas, hotéis e depósitos tomam lugar na base dos penhascos; as propagandas em outdoors sujos e mentirosos são postadas, por exemplo em frente às Cataratas de Niágara, explorando as belezas da natureza para vender sua mercadoria ou seus remédios (HENRIQUE, 2006, p. 68).

As áreas de entorno das RESEX marinhas são espaços atrativos ao mercado imobiliário, pois conjugam novas identidades construídas e reproduzidas com base na ideia de natureza bucólica, privativa e exclusiva para aqueles que podem pagar por esses espaços. Além disso, a incorporação da ideia de progresso, desenvolvimento e civilidade ao espaço de natureza apropriado e às práticas de cotidianas do grupo social nativo, ou seja, dos pescadores artesanais extrativistas caracteriza claramente, a inversão de valores do sentido e do entendimento de natureza estabelecido e construído entre o sujeito pescador com os elementos extraídos da natureza para àqueles que exploram: apenas, concepção estética do que de fato seja a natureza.

Constata-se uma apropriação da natureza, uma apropriação da apreciação estética da natureza, consistindo numa salvaguarda das suas belezas como forma de agregação de valor a uma propriedade privada, que passa, também, pela privação de sua componente estética, separando-a do olhar dos homens através de cercas ou muros, definitivamente ou impondo uma única forma de apreciação através da compra de um ingresso (HENRIQUE, 2006, p. 69).

Por isso, quando a ideia de natureza se torna um conceito objetificado no imaginário coletivo, ou seja, de um grupo específico da sociedade com maior poder aquisitivo que pode consumir ao pagar pelo acesso privativo e exclusivista, percebe-se

que a violência das ações se inscreve na ideia de negação do outro, numa espécie de visão disforme e serviçal dos sujeitos, que o mundo colonial ocidental fez questão de apagar. Trata-se de uma postura agressiva e brutal, pois a lógica do sistema de produção capitalista perpassa pela da colonização e da opressão.

Fanon (1961) faz uma reflexão sobre o papel da linguagem para o racismo e sua designação no processo de desumanização do colonizado. O uso da linguagem seja ela oral, visual ou simbólica tem a capacidade e o poder de construir ideias, cenários, concepções a partir da ótica e da virtude de quem coloniza. A ótica maniqueísta do colonizador animaliza, brutaliza, inferioriza e nega os sujeitos que seguem na contramão do que é imposto pelo modo de produção capitalista, de modo que os mesmos percam qualquer traço de humanidade que se assemelhe ao colonizador. A todo momento este corpo negado reexiste.

O corpo negro carrega, ainda hoje, no Brasil, o peso histórico da coisificação e da inferioridade, que foram visões simbólica e discursivamente construídas e reafirmadas do período escravocrata dos tempos coloniais até os dias de hoje. Outorgar à pessoa negra um lugar de imobilidade, uma condição subalterna e a impossibilidade de transgressão ou transformação social, a partir de uma representação comum no imaginário social que associa a negritude a uma imagem de pobreza, de marginalidade, de banditismo, de perversão e perversidade, é uma estratégia de controle social cuja eficácia se revela na política de negação do corpo negro como detentor de direitos e cidadania (COSTA, 2018, p. 225).

Os pescadores artesanais estão inseridos em um mundo onde o modo de produção capitalista é vigente, contudo, é bom lembrar que existe outras formas de um corpo ser e existir no mundo, sem que ele negue o seu saber e sua ancestralidade. Embora seja exatamente isso que o sistema de opressão faz, ele retira o direito de existir sistematicamente por meio da violência com a qual a linguagem foi e tem sido utilizada em prol dos grupos dominantes.

O racismo colonial é resultado da construção discursiva da linguagem produzida pelo opressor, de modo que sua ideia de verdade e de virtude subjuga a existência do oprimido. Essa lógica persiste, uma vez que o sujeito pescador ainda é tratado como um ser primitivo, preguiçoso, atrasado ou quando a pesca artesanal é vista como algo menor e insignificante para o desenvolvimento da cadeia produtiva da economia e que, portanto, não tem impacto relevante para o desenvolvimento econômico local, regional ou nacional. Esse tipo de violência produzido pelo opressor é o mesmo que simbolicamente é utilizado e oficializado pelo Estado brasileiro.

O “Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades

oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer. Deve dar o espetáculo do universal, aquilo sobre o que todos, em última análise, estão de acordo, aquilo sobre o que não pode haver desacordo porque está inscrito na ordem social em determinado momento do tempo (BOURDIEU, 2017, p. 61).

A contundência desse raciocínio fica no imaginário e no inconsciente dos indivíduos e dos sujeitos, pois o Estado, além de representar o conjunto que instituições que controla, regula, gera e exerce poder sobre e no território; ele impõe uma representação impositiva através do seu discurso oficial. Essa imposição simbólica cria efeitos nocivos no imaginário coletivo, uma vez que a representação é concebida sob o ponto de vista do pensamento estatal e dos grupos dominantes.

Figura 2: SR Resistência



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2021.

A figura 2 traduz claramente como é necessário reafirmar suas existências, de modo que não sejam “engolidos” pela lógica do pensamento colonial e dominante. Resistir não é somente um processo contínuo pela luta por espaços de ação, mas também um lugar da permanência, das utopias, das (re)existências e da resignação das populações pesqueiras artesanais. A canoa de madeira é um instrumento muito simbólico no tempo e no espaço. Ela é um instrumento de trabalho e meio de transporte do pescador artesanal,

que resiste a tempos líquidos (BAUMAN, 2001). A presença da frase SR Resistência em uma canoa, como na foto acima, promove uma reflexão sobre como o espaço político da pesca artesanal abre novas possibilidades de luta, de tensões, de discussões, mas sobretudo, de autonomia.

4º CAPÍTULO: ESTADO MODERNO E TERRITORIAL BRASILEIRO

É comum querer definir um objeto ou a ação de um fenômeno manifestada no espaço geográfico de forma simplista, para que sua definição seja capaz de explicar ou até mesmo elucidar as diferentes faces do Estado brasileiro e a formação territorial do país. Entender essa relação nem sempre é palatável, pois convida a você leitor remexer em feridas não tão bem cicatrizadas, que dizem respeito a um espaço territorial que foi destinado, posteriormente, à exploração de recursos minerais. De fato, o território brasileiro não tinha nada que interessasse de imediato a colônia portuguesa. Segundo os estudos do professor Moraes (2001), o Brasil era uma parada ideal para a provisão de água, alimento etc. para as esquadras portuguesas, ou seja, no primeiro momento foi essa a função da colônia, no Brasil entre os anos de 1500 a 1540. Somente com a descoberta das minas de Potosi no Peru, a coroa portuguesa avalia a possibilidade de encontrar riquezas nas terras da América do Sul.

Nesse sentido, manter o domínio territorial foi a maneira encontrada para afastar as esquadras espanholas e francesas da costa brasileira. Deste modo, a implementação e instalação das capitânicas hereditárias a particulares exigiam risco e investimento de capitais, que a coroa portuguesa não se dispunha a investir. Moraes (2001) afirma que não houve apropriação de recursos a princípio, pois o investimento de capitais para as capitânicas foi feito pelo colonizador, que mantinha financeiramente seu engenho de cana de açúcar e a mão de obra de seu canavial. Embora Moraes (2001) faça essa leitura geográfica da histórica brasileira de como ocorreu o processo de ocupação do território brasileiro, não há como negar que mesmo o colonizador, ao empregar recursos particulares em terras doadas pela coroa portuguesa, não se apropriou de terras pertencentes aos povos indígenas, nativos do que hoje entende-se por Brasil.

Assim pode-se dizer que lógica da apropriação de recursos existe de algum modo, uma vez que os interesses sempre foram exógenos ao cotidiano do lugar, afinal não eram

os povos indígenas que mantinham relações comerciais com as Índias? Portanto se pensar a catequização como estratégia de dominação, a colonização e a apropriação de um grupo social sobre o outro, sim, pode-se dizer que desde o princípio o território no Brasil foi estrategicamente usado como território recurso para a colônia portuguesa, ao fornecer metais preciosos e posição geográfica estratégica para as trocas comerciais com as Índias e o continente africano. A lógica do território recurso exerce uma funcionalidade específica: atender aos interesses particulares e exógenos ao lugar daqueles que o exploram, neste caso em discussão, a colônia portuguesa. A priori a materialidade do território recurso no Brasil foi constituída a partir da lógica da acumulação primitiva de metais preciosos, tanto que os estudos de Moraes afirmam que desde a instituição das capitâneas hereditárias, a função e o uso do território brasileiro não estiveram pautados na lógica da expansão, mas sim na acumulação primitiva de recursos, ouro e metais preciosos. Que fique claro que este estudo parte da perspectiva sobre os usos do território a partir dos processos, das ações e da dinâmica espacial trabalhados pelo professor Milton Santos. Embora Moraes conceba o território de forma mais estática e não foque tanto nos processos, foi necessário trazer essa reflexão de autor para este debate sobre o fenômeno da ocupação territorial das áreas litorâneas e a instalação das capitâneas hereditárias, pois revela algo importante sobre o Brasil: ele sempre foi visto sob a ótica do colonizador e nunca sobre si mesmo. É importante ter essa compreensão, pois desde o início da formação territorial do Brasil o uso do território foi exógeno à realidade do lugar. Ter essa clareza faz total diferença, uma vez que aqueles que se apropriaram do território adaptaram o espaço geográfico segundo suas intencionalidades e espectro de mundo.

O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N) (SAQUET, 2007, p. 56).

A partir dessa noção pode-se compreender como o Estado territorial no Brasil foi dando espaço transnacional, onde a racionalidade posta pelo mundo é feita sob a influência direta dos mercados globais, ou seja, controla, cria normas que controlam e regulam a vida econômica, política e social no/do território. Segundo Arroyo (2004) a base do Estado territorial está estruturada e centralizada na contiguidade de ambientes geográficos contínuos da administração pública, ou seja, o sistema econômico está integrado a grandes unidades territoriais, que são mercantis, contínuas e delimitadas. Essa

relação foi se constituindo ao longo do tempo, com a definição de um Estado dotado de soberania territorial.

Entre os qualificativos do Estado Moderno - uma forma de Estado específica e historicamente localizada - está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sob seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial. De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um Estado territorial. A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurissecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno (MORAES, 2001, p. 51).

Embora, hoje, as relações extrapolem os limites geográficos de um território por meio da comunicação em redes e as trocas, comerciais e financeiras sejam feitas, muitas vezes, fora do espaço territorial, o território ainda é o lugar da relação espaço-temporal e da manifestação simbólica dos processos históricos e dos usos sociais. Não é à toa que o território por si só é o espaço da diversidade, mas também do conflito entre indivíduos e sujeitos sociais, uma vez que muitas sociedades não conseguem distinguir uma ordem de trocas econômicas para uma ordem doméstica. No mundo moderno, à medida que as sociedades evoluem e separam as ordens, criam universos que têm cada um seu *nomos* próprio, sua lealdade específica (BOURDIEU, 2017).

Diversos autores han puesto de relieve la existência de estas esferas centradas en la persona de cada hombre, el cual percibe el mundo a partir de él, formando una serie de círculos concéntricos cada vez más alejados y menos familiares. En este espacio existen acontecimientos en tanto que son percibidos por el hombre, por lo que el mundo se convierte en un universo egocéntrico. De todas maneras, no existe acuerdo sobre el número y las características, ni sobre el mismo carácter concéntrico de las esferas (CAPEL, 1973, p. 63).

Para Boudieu (2017) o Estado foi construído para instituir metacampos com finalidades bem definidas, sobretudo no campo econômico. Para o autor a construção de um capital econômico central dá ao Estado o poder de contribuir para construção de um espaço econômico autônomo e conseqüentemente, uma nação como espaço econômico unificado, ou seja, o Estado estrutura todo o espaço de modo que as coisas pareçam como dadas, instituídas e ponto. Seria como um corolário sobre a realidade dos fatos, ele é porque tem de ser assim, sempre foi e ponto final. A realidade é menos fantasiosa do que

pareça ser; a verdade é que a instituição estatal não só apoiou, como produziu e estruturou mercados e representações, a partir das teorias mercantis, de modo que tudo soasse natural à dinâmica histórica dos processos sociais e espaciais. Seja como for, o efeito simbólico que o capital econômico exerce sobre o território, assim como na cultura e na sociedade, indica como os esquemas globais dos mercados transmutam e produzem mudanças que interferem e reconfiguram o espaço territorial e o comportamento dos sujeitos, de modo que a acumulação capital continue a seguir tacitamente seus propósitos, a exemplo da concentração de riquezas. Fica claro que o processo de consumo do espaço territorial e a hierarquização do espaço alcança todos os aspectos da vida social e do cotidiano dos sujeitos, de modo que novos nexos, relações sociais sejam instituídas. Para Santos a hierarquia:

Se realiza através de ordens técnicas, financeiras, políticas, condição de funcionamento do sistema. A informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais (SANTOS, 2008, p.285).

Obviamente, a hierarquização do espaço é distinta, assim como as informações e as intencionalidades ligadas à globalidade do mundo são estanhas para aqueles que enfrentam o mundo sem romper com as raízes do lugar da sua (re)existência. Essa tensão perturbadora mostra que a vida cotidiana nem sempre se subordina à lógica imposta pelas forças produtivas e pelas forças políticas. Esse processo incessante impõe novas relações como mundo, sobretudo com a perda das relações de solidariedade local no território. A transformação é tão drástica que, além de homogeneizar o espaço pelas forças dominantes, retira dos sujeitos sua capacidade de gerir a vida local, com a definição de novas realidades espaciais.

Estado e Conflitos Ambientais Brasileiros

O Estado é uma instituição e criada e pensada por indivíduos. Por se tratar de uma criação humana, essa superestrutura não só reflete a tônica social das contradições e dos conflitos entre sujeitos e indivíduos como compõe um sistema-jurídico que regula, organiza e rege a vida em sociedade. A ação estatal contribui no desenvolvimento e na organização das forças produtivas sob o espaço geográfico, uma vez que o mesmo detém o controle político, econômico, jurídico e ideológico das estruturas de poder.

Sem dúvida, o corpo político do Estado capitalista traduz o excesso de poder que o mesmo introduz e mantém por via legislativa e coercitiva sob suas instituições, desde a escola, a polícia, as leis, etc. até sua interferência sob forças de produção (mão-de-obra, divisão do trabalho e divisão do conhecimento) e as relações de produção. É natural pensar que no capitalismo, apenas o capital e os mercados regulem e organizem a vida em sociedade, contudo, não se pode esquecer que sob o ponto de vista do marxismo e do materialismo histórico e dialético, o Estado não só institui uma ideologia que legitima um conjunto de padrões de comportamentos que naturaliza a ação “espontânea” dos mercados, bem como torna-se parceiro e financiador para o desenvolvimento do capitalismo e das instituições capitalistas.

É notório que esta tese sofre grande influência do pensamento marxista e do materialismo histórico dialético, portanto, boa parte da reflexão se dará sobre autores que comungam deste raciocínio e que compreendem o Estado como uma instituição repressiva, dirigida à estruturação de hierarquias, simbolismos e ideologias que operam como base para a manutenção dos aparelhos e estruturas hegemônicas.

Gramsci (2006) destaca que as relações sociais, embora conflituosas, precisam buscar consensos de modo que as massas não se voltem contra as ações, projetos e negócios do governo. Neste sentido, a hegemonia travestida de coerção busca alinhar um raciocínio político e econômico no imaginário social, de modo que a organização da produção e as estruturas de poder continuem nas mãos dos agentes dominantes. A sensação criada para a sociedade civil é que o Estado e toda sua estruturação foi algo que se deu espontaneamente e que, portanto, deve ser aceito e fundado sob os pilares da hierarquia e da estrutura de classes. Em casos de resistência, de como a estrutura estatal foi organizada, o Estado-coercitivo é posto em prática sob o uso de violência com a inserção da força policial ou militar para assegurar o controle e o poder do Estado.

Para Gramsci (2006), o Estado é uma combinação entre sociedade política, sociedade civil e hegemonia (coerção) construída e naturalizada no imaginário coletivo. Essa relação não está eximida de conflitos, uma vez que o espaço geográfico se torna campo da luta de classes e é organizado econômica, social, política e culturalmente sob o prisma de cada sociedade. A organização do espaço e os diferentes usos do território, historicamente, comprovam que os conflitos nem sempre são saudáveis, uma vez que as correlações de forças entre as frações de classes têm sido desiguais, por se tratar de um

Estado capitalista. A expressão da luta de classes e seu caráter contraditório revelam claramente a quem o aparato jurídico-político e econômico estatal está a serviço.

Harvey (2016) coloca que o Estado capitalista se utiliza do monopólio da violência para proteger e preservar o regime de direitos de propriedade privada individualizada, de modo que o regime articule seu funcionamento com o livre mercado. Para o autor o poder centralizado do Estado protege o sistema de propriedade privada descentralizado, uma vez que as empresas, instituições e corporações adquirem o *status* de propriedade, ou seja, de pessoa jurídica individual. Essa categorização corrompe a utopia burguesa, na medida que as empresas não respondem como pessoas físicas, logo, a liberdade individual e pessoal para poucos não é igualmente protegida. Quem tem mais força, poder econômico e influência política - como no caso da pessoa jurídica das empresas -, tem mais chances de produzir valor e acumular capital a partir do trabalho social produtivo da produção de mercadorias.

Na visão de Bourdieu (2017), autor que atua no campo do simbólico e foge um pouco da visão materialista do Marxismo, o Estado é uma instituição que possui um poder extraordinário, pois produz um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens, sem exercer coerção permanente, ou seja, sua força simbólica está presente no inconsciente dos sujeitos. Seguindo o pensamento de Durkheim, o autor afirma que o Estado constrói as estruturas cognitivas semelhantes ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição. Essa estrutura mental lógica é construída e compartilhada entre os semelhantes por meio da identificação, da moral, da representação e da comunicação. É por meio dessa atmosférica simbólica que o Estado submete os sujeitos a reproduzir a ordem social, de modo que tudo pareça natural.

O Estado dá uma contribuição essencial à reprodução da ordem simbólica, que colabora de maneira determinante para a ordem social e para sua reprodução. Impor estruturas cognitivas e avaliativas idênticas é fundar um consenso sobre o sentido do mundo. O mundo do sentido comum de que falam os fenomenologistas é um mundo sobre o qual as pessoas se põem de acordo sem sabê-lo, fora de qualquer contrato, sem sequer saber que afirmam o que quer que seja relativo a esse mundo. O Estado é o principal produtor de instrumentos de construção da realidade social. Nas sociedades pouco diferenciadas ou indiferenciadas, que são sem Estado, o que faz as (sic) vezes de todas as operações que o Estado realiza são os ritos de instituição --- o que se chama impropriamente ritos de passagem. O rito de instituição é um rito que institui uma diferença definitiva entre aqueles que se submeteram e os que não se submeteram (BOURDIEU, 2017, p. 230).

Nesse sentido, o Estado, ao construir uma estrutura mental universal por meio das representações que invadem o imaginário simbólico dos indivíduos, reafirma sua

capacidade de intervir, organizar e reproduzir a ordem social, bem como de dividir os sujeitos em categorias. A divisão social dos sujeitos, além de refletir diretamente como cada grupo social consome o espaço geográfico e como o território torna-se a expressão espacial desse imaginário coletivo, pode revelar a capacidade das representações em transmitirem uma ideia de ordem e de tempo, que nem sempre é compreendida por aqueles que não compartimentam o tempo no sentido horário do relógio, mas a partir de ordem temporal da natureza.

Se a ordem simbólica do Estado capitalista floresce no seio da visão cartesiana de mundo, a existência dos indivíduos, a vida cotidiana fica reduzida na representação do tempo do consumo. Esse pragmatismo temporal tão nocivo para os sujeitos define a existência no mundo atrelada à oportunidade de consumir e à busca pela felicidade. A homogeneização do ideal da vida feliz, a chamada felicidade burguesa tão questionada pelo marxismo com toda razão, produz entre os mais pobres e excluídos uma sensação de fracasso, frustração, desalento e revela que a felicidade é saciada, apenas, momentaneamente pelo consumo ou pela aquisição de mercadorias. O fato é que toda essa ilusão promove divisões sociais entre os indivíduos, ou seja, há quem “aceite” ou quem se veja obrigado a participar deste jogo simbólico, mas há também os que não compactuam com essa forma de existir para o mundo. Claro que não é tão simples assim, pois aceitar nem sempre é concordar com o modelo vigente, até porque no mundo capitalista, a exclusão é uma sinalização de que o valor está atrelado aos aspectos do consumo. Logo, tudo é categorizado sob o prisma maniqueísta de quem pode ou não existir para o fetichismo consumista, de como e do quanto pode-se pagar para consumir. Por isso a representação da ordem social não só homogeneiza os indivíduos, como os divide em categorias, ou seja, os hierarquiza a partir do consumo.

A promoção das divisões sociais não só divide os indivíduos e os sujeitos em categorias, mas acirra sobretudo a diferença de classes sociais. Se para ser aceito pela ordem social é preciso participar deste jogo simbólico, embora isso torne sua existência torpe, muitos indivíduos se submetem inconscientemente a participar dessa lógica, não somente por acreditarem que estão se diferenciando dos demais, mas para se sentirem aceitos, integrados e pertencentes à ordem de mundo, social e temporal. Essa escolha existencial é cruel e nociva, pois submete os indivíduos a seguir uma coerência simbólica produzida e codificada pelo Estado e pelos agentes hegemônicos, portanto, aqueles que não se sujeitam aceitá-la, são prontamente expurgados dos meios de produção.

A ordem simbólica do Estado produz efeitos no inconsciente coletivo, uma vez que os sistemas simbólicos de poder controlam, alienam e conduzem a vida social, de modo que a racionalidade dos agentes dominantes seja universalizada.

O Estado e os agentes econômicos praticam uma coerção velada na vida dos sujeitos, uma vez que suas representações e a sua influência passam a interferir e a pressionar os padrões de consumo e de uso do território. Quando o valor de troca se impõe como métrica na vida cotidiana dos sujeitos, seja sob aspectos da configuração formal da vida social ou seja pela imposição dos mercados especulativos famintos por lucro e poder, pode-se entender que pouco importa as diferentes temporalidades que estes territórios carregam em si, mas o potencial de riqueza e padrão de desenvolvimento que eles tem a oferecer ao sistema produtivo dos mercados. É através de simbolismos, das representações e da construção de um imaginário coletivo que o Estado controla e naturaliza suas ações, de modo que a ideia de progresso, futuro e riqueza sejam caracterizados como algo positivo para o país e conseqüentemente, para os indivíduos, mesmo que isso venha a muito custo, com a apropriação indiscriminada dos recursos de natureza.

A ordem simbólica do Estado produz efeitos no inconsciente coletivo, uma vez que os sistemas simbólicos de poder controlam, alienam e conduzem a vida social, de modo que racionalidade dos agentes dominantes, seja universalizada, a partir de um prisma de mundo globalizado que reforça a produção e o consumo como prática social do território. Esse tipo de mentalidade fere diretamente o existir e a individualidade dos sujeitos, uma vez que o consumo global do território desconsidera o tempo, o sentido das coisas e as diferentes formas de se pertencer no mundo. Se a natureza é o lugar do existir das populações de matriz tradicional, ribeirinhas, caiçaras, indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros, logo, o espaço de natureza destinado as RESEX marinhas, ou seja, o território de conservação não será um espaço de reserva para ser apropriado e especulado pelo capital. Nas palavras de Becker (1982), um capital natural é um bem passível de ser apropriado e explorado pelos mercados, desde que esta seja sua vontade. São espaços de natureza que podem ser reservados ao capital, desde que o “progresso” e o “desenvolvimento” do país demandem por recursos de natureza. Não é uma regra, mas a própria história já nos revelou, que o Brasil não protege⁸⁶ como deveria seus recursos

⁸⁶Matéria publicada no jornal Estadão (MOTTA; PIRES, 2021), de 16 de abril de 2021 com a seguinte manchete: Subprocurador do TCU pede afastamento de Ricardo Salles por ‘ingerência indevida’ a favor de madeireiros ilegais. Também neste mesmo jornal, outra matéria publicada no dia 19 de abril de 2021 traz a

de natureza. Becker afirmava isso para a Amazônia, mas sua análise encaixa perfeitamente à realidade cotidiana, extremamente vulnerável das unidades de conservação de uso sustentável no Brasil, em especial as RESEX marinhas.

Os estudos Prost (2010) já apontam essas vulnerabilidades, quando a autora afirma que a mudança forçada da poligonal da RESEX marinha Baía do Iguape através da Medida Provisória 462, que alterou o limite da sua poligonal para construção do polo naval em São Roque do Paraguaçu teve o aval do Estado. Essas alterações permitem refletir alguns pontos sobre a institucionalização dos territórios de conservação das RESEX marinhas no país. Esses espaços de natureza, embora, institucionalizados podem se tornar, futuramente, espaços de reserva para o Estado brasileiro, desde que seus territórios despertem interesse econômico para os mercados. Se esse espaço de natureza não desalinha com os anseios do Estado capitalista e dos agentes hegemônicos, ele, na maioria das vezes será negligenciado, de modo que suas vozes sejam silenciadas e a força da luta social seja enfraquecida. Sim isso é um fato e deve ser considerado. O outro ponto é que, as RESEX marinhas não resolveram diretamente a questão agrária brasileira, uma vez que a posse do território e o uso dos recursos naturais são assegurados pela concessão do direito real de uso. As RESEX marinhas não possuem titulação de terra, como os quilombos⁸⁷, então, o Estado brasileiro estrategicamente resolveu apenas uma demanda da pauta ambiental, que era institucionalizar os territórios de conservação das RESEX marinhas, mas solucionou a questão fundiária.

Olhando para esta questão friamente, sobre a atuação do governo federal daquele período⁸⁸, a concessão de certa forma acalmou os ânimos com relação à questão territorial e fundiária das populações de matriz tradicional. Mas não atacou diretamente o problema, pois a concessão do direito real de uso não assegura a essas populações a titulação da terra, portanto, é um direito precário e vulnerável. Além disso essa condição pode ser

manchete: Subprocurador do TCU volta a pedir afastamento de Ricardo Salles, agora por avanço do desmatamento na Amazônia.

⁸⁷ Instrução Normativa n.º 57, de 20 de outubro de 2009 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.

⁸⁸ Em 1985, mesmo ano em que Sarney toma posse como presidente, o movimento cria o Conselho Nacional dos Seringueiros. Em 1987, após o assassinato de um dos líderes históricos do movimento, Chico Mendes, que provoca uma comoção internacional e o aumento das denúncias contra o desmatamento, o governo cede à demanda social. Ao fim da busca por uma forma jurídico-espacial adequada e dois anos antes da Rio-92, o estatuto que define a reserva extrativista é finalmente concluído e aprovado pelo Decreto 98.897/90; quatro resex são criadas na Amazônia (PROST, 2018, p. 325).

transitória, uma vez que, a qualquer momento uma assinatura emitida pelo governo federal pode mudar ou destituir o território da RESEX marinha. Essa mesma assinatura pode transformá-la em outra categoria de unidade de conservação, o que já se não pode fazer com título de terra. O direito de propriedade privada assegura ao portador da terra que a mesma seja protegida. E diferentemente de uma concessão do direito real de uso, que é um contrato firmado, neste caso entre os extrativistas marinhos e o Estado, contrato esse que pode ser quebrado a qualquer momento, como foi o caso da alteração da poligonal da RESEX Marinha Baía de Iguape para construção do estaleiro naval em Enseada do Paraguaçu, o título de terra reserva ao seu portador o poder exclusivo e privativo da terra.

A propriedade privada é estrutura central em nossa sociedade. Aqui cabe notar a importância que tem a propriedade privada quando esta se refere aos meios de produção, incidindo assim diretamente sobre a vida econômica. A propriedade dos meios de produção de forma privada representa poder privativo, exclusivo dos proprietários. A direito de propriedade é a espinha dorsal do direito privado e sendo assim é importante verificarmos sucintamente as características jurídicas principais da propriedade: a) ela possui o caráter de direito absoluto, visto ser este oponível *erga omnes*, por ser o direito real mais completo e principalmente pelo fato de seu titular poder desfrutar da coisa como lhe aprouver b) a propriedade é perpétua, pois o domínio sobre determinada coisa sobrevive independentemente do exercício fático em razão deste direito; e c) a propriedade possui um caráter exclusivo, isto é, no sentido de que não se admite que mais de uma pessoa possa exercer o mesmo direito sobre determinada coisa (GASSEN, 1994, p. 24-25).

Segundo Prost (2018), o território da RESEX é formado por terras de propriedade pública que são de usufruto de um determinado grupo, sem que o mesmo tenha acesso à propriedade particular. O usufruto concerne no uso dos recursos naturais, recursos comuns a todos, que tem acesso livre ao território da RESEX, sendo a extração dos recursos, manejada sob regras comuns a todos os usuários. De fato, as RESEX brasileiras representam a luta social, coletiva e de classe, dos trabalhadores seringueiros. Sem isso é bem possível que os territórios de conservação talvez nem existissem. Embora sejam territórios institucionalizados pelo Estado brasileiro, o capital natural que estes espaços representam, apontam os desafios, as implicações políticas e econômicas do (re) existir de um território de conservação.

Já é sabido, que as unidades de conservação de uso sustentável, sobretudo às RESEX, estabelecem uma relação respeitosa sob os usos dos recursos naturais e que a permanência das populações de matriz tradicional nestes espaços de natureza assegura sua conservação. Todavia, em muitos casos, a lógica da acumulação tem prevalecido e os espaços de natureza destinados às populações de matriz tradicional, a exemplo das

RESEX marinhas, são constantemente ameaçados pelo fenômeno da carcinicultura, pesca industrial ou pelo capital especulativo. Fica evidente que territórios de natureza, a todo momento são assediados para se tornarem espaços de reserva para os mercados. Becker (2005) já afirmava que a natureza sempre foi vista como um recurso escasso, como uma reserva de valor disponível para exploração do capital e que o uso dos recursos está condicionado ao avanço da tecnologia. Portanto, o território de natureza é sim um espaço de reserva passível de exploração futura pelo Estado e pelos os mercados, seja especulativo ou seja financeiro. De fato, o Estado contribuiu para que essa lógica do assédio sobre as áreas de entorno das RESEX se perpetue. É claro que os interesses econômicos são distintos, mas no caso de Canavieiras, especificamente, há fortes indícios que a expansão da carcinicultura entra diretamente em conflito com a existência da RESEX e do exercício da pesca artesanal, que lógico, possui valores diferentes dos praticados pela criação do camarão em criatórios.

Há provas suficientes de que o poder coercitivo do Estado teve um papel importante na abertura de espaços para o florescimento do capital muito antes de os regimes de propriedade privada se tornarem dominantes. Isso é verdadeiro tanto durante a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa como depois, quando os chineses estabeleceram zonas econômicas especiais para a atividade capitalista no sul da China, a partir de 1980. No entanto, entre os direitos de usufruto e os de propriedade privada há uma abundância de direitos de propriedade comum ou consuetudinários, em geral confinados a uma dada coletividade (como a uma comunidade rural, ou, mais amplamente a todo um regime cultural). Esses direitos não são necessariamente acessíveis a todos, mas pressupõem formas de governo compartilhadas e cooperativas entre os membros da entidade política. O fim dos direitos de usufruto e o infame processo de cercamento dos bens comuns levaram à predominância de um sistema de direitos de propriedade privada individualizada, respaldado pelo poder estatal, como a base para as relações de troca e comércio. Essa é a forma consistente com a acumulação e a circulação de capital (HARVEY, 2016, p. 49, grifo do autor).

O Estado como um agente que estrutura e organiza a vida social permite que cada vez mais os espaços comuns de usufruto de direitos sejam reduzidos, em prol de uma propriedade privada, que anula a existência das relações de coletividade, de troca e de afeto. A citação abaixo diz muito de como o Estado, no exercício do seu poder coercitivo interfere cognitivamente nas relações dos indivíduos e dos sujeitos sociais.

5º CAPÍTULO: O ESPAÇO DE ESPERANÇA: ONDE HABITA A UTOPIA

No plano geral, a utopia é uma construção imaginária que aspira a transformação de uma sociedade ideal, em que sua ordem social, política e econômica seja construída a partir do exercício da coletividade. Acredita-se que o termo foi retirado do livro *Utopia*, de Thomas More, publicado em 1516, cujo significado pode ser entendido como “não-lugar”, “lugar nenhum”. Com o passar dos tempos, o termo utopia foi adquirindo novos sentidos e acepções, como o desejo de mudança, o questionamento sobre a política vigente de um tempo, a projeção futura sobre novos tempos depende das ações no presente ou até mesmo a idealização imaginária que o futuro sempre será melhor. Não à toa, o termo utopia serviu de “nome genérico para designar as ficções políticas”. (PETITFILS, 1982, apud POLAK, 2010 p. 7). Essas acepções de certo modo vulgarizaram o termo, uma vez que ser um sujeito utópico pode expressar distintas compreensões, pejorativas e que menosprezam aquele que traz o novo (FELIPE, 1979). Ser utópico é ser um sujeito sonhador, que delira com suas próprias fantasias? Ou ser utópico é ter esperança que é na caminhada, na união coletiva, que se transforma o presente e constrói o futuro?

Segundo Tragtenberg, as “utopias⁸⁹ revolucionárias são contestações de uma determinada situação histórico-social, no plano do imaginário” (TRAGTENBERG, 1973 apud VALVERDE, 2016, p.11). Portanto, há uma idealização imaginária de uma sociedade mais justa que questiona a ordem vigente e busca garantir a manutenção dos direitos fundamentais sobretudo dos mais pobres, como saúde, moradia, dignidade cidadã, dentro outros.

A utopia também pode ser compreendida como uma manifestação humana projetada e desejada para o futuro, onde a sua concretização pode ou não acontecer, mas ela é sempre seja deslocada para um tempo que não é o presente. Segundo Felipe (1979, p.69)

O termo é utilizado para nomear outros tipos de manifestações humanas, não apenas no campo literário ou filosófico. Entre as novas significações acham-se as de fantasia, ideal, experimento etc. O uso do adjetivo utopia referindo-se à fantasia, denota um juízo de valor a respeito daquilo que está sendo considerado. "Fantasia", pode remeter a sonhos inúteis, quimeras, algo impossível de ser concretizado, e assim por diante. Aquele que designa o

⁸⁹Segundo VALVERDE (2016) o conceito de utopia surgiu no ano de 1516 em um livro do humanista e homem de Estado inglês Thomas More intitulado como: *Livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a ilha da Utopia* até hoje desconhecida.

pensamento de outro ou o seu próprio de utópico significando fantasia, pode estar revelando uma grande resistência à mudança que a utopia enseja.

Embora o desejo utópico tenha sido reduzido como uma aspiração fantasiosa, infantil e jamais palatável no mundo real, para os utópicos a esperança, a generosidade e a ação coletiva produz relações mais equânimes entre os sujeitos. Segundo estudiosos da filosofia, a perspectiva utópica tem como princípio a esperança, pois compreende que através da organização social e política a prosperidade e a igualdade de acesso de direitos virá a todos.

Em verdade, a ideia política de uma vida melhor e justa nutriu o imaginário dos pobres e dos trabalhadores desde seu lançamento, para além do horizonte da Cidade de Deus, firmado por Agostinho de Hipona, no século V d.C., ao tempo em que os bárbaros invadiam Roma. A ideia de utopia esteve adiante das propostas políticas desde o século XVI. Tempos depois, a burguesia, após cumprir seu papel histórico e realizar a sua revolução, principiou por nomear os utopistas de sonhadores, desligados das barras do mundo dito real e interesse econômico, meramente econômico dos negócios e da política (VALVERDE, 2016, p. 9).

Se a esperança sustenta o desejo dos utópicos de caminhar, de buscar novas possibilidades, então, ela, a esperança é a força motriz da utopia. Esperançar não é esperar por algo e simplesmente estagnar e acreditar que as coisas chegarão até você, pelo contrário. Esperançar é justamente movimentar para que aquilo que se deseja possa a vir a acontecer e se transformar.

No meu modo de ver, é assim que Heráclito de Éfeso entende a esperança. Esta não deve ser considerada o desejo de uma “realidade objetiva” que se pode representar no presente e que se pode imaginar como uma recompensa que nos será dada no futuro, nem muito menos “algo concreto”, cuja posse se consegue no fim da caminhada. Por mais obscuro que seja o seu modo de falar, o filósofo de Éfeso nos leva a pensar a esperança sob a forma de uma “disposição interior”, ou de uma “força psíquica”, que sustenta o desejo de caminhar. Neste sentido, a esperança só se concebe enquanto sustenta o desejo de ir na direção de um objeto que não se tem e que se o tivéssemos, extinguiria o próprio élan da esperança (ROCHA, 2007, p.259).

Portanto a esperança não é algo que se finda e se acaba, mas que se transforma e movimenta a vida e a existência dos sujeitos. Ao trazer infinitas possibilidades, a esperança se modifica no tempo e no espaço, logo, o existir é potencializado pelos desejos e pela necessidade de mudança. Desse modo, a esperança é o princípio da utopia mais relevante, pois, além de enfatizar o dinamismo da existência humana, a presença dos ciclos e os distintos caminhos, ele não se cristaliza. Qualquer possibilidade de inércia já deixa de ser esperança, logo, deixa de ser utopia. A figura 3 e 4 são exemplos de como a utopia é possível e pode ser concretizada.

Figura 3: Sede da AMEX: onde habita a utopia



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2021.

É fato: a utopia retira a cegueira ou a ilusão comodista de uma realidade imóvel e que não pode ser alterada, ela não só pode, como transpõe tempos, paradigmas e permite que os sujeitos confiem e acreditem no coletivo. Supõe-se que através da força, da união e da ação coletiva são construídos os laços de confiança entre os sujeitos. Embora a utopia semeie uma rede de esperança, Valverde (2016), aponta: as utopias podem apresentar perspectivas positivas e perspectivas negativas com relação ao futuro e a sua volta, uma vez que horizontes sombrios trazem inseguranças; social e econômica, distopias e desesperança. Logo, tem-se assim, algo muito simbólico com relação ao futuro, pois ele depende muito de qual lente se usa, de total negação e desesperança ou de muita luta e transformação social. Vejam não se trata de uma escolha passiva e subordinada dos acontecimentos da vida cotidiana, mas de como as sociedades lidam com os problemas, logo, isso expõe claramente a condução dos tempos históricos e de seus paradigmas pelas sociedades modernas.

Figura 4: Sede da AMEX: onde há esperança



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2021.

Figura 5: Associação das marisqueiras e pescadores de Belmonte-BA



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2021.

É bem verdade que as sociedades ditas modernas têm vivenciado tempos bem distópicos, em que a realidade se depara com o negacionismo, o crescimento de teorias conspiratórias, o fascismo, a xenofobia, dentro outros aspectos. Claro que estes fatores se tornam mais evidentes em países com regimes políticos autoritários, onde há um forte controle social e muita vigilância por parte do Estado, sobretudo contra dissidentes, ou seja, pessoas que questionam e divergem sobre a condução política e a ausência de democracia destes regimes. A desumanização a dor, a miséria, a falta de liberdade dos sujeitos fazem com que muitos sujeitos se agarrem na luta social como um fio de esperança. O barco de pesca, a embarcação de madeira é a tradução da esperança, ver figura 6.

Figura 6: Embarcação

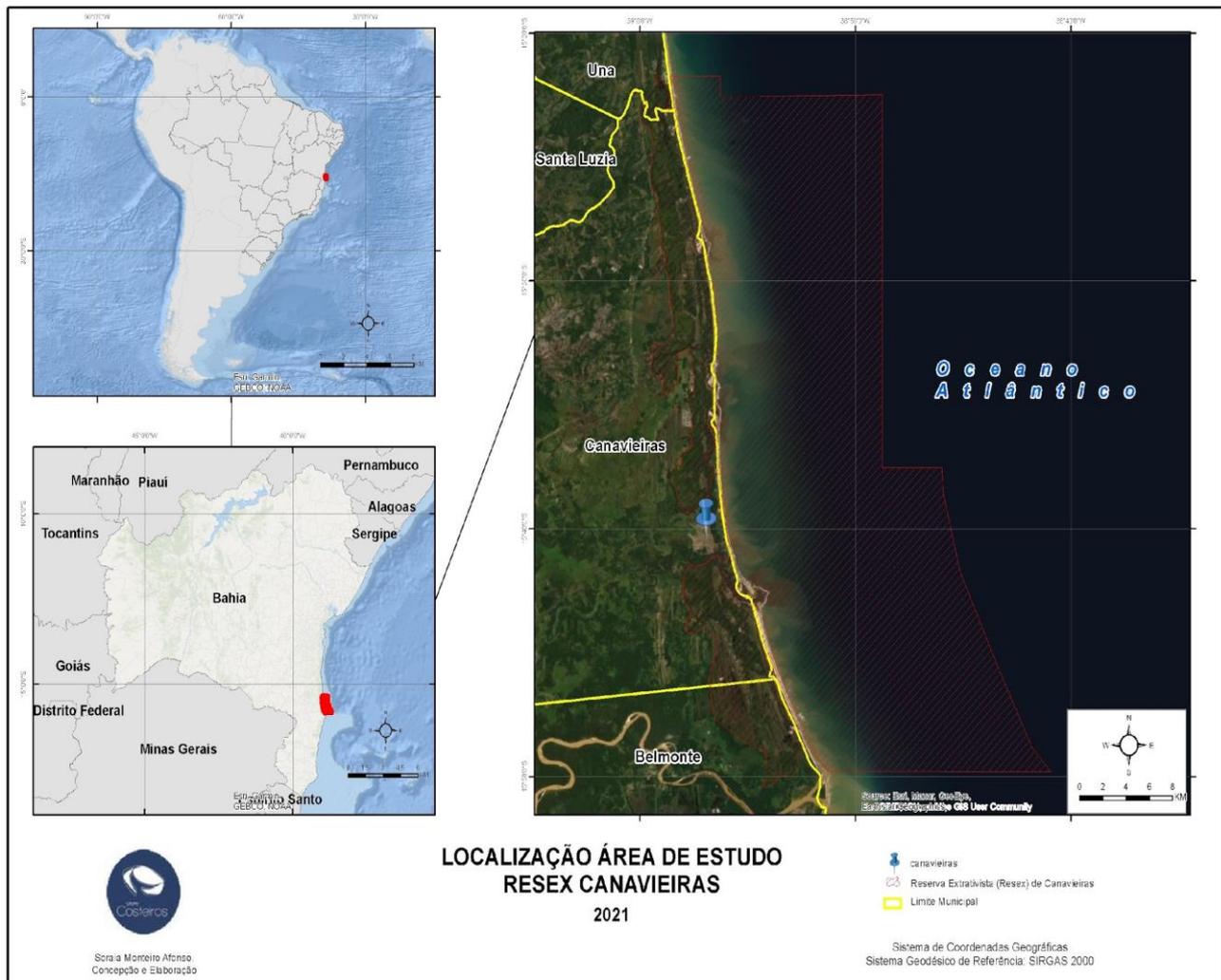


Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2021.

Se a distopia apresenta uma realidade confusa, uma perspectiva de futuro sombrio e amargo, a utopia nutre o imaginário dos sujeitos de esperança, justamente por acreditar que os novos tempos vem dos sonhos e da luta social dos mais pobres. Talvez seja porque esses sujeitos não foram tomados pela amargura e por entender que o sentido da vida está ligado à troca e à construção coletiva. É preciso seguir em frente, mesmo diante de tantas dificuldades é urgente e necessário. Afinal, o espaço da esperança é o espaço onde não só o espaço da rebeldia e onde a crítica se constrói, mas também é o espaço do florescer e das transformações.

5.1 A Reserva Extrativista de Canavieiras: Um Espaço de Esperança?

Mapa 1: Localização Área de Estudo RESEX Canavieiras.



Elaboração e Concepção: AFONSO, Soraia Monteiro.; AFONSO, Leonardo Dias, 2021.

Na Bahia, foram implementadas e institucionalizadas quatro reservas extrativistas marinhas: RESEX marinha da Baía do Iguape, RESEX marinha do Corumbau, ambas no ano de 2000, a RESEX de Canavieiras em 2006 e a RESEX marinha de Cassurubá em 2009. Esta tese centra sua análise apenas na RESEX de Canavieiras⁹⁰, uma unidade de conservação que engloba uma área aproximada de 100 mil hectares, dos quais 85 mil são

⁹⁰RESEX de Canavieiras engloba os municípios de: Belmonte com população de 21.798 habitantes, Canavieiras com população 32.336 habitantes e Una com população 24.110 habitantes. Todos os municípios estão localizados na região cacaueira do estado da Bahia, território de identidade Litoral Sul. Segundo Curado (2014) a região é uma das áreas mais piscosa do estado da Bahia, as principais fontes de renda e sobrevivência da população é a pesca artesanal extrativa marinha e estuarina, em destaque a pesca de peixe e camarão na faixa costeira e a mariscagem de caranguejos e moluscos nos estuários, principalmente nos manguezais da RESEX de Canavieiras.

em área marinha, 12 mil em área de manguezal e três mil em terras continentais da União, que englobam uma pequena parte dos municípios de Canavieiras, Uma e Belmonte. Justamente por existir terras continentais em um território de conservação, os conflitos e os diferentes interesses são objeto de disputa por controle e poder entre políticos e empresários locais *versus* pescadores extrativistas. Mesmo após quase 15 anos de existência, consolidação de lutas e conquistas históricas para as populações extrativistas, a RESEX de Canavieiras ainda tem seu território ameaçado sob a alegação que a existência desta unidade de conservação impede o desenvolvimento econômico local do município de Canavieiras e que um território limitado, ou seja a RESEX, beneficia apenas algumas pessoas do município. Na visão dos políticos e empresários locais, os extrativistas não deveriam ter o direito de uso à RESEX em detrimento do restante da população do município. No entanto, esse argumento não possuiu nenhum estudo com validade técnica e/ou científica que comprove essa afirmação. Segundo o relatório de pesquisa Gestão Territorial e Conflitos Ambientais nas RESEX Marinhas da Bahia do grupo Costeiros/ UFBA (PROST, 2010), a atividade pesqueira é desenvolvida por mais de 2.000 famílias e a pesca é o segundo setor de trabalho após o setor público no município. Portanto, a atividade pesqueira dignifica o trabalho e movimenta economia local, uma vez que boa parte dos pescados extraídos são comercializados no município de Canavieiras, mas também para cidades próximas e em outros estados. Segundo o relato das lideranças locais, camarão e o caranguejo por meio dos atravessadores são vendidos para estados da região sudeste e sul do país. Já o beneficiamento de crustáceos, como o camarão e do siri catado e limpo de Belmonte é vendido para restaurantes e hotéis de Porto Seguro e Eunápolis. A RESEX não só contribuí para proteção da natureza como gera renda para as famílias beneficiárias. Segundo a Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX de Canavieiras (AMEX), compreende 12 organizações comunitárias do território, duas Colônias de Pesca e a Rede de Mulheres Extrativistas Pesqueiras da Bahia.

No município de Canavieiras, uma população pesqueira tradicional está organizada em sete núcleos / comunidades assentados em áreas ribeirinhas e espaço insular, apresentando um aspecto comum: todos utilizam o manguezal para a extração de recursos pesqueiros, tanto para o autoconsumo,[sic] como para a geração de renda, através da comercialização da produção, constituindo um importante setor econômico do município. São elas denominadas Oiticica, Puxim do Sul, Puxim de Fora, Barra Velha, Sede Municipal, Atalaia e Campinhos (MACHADO, 2007, p.17).

Portanto, é bom lembrar que desde 2015 o uso e a exploração do território da RESEX foi cedido às famílias beneficiárias através do Contrato de Concessão de Direito

Real de Uso (CCDRU) que reconhece a população extrativista como responsável pelo território. O CCDRU é um contrato administrativo pelo qual o Poder Público concede a outorga de direitos reais de uso sobre os imóveis da União e de que tenha a propriedade, de forma onerosa ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, cultivo da terra, preservação e permanência das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou entidades sem fins lucrativos ou outras modalidades para o cumprimento de interesse público ou social. O direito de uso e a exploração dos territórios tradicionais é um direito previsto pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, acordo internacional ao qual o Brasil é país signatário e que foi integrado à legislação brasileira, através do Decreto nº 10.008/19. Portanto, a criação de um território de conservação como uma RESEX responde a todos os requisitos de proteção e defesa dos bens naturais, além de manter o princípio de supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

O Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT e tem contribuído, para que diferentes agrupamentos tradicionais passem a se organizar. Além dos indígenas e dos quilombolas, outros grupos culturais tradicionais são reconhecidos, entre os quais, citam-se: pescadores artesanais, pequenos agricultores (agricultura familiar, urbana, agroecológica), quebradeiras de coco babaçu, extrativistas (plantas medicinais, seringais, castanhais), ribeirinhos, faxinais, geraizeiros, sertanejos, cipozeiros, benzedeiros, raizeiros, assentados e acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (SILVA, 175, p.2020).

Embora as RESEX sejam espaços de naturezas juridicamente reconhecidos ainda existe muita resistência sobre a sua institucionalização por parte de gestores federais, estaduais e municipais. Claro que há muito preconceito, desconhecimento e interesses diversos, uma vez que o conflito central é o território sobretudo quando este espaço é destinado para o usufruto das populações tradicionais. Basta observar que muitos destes gestores, quando questionados sobre a importância das RESEX para a defesa e a conservação dos elementos e recursos da natureza; as falas são sempre acompanhadas de argumentos frágeis e em sua maioria, preconceituosos e vitimistas, ao relacionar o fracasso econômico de suas gestões à permanência da RESEX. Vide o caso da prefeitura municipal de Canavieiras, que até hoje culpabiliza e relaciona a delimitação geográfica do território da RESEX com a estagnação econômica do município, o que é uma falácia.

A atividade pesqueira é a principal fonte de renda para muitas famílias do município de Canavieiras / BA, que retiram do manguezal e das áreas

localizadas no seu entorno a maior parte do seu sustento. Este contingente vem aumentando significativamente, decorrente do declínio da lavoura de cacau (principalmente ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX), que dispensou um grande excedente de mão-de-obra. O manguezal se tornou uma fonte de recursos ainda mais importante, e para alguns, a única forma de sobrevivência. Estes indivíduos criaram assentamentos ao longo da zona costeira e estuarina do município, formando grupos, ou agregando-se àqueles já existentes (MACHADO, 2007, p 17).

Por isso, a atividade da pesca artesanal não só movimentava a economia local como dignifica o exercício do trabalho do sujeito pescador. O pensamento construído por esses governantes tem sido o mesmo, de que os territórios de RESEX, assim como os territórios quilombolas ou terras indígenas, não geram renda e são pouco produtivos e o que tem sido produzido dentro destas unidades territoriais não representa um retorno econômico para o país e, conseqüente para o Estado brasileiro. O discurso hegemônico nega a riqueza e a importância da atividade da pesca para sustento e consumo das famílias beneficiárias bem como para os municípios inseridos nas RESEX. Há sempre aquela máxima, de que os territórios de populações de matriz tradicionais impedem o desenvolvimento econômico do país ao prejudicar a expansão do agronegócio, da pecuária e do setor turístico, o que é uma grande mentira. Esses territórios não só protegem a natureza como dinamizam a economia local ou alguém ainda acredita que pescador só se alimenta de peixe? Ou só vive a base de luz de candeiro? Ou não pode adquirir um eletrodoméstico porque isso descaracterizaria sua função social, enquanto sujeito da pesca? Bom, essa é a visão construída e perpetuada por muitos políticos, grupos econômicos e também pelo próprio Estado, que sempre olham para esses territórios como capital natureza, ou seja, um espaço de reserva passível para exploração econômica dos grupos hegemônicos. Não é de se estranhar que os métodos adotados por esses grupos sempre sejam o da desqualificação, da negação, da ilação e até mesmo da mentira.

Os mapas 2, 3 e 4 a seguir demonstram que a atividade pesqueira movimentava a economia local, uma vez que boa parte dos pescados e mariscos extraídos é comercializada em outras partes do país. Claro que a figura do atravessador é questionável, mas ela tem um papel fundamental no processo da venda. O atravessador faz articulação, circulação e distribuição da venda dos pescados para outros estados. É uma relação cheia de críticas, mas como diriam os próprios pescadores é um mal necessário, pois eles já têm uma pessoa certa para vender suas capturas. As críticas são sempre relacionadas ao preço de venda, pois segundo os pescadores, o valor vendido poderia ser maior. Quanto à distribuição, segundo os pescadores, se existisse meios que permitissem uma maior

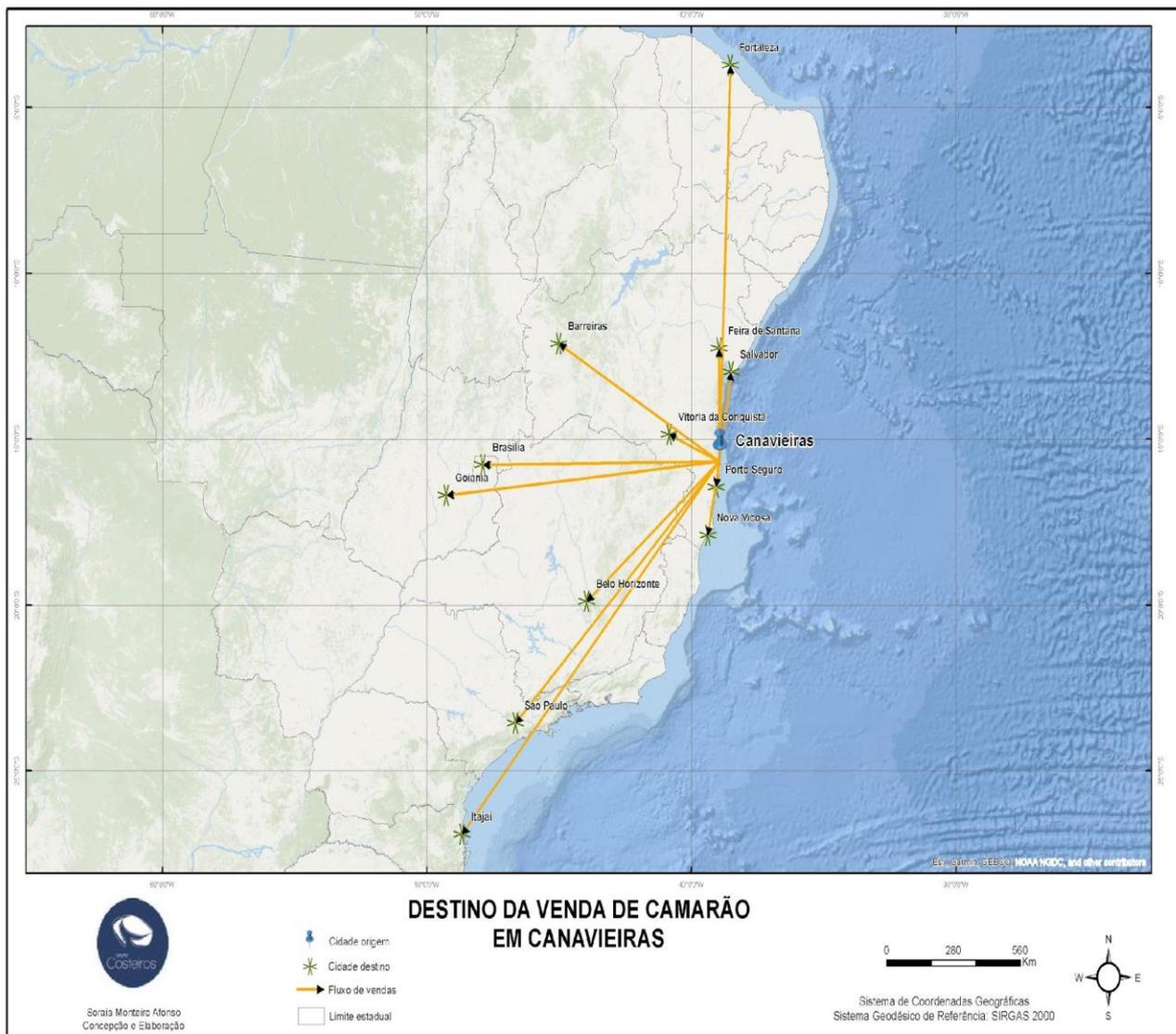
circulação e distribuição⁹¹ dos pescados aumentaria significativamente o rendimento familiar. Ser excluído desse processo só reforça a figura controversa do atravessador, uma vez que os pescados precisam ser escoados para outros locais fora dos limites da RESEX sobretudo para outros municípios. É claro que não se pode negar que, embora o ofício da pesca artesanal siga outras temporalidades espaciais, a circulação da produção está inserida no modo de produção capitalista.

No atual período histórico, a circulação assume ainda mais relevância no conjunto do processo produtivo. As etapas desse processo produtivo – produção, distribuição, troca e consumo – não estão estanques, mas articuladas organicamente no espaço, o que gera um circuito espacial de produção. Portanto, essa é uma teorização que emana da realidade [...] A circulação é cada vez mais caracterizada pela rapidez, alargando o alcance do processo produtivo, que dispersa suas etapas por diversas partes do mundo. O conceito de circuito espacial de produção provém dessa ideia de circulação, dessa condição atual do mundo. Uma dinâmica de um mundo cada vez mais globalizado (MENEZES, 2021, p. 130).

O fato é que os atravessadores obtêm um bom lucro com a compra direta dos pescados nas mãos do pescador, o que permite que eles não só dominem o sistema de vendas, como controlem a circulação e distribuição dos pescados. Fica evidente que os atravessadores lucram com a atividade pesqueira, contudo, ainda sim, essa relação permite que o exercício da pesca artesanal seja mantido. Seja como for, essa relação em nada se aproxima das consequências promovidas pela pesca industrial, pelo agronegócio, pela carcinicultura, pela especulação imobiliária, dentre outros. Ver a seguir nas próximas páginas as figuras 7 e 8, sobre o dia de pescaria farta realizada pelos pescadores artesanais da RESEX de Canavieiras.

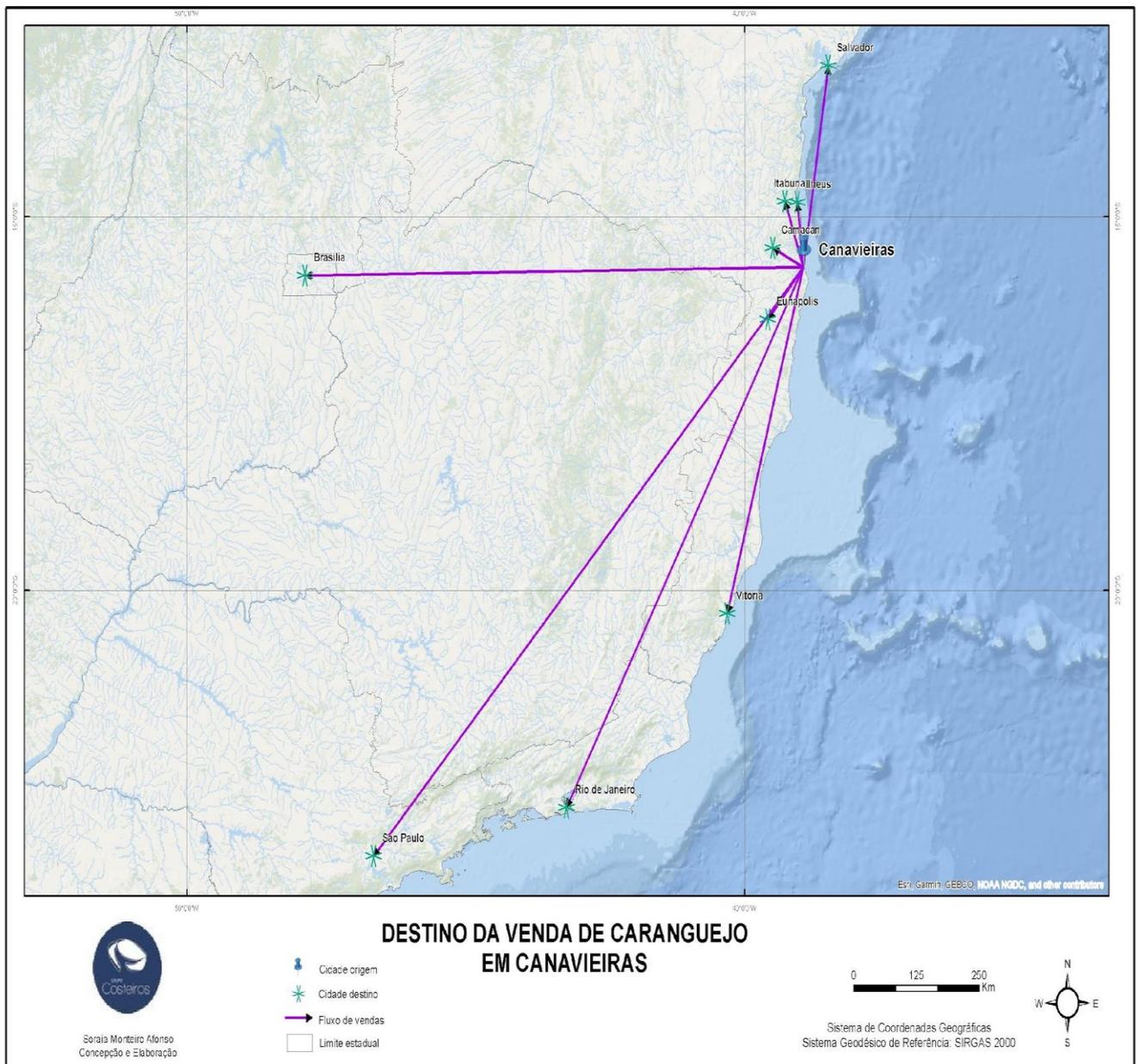
⁹¹Segundo Menezes (2021), o processo produtivo, que é uma totalidade, está dividido em etapas (produção propriamente dita; distribuição; troca/comercialização e consumo final). Desta forma, a distribuição seria uma etapa do processo produtivo. Já a circulação é entendida como algo mais amplo que pode ser o próprio processo produtivo como um todo, perpassa todas as etapas.

Mapa 2 –Destino da Venda de Camarão em Canavieiras



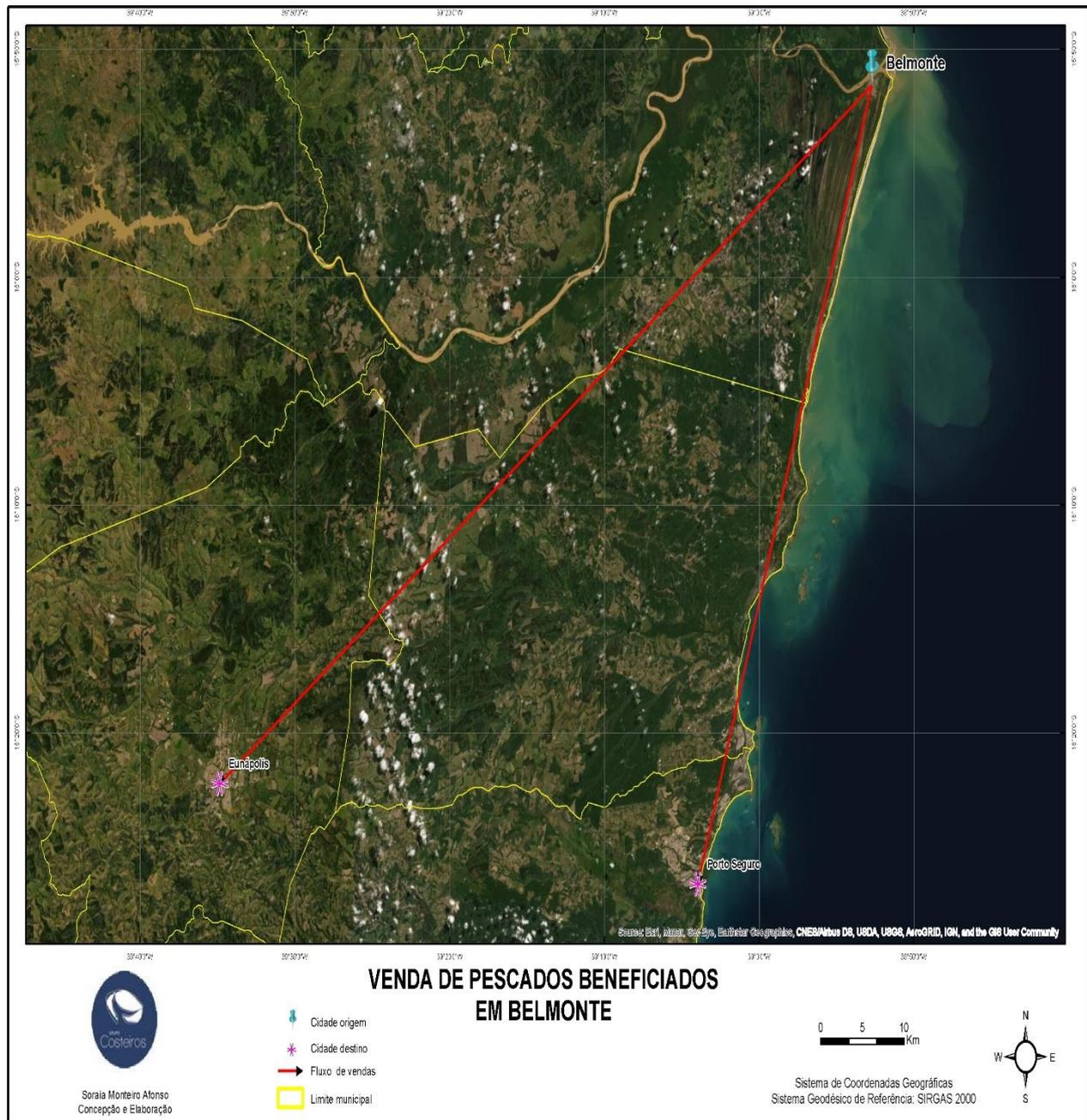
Elaboração e Concepção: AFONSO, Soraia Monteiro.; AFONSO, Leonardo Dias, 2021.

Mapa 3- Destino da Venda de Caranguejo em Canavieiras



Elaboração: AFONSO, Soraia Monteiro.; AFONSO, Leonardo Dias, 2021.

Figura 4: Fluxo de Pescados Beneficiados em Belmonte



Elaboração: AFONSO, Soraia Monteiro.; AFONSO, Leonardo Dias, 2021.

Figura 7: Dia de Pescaria



Foto: Seu Reginaldo, Canavieiras, 2020.

Figura 8: Beneficiamento dos Pescados



Foto: Seu Reginaldo, Canavieiras, 2020.

Portanto, há um nítido conflito de interesses, uma vez que a existência de uma unidade de conservação de uso sustentável esbarra diretamente com um conflito secular no país, o acesso e a posse de terras. Em uma RESEX todos os usuários têm direito de

uso e exploração do território, além de serem integrantes de um conselho deliberativo, em que são representados⁹² os interesses dos usuários. Deste modo políticos, empresários, investidores financeiros são contrários à existência de um território destinado a RESEX, pois julgam ou pelo menos vendem a imagem que os rendimentos de atividades econômicas produtivas como o agronegócio, a pecuária e o turismo geram mais empregos e renda para a população, ou seja, trarão benefícios para os municípios envolvidos e do entorno e conseqüentemente para o Estado brasileiro. É bom frisar que muitos estudos⁹³ discordam dessa premissa, embora políticos locais ainda vendam essa imagem para justificar os fracassos econômicos de seus municípios.

No mapeamento dos Conflitos Socioambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede MangueMar Bahia (S.d.), no que se refere ao Município de Canavieiras o mesmo apresenta que, ainda no ano de 2002, foi observado por pescadores locais a mortandade de caranguejos, peixes e crustáceos no Rio Cedreiro, que depois se estendeu pelo Rio Cotovelo e chegou a Barra Velha e Poxim. E observou-se Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino. Vol. 02, Nº 01, 1º SEM/2011 68 ainda que próximo a uma fazenda de carcinicultura, em Poxim, estava sendo despejados efluentes contaminados. Nesse mapeamento vem elencado, para o Município de Canavieiras, um conjunto de impactos, e que são listados a seguir: Interdição de acessos a manguezais e portos por cercas e tanques; Construção de barreiras entre tanques e estuário e que vieram a se romper permitindo assim o escape da espécie exótica de camarão *Litopenaeus vannamei* para o rio da Barra Velha, o que possivelmente veio trazer algum impacto na cadeia trófica; Desmatamento de manguezais dentro da Resex; Implantação de fazendas de camarão sobre áreas de apicum, habitat do guaiamu, o qual apresentou significativa redução na sua população; Assoreamento do manguezal, pelo

⁹²O Conselho Deliberativo é constituído por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e agentes econômicos, assim como de uma maioria formada por representantes das populações tradicionais da Unidade (BRASIL, 2007).

⁹³Segundo o site do Observatório do Clima (2018), a análise feita pelo economista Carlos Eduardo Young, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a riqueza gerada pela pecuária no Brasil passou de pouco mais de R\$ 48 bilhões no início deste século para R\$ 400 bilhões em 2015, contribuindo com cerca de 30% do PIB do agronegócio, de acordo com dados da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). Foi o período de maior alta na série histórica do setor, embora os postos de trabalho não refletirem essa tendência de alta da produção. A pecuária e a pesca empregariam 8,5 milhões de pessoas em 2000, mas reduziram os postos de trabalho para 6,7 milhões em 2015, segundo o IBGE (2017) demonstra uma baixa de 21%. A análise concluiu que nenhum setor desempregou mais do que a pecuária e a pesca no período, considerando que a pesca representa um percentual muito pequeno do total. Vale ressaltar que a análise trata de pesca industrial e não artesanal. Informação acessada no site <http://www.observatoriodoclima.eco.br/pecuaria-multiplicou-renda-mas-desempregou-21-diz-economista/>

deslocamento de areia utilizada nas barreiras para o estuário em Poxim; Drenagem de várias áreas úmidas (brejos e lagoas) onde os peixes se reproduziam e os rios próximos ficaram assoreados; Contaminação de águas de rios pelas águas lançadas sem tratamento pelas fazendas no momento das despescas; Destruição de imensa quantidade de alevinos e outros micro-organismos quando bombeados para dentro dos tanques; e morte de outros no momento das despescas (AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2011, p.68-69).

Portanto é sabido que, antes da RESEX, os impactos ambientais sobre os ecossistemas marinhos eram mais frequentes e intensos. Desta forma a RESEX não só assegura a conservação da flora e da fauna, como permite que os processos sociais e naturais das populações de matriz tradicional extrativistas sejam realizados e materializados em sua territorialidade cotidiana. Todavia, os diferentes usos do território passam a ser mais um motivo de conflito entre extrativistas marinhos e os demais agentes sociais do território, sobretudo pelo o poder público local, que enxerga a RESEX como empecilho para suas ambições políticas.

No tocante a Canavieiras⁹⁴, tramita na Câmara de Deputados do Senado Federal o Projeto de Lei 3068/2015 de autoria do deputado federal Sérgio Brito - PSD/BA que visa a mudança de categoria da unidade de conservação⁹⁵ RESEX para APA⁹⁶ (Área de Proteção Ambiental). O projeto de lei tem:

[...] como objetivo criar Área de Proteção Ambiental – APA - nas regiões de Canavieiras, Belmonte e Una, no Estado da Bahia, com uma área aproximada de 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares). [...] O projeto de Lei alega que a criação da RESEX inviabilizou o turismo, maior vocação econômica da região, principalmente no que tange à construção de estabelecimentos comerciais, hotéis e pousadas, assim como as suas respectivas obras de infraestrutura realizadas pelo poder público. (PROJETO DE LEI Nº 3068/2015).

A mudança de categoria compromete seriamente os fins e os anseios de uma RESEX, pois a APA é uma categoria que permite uma maior flexibilização da legislação ambiental e exploração dos recursos naturais sobre os usos dos “territórios protegidos”.

⁹⁴No caso do município de Canavieiras, o declínio do ciclo econômico do cacauero e a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (Estados Unidos) em 1929 foram fatores contribuintes para a estagnação econômica do município. Fatores históricos comprovam as consequências do investimento na monocultura do cacau.

⁹⁵Recentemente do deputado federal Uldurico Júnior do PROS (Partido Republicano da Ordem Social) tem apoiado a recategorização da RESEX de Canavieiras para uma APA (NUNES, 2018).

⁹⁶A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, constituída por terras públicas ou privadas, podendo ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada, com um certo grau de ocupação humana. Possui atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (SNUC – Lei 9.985/2000).

Além disso, o projeto de Lei 3068/2015 tenta sobrepor uma legislação federal, visto que a RESEX de Canavieiras foi criada através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002. É bom lembrar que a APA, embora seja categoria de Unidade de Conservação Federal, não se adequa às necessidades, objetivos e anseios de uma RESEX florestal ou marinha. Estudos sobre o Litoral Nordeste da Bahia⁹⁷ comprovam que qualquer atividade que parcele o solo urbano, através de loteamento em áreas, tem provocado a especulação fundiária e conseqüentemente, imobiliária, resultando na expulsão e na segregação das populações locais. Embora as atividades, a exemplo do turismo em “massa” e a carcinicultura, causem fragilidade ambiental e que, portanto, remetem à legislação federal, estadual e municipal específicas, estudos recentes apontam que as APAs não têm sido geridas com a obediência e o rigor exigido pela legislação ambiental brasileira.

Em consequência a existência da RESEX de Canavieiras encontra-se ameaçada em prol dos interesses de empresários do agronegócio, da carcinicultura, dos especuladores imobiliários e dos políticos locais, que julgam necessária a mudança de categoria para que tenham mais facilidades para instalar supostos empreendimentos que propiciam o “progresso” da região, -mas que na verdade repercutem negativamente nos territórios de conservação e na natureza. Essa mudança permite a perda dos territórios de RESEX e a expulsão das populações extrativistas⁹⁸ da UC. Algo muito grave, pois os espaços destinados RESEX, os elementos da natureza são protegidos, conservados e explorados dentro de uma lógica que respeita o tempo de regeneração dos ecossistemas florestais e marinhos. Segundo os estudos de Nascimento e Domínguez (2010), as normas ambientais ainda são insuficientes para assegurar a proteção e conservação que demandam os ecossistemas florestais e marinhos da Região Sul da Bahia.

A forte pressão voltada para a aquisição de terras na Região Sul – visando a política governamental de reforma agrária nos anos 80 –, resultou no aumento do desflorestamento, principalmente quando o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA classificou as áreas de Matas como terras subutilizadas. Este tratamento do INCRA com relação às florestas/matias contribuiu para que os proprietários de terra com cobertura florestal explorassem seus recursos madeireiros [...] A partir da década de 1990, houve uma redução das áreas de pastagem em Belmonte, época do avanço das áreas de silvicultura. Em Canavieiras, as áreas de pastagem continuaram a crescer, passaram de 34.480 hectares (25,1 % da área do município), em 1990, para 54.300 hectares (39,5 % da área do município) em 2005, configurando o

⁹⁷Tese de doutorado: Fragmentação e Segregação Sócio-Espacial no Processo de Urbanização do Litoral Nordeste da Bahia: Os Dois Lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco” (MAGALHÃES, 2015).

⁹⁸Podem ter acesso ou usufruir diretamente de algum recurso da unidade de conservação de uso sustentável, RESEX.

intensificar-se da supressão da cobertura vegetal (NASCIMENTO; DOMÍNGUEZ, 2010, p. 99-100).

Sem dúvida nenhuma, a organização do espaço define como as organizações de forças agem sobre o território. Para Santos (2004), o espaço não depende exclusivamente da estrutura econômica, mas da distribuição dos instrumentos de produção, que por conseguinte promoverá a modificação no espaço total, constituída por meio da relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Desse modo, cada uso do território e cada mudança das relações sociais são condicionantes para o processo de produção, reprodução e transformação dos modos de produção. Cada novo ciclo econômico exprime uma conjuntura social sobre a dimensão social do espaço e sobre os usos do território.

Portanto o “[...] modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator” (SANTOS, 2001, p. 32).

Desse modo, chega-se à conclusão que nem os espaços nem os homens (indivíduos e sujeitos sociais de direito) são neutros; todo ser no mundo se posiciona ideologicamente, movido pelo desejo inerente a qualquer ser social, neste caso o conflito central é pelo uso do território. A RESEX de Canavieiras é a expressão desse desejo por parte dos extrativistas que, perante as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas em seu entorno, fortaleceram o território da RESEX contra a influência dos agentes econômicos hegemônicos externos. Sua relevância e atuação política⁹⁹ diante das demais reservas extrativistas do Estado da Bahia refletem o processo de movimentação social e política dos seus usuários. Assim, os extrativistas são sujeitos de direitos conscientes da sua relação com a natureza, das suas práticas sociais, do seu modo de produção e por isso, reforçam aspectos imateriais importantes do cotidiano no território, como o trabalho e as relações sociais. Este tipo de racionalidade confronta e ao mesmo tempo questiona o atual modelo institucional das RESEX marinhas adotado no Brasil, inclusive na Bahia, uma vez que a ameaça dos seus territórios tem sido uma constante. No caso da reserva extrativista de Canavieiras, a tramitação do PL 3068/2015, em decorrência da mudança de categoria de unidade de conservação de uso sustentável de RESEX para APA, torna o território de conservação vulnerável frente às ambições políticas e o capital especulativo, que a todo momento reforça a ideia de capital natureza

⁹⁹Algumas lideranças da reserva extrativista marinha de Canavieiras integram a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM.

sobre a permanência da RESEX. Apesar da pouca atenção e da atuação das políticas públicas ambientais para populações de matriz tradicional, a exemplo dos extrativistas marinhos, a RESEX de Canavieiras ainda é um exemplo na luta pelos territórios¹⁰⁰ destinados à conservação dos elementos da natureza e dos saberes tradicionais das populações extrativistas enquanto sujeitos ligados ao mar e à terra. A AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas da Reserva Extrativista de Canavieiras - é uma prova que a articulação e a luta política dos extrativistas pelos territórios marinhos e costeiros não se limitam à ordem do Estado¹⁰¹, muito menos aos limites geográficos de uma poligonal. A vida na RESEX é muito maior que a imposição e o aprisionamento institucional que algumas leis e políticas públicas brasileiras constituem e executam. Se territórios são conquistados no embate das forças políticas, sua manutenção vai ser, também, resultado da organização e resistência permanente do grupo social e da decisão do como gerir, viver e produzir nestes territórios (GERMANI, 2010, p.286). Ver a figura 9, 10, 11 e 12 que traduzem o espírito de luta e (re)existência dos extrativistas de Canavieiras.

¹⁰⁰Territórios pesqueiros.

¹⁰¹Direcionamento adotado dentro de uma política de Estado.

Figura 9: Algumas Conquistas da RESEX de Canavieiras

ALGUMAS CONQUISTAS DA RESEX DE CANAVIEIRAS



HABITAÇÃO:

Através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foram construídas casas para mais de 400 famílias extrativistas e da agricultura familiar, entre os anos de 2009 e 2014.

CRÉDITO DE APOIO INICIAL (INCRA)

Mais de 700 famílias foram beneficiadas com crédito de R\$ 5.200,00 para apoiar a produção pesqueira e da agricultura familiar. Todos os materiais (freezer, motor, canoa, etc) foram comprados no comércio local, injetando mais de 3,6 milhões na economia da região.

BOLSA VERDE

Programa de Apoio à Conservação Ambiental implementado em 2012, contribuiu com a melhoria da condição de vida e elevação de renda da população extrativista.

APETRECHOS DE PESCA

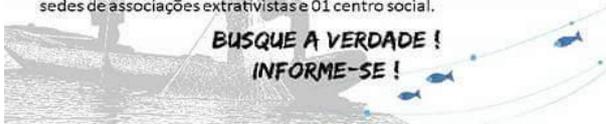
Através de convênios com o Governo do Estado, foram conquistados apetrechos de pesca via:

- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) - linha, anzol, chumbo, colete salva-vidas, motor de rebeta, etc, beneficiando mais de 300 famílias.
- BAHIAPESCA - cerca de 250 famílias adquiriram caldeirões, freezer e motor de rebeta.

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - PCAP

Através do programa foram construídas e/ou reformadas e ampliadas 08 sedes de associações extrativistas e 01 centro social.

**BUSQUE A VERDADE !
INFORME-SE !**



CHEGA DE BOATOS !

SE LIGA CANAVIEIRAS !

A RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS

Criada em 5 de junho de 2006, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que abrange parte dos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una - Bahia. Com 100.645,85 hectares de manguezais e rios, ilhas costeiras e oceano Atlântico. A RESEX de Canavieiras nasceu a partir da demanda de comunidades tradicionais extrativistas pesqueiras e beneficia mais de 2.000 famílias.

Seu principal objetivo é assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, protegendo e garantindo os modos de vida e a cultura das populações tradicionais que historicamente vivem nesse território.

A gestão da RESEX é compatilhada e se ampara em alguns instrumentos como o Acordo de Gestão, mas...

VOCÊ JÁ LEU O ACORDO DE GESTÃO ?

O Acordo de Gestão é o documento que contém as regras construídas e definidas pela população tradicional beneficiária juntamente com o ICMBio e trata das atividades tradicionalmente praticadas, do manejo dos recursos naturais e do uso e ocupação da área, conciliando tais atividades com a conservação ambiental e cumprindo a legislação.

Foi elaborado entre os anos de 2016-2017, através de 12 oficinas com mais de 400 diferentes extrativistas e 01 Assembleia Intercomunitária com 154 participantes. Sendo publicado após aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Desde que foi publicada (12/04/2018 na Portaria 313 do ICMBio), setores que se opõem a RESEX iniciaram uma campanha difamatória, deturpando seu conteúdo e inflamando a população local para se opor a Reserva Extrativista e sua População.

Alertamos que as distorções feitas por esses setores são intencionais, não correspondem à realidade e parecem atentar contra a inteligência do povo de Canavieiras, Una e Belmonte !

OS BOATOS:

NÃO TEREMOS MAIS DESENVOLVIMENTO E NEM PROGRESSO !

SERÁ PROIBIDO IR NA BARRA !

A PESCA ESPORTIVA SERÁ PROIBIDA !

O TURISMO SERÁ PROIBIDO !

SERÁ PRESO QUEM COMER CAXANDO !



A VERDADE SOBRE ALGUMAS QUESTÕES DO ACORDO DE GESTÃO:

PROBLEMAS LEVANTADOS PELAS COMUNIDADES NAS OFICINAS:	PROPOSTAS DAS COMUNIDADES PARA O ORDENAMENTO:	COMO ESTÁ NO ACORDO DE GESTÃO:
ROUBO DE FRUTAS NAS COMUNIDADES PARA VENDA	PERMITIR QUE SOMENTE EXTRATIVISTAS UTILIZEM DE FORMA COMERCIAL AS FRUTAS	PROIBE A COLETA POR FAMÍLIAS NÃO BENEFICIÁRIAS
PESCA ESPORTIVA: EMBARCAÇÕES DE FORA LEVAM TODO PESCADO, INCLUSIVE NO DEFESO E NÃO DEIXAM NADA NA CIDADE.	PERMITIR A PESCA ESPORTIVA PESQUE E SOLTE PARA EMBARCAÇÕES DE FORA E COM COTA DE 5KG PARA EMBARCAÇÕES LOCAIS	A PESCA ESPORTIVA SOMENTE SERÁ PERMITIDA NO REGIME PESQUE E SOLTE COM O ACOMPANHAMENTO DE BENEFICIÁRIO.
CAPTAÇÃO DE ÁGUA RICA EM OVAS DE PESCADO E DESPEJO DE ESGOTO E EFLUENTES VINDOS DA CRIAÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS DENTRO DOS RIOS	EXIGIR AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DOS RIOS E PROIBIR JOGAR EFLUENTES E ESGOTO NA RESEX	FOI MANTIDA A PROPOSTA ORIGINAL
PROBLEMAS DE CARROS EM ALTA VELOCIDADE NA AREIA DA PRAIA	REGRAR O USO DE CARRO NA AREIA DA PRAIA	PROIBIR VEÍCULOS NA AREIA DA PRAIA DA RESEX (LEI FED. ANTERIOR A RESEX)
USO DESORDENADO DA LAMA NEGRA E FALTA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO NA RESEX	GARANTIR O TURISMO SUSTENTÁVEL E POSSIBILITAR O FORTALECIMENTO DO EMPREENDEDORISMO LOCAL TURÍSTICO	FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO

DESFAZENDO OS BOATOS SOBRE O ACORDO:

NINGUÉM SERÁ PRESO POR CHUPAR CAXANDÓ, CAJÚ OU QUAISQUER OUTRAS FRUTAS NA RESEX;

NINGUÉM SERÁ PROIBIDO DE PESCAR NA PRAIA, BARRANCO, BARRA, RIO, DE CANIÇO, DE FORMA DESEMBARCADA. A RESEX NÃO ENGLOBA OS RIOS PARDO, CIPÓ E SALSA, DA ILHA NÁUTICA RIO ACIMA;

QUEM É A FAVOR QUE SE JOGUE ESGOTO E VENENO NOS RIOS? QUE DESENVOLVIMENTO É ESSE? SERÁ QUE AS COMUNIDADES ERRARAM E A MAIORIA GOSTA DE RIOS POLUÍDOS? E COM LIXO ?

NINGUÉM SERÁ PROIBIDO DE IR PARA AS BARRAS. É NECESSÁRIO EXIGIR QUE MELHOREM OS ACESSOS !

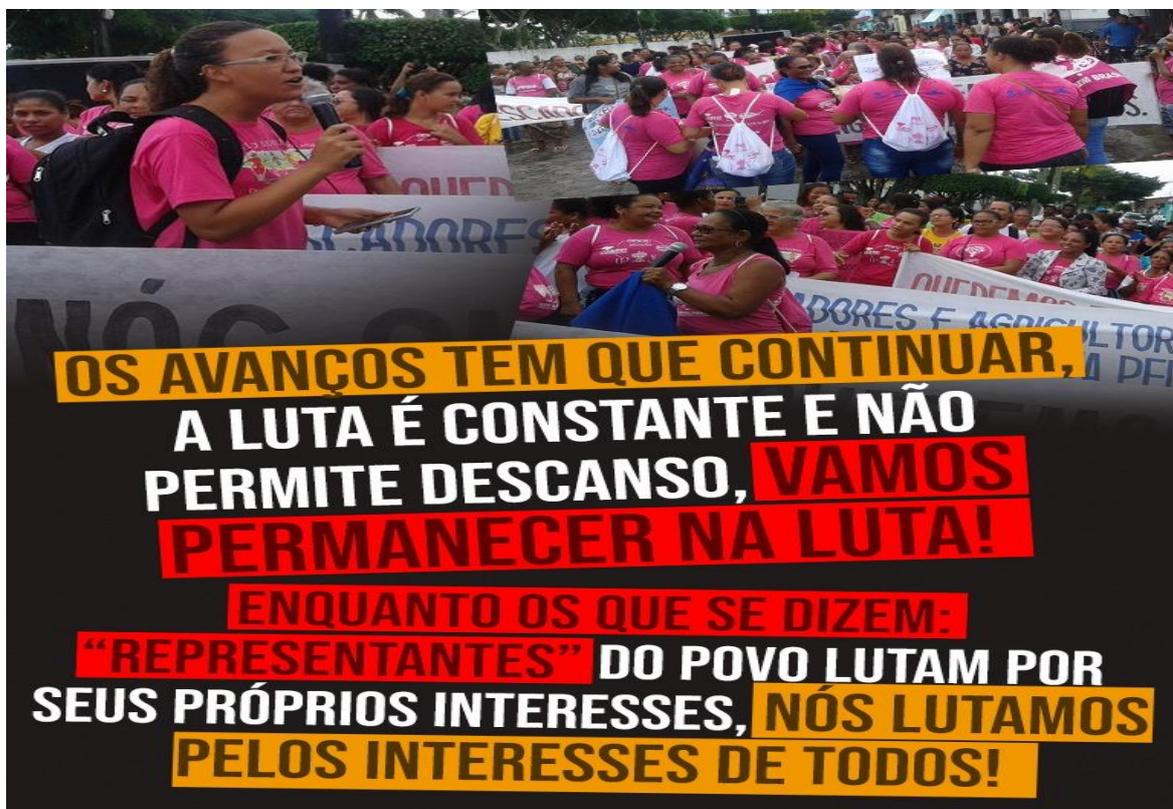
NÃO IMPEDE O TURISMO E GARANTE QUE LANCHAS, RESTAURANTES, Pousadas que estão operando e sendo construídas pelas comunidades sejam mantidas e incentivadas;

Figura 10: Ato Público dos Extrativistas



Fonte: AMEX, 2018.

Figura 11: A Luta é Constante



Fonte: AMEX, 2018.

Figura 12: RESEX para sempre!



Fonte: AMEX, 2019.

Toda essa singularidade demonstra que a RESEX de Canavieiras é um território particular, que luta pela sua (re)existência, portanto, a recategorização desta unidade ameaça todo o legado das RESEX brasileiras, pois abre um precedente para outras mudanças sobre as UCs de uso sustentável no país. Cabe igualmente lembrar que no dia 02 de abril de 2019 foi publicada uma reportagem no site O ECO sobre o projeto de Lei nº 1551 de 19 de março de 2019 que visa acabar com as Reservas Legais no Brasil. O projeto é do senador Márcio Bittar (MDB/AC) que apresentou suas propostas no plenário do Senado Federal com a seguinte alegação: o cumprimento do Código Florestal (1965), lei modificada pelo Congresso Nacional em 2012, tem sido um impeditivo para a expansão do agronegócio (O ECO, 2019). Todos esses precedentes têm confrontado os instrumentos legais dos espaços destinados às unidades de conservação, seja de uso sustentável, seja de proteção integral e, logo, sem oferecer garantias que os elementos da natureza serão protegidos. Segundo estudos de Nascimento e Domínguez (2010), as

normas ambientais ainda são insuficientes para conter o avanço da silvicultura/monocultura de eucalipto¹⁰².

“[...] o município de Belmonte dispõe da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santo Antônio criada pelo Decreto Estadual no 3.413/94, com uma área total de 23.000 hectares. Desta APA, 50% encontram-se no município de Belmonte e 50% no de Santa Cruz Cabralia. Localizada principalmente em Canavieiras foi criada a RESEX, por Decreto Federal de 05/06/2006. Possui a área total de 100.000 hectares, sendo 15.000 hectares de terras continentais. Deste modo, apenas 7,8% dos municípios de Belmonte e Canavieiras estão protegidos por Unidade de Conservação” (NASCIMENTO; DOMÍNGUEZ, 2010, p. 99).

É bom ressaltar que o sucateamento e o desmonte do ICMBio¹⁰³ torna frágil e vulnerável este modelo de UC diante das ambições políticas e eleitoreiras. Por isso a luta pelo território da RESEX de Canavieiras reflete um grave problema no país: os conflitos fundiários. O Brasil sustenta o modelo de concentração fundiária no campo e na cidade. Menos de 1% das propriedades rurais no país possui o tamanho superior a mil hectares, mas essas mesmas propriedades ocupam 43% da área ocupada por estabelecimentos rurais, portanto, a desigualdade no acesso à terra tem gerado inúmeros conflitos fundiários (TERRA DE DIREITOS, 2018). A RESEX de Canavieiras engloba uma área de terra, o que dá poder de gestão aos extrativistas sobre os usos do território, como o processo de apropriação e domínio social do território. Portanto, o exercício do poder e do controle do território, gera um campo de forças, em que cada grupo social externaliza seus anseios e racionalidades de diferentes maneiras. Justamente por isso que, cada grupo social produz no território distintamente; suas temporalidades, formas de produzir e existir no mundo refletem sua organização no espaço geográfico.

¹⁰² Segundo o Estudo de Sapucaia (2016) a monocultura do eucalipto tem se espalhado pelo país, principalmente no extremo sul e sul do estado da Bahia, dando ao Brasil o título de 4º maior produtor de celulose no mundo, com 14.164 mil toneladas produzidas no ano de 2010. Segundo a autora foram instalados em diversas partes do país, empresas e monocultivos de eucalipto. Sapucaia afirma que o monocultivo de eucalipto tem produzido diversos fenômenos como a intensificação do processo de grilagem, provocado diversos danos ambientais, descumprimento de leis ambientais, além do fortalecimento do latifúndio em detrimento de políticas de distribuição de terras com fins de reforma agrária e demarcação de terras quilombolas.

¹⁰³ A indicação do novo presidente do ICMBio gerou duras críticas dos servidores do órgão e de ambientalistas. Segundo o portal G1 do dia 25 de maio de 2018, servidores do ICMBio fizeram um protesto contra a indicação do novo presidente (MARINHO, 2018). Segundo a reportagem, o mesmo não é servidor do Instituto, não possui experiência na área ambiental. Em reportagem do blog Correio Brasiliense, do dia 24 de maio de 2018 esta seria a nova tentativa do partido PROS (Partido Republicano da Ordem Social), partido aliado da base governista do presidente Michel Temer assumir o controle sobre o ICMBio, responsável por parques nacionais e unidades de conservação de uso sustentável. O ICMBio seria a cota do partido para compor a base do governo no esforço do Palácio do Planalto resgatar o pouco apoio existente no Congresso. A indicação anterior para o cargo, também foi rechaçada pelos servidores da instituição, uma vez que se tratava de uma cota da bancada ruralista. Hoje sabe-se que o Pros integra a base aliada do governo do então presidente da república federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Segundo Santos (2006a), cada fração do processo reflete um momento histórico e o uso produtivo de um segmento do espaço, pois corresponde às condições existentes de um dado momento econômico ou social. Desse modo, as heranças resguardadas pelos tempos históricos representam a ação do modo de produção sobre o espaço em um dado momento. Assim, cada objeto geográfico tem um valor, que se manifesta através da sua formação econômica e social. Se cada grupo social apresenta formas distintas de organizar o espaço, logo, essas transformações trouxeram mudanças não só para o espaço geográfico, mas para a organização e para a divisão do trabalho. A ação do movimento social é uma prova concreta disso, possibilitou essa mudança na divisão do trabalho e na organização do espaço.

Essas mudanças ficam evidentes, quando se contextualiza o processo histórico e econômico do município de Canavieiras. Desde a década de 1960, o município de Canavieiras sofre com ocupação de terras em virtude das pastagens e nos anos 2000, com o avanço do eucalipto. O município vivenciou momentos de apogeu econômico com o ciclo do cacau, mas também seu declínio e outras combinações de formas espaciais como a extração de minérios. Estas mudanças mostram como a combinação de formas espaciais e técnicas contribui para a formação de um atributo do espaço, pois a função da forma social de cada objeto está ligada a seu momento histórico. A existência da RESEX em Canavieiras esbarra em um conflito de interesse em torno da exploração do território. Ver a figura 13, pescadores artesanais da RESEX de Canavieiras em audiência pública da Assembleia Legislativa da Bahia.

Figura 13: Audiência Pública Assembleia Legislativa da Bahia



Foto: Soraia Monteiro Afonso, 2018.

Essa realidade revela a fragilidade em que estão expostas as UCs de uso sustentável no país e os muitos conflitos com relação à manutenção dos territórios de RESEX no Estado da Bahia. Mesmo com o SNUC (Sistema de Unidades de Conservação), as ameaças e invasões sobre UCS no Brasil são recorrentes. Segundo Dumith (2014), os maiores problemas enfrentados pelos extrativistas de Canavieiras estão ligados à carcinicultura, à pesca industrial e à consequente apropriação das áreas de mangue e à ampliação do mercado hoteleiro de luxo. Todas essas transformações espaciais e sociais nas áreas de entorno da RESEX têm se tornado uma ameaça para a subsistência das populações extrativistas de Canavieiras, em especial, os pescadores artesanais.

Mesmo categorizada como UC de uso sustentável, a RESEX de Canavieiras tem sido constantemente assediada pelo capital financeiro que circula no entorno de seus territórios, com a conivência do Estado e do governo municipal. Essa tentativa de desqualificar a existência da RESEX cria um sentimento hostil contra a unidade de conservação, levando a população a acreditar que o fracasso econômico local foi ocasionado em decorrência da institucionalização de uma unidade de conservação de uso sustentável. Por isso, a existência de conflitos territoriais e ambientais cria um contexto menos favorável à organização dos sujeitos em favor da conservação dos elementos da natureza e, logo, dos seus territórios.

A ambição política do Estado produz contradições necessárias à reprodução capitalista: ao mesmo tempo em que se cria uma unidade de conservação de uso sustentável, a exemplo da RESEX de Canavieiras, existe uma relação de produção, apropriação e controle dos elementos da natureza enquanto recursos inseridos no processo capitalista. Até mesmo a possível mudança de categoria (RESEX para APA) para atender os anseios dos grupos hegemônicos locais pode ter sido vislumbrada antes mesmo da institucionalização da RESEX. Isso não é uma verdade absoluta, mas é algo que não pode ser descartado no processo de acumulação do capital, pois o Estado pode criar situações favoráveis à produção de espaços de reservas para futuramente serem explorados ou especulados, desde que comunguem com seus interesses.

Estas múltiplas contradições e dualidades estão adequadas a um sistema de produções, reestruturação, crescimento e acumulação do capital que não deve ser ignorado, pois a acumulação de capital produz a espoliação. O Estado é um instrumento direto ou indireto da realização local das forças externas; ele é também levado a se adaptar às exigências que nascem de suas próprias relações internas. Em vista disso o Estado cria novas formas espaciais fixas e incorpora ao espaço as rugosidades¹⁰⁴ já existentes, dando novos significados e sentidos, de modo que passado e presente se combinem e atendam suas necessidades. Essas ações registram restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados e que, portanto, impactam diretamente na organização do espaço geográfico (SANTOS, 2004). Seja como for, as decisões passadas e atuais de um Estado capitalista, como no Brasil funcionam em escalas diferentes (global, nacional, regional e local) e tem forte relação as demandas do capital financeiro e especulativo.

“O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos

¹⁰⁴Conceito desenvolvido pelo professor Milton Santos, a rugosidade é entendida como um conjunto experiências múltiplas produzidas e transformadas por meio das ações humanas. Essas ações são produzidas no decorrer do tempo histórico, pois as sociedades imprimem suas marcas no espaço geográfico através da técnica, da tecnologia, da cultura e dos costumes. Logo as rugosidades não se restringem somente aos elementos fixos de diferentes tempos históricos, mas também no plano simbólico das sociedades humanas. As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço.

tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.” (SANTOS, 2008, p.140).

Por tudo isso é um equívoco acreditar que o “progresso” traz dignidade para os sujeitos, pelo contrário, a estrutura social é modificada, as relações entre os sujeitos são abaladas, a prática dos grupos e os modos de produção são diretamente afetados pelo aumento da desigualdade social e dos conflitos sobre os usos sobre o território. Quando os sujeitos são espoliados de seus territórios, forçados a romper com seus valores e são tratados como valor de troca, o conflito se instaura. A espoliação é um fator muito utilizado na lógica capitalista, não diferente na RESEX de Canavieiras, em que pescadores artesanais lutam para manter seus territórios tradicionais de uso, moradia e sustento; e do outro lado, segmentos políticos e econômicos como carcinicultores, empresários, especuladores de terra e políticos se interessam nesses territórios para a implantação de projetos de criação de camarão e especulação imobiliária, dentre outros (CURADO, I., 2014).

A relação de apropriação desenvolvida por essas comunidades com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade, conhecimento e, principalmente, respeito, através dos quais são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional e caracterizam suas territorialidades [...] Os territórios pesqueiros têm sido frequentemente ocupados/expropriados/modificados em decorrência da inserção de empreendimentos industriais. Essa tem sido uma das principais causas das disputas e conflitos territoriais, vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras no litoral do Estado da Bahia (RIOS, 2017 p.29).

Deste modo, os extrativistas das RESEX marinhas e costeiras podem ser persuadidos por políticas públicas que negligenciam os territórios e saberes locais, pondo em xeque o modelo das RESEX marinhas, uma vez que o Estado brasileiro atende as pressões sistemáticas dos mercados capitalistas. Por isso, o grande desafio das UCs de uso sustentável, em especial as REM, é manter seus territórios e suas particularidades para além do atual modelo político, legitimado pelo Estado.

Há, portanto, uma necessária ressignificação do território para além da aparente universalidade da definição conceitual. A partir do processo de significação dos territórios pesqueiros por parte dos pescadores e das marisqueiras da Resex, correlaciona-os com a noção de território comunitário: o território nascido *a partir da e na* coexistência de experiências cognitivas e existenciais vividas no cotidiano. Por isso a preocupação em correlacionar a cumplicidade entre a ontologia existencial e a dimensão fenomênica da ação política (SANTOS, 2017, p. 135).

Embora as políticas públicas ambientais sejam significativas para a estrutura ambiental do Brasil, principalmente para o Estado da Bahia, todas essas implicações ainda

não são suficientes para assegurar a permanência dos territórios “reservados¹⁰⁵” para a conservação ou preservação da natureza. O Estado brasileiro e os governos (federalis e estaduais) estão aprisionados em uma conduta organizada e dirigida na produção de resultados eficazes para o capital privado. Por essa razão, o jogo social entre Estado e mercados econômicos está muito mais articulado na busca pelo lucro, obtenção de riqueza, poder, do que para as benesses sociais, sobretudo, para as UCs como as RESEX marinhas.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação aos seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (LEFEBVRE, 1976, p. 102).

As RESEX marinhas são espaços políticos, que existem independentemente da normatização instituída pelo Estado. São territórios de conservação e são espaços de esperança. São espaços geográficos dinâmicos e de natureza, compostos por significados e por conteúdo, que extrapolam os limites da dimensão geográfica e espacial do território. São os territórios de natureza que resguardam o saber tradicional e ancestral das populações de matriz tradicional e que comunga com o saber científico. Não há dúvidas de que as RESEX marinhas são territórios necessários para a conservação dos elementos/recursos da natureza e das populações extrativistas marinhas do país. A natureza a todo momento dá sinais que depende de uma relação harmônica e que tenda ao equilíbrio, de modo que o uso e o manejo racional dos recursos sejam assegurados para as gerações atuais e futuras. Contudo, o que se vê são ações imediatistas que visam apenas o lucro e o crescimento econômico a qualquer custo, renegando qualquer tentativa dialógica com a natureza e com o território.

Mészáros (2011) afirma que as necessidades humanas ligadas ao valor de uso não quantificáveis têm sido sobrepostas à legitimação do valor de troca quantificável e sempre expansível às demandas do capital. Portanto, esse ciclo perverso de exploração pressupõe que todas as relações estejam submetidas à ótica econômica, logo, à necessidade de expansão, apropriação e poder, viabilizando o sistema de controle sobre os indivíduos e os sujeitos, de modo que todos tornem-se reféns dos mercados.

¹⁰⁵ Área territorial destinada à conservação e/ou preservação.

Essa lógica cruel traz consequências graves, sobretudo para as populações extrativistas, seja sobre seu modo de vida e sua estreita relação com a natureza que contraria a lógica do capital, seja por seus territórios serem espaços estratégicos para especulação e financeirização do capital e dos mercados. Nesse sentido a pesquisa tem revelado a importância de um Estado presente, forte, aliado, mas que não seja controlador a ponto de usurpar a autonomia das populações tradicionais. Claro que a normatização do território pelo Estado permite que o mesmo interfira, controle e influa na organização do espaço da RESEX. Santos (2017) chama à atenção para o perigo da normatização do território da RESEX, visto que os processos de normatizações externa e interna podem criar obstáculos à liberdade prevista pela ação política dos extrativistas, uma vez que o dinheiro é colocado como o fator principal dos critérios e processos de normatizações territoriais.

Existem normatizações diretamente ligadas à Resex, a saber: a legislação federal sobre UCUS, o Plano de Manejo e o Acordo de Gestão, o Acordo de Pesca de Canavieiras e o estatuto de funcionamento do Conselho Deliberativo, coexistindo com normatizações indiretamente ligadas, por exemplo, as leis municipais e estaduais, estratégias de atuação das empresas ligadas ao turismo de lazer no litoral da Bahia ou ainda as regras seguidas pelo comércio local (SANTOS, 2017, p. 136).

Como já foi mencionado ao longo dessa discussão, a institucionalização da RESEX foi a realização de um desejo utópico das populações extrativistas, em ter o território reconhecido e protegido pelo Estado, uma vez que os espaços de natureza são constantemente ameaçados por lógicas de apropriação desconexas da dinâmica da natureza. Todavia, a delimitação do território, a sua instrumentalização legal pelo Estado normatizou os espaços de natureza. Ao mesmo tempo que o reconhecimento legal pelo Estado trouxe uma certa segurança jurídica¹⁰⁶ para o território da RESEX, a normatização do território não oferece garantias nem estruturas que visem a autonomia dos sujeitos sociais de direito, ou seja, as populações extrativistas.

É fato, a normatização permitiu uma maior visibilidade para a pauta ambiental, o que consequentemente trouxe maior pressão internacional para a execução das políticas públicas ambientais no Brasil. Entretanto, ela não oferece garantias para uma maior autonomia aos territórios de conservação destinados às RESEX. Vejam o exemplo da Reserva Extrativista de Canavieiras: a autonomia é uma necessidade utópica para os extrativistas, ou seja, o objetivo é ter um maior controle e poder de decisão sobre o

¹⁰⁶Lei N° 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC.

território, todavia, a estrutura e a organização oferecida pelo Estado para a gestão destes espaços não possibilitam a construção do processo de autonomia; pelo contrário, o excesso de influência do aparato estatal não só engessa o modelo RESEX, como sufoca e limita qualquer tentativa para além do seu controle.

Dessa maneira, o que se vê é a imposição de modelos para o território da RESEX que ignoram as relações sociais construídas e as organizadas no espaço geográfico daquele lugar. O espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado (SAQUET, 2008, p. 31). Uma vez que os espaços de natureza estão sob influência direta do dinheiro, o capital financeiro e especulativo os transforma em mercadoria, ou seja, em espaços de reserva. No plano ideal, o Estado, enquanto organizador do espaço geográfico deveria proteger esses espaços, embora, a realidade seja completamente diferente, ele não só propicia como abre brechas para que o capital dinheiro influa no território e seu entorno tornando-o frágil economicamente. A estratégia utilizada, financeiriza o capital natureza como única medida para o progresso econômico do território, embora já seja sabido que o declínio econômico de muitos municípios na Bahia, assim como em outras partes do país, esteja atrelado a crises e mudanças de ciclos econômicos. Se em um dado momento a institucionalização do território da RESEX pelo o Estado foi uma conquista necessária e benéfica para a conservação dos espaços de natureza e para os povos da floresta, o engessamento do modelo, a falta da autonomia, o excesso de controle do Estado e a influência do dinheiro levam à seguinte reflexão: para além do Estado existe vida?

5.2 Para Além do Estado Existe Vida

A vida é uma sucessão de acontecimentos e ciclos que demarcam o tempo histórico dos homens. Os homens dão sentido para a vida, criam códigos, símbolos, signos que registram sua passagem em um determinado período histórico. Não à toa que, desde o período pré-histórico as representações através dos desenhos encontrados nos sítios arqueológicos retratam os habitats, a relação cotidiana e as crenças dos hominídeos. Até hoje a humanidade tem essa necessidade de registrar a passagem do tempo e as transformações em sociedade, seja através dos mapas, das ilustrações, dos jogos, dos utensílios domésticos e das ferramentas, que reproduzem diferentes etapas do seu

processo evolutivo. Desde muito tempo, a humanidade, seja um indivíduo ou um sujeito social de direito¹⁰⁷ estabelece relação de grupo e que, portanto, exercita uma distinta vida social. Cada grupo social tende a impor suas formas de pertencer e existir no mundo, logo, fica evidente que os conflitos naturalmente vão surgir, ao passo que as vontades individuais ou dos distintos grupos não comunguem das mesmas ideias. Esse é o preço da vida em sociedade, sobretudo quando ela é organizada e controlada pelo Estado. Por isso a reflexão não se atém à vida cotidiana de uma sociedade tribal, mas de sociedades distintas, regidas pelo aparato estatal.

Desde o princípio a inquietude moveu esta tese. Não só porque as ideias vinham todas aos mesmo tempo e eram difíceis de organizar de modo que o leitor compreendesse o objetivo da discussão, mas por compreender que um ser só pode ser livre quando ele tem autonomia. Durante todo o processo de doutoramento foram feitas diversas tentativas de entrevistas com lideranças que estivessem dispostas a falar sobre autonomia. Não foi possível realizar isso a contento; não porque elas se negassem, de modo algum, mas porque essas lideranças tiveram que gastar tempo, energia e serem resilientes para lidar com o aparecimento de manchas de óleo no litoral nordestino¹⁰⁸, que atingiram a costa do município de Canavieiras. Essa tragédia, além de trazer muita dor, uma vez que a presença de óleo nos aparelhos digestivos e respiratórios de peixes e moluscos afetou diretamente o exercício da pesca artesanal e, conseqüentemente a comercialização, demonstrou a falta de cuidado e descaso com os mares brasileiros e com as populações extrativistas marinhas. Como se não bastasse o tamanho da tragédia, todos foram surpreendidos com a pandemia da Covid-19, que limitou as atividades de campo, bem como exigiu contato virtual, por meio de rede social e contato telefônico. Dos poucos contatos que foram estabelecidos durante a pandemia, o relato sempre era o mesmo, medo de sair da rua para o sinal do celular pegar ou falta de dinheiro para colocar crédito no celular ou a ausência de um *smartphone*, que possibilita o contato através das redes sociais de mensagens, *WhatsApp* e *Telegram*. Todos estes fatos dificultaram, sem dúvida, a realização de entrevistas que seriam muito importantes para a discussão a ser feita neste final de capítulo sobre autonomia, esperança e os caminhos para além do Estado. De modo a não comprometer o trabalho, a visão de autonomia adotada para esta discussão foi feita com base nas

¹⁰⁷ Apenas reforçando que está divisão é proposital, uma vez que divisão do trabalho e a divisão de classes afasta e divide os homens em classes sociais.

¹⁰⁸ Bahia Pesca estima que cerca de 43 mil pescadores foram afetados, direta ou indiretamente, pelo derramamento de óleo entre as cidades de Conde e Cairu.

entrevistas anteriores à pandemia da Covid-19 e com as poucas entrevistas feitas durante a pandemia, mas também a partir da tese de doutorado Espaço, geograficidades e ação política comunitária na resex marinha de Canavieiras – Ba de autoria do professor Mario Alberto dos Santos. Toda a reflexão acerca da construção do processo autônomo percorre os caminhos da liberdade, da esperança, da luta social frente ao Estado. Segundo estudiosos, o princípio da autonomia se baseia na liberdade:

Érico de Pina Cabral (2004, p. 90-1) diz que o termo vontade tem origem latina – voluntas, significando um desejo, o ato de querer: vontade é a faculdade que tem o ser humano de querer, escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar determinados atos. A partir disto, o autor traça seu conceito: “Autonomia significa o poder de se autogovernar. É a faculdade de traçar suas próprias normas de conduta, sem que se seja submetido a imposições de ordem estranha. Direito de tomar decisões livremente, com liberdade, independência moral ou intelectual. É o contrário de heteronomia, que significa a sujeição a uma lei exterior ou à vontade de outrem, com ausência de autonomia (RATTI, 2015, p. 1).

Nesse sentido, a autonomia compreendida pelas populações extrativistas busca um menor intervencionismo estatal, de modo que seus anseios sejam definidos com liberdade e correspondam às necessidades e demandas do território de conservação. Essa liberdade não é negar a existência do Estado democrático de direito, mas pensá-lo para além do seu controle. A autonomia permite a liberdade ao erro, mas também a novas trocas e aprendizados. Ora, quando o Estado passa a controlar a vida privativa dos sujeitos, ele não só concentra poderes como massifica e homogeneiza as relações, de modo que os interesses das populações de matriz tradicional, assim como as mais pobres, nem sempre são atendidas adequadamente. A interferência estatal nasce do surgimento do Estado social, que tem como princípio a diminuição das desigualdades sociais e proporcionamento do bem-estar dos homens, mas em contrapartida, interfere nas relações privadas.

Tratando a respeito da melhoria das condições da classe trabalhadora pobre, surgida em decorrência dos desdobramentos da Revolução Industrial, no final do século XIX, Andreza Cristina Baggio Torres (2006, p. 54) afirma: “Após a Primeira Grande Guerra e com o desenvolvimento econômico e o crescimento da população, passou-se a perceber que os diplomas legais até então vigentes já não atendiam às necessidades do mercado, principalmente com o crescimento das relações de consumo e de mercado. Surgem então as Constituições dos Estados Sociais, inicialmente a Constituição mexicana de 1917, então seguida pela Constituição de Weimar de 1919. É o nascimento do Estado Social. O Estado, agora, passa a intervir nas relações privadas, buscando diminuir as desigualdades sociais, propiciar o bem-estar e o acesso aos bens de consumo a toda a população. (...) Através da preocupação com o direito de todos os homens ao acesso aos meios necessários à sua sobrevivência e à proteção das legítimas expectativas da sociedade agora massificadas, na qual as riquezas e as propriedades estavam concentradas nas mãos de muito poucos, o Estado, através das suas Constituições, passa a prever a proteção de

direitos como o da dignidade e da vida. (...) Assim, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial, firmou-se em todo o mundo a ideia de que era necessária a intervenção do Estado para o bem-estar de todos, e não apenas daqueles que possuem poder econômico” (RATTI, 2015, p. 1).

Esse tipo de interferência faz com que todos os homens estejam sujeitos à normatividade do Estado, ou seja, submetidos às regras, leis, normas e a todo tipo de instrumento jurídico que legitime o papel do Estado. Embora o Estado tenha como pilar satisfazer as necessidades dos homens, esse ser, naturalmente, social e político teve suas vontades individuais quase sempre sufocadas, em prol de um bem maior, o desejo coletivo. Resta saber se realmente o coletivo, tem seus desejos atendidos, não é? Essa resposta, logicamente vocês já sabem, mas fica aquela ponta de esperança de que as utopias se concretizem. Portanto, a vida em sociedade, assim como a organização do território, fica à mercê do controle e do poder do Estado, embora, nem todos os grupos sociais, a exemplo dos extrativistas marinhos de Canavieiras aceitam e/ou concebam que seu território de conservação esteja sujeitado e submisso à normatividade estatal. O território é um espaço político, onde os homens impõem suas formas de viver e (re)existir ao longo dos processos históricos, mas que também reflete novos anseios, buscas e quebras de paradigmas.

O espaço consta como matéria trabalhada, constituindo-se num dos objetos sociais com maior imposição sobre o homem, ele faz parte do cotidiano dos indivíduos, por exemplo, a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social (SAQUET, 2008, p.34).

Por meio dessa busca por autonomia sobre a gestão do território da RESEX de Canavieiras, os extrativistas seguem com a luta social e com a esperança, que tem como princípio a utopia. Através desse sentimento motivador, ela traz luz e movimento para as coisas já estabelecidas. Não que as conquistas sociais já estabelecidas não sejam positivas, mas a esperança reativa o desejo dos sujeitos irem além do que foi posto, definido e imposto. É justamente essa esperança que torna possível iniciativas como a plataforma de vendas de produtos artesanais das mulheres extrativistas. Com o apoio da AMEX a plataforma de vendas criada pelos próprios extrativistas permite a venda dos produtos extraídos e produzidos no território da RESEX. São oferecidos pescados, mariscos, óleos naturais, artesanatos, além de hospedagens comunitárias e agendamento de passeios de barco, tudo feito *online* por meio *WhatsApp* ou do site (www.amexerede.com.br). A página do instagram rede de mulheres extrativistas é uma boa iniciativa, uma vez que

através dela, as mulheres articulam, promovem e visibilizam os trabalhos desenvolvidos na RESEX para um maior público, como oficinas e cursos, produtos e serviços. A articulação e a visibilização destas iniciativas não só traz autonomia como fortalece o trabalho feminino, tão presente e atuante na atividade pesqueira. Visibilizar o trabalho feminino permite mudanças concretas e imediatas no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, uma vez que o exercício da pesca artesanal ainda seja visto como ambiente predominante masculino. As mulheres desenvolvem atividades extremamente importantes para a cadeia pesqueira, embora, as desigualdades de gênero estejam bem presentes neste ambiente. As figuras a seguir demonstram claramente o potencial articulador destas mulheres, logo, essas iniciativas são de grande valia para a valorização do trabalho feminino. A seguir ver a figura 14, onde consta o folder sobre a venda de produtos oferecidos pela AMEX; a figura 15, referente a oficina de comercialização, onde as mulheres aprendem a precificar seus produtos e a figura 16, registro da oficina de cerâmica, referente ao projeto RESEX para sempre.

Figura 14: AMEX e Rede

VOCÊ SABIA?

AGORA OS PRODUTOS DA REDE E DA AMEX ESTÃO A UM CLIQUE DE DISTÂNCIA!

www.amexerede.com.br

PRODUTOS

HOSPEDAGENS

PASSEIOS

Aqui você encontra mariscos, pescados, óleos, artesanatos entre outros produtos preparados pela Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia. Além disso, é possível agendar passeios e reservar hospedagens em diversas regiões!

mulheresextrativistas Rede de Mulheres - Amex - Bahia

AMEX REDE DE MULHERES

Fonte: Folder do instagram, rede de mulheres extrativistas, 2021.

Figura 15: Oficina de Comercialização



Fonte: Oficina de comercialização, rede de mulheres extrativistas, 2021.

Figura 16: Oficina de Comercialização



Fonte: Oficina de cerâmica, rede de mulheres extrativistas, 2021.

Esse é o típico movimento que não só traz novos ares como questionamentos sobre o papel e o excesso de controle da estrutura estatal sobre os territórios de RESEX. Essa energia não só confronta o modelo heterônomo do Estado como permite que os sujeitos sociais saíam da inércia e da cegueira limitante. Afinal, o território é de quem? Do Estado ou das populações extrativistas? É ingênuo pensar que as relações transitem em zonas de calma; o conflito de interesses existe, uma vez que sujeitos e indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos demandam necessidades diversas. Mas normalizar o controle do Estado sobre esses territórios e não oportunizar experiências que promovam autonomia sobre os usos nos territórios de conservação, recai na velha desconfiança da existência do capital natureza, ou seja, as RESEX como espaços de reserva.

O Estado e os agentes hegemônicos influem na organização do território, através do dinheiro, o agir de modo impositivo sobre usos, mas sobre a dinâmica destes espaços. Santos (2017, p.136) afirma:

Influências nos territórios ignoram escalas de percepção e experiências vividas dos agentes-sujeitos já presentes nesse território. Ao impor modelos e estratégias de uso para os territórios, os dinheiros do Estado e o global adquirem *status* indevido por interferirem muitas vezes de forma impositiva nas relações e interações sociais já existentes nesse território.

Desta forma a construção da autonomia segue da lucidez, da utopia e da esperança daqueles que fazem o (re)existir do território de conservação. O dinheiro, a massificação dos sujeitos sociais de direito e o excesso de controle do Estado dão cada vez mais sentido à necessidade de autonomia. Até porque a vida cotidiana na RESEX existe independente do controle do Estado, as pessoas continuam a se organizar no território por meio da luta social e do trabalho na pesca artesanal. Então, a autonomia é um caminho possível e dialógico em uma sociedade de Estado com relações complexas, múltiplas em um território delimitado. A heteronomia dificulta o processo utópico, uma vez que não permite que o poder seja descentralizado. Desta forma, segue-se com a fala da liderança Carlinhos, de Canavieiras, trecho retirado da tese de Santos (2017), mas que reflete perfeitamente o desejo de liberdade e autonomia do território.

O principal objetivo hoje nosso é a autonomia da comunidade. Nós não temos uma outra saída hoje. Nós não temos a menor condição hoje de daqui a dois anos o ICMBio nomear um outro chefe pra reserva extrativista de Canavieiras e nós termos que começar tudo novamente... ninguém consegue trabalhar assim... a comunidade precisa assumir, o ICMBio tendo seu papel de órgão federal fiscalizador e a comunidade tendo seu papel na implementação de políticas públicas, na definição das estratégias de manejo e uso dos recursos naturais e na busca pela melhoria e qualificação da produção pesqueira. Sem definirmos essas estratégias pra longo prazo e termos que ficar trabalhando ao longo de 10 anos como nós trabalhamos e refazendo sempre as ações, nós não conseguiremos êxito de forma nenhuma. (SANTOS, 2017, p.132)

A presença da humanidade é um fator importante para a diversificação da natureza e a atribuição de valor sobre as coisas, o que contribui para o processo de modificação social (SANTOS, 2008). O mundo moderno, onde o capitalismo dita outras tendências sobre a diversificação da natureza se realiza através das forças econômicas, consequentemente, modificando os comportamentos sociais, os modos de produção e de reprodução espacial. Ao quantificar os espaços e controlar todas as formas de liberdade, o Estado nega qualquer possibilidade da ação coletiva, de modo que o território sempre esteja sob seu domínio. A luta social e coletiva requer utopia e muita esperança e talvez,

seja por isso, que ela escolha suas batalhas e enfrente dignamente todo aparato coercitivo, violento e simbólico produzido pelo Estado. Só a esperança constrói os fortes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os extrativistas falam de natureza, de território de conservação, de cultura, de tradição enquanto o Estado e os grupos hegemônicos falam em apropriação, acumulação, lucro, recursos e riqueza. Extrativistas lutam por respeito, reconhecimento e autonomia sobre os usos do território, ao passo que o Estado centraliza o poder e preza pela heteronomia. O Estado é uma instituição sólida, forte e sistematizada que centraliza o poder político e jurídico sobre o território soberano. Sem dúvida alguma, o Estado é uma instituição política por excelência, que legitima o uso da força física e da violência simbólica para manter o poder e o controle sobre o território.

O uso do território revela como os diferentes e distintos interesses dos agentes sociais atuam nesse uso. A partir do uso do território e do seu processo histórico, é possível compreender o papel das forças políticas, econômicas e sociais e como estas atuam na organização espacial do território. De maneira muito simplória, pode-se dizer que o território não só guarda, como registra a atuação dos processos espaço-temporais no espaço geográfico. Portanto essas marcas não só revelam como cada agente social usa e/ou usou o território, como a ação das forças hegemônicas impõem a todo custo a racionalidade do modo de produção capitalista. Neste sentido, o território é um espaço político que traduz os conflitos sobre os usos do território, as contradições, as potencialidades, as desigualdades, a organização espacial, a competitividade, a fragmentação, as relações de poder e sobretudo dimensionam as experiências humanas no espaço geográfico.

O território é um espaço de tensão, uma vez que o Estado viabiliza, rearranja e normatiza os usos, tornando-o mais eficiente e produtivo para os grupos hegemônicos, em detrimento dos mais pobres.

Quando o aparato estatal oferece estrutura financeira e jurídica, de modo que às necessidades dos mercados sejam atendidas, conseqüentemente, os grupos hegemônicos, justamente aqueles que dominam e controlam os meios de produção e consumo, assumem uma relação quase simbiótica com Estado, que, de fato, naturaliza os privilégios, as

facilidades de acesso e de recurso oferecidos pela máquina estatal para o capital privado. É notório que o interesse privado é viabilizado em detrimento da coesão social, ou seja, os mais ricos têm mais meios para acessar e usufruir dos recursos oferecidos pelo Estado. O excesso de burocracia é um bom exemplo disso.

À medida que o Estado é pressionado a universalizar as estruturas de poder para as populações mais pobres, a tensão se instaura. Mais do que nunca, o Estado cria esferas burocratizadas de modo que seu acesso seja limitado e restrito aos mais ricos. Embora ofereça mecanismos legais que salvaguardem o acesso de direitos a todos os cidadãos, ainda sim, o Estado dificulta qualquer tentativa de descentralização do poder estatal.

O Estado territorial brasileiro guarda resquícios do processo de ocupação territorial que priorizou as demandas das elites fundiárias no país. A organização territorial no Brasil é antagônica e conflituosa. A luta dos seringueiros e conseqüentemente, a conquista das primeiras RESEX no Brasil traduz essa mudança; a criação de novos sujeitos políticos. Pois além de formar sujeitos conscientes e organizá-los coletivamente, a luta social em prol do reconhecimento dos territórios de RESEX tocou em um ponto importante, delicado e bastante controverso no país, a questão fundiária. De fato, o poder e a conquista do território da RESEX pelo movimento social deslocam o controle direto do território para as populações extrativistas. Claro, não oferece o controle exclusivo para os extrativistas, uma vez que a estrutura institucional do Estado está presente no território, mas a presença do ICMBio e a estrutura hierárquica de chefia (gestor) da RESEX comprovam que a autonomia ainda é uma utopia que move os anseios de muitos pescadores artesanais extrativistas.

É evidente que a RESEX foi uma conquista significativa para os seringueiros e para as populações extrativistas, tanto que o modelo de RESEX florestal expandiu-se para outras partes do território brasileiro e para outros ambientes, marinhos e costeiros. Contudo, o modelo engessou, precisa de renovação, adaptação às necessidades dos novos tempos e talvez, a autonomia seja sim, um meio, uma possibilidade dos extrativistas tentarem gerir o território da RESEX a partir da sua visão de mundo e das suas necessidades cotidianas. A busca por autonomia não desobriga ao Estado ofertar apoio financeiro às RESEX, apenas permite que os extrativistas, usuários de RESEX, tenham autonomia para gerir seu território.

A RESEX de Canavieiras já faz uma autocrítica sobre o modelo RESEX e sobre seu engessamento no tempo e no espaço. O território da RESEX não é só importante para

a manutenção dos ambientes costeiros e marinhos, como assegura a cultura, a tradição e a reprodução dos modos de (re)existir das populações de matriz tradicional. A busca por autonomia possibilita novos aprendizados, erros, acertos, mas sobretudo permite novas tentativas e formas de gerir os territórios de conservação a partir da ótica dos seus usuários. Embora o modelo demande mudanças, ainda sim a RESEX traz a esperança e a utopia necessária para mover os sujeitos e possibilitar muitas transformações. A busca pela autonomia sobre os usos e a gestão do território de RESEX são formas possíveis, para além do controle e dos limites do Estado e que, sobretudo, resguardam a essência e os princípios das populações de matriz tradicional. Fica nítida a importância do reconhecimento dos territórios de conservação dos elementos/recursos da natureza, todavia a normatização do território e a influência do capital dinheiro – incluindo o capital especulativo - tornam esses espaços vulneráveis às ações e aos desejos dos mercados, bem como aos caprichos políticos. É difícil enxergar luz diante de tanta violência, controle e coerção, mas também é possível ver vida, luta, mobilização e esperança no coletivo.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estud. av. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp.103-11.

AFONSO, Soraia Monteiro. **Políticas ambientais nas unidades de conservação do litoral baiano: a reserva extrativista marinha de Corumbau**. 2013. 135 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

AGRIZZI, Lorena. Borsoi. **O Estado e o direito de punir em Thomas Hobbes e os limites ao *jus puniendi* por Cesare Beccaria**. 2018. 75 f. Dissertação (mestrado em Cognição e Linguagem). Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem – PPGCL. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

AGUIAR, Paulo César Bahia de; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; FONTES, Edinice de Oliveira. Impactos na dinâmica ambiental do município de canavieiras (ba) tendo a resex como fator de influência. **GEOMAE (Online)**- Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino Campo Mourão, Paraná, v. 2, p. 61-78, 2011.

AGUITON, Christophe. **Os bens comuns**, In. SOLÓN, Pablo. Alternativas sistêmicas. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p.85-110.

ARROYO, María. Mónica. Território, mercado e estado: uma convergência histórica. **GEOgraphia**- do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, v. 12, p. 49-66, 2004.

BAUMAN. Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

_____. Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? **Parcerias Estratégicas** (Revista), Brasília, v. 12, p. 135-159, 2001.

_____. **Amazônia**. Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

_____. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Amazônia. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [396]-401.

BRASIL. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo código florestal brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 set. 1965.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Fundamenta os incisos VI e VII do Art. 23 e o Art. 235 da Constituição, estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Cadastro de Defesa Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2 set. 1981.4

BRASIL. **Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002**. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, publicado 11 jul. 2002.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20 set. 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 6.440, de 23 de abril de 2008**. Promulga o Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova York, em 29 de julho de 1994. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 abr.2008.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira. **Lei de Terras.** 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21.** s/d. Disponível em <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de Estado desenvolvimentista. **Textos para Discussão** da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-FGV-EESP. Texto para discussão 412. fevereiro de 2016.1.

_____. Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**, v. 100, p. 155-185, 2017.

BIANCHI, Álvaro. **O conceito de Estado em Max Weber.** Lua Nova (Impresso), p. 79-104, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France 1989-1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRUHL, Lucien Lévi. A terceira via. Tradução de COSTA, Danilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes. **A teoria do Estado em Hegel [do francês].** Natal: EDUFRN, 2013.

CÂMPERA, Francisco. **Vale, exemplo mundial de incompetência e descaso.** El País. Opinião. Desastre em Brumadinho. 28 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/27/opinion/1548547908_087976.html Acessado em 28 jan. 2019.

CAPES, Horaiacio. Percepción del médio y comportamiento geográfico. **Revista de Geografía**, v.7, nº1, p. 58-150. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2856533>

_____. Las ciencias sociales y el estudio del território. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales.** Universidad de Barcelona. v. XXI, núm. 1.149, 5 de febrero de 2016.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação.** São Paulo, Cultrix, 1982.

CARVALHO, Igor. **De Lula a Bolsonaro: número de fiscais do Ibama chegou a cair até 55%.** Meio Ambiente. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. 08 set 2020. São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/08/no-governo-bolsonaro-numero-de-fiscais-do-ibama-despencou-e-desmatamento-disparou>

CASEMIRO, Luciana. **Oi, Vivo, TIM e Claro no topo do ranking de reclamações aos Procons.** O Globo. Economia. Defesa do Consumidor. 10 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/oi-vivo-tim-claro-no-topo-do-ranking-de-reclamacoes-aos-procons-24296429> . Acessado em 10 mar. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 3ª. Edição, 1995.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers** do NAEA, nº 092, UFPA. Belém, 1998.

COSTA, Rodrigues Fábio da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percursos.** NEMO. Maringá, v.6, p. 63-79, n.01, 2014.

COSTA, Ana Clara Gomes. Existência e inexistência de um corpo negro violável; Existence and non-existence of a violable black body; Existencia y inexistencia de un cuerpo negro violable. **Comunicação & Sociedade**– Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, v. 40, p. 217-240, 2018.

CUCCINELLO, Hayley. **Bilionários: o que os mais ricos estão fazendo em resposta à pandemia do coronavírus.** Forbes. Negócios. 18 mar. 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/03/bilionarios-o-que-os-mais-ricos-estao-fazendo-em-resposta-a-pandemia-de-coronavirus/> Acessado em 22 Jul. 2020.

CRUZ, Valter do Carmo.; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.** 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

CUNHA, Claudia. Conceição. **Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990.** 2010. 308 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CURADO, Denise Assis Fleury. A invenção do indivíduo na sociedade moderna. **Ayvu** -Revista de Psicologia, v. 02, p. 84-103, 2015.

CURADO, Isabela Baleeiro. **RESEX Canavieiras: articulação social como resposta aos conflitos vivenciados na criação da unidade.** 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal/RN, p. 1-18, 03 e 06 de agosto de 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DESIDÉRIO, Mariana; FLACH, Natália; GODOY, Denise; VIEIRA, Renata. **Com Brumadinho, Vale se torna reincidente em desastres ambientais.** Revista Exame. 31 jan 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/reincidente/> Acessado em 31 jan. 2019.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. e São Paulo: HUCITEC, 2001.

DULCE, Emilly. **Austeridade e cortes agravam os problemas que prometem resolver, analisa economista**. Brasil de Fato. São Paulo, 10 de jun 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/10/austeridade-e-cortes-agravam-os-problemas-que-prometem-resolver-analisa-economista/>

DUMITH, Raquel Carvalho. A gestão na reserva extrativista de canavieiras (ba): conexões transescalares e seus conflitos. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, p. 1-10, 2014.

FANON. Frantz. Racismo e Cultura. Texto da intervenção de Frantz Fanon no I.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em Setembro de 1956. Publicado no número especial de *Présence Africaine*, de Junho-Novembro de 1956. **Revista convergência crítica**. NEPETS (UFF). Dossiê: Questão ambiental na atualidade n. 13, 2018.

_____. **Os condenados da terra**. Editora Ulisseia Limitada. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa. 1961.

FELIPE, Sônia Teresinha. **O elemento utópico na pedagogia do oprimido**. 1979. Dissertação (mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Rio Grande do Sul.

FIGUEIREDO, Apoliana. Rodrigues. **Platão. As Leis, livro XI. Analogia ao Direito Contemporâneo**. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-163/platao-as-leis-livro-xi-analogia-ao-direito-contemporaneo/>

FIORAVANTI, Maurizio.; FORTES, Luiz Henrique Krassuski Fortes. Público e privado: os princípios fundamentais da Constituição democrática. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 2013.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da.; BARBOSA, Shaeene Rodrigues Coelho. **Justiça espacial e comarcas no estado da Bahia**. GeoTextos (ONLINE), v. 13, p. 75, Salvador, 2017.

GASSEN, Valcir. **A Lei de terras de 1850 e o Direito de propriedade**. 1994, 236 f. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GERMANI, Guiomar. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5ª reimpressão, São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GODOY, Guilherme Lassabia. Colonização e descolonização: fundamentos da dominação ocidental e perspectivas de transformação. **Sociologias Plurais**-Revista, Curitiba, v. 7, p. 387-410, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GOTTMAN, JEAN. A terceira via. Tradução de FAJARDO, Isabela Corrêa.; In: DUARTE Silva Luciano Pereira. **A evolução do conceito de território**. Campinas: Boletim Campineiro de Geografia, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, o príncipe e o Estado moderno. In: **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GREGOLIN, Maria Rosário de Fátima Valencise. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**. Revista de linguística, v. 39, p. 13-22, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Espaços de Esperança**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2015.

_____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo** (parte I). Petrópolis: Vozes, 1995.

HENDGES, Antonio Silvio. Histórico e evolução da Legislação Ambiental no Brasil. **Revista Cidadania e Meio Ambiente**. EcoDebate, Mangaratiba, 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/11/14/historico-e-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil-parte-13-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>.

HENRIQUE, Wendel. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **GEOUSP - Espaço e Tempo**- Revista, São Paulo, nº 20, p. 65 - 77, 2006.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, (Revista), v. 18, p. 201-215, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

_____. Diretoria de pesquisas, coordenação de trabalho e rendimento. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua** 2017.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL: **Unidades de conservação no Brasil**. 2018. <https://uc.socioambiental.org/>

KATUTA, Angela Massumi. **As geografias e as cartografias como instrumentos de emancipação e lutas em defesa da dignidade das existências**. (Org) Geografias das R-existências. Ponta Grossa, PR: Monstros Mares, 2021.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados. (Revista), São Paulo, v.16 n.45, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

LEFEBVRE, Henri. **La sociologia de Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

_____. **Reflections on the Politics of Space**. Trad. M. Endres, Antipode, 8, 1976.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. 1ª ed. México. Fondo de Cultura Econômica, 1983.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, p.140, 2010.

MACHADO, Edinilson Donizete; SILVA, João Felipe; **O estado, o indivíduo e sua relação com os direitos humanos**. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 24 ed.v.01, p.21-46, 2014, João Pessoa.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. 2007. 159 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Fragmentação e segregação socio-espacial no processo de urbanização do Litoral Nordeste da Bahia: os dois lados da rodovia BA - 099 - Estrada do Coco**. 2010. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAIA, Gretha Leite. Revisitando quatro categorias fundamentais: Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social e Democracia. **Revista do Instituto de Direito Brasileiro**, v. 07, p. 4121-4142, 2012.

MARINHO, Ana Clara. **Servidores do ICMBio de Fernando de Noronha protestam contra mudanças no órgão**. Portal G1. Blog Viver Noronha. Fernando de Noronha. 25 de mai 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranaguacu/blog/viver->

[noronha/post/2018/05/25/servidores-do-icmbio-de-fernando-de-noronha-protestam-conta-mudancas-no-orgao.ghtml](#) Acessado em 28 mai. 2018.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. **Monocultura e Conflitos Ambientais**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade federal de Minas Gerais, p.13, 2011.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**. vol.9 no.1. 2006, Campinas.

MENEZES, Willian Guedes Martins Defensor. **Seletividades e desigualdades socioespaciais: o uso do território brasileiro pela soja**. 2021. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos de. **O projeto neoliberal e o mito do Estado mínimo**. Lutas Sociais (PUCSP), v. 1, p. 81-88, 1996.

_____. Bases da formação territorial do Brasil. GEOGRAFARES, Vitória, n° 2, jun. 2001.

_____. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2005. 162 p.

_____. **Território e História no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Dênis de. **Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. v. 1. 235p.

MOTTA, Rayssa.; PIRES, Breno. **Subprocurador do TCU volta a pedir afastamento de Ricardo Salles, agora por avanço do desmatamento na Amazônia**. 19 abr. 2021. Estadão. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/subprocurador-do-tcu-volta-a-pedir-afastamento-de-ricardo-salles-agora-por-avanco-do-desmatamento-na-amazonia/>

NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; DOMÍNGUEZ, José Maria Landim. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. **Cadernos de Geociências**- Universidade Federal da Bahia, v. 7, p. 93-104, 2010.

NUNES, Vicente. **O Pros avança sobre o comando do ICMBio**. Correio Braziliense. Economia. Blog do Vicente. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/o-pros-avanca-sobre-o-comando-do-ICMBio/> Acessado em 28 mai. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA- **Pecuária multiplicou renda, mas desempregou, diz economista.** 15 jun. 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/pecuaria-multiplicou-renda-mas-desempregou-21-diz-economista/>

POLAK, José Augusto Ramos. **Era uma vez, uma utopia...** Calunga: um romance utópico. 2010. 103 f. Dissertação (mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro. Edições Graaal. 1980.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza, a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PROST, Catherine. Gestão territorial e conflitos ambientais nas RESEX marinhas da Bahia. **Relatório de Pesquisa.** IGEO/UFBA, 2009.

_____. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape - BA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, p. 47-70, 2010.

_____.; CERQUEIRA, Israel Lucas Santos. **Pesca artesanal em áreas protegidas: territórios conjugados.** In: VI SINGA - VI Simpósio Nacional e V Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais do VI SINGA. Belém: UFBA, 2011. v. 1. p. 1-16.

_____. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. **Desenvolvimento e Meio ambiente** (Revista), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 48, p. 321-343, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RATTI, Fernanda Cadavid. Autonomia da vontade ou autonomia privada?. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, 2015. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/38318>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** Instituto Kauanza. Imprensa Oficial. São Paulo. 2006.

REUTERS. **OMC: EUA ignoraram pedido para cessar subsídios ilegais à Boeing.** O Globo, Rio de Janeiro, 28 mar 2019. Caderno de Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/omc-eua-ignoraram-pedido-para-cessar-subsidios-ilegais-boeing-23557807>> Acesso em: 18 set 2019.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador, BA. **Cadernos MetrÓpole** (Revista), v. 16, p. 461-486, 2014, São Paulo.

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. Os Contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau. **Prisma Jurídico** (Revista), v. 16, p. 2-24, 2017.

RIOS. Kássia Aguiar Norberto. **A questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré (BA)**. 2017. 466 f. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador.

ROCHA, Zeferino de Jesus Barbosa. Esperança não é esperar, é caminhar. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. X, p. 255-273, 2007, São Paulo.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social: princípios do direito político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SADER, Emir Simão. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 384p.

_____. **É o Estado, imbecil**. Brasil 247. Caderno de Economia. 1 fev 2019. Atualizado 17 mai 2019. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/blog/e-o-estado-imbecil> > Acesso em: 18 set 2019.

SANTOS, Ademir da Costa. Estado e educação em Platão. **Revista pedagógica perspectivas em educação**, v. 1, p. 6-16, 2008.

SANTOS, Cleverson Zapelini; SCHIAVETTI, Alexandre. Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspectos ecológicos. **Boletim do Instituto de Pesca** (online), v. 39, p. 479-494, 2013.

SANTOS, Mário Alberto. **Espaço, geograficidades e ação política comunitária na resex marinha de Canavieiras-Ba**. 2017. 258 f. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador.

SANTOS. Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS. Milton. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina-OSAL**. Año 6 no. 16, Buenos Aires, CLACSO, p. 255-261, 2005.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a.

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006b.

_____. **O espaço do cidadão.** 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAPUCAIA, Silva Carolina. **Quando o eucalipto chega na maré:** estudos sobre os impactos da monocultura de eucalipto nas comunidades quilombolas do Guaí, Maragojipe (BA). 2016. 122 f. Monografia (Trabalho conclusão de curso em Geografia)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, (Revista), Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, p. 55-76, 2007, Florianópolis.

_____, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS:** concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** (Revista)- Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42, 2008, Rio de Janeiro.

SCHÄFER, Márcio Egídio. **A Crítica de Hegel à noção de Vontade Geral de Rousseau.** **Kínesis** (Marília), v. II, p. 248-258, 2010.

SILVEIRA, Renata Ferreira da. **Autogestão e geografia:** os territórios no viés das resistências. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Catia Antonia. Método dialético e compreensão de espaço em Milton Santos: elementos para a reflexão da história social do território. In: I Encontro do GT História e Marxismo do Rio de Janeiro, 2007. **Anais**. I Encontro do GT História e Marxismo do Rio de Janeiro. São Gonçalo: UERJ - FFP, 2007. p. 1-3.

_____.; CAMPOS, Andreilino; D'ÁVILA, Nilo Sérgio. **Por uma geografia das existências:** movimentos, ação social e produção do espaço. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1. 116 p.

_____. **Política pública e território:** desafios para efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. v. 1. 125p.

_____. Produção geográfica e novos recortes socioespaciais nas lutas, nas resistências e nas contra-hegemonias: Reflexões sobre sujeitos e comunidades tradicionais no espaço brasileiro. **Revista da ANPEGE**. v. 16. n°. 30, p. 170 - 189, 2020.

SILVA, Maria Euzimar Berenice Rego. O Estado em Marx e a teoria ampliada do Estado em Gramsci. In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas - SP. **Anais** do 4º Colóquio Marx e Engels, v. 01, p. 1-10, 2005.

SOUZA. Maria Adélia Aparecida de. **O espaço geográfico e o território usado.** Minha leitura da obra de Milton Santos. Vídeoaula YOUTUBE, 11 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S6zn7FW3KQg>

SPOSITO, Eliseu Savério.; SAQUET, Marcos Aurelio. O conceito de território no brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia** (Revista) v. 2, p. 84-112, 2016, Presidente Prudente.

TERRA DE DIREITOS. **Conflitos Fundiários**. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acoes/conflitos-fundiarios/2> Acessado em 12 mar. 2019.

VALE JÚNIOR, José Frutoso; SOUSA, Maria Ivolnilde Leitão.; NASCIMENTO, Pedro Paulo Ramos Ribeiro do. ; Diego Lima de Souza Cruz. Solos da Amazônia: etnopedologia e desenvolvimento Sustentável. **Agro@mbiente On-line** (Revista), v.5, p. 158-165, 2011.

VALVERDE. Antonio José Romera. Utopia e intervenção na ordem política. **Revista Espaço Acadêmico**. Dossiê: Utopias 500 anos. nº 186, p. 08-16, 2016, Maringá.

VASCONCELOS. Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **CIDADES**. (Revista) v. 1, nº.2, 2004, p.259-274.

VIEGAS, Eduardo Coral. Saneamento básico, mercantilização e privatização da água. **Revista de Direito Ambiental**, v. 40, p.24-43, 2005.

VIOLA, Paulinho.; CARVALHO Hermínio Bello de. **TIMONEIRO**. Intérprete: Paulinho da Viola. Compositor: Paulinho da Viola; Hermínio Bello de Carvalho. In: BEBADOSAMBA. Intérprete: Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: BMG Brasil, 1996.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS

1. O que a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras representa para a vida do pescador (a) extrativista?
2. O que é ser pescador (a)?
3. O/A senhor (a) acredita que a institucionalização da RESEX pelo Estado brasileiro trouxe benefícios para as unidades de conservação de uso sustentável?
4. Como o/a senhor (a) vê a mudança de categoria RESEX para APA? Essa mudança trará prejuízo para o legado de Chico de Mendes sobre as RESEX brasileiras?
5. A quem interessa a recategorização RESEX para APA?
6. Qual o grau de comprometimento dos agentes interessados na aprovação do Projeto de Lei 3068/2015?
7. Uma APA é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso sustentável. Por que neste caso ela não se adequa a realidade de uma RESEX?
8. Como o/a senhor (a) enxerga o Estado brasileiro?
9. As políticas públicas ambientais implementadas pelo Estado brasileiro ainda são um meio legal para assegurar a conservação das UCs?
10. O/A senhor (a) consegue enxergar a RESEX Marinha de Canavieiras além dos limites institucionais do Estado?
11. Para o/a senhor (a) as UCS são reservas territoriais do Estado brasileiro?
12. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras é um espaço de esperança na conservação dos elementos da natureza e dos saberes tradicionais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PESQUISADORES

1. Em sua opinião, o que a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras representa para a vida do pescador (a) extrativista?
2. Para o/a senhor (a) o que é ser pescador (a)? Como o/a senhor (a) vê este sujeito social?
3. O/A senhor (a) acredita que a institucionalização da RESEX pelo Estado brasileiro trouxe benefícios para as unidades de conservação de uso sustentável?
4. Como o/a senhor (a) vê a mudança de categoria RESEX para APA? Essa mudança trará prejuízo para o legado de Chico de Mendes sobre as RESEX brasileiras?
5. A quem interessa a recategorização RESEX para APA?
6. Qual o grau de comprometimento dos agentes interessados na aprovação do Projeto de Lei 3068/2015?
7. Uma APA é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso sustentável. Por que neste caso ela não se adequa a realidade de uma RESEX?
8. Como o/a senhor (a) enxerga o Estado brasileiro?
9. As políticas públicas ambientais implementadas pelo Estado brasileiro ainda são um meio legal para assegurar a conservação das UCs?
10. O/A senhor (a) consegue enxergar a RESEX Marinha de Canavieiras além dos limites institucionais do Estado?
11. Para o/a senhor (a) as UCS são reservas territoriais do Estado brasileiro?
12. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras é um espaço de esperança na conservação dos elementos da natureza e dos saberes tradicionais?
13. Para o/a senhor (a), o Estado brasileiro tem contribuído para proteção e manutenção das reservas marinhas brasileiras?
14. Sabendo que o Estado brasileiro é um ente dinamizador e transformador do espaço geográfico, o/a senhor (a) acredita que as reservas marinhas brasileiras podem viver autônomas ao Estado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ANALISTAS E TÉCNICOS

1. Em sua opinião, o que a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras representa para a vida do pescador (a) extrativista?
2. Para o/a senhor (a) o que é ser pescador (a)? Como o/a senhor (a) vê este sujeito social?
3. O/A senhor (a) acredita que a institucionalização da RESEX pelo Estado brasileiro trouxe benefícios para as unidades de conservação de uso sustentável?
4. Como o/a senhor (a) vê a mudança de categoria RESEX para APA? Essa mudança trará prejuízo para o legado de Chico de Mendes sobre as RESEX brasileiras?
5. A quem interessa a recategorização RESEX para APA?
6. Qual o grau de comprometimento dos agentes interessados na aprovação do Projeto de Lei 3068/2015?
7. Uma APA é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso sustentável. Por que neste caso ela não se adequa a realidade de uma RESEX?
8. Como o/a senhor (a) enxerga o Estado brasileiro?
9. As políticas públicas ambientais implementadas pelo Estado brasileiro ainda são um meio legal para assegurar a conservação das UCs?
10. O/A senhor (a) consegue enxergar a RESEX Marinha de Canavieiras além dos limites institucionais do Estado?
11. Para o/a senhor (a) as UCS são reservas territoriais do Estado brasileiro?
12. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras é um espaço de esperança na conservação dos elementos da natureza e dos saberes tradicionais?
13. Para o/a senhor (a), o Estado brasileiro tem contribuído para proteção e manutenção das reservas marinhas brasileiras?
14. Sabendo que o Estado brasileiro é um ente dinamizador e transformador do espaço geográfico, o/a senhor (a) acredita que as reservas marinhas brasileiras podem viver autônomas ao Estado?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A VENDAS DE PESCADOS

1. Qual o tipo de pescado e/ou marisco que o senhor ou senhora extrai (pesca)?
 2. Para quais locais são vendidos estes os pescados e/ou mariscos de Canavieiras? São vendidos somente na região?
 3. Como é realizada a venda?
 4. Como é a relação com o atravessador ou intermediário? Ele é necessário para realização da venda?
 5. O senhor ou senhora acredita que a venda dos pescados e/ou mariscos diminuiu com o derramamento de óleo que atingiu grande parte da costa brasileira, sobretudo a região de Canavieiras?
 6. Ainda sobre a relação da venda dos pescados e/ou mariscos, como a pandemia do Coronavírus (COVID-19), afetou a comercialização dos pescados? Tem sido pior? Menos pior ou menos impactante do que os efeitos do derramamento de óleo?
 7. Vocês tem tido assistência do Estado, diante de tantos impactos, o derramamento de óleo e a pandemia do Coronavírus COVID-19)? Que tipo de assistência? Financeira? Psicológica? Orientação?
 8. Como é ser pescador artesanal, ou seja, pescador extrativista diante de tantos impactos que afetam a atividade pesqueira?
-